

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TRAJETÓRIAS INTERROMPIDAS:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE EXILADOS POLÍTICOS DE MINAS GERAIS
(1964-2004)

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Imagens, Narrativas e Sociabilidades.

Orientador: Ignacio Godinho Delgado.

Marcelina Silveira de Queiroz

Juiz de Fora

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Dissertação apresentada e aprovada, em _____
de 2006, pela banca examinadora constituída pelos professores abaixo relacionados:

BANCA

Presidente: Prof. Dr^a Sônia Cristina Lino

Titular: Prof. Dr^a Lucília de Almeida Neves Delgado

Orientador: Prof. Dr. Ignacio Godinho Delgado

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pela concessão de licença com vencimento para a realização do meu mestrado no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), sem a qual eu não teria conseguido realizar esta pesquisa.

Aos professores do Departamento de História e da Pós-graduação em História da UFJF, especialmente: Sônia Cristina Lino, Alexandre Mansur Barata e Ignacio Godinho Delgado, meu orientador, pela atenção, apoio, sugestões e orientações.

À minha família pela compreensão por meu afastamento do círculo familiar.

A todos aqueles que se dispuseram a me receber e relatar um pouco de suas vidas, compartilhando momentos de dores e alegrias e parte de suas lembranças. O contato com eles foi um aprendizado riquíssimo cuja lição maior foi que a vida sempre vale a pena. Acredito ter me transformado como pessoa no decorrer desta pesquisa e devo isso a todos eles.

À banca de defesa, agradeço a leitura atenta, as críticas, sugestões e o estímulo dado no processo de qualificação. Um agradecimento especial a Lucília de Almeida Neves Delgado e Sônia Cristina Lino pelas sugestões dadas nesse momento.

À Maria Aparecida Queiroz Rocha e Francisco Rocha Filho, pelo incentivo, acolhida, hospedagem e o apoio.

Agradeço aos meus amigos por compreenderem minha indisponibilidade e ausência.

À Flávia Francine, amiga recente, mas muito querida, pela paciência em ler e reler o texto da dissertação e pelas sugestões dadas. Também à Patrícia Magalhães pela normalização e Márcia Maria Fonseca pela revisão.

A Magno Coelho Rangel pelo carinho, dedicação, incentivo e pela paciência nos momentos difíceis. Seu amor foi o suporte necessário para estes dois anos e meio de trabalho intenso.

*Para todos os brasileiros exilados, especialmente Hélio Augusto
Martins Rabelo e família, fontes de inspiração para esta pesquisa.*

*Para meu querido e saudoso companheiro José Marinho Quintão
Savernini, a quem devo grande parte dos meus princípios e
das minhas convicções políticas e ideológicas.*

*Para Magno Coelho Rangel, pelo seu amor e dedicação, pois sem
seu apoio, provavelmente, eu não teria conseguido realizar esta
pesquisa.*

*Expulso de meu país... É preciso que
recomece a procurar,
atrás dos desesperados, os caminhos antigos,
gastos e polidos por milhares de passos!
Eu já saí, mas não sei em que direção.
(Bertolt Brecht)*

*Outros haverão de ter o que havemos de
perder. Outros poderão achar o que, no nosso
encontrar, foi achado ou não achado segundo
o destino dado.
(Fernando Pessoa)*

*Cumpri contra o Destino o meu dever.
Inutilmente? Não, porque o cumpri.
(Fernando Pessoa)*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. MEMÓRIAS EM CONSTRUÇÃO	4
__ 1.1. A questão da memória	4
__ 1.2 História e Memória	7
__ 1.3 Reflexões sobre a questão identitária.....	10
__ 1.4 Memória e identidade dos Exilados.....	15
__ 1.5 Batalha de Memórias: Ditadura X Resistência	24
2. DA DIÁSPORA: O SIGNIFICADO DO EXÍLIO E DO RETORNO	31
2.1 Reflexões sobre o exílio	31
2.2 O significado do exílio	34
2.3. Contextualização: A Abertura Política e a redemocratização do país.....	38
2.4 A luta pela anistia: conquista ou perdão?	45
2.5 A ambigüidade do retorno: recuperando raízes?	52
3. METODOLOGIA	60
3.1 Procedimentos para realização da pesquisa.....	60
3.2 Mapeamento	62
3.3 Análise de dados	63
__ 3.4 Fontes da pesquisa	63
__ 3.5 Classificação da pesquisa.....	63
4. UM ESTUDO DE CASO EM MINAS GERAIS	66
4.1 Perfil dos exilados	66
4.1.1 Edmur José Fonseca	66
4.1.2 Guy de Almeida.....	67
4.1.3 José Maria Rabelo	68
4.1.4 Guido de Souza Rocha	69
4.1.5 Vânia Bambirra	70
4.1.6 Ricardo Apgaua.....	71
4.1.7 Marco Antônio Meyer	73
__ 4.1.8 Maria do Carmo Brito.....	74
__ 4.1.9 João Marques Aguiar	75
4.1.10 Geraldo Cruz Pires Ribeiro	76
4.2 Análise de dados: análise sobre as narrativas dos sujeitos históricos.....	77
4.2.1 A experiência e o significado do exílio	77
4.2.2 Inserção no universo da política	80
4.2.3 Inserção no universo sócio-cultural e no mercado de trabalho durante o exílio	81
__ 4.2.4 A convivência entre as duas gerações: reflexos de uma experiência diferenciada..	83
__ 4.2.5 O retorno ao Brasil, a chegada e a recepção.	86
__ 4.2.6 Estranhamento com o universo cultural brasileiro no contexto do retorno.	88
__ 4.2.7 Documentação, reconhecimento de diplomas e impedimento jurídico	91
__ 4.2.8 A inserção no campo sócio-político no contexto do retorno e a avaliação do processo da redemocratização brasileira.....	97
__ 4.2.9 A questão identitária	100
__ 4.2.10 O universo familiar	100
__ 4.2.11 Questões relativas à indenização e aposentadorias.....	102
__ 4.3 Depoimentos convergentes	106
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
6. REFERÊNCIAS.....	119
7. BIBLIOGRAFIA	122
8. ANEXOS	126

RESUMO

Esta dissertação busca compreender e problematizar aspectos ligados à ditadura militar no Brasil, implantada em 1964, e seus desdobramentos, focando principalmente a trajetória de alguns exilados, a volta do exílio, bem como a inserção sócio-política e identitária de exilados políticos mineiros no contexto da redemocratização brasileira (1979-1989).

O marco inicial é o período de “distensão” ou abertura política na segunda metade da década de 70 e o surgimento dos movimentos de luta pela anistia, quando entram em cena os Comitês Brasileiros de Anistia, CBAs. Isso ampliou o debate sobre as questões das prisões, das torturas, dos direitos humanos, do exílio e da anistia, resultando na aprovação da Lei da Anistia em agosto de 1979 e no retorno de vários exilados.

A relevância do estudo é marcada pelo fato de envolver as histórias de homens e mulheres que foram punidos por denunciar ou combater a opressão do regime civil-militar, sofreram cortes e rupturas irreparáveis, ou até mesmo, perdas definitivas e ainda não completaram seu trabalho de luto, já que muitos estão em processo de luta por reparações morais, financeiras e até mesmo históricas. Portanto, é através do relato e registro dessas experiências que se buscou apreender a história e a memória, de luta e de luto, desses sujeitos históricos.

Palavras-chave: ditadura militar, exílio, anistia, retorno, redemocratização

ABSTRACT

This dissertation intends to understand and questioning aspects linked to the military dictatorship that began in 1964, focusing the trajectory of some exiled, the returning from exile and the insertion social, political and identity of politicians exiled from Minas Gerais into the re-democratization context (1979-1989).

The initial landmark is the period of "distensão" or opening Brazilian politics, in the second half of the decade of 70, and the emerging of the movements of fight for the amnesty, when the Brazilian Committees of Amnesty - CBAs enter in scene, extending the debate on the questions of the arrests, tortures, human rights, exile and amnesty, what it resulted in the approval of the Law of the Amnesty in August, 1979 and the return of many exiled.

The relevance of the study justifies itself for the fact of that this history involved diverse men and women who had been punished by denouncing or fighting the oppression of the regimen civilian-military, had suffered irreparable ruptures, or even though, definitive losses and still they had not completed its work of in mourning. Many of them are in process of fight for moral reparings, financial and even though historical. Therefore, it is through the story and it register of these experiences, that if it searched to apprehend history and the memory, of fight and in mourning, of these historical citizens.

Keywords: military dictatorship, exile, amnesty, return, re-democratization

PREÂMBULO

Nasci em 1963, especificamente quatro meses antes do golpe de 64, em uma pequena cidade do interior de Minas Gerais. Meu pai era bancário e sua função como gerente de Banco, proporcionou-me um deslocamento constante por várias cidades do interior de Minas Gerais. A política nunca esteve presente no universo familiar, tipicamente de classe média. Meus pais dedicavam-se ao trabalho e ao sustento dos filhos e, a princípio, eram totalmente alheios às questões relativas ao universo da política. Portanto, o cotidiano girava em torno da escola, dos amigos e da família.

Recordo-me apenas de um fato corriqueiro, que só me veio à memória muitos anos mais tarde, quando comecei a despertar para certas questões: aos 7 anos de idade, meu pai chegou em casa com uma enorme caixa que continha alguns livrinhos pequenos e vermelhos, com um símbolo que somente muitos anos depois é que pude identificar - o martelo e a foice. Ao folhear o livro - um pequeno vício que adquiri com minha mãe, uma devoradora voraz de livros, mas que nunca falava sobre eles - indaguei sobre seu conteúdo. Além de não obter uma resposta satisfatória, fui repreendida e advertida de que não deveria “mexer” naquele material. Muito tempo depois, já na fase final da adolescência, é que descobri do que se tratava: uma cartilha anticomunista, daquelas bem grotescas, divulgada pela Maçonaria, que retratava o comunismo como um grave risco para a ordem e a segurança do país, e os comunistas como uma verdadeira ameaça.

O despertar para as questões relativas à política nacional só se deu quando, aos dezesseis anos, ouvi a música de autoria do João Bosco e Aldir Blanc, cantada pela Elis Regina - “O Bêbado e o Equilibrista”. Não consegui entender a letra da música, muito menos o seu sucesso, e foi aí que uma amiga, mais politizada, explicou-me sobre “a volta do irmão do Henfil”. Até então, eu não tinha idéia do que se passava neste país. Nas escolas que freqüentei, o tema jamais esteve em pauta e pairava um silêncio muito suspeito sobre determinadas questões. No ano de 1978, residindo na cidade de Nanuque - MG, recusei-me a desfilar na “Parada do Sete de Setembro”, da qual participei anos a fio. Havia

algo no ar que apontava para a insignificância daquela demonstração cívica. Mas eu ainda não sabia do que realmente se tratava.

O despertar para as questões políticas se deu quando me mudei para Belo Horizonte e conheci meu companheiro José Marinho Quintão Savernini, com quem me casei e vivi por oito anos. Estudante de medicina, onze anos mais velho do que eu, engajado no movimento e na luta política pela redemocratização do país, fundador do PT em Timóteo - MG, com uma profunda militância política, revelou-me uma realidade completamente diferente da que eu conhecia. A convivência com este companheiro foi, portanto, fundamental para a formação de minhas convicções políticas e para minha formação profissional.

Recordo-me de nossa primeira seção de cinema, juntos fomos assistir a um filme do Costa-Gravas, “Missing – O Desaparecido”, que abordava a questão dos desaparecidos políticos no Chile. Tratava-se de uma história “real”, de uma luta travada por um pai para localizar o seu filho, um jovem norte-americano, que havia desaparecido durante a ditadura militar do general Pinochet. Ao sair do cinema, entrei em crise, principalmente, quando constatei que “a arte imita a vida” e aquela era uma história comum a muitos chilenos, argentinos e brasileiros.

Esse foi um fator determinante para que eu resolvesse me ingressar no Curso de História e que despertou o meu interesse por questões relacionadas ao estudo das ditaduras latino-americanas, ao exílio, a abertura política e à história recente do país. De certa forma, sentia-me como se tivesse sido lesada. Como pude estar alheia a tanta coisa que acontecia no país, simultaneamente à minha existência? Que realidade era aquela, descortinada por inteiro diante dos meus olhos, que jamais tinham enxergado coisa alguma? Como isso era possível?

Somente agora, na atuação como docente e no convívio com meus alunos de Ensino Médio, quando abordo estas questões e percebo em seus semblantes um ar de espanto, é que percebo o que houve comigo, pertencço a um país que possui uma tradição política extremamente autoritária e que, além disso, não valoriza a memória. Um país cuja tendência historiográfica foi, por muito tempo, marcada pelo triunfalismo, onde a memória esteve sob o controle ou a supervisão de alguns poucos. Talvez por isso, só hoje, com a redemocratização do país e com as mudanças ocorridas nas tendências historiográficas, estas questões estejam em pauta.

Meu interesse pelo estudo mais aprofundado sobre a temática do exílio e, mais especificamente, sobre o retorno dos exilados, se deu circunstancialmente. A convivência

com uma família que havia passado pela experiência do exílio, acabou por se estender a outras pessoas, que também haviam vivenciado a mesma experiência. Intrigava-me o fato de que essas pessoas, após terem passado por uma experiência tão contundente como o exílio, alguns até mesmo pela prisão e pela tortura, pudessem levar uma vida normal, serem alegres e bem humorados, alguns, aparentemente, sem nenhuma seqüela emocional, como se jamais tivessem sofrido os sintomas do exílio. É bem verdade que outros estampavam algumas marcas em seus semblantes ou sintomas em seu comportamento, e era visível que aquela experiência fora traumática.

Motivada pelo desejo de compreender esta experiência, individual e coletiva, e também pela necessidade de desenvolver um trabalho mais sistematizado - uma monografia para o curso de Pós-Graduação em História Moderna e Contemporânea da PUC-MG, o PREPES - optei pela temática do exílio e procurei colher os depoimentos de alguns exilados, tentando descobrir nas narrativas e também, em algumas obras de vários expatriados, como eles vivenciaram essa experiência e como conseguiram lidar com os sentimentos de exílio, banimento e expatriação, principalmente ao retornarem ao Brasil.

Essas e outras questões é que se procura compreender ao longo deste estudo, que propõe uma interpretação do exílio, do retorno e da inserção no universo social, político e cultural brasileiro, após anos de afastamento. Além disso, busca-se perceber de que forma esta experiência alterou a identidade cultural destes sujeitos.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação se propõe a compreender o significado e a experiência do exílio, resultante da ditadura civil-militar instaurada em 1964, bem como a trajetória e a inserção de alguns atores sociais, exilados políticos mineiros, no universo sócio-político brasileiro, e os efeitos de tal experiência sobre a vida desses sujeitos ao retornarem ao Brasil.

Neste sentido, objetivou-se fazer o levantamento das questões que se mostraram relevantes para a construção da memória desses atores sociais, bem como (re) situar a importância das experiências vividas e a representação dos exilados sobre as mesmas, quando reintegrados no cenário político brasileiro. Pensamos que a memória social brasileira ainda não foi capaz de elaborar uma interpretação do passado que permita uma compreensão mais abrangente dos acontecimentos e do conteúdo de uma etapa importante da história recente do país, especialmente, no que se refere à reintegração social dos exilados no contexto da redemocratização (1979-1989).

É interessante que muitas dessas experiências e/ou atuações políticas perderam-se para sempre, acumulando-se aos silêncios historicamente constituídos, já que a história oficial tem sido parcial, silenciando ou mesmo escondendo sujeitos, portadores não só da memória posta a funcionar, mas, sobretudo, sujeitos constituídos através da experiência e da ação política, que marcou toda uma época da história recente do Brasil.

Considera-se, para esta pesquisa, que o exílio foi uma estratégia política adotada pelos militares na medida em que deslocava o lugar das falas discordantes, situando-as sem lugar no espaço e no tempo, dando a impressão com isso de que as idéias (da resistência) estavam fora de lugar. Por isso, o aparelho ideológico cristalizado na ditadura se ocupou de eliminar a força instituinte ou fundadora da esquerda brasileira, transformando-a numa experiência ultrapassada, obsoleta, deslocada, apenas revisitada através de uma nostalgia. Utopias e idéias sempre na contramão! Desta forma, a inserção dos exilados só pôde ocorrer na medida em que estes movimentos foram incorporados, todavia, sem sua força inaugural. Isto é, tornaram-se movimentos sem essência.¹

¹ Conforme Marilena Chauí, “Assim, graças a certos artifícios que lhes são peculiares (como, por exemplo, elevar todas as esferas da vida social e política à condição de "essências"), a ideologia torna-se dominante e

Por tudo isso, o caleidoscópio da memória coletiva apagou de seu arranjo alguns registros capazes de dar sentido à ação política dos movimentos de resistência dos anos 70. O que foram os exilados para o Brasil? O que significou o exílio para os que partiram e para os que ficaram? Se num primeiro momento houve o exílio, como serão depois (re) inseridos na vida cotidiana brasileira? Como foi a “volta”? Fantasmas sem espectros? Passado articulado no branco sobre branco?

Objetivou-se poder contribuir, no desenvolvimento desta pesquisa, para a reatualização, mesmo que parcial, de experiências tão ricas e significativas do passado recente da história política e social brasileira; considerando as lacunas do pensamento político brasileiro sobre nossa história e as mitificações deste mesmo passado. O que se buscou nos depoimentos destes sujeitos históricos foi traçar pontos convergentes, diferenças ou oposições que possibilitem e auxiliem na compreensão da experiência do exílio, do retorno e da inserção destes sujeitos no novo cenário político brasileiro.

No primeiro capítulo, discorreu-se sobre dois conceitos que serviram de suporte teórico e sobre os quais está ancorada a pesquisa - memória e identidade.

Abordou-se também, a metodologia utilizada como ferramenta para realização da pesquisa, ou seja, a história oral. Em seguida, foram consideradas questões que envolvem tanto a noção de história, como de memória, e sua interdependência. Partindo da perspectiva de que tanto uma quanto a outra devem ser percebidas como complementares, embora distintas e, às vezes, aparentemente oponentes, pretendeu-se, sobretudo, demarcar como vêm sendo abordadas e compreendidas pela historiografia. Procurou-se demonstrar e estabelecer em que medida uma e outra podem aparecer articuladas e interagindo nas mais diversas conjunturas históricas.

Numa espécie de tríade temática, abordou-se, além das relações entre história e memória, a questão identitária, tomando como referência as recentes discussões sobre identidade que vem sendo realizadas pelos Estudos Culturais, desde sua consolidação nas décadas de 70 e 80. A necessidade de se trabalhar com o conceito de identidade cultural, seguiu os objetivos propostos pela pesquisa, os quais têm o intuito de demonstrar a multiplicidade de fatores e elementos vivenciados pelos atores sociais e a articulação

adquire feição própria sempre que consiga conjurar ou exorcizar o perigo da indeterminação social e política, indeterminação que faz com que a interrogação sobre o presente (o que pensar? O que fazer?) seja inutilizada graças a representações e normas prévias que fixem definitivamente a ordem instituída. (...) a ideologia teme tudo quanto possa ser instituinte ou fundador, e só pode incorporá-lo quando perdeu a força inaugural e tornou-se algo instituído”. Cf. CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia – O discurso competente e outras falas**, São Paulo, Editora Moderna, 1982, 3 ed., p. 5.

destes processos interativos vividos junto com o sentimento de pertencimento. A pesquisa foi, portanto, desenvolvida à luz de um referencial teórico que está ancorado nestes conceitos.

No segundo capítulo, a problematização foi iniciada a partir de uma abordagem sobre a origem mitológica e histórica do exílio, no intuito de compreendermos o significado do exílio para os exilados e para o *establishment* político brasileiro. Paralelamente, situamos esses *flashs* do período contextualizando esta história no processo que, a nosso ver, lhe deu sentido: a abertura política, o movimento da luta pela anistia e seus desdobramentos no pós-1979. Posteriormente, foram analisadas as instituições e os organismos vinculados à anistia, o significado da anistia e o processo de inserção dos exilados políticos. Destacou-se o papel relevante desempenhado pelos CBAs (*Comitês Brasileiros pela Anistia*) e pelas organizações internacionais ligadas à anistia como foi, por exemplo, a AI (*Anistia Internacional*) e o Tribunal Bertrand Russel II.

O terceiro capítulo tratou da metodologia e dos procedimentos utilizados para a realização da pesquisa.

O quarto capítulo priorizou os depoimentos recolhidos de alguns exilados políticos mineiros, que tiveram importante atuação neste processo e fizeram parte deste cenário histórico. Num primeiro momento, foram traçados o perfil dos depoentes e suas trajetórias de vida, abordando algumas questões “chaves” para o trabalho de pesquisa: a inserção no universo da política, as circunstâncias que os levaram ao exílio, a experiência do exílio e sua representação, o retorno e a inserção no universo sócio político brasileiro. Em seguida foram apresentadas algumas reflexões sobre suas trajetórias e, posteriormente, os pontos convergentes destes depoimentos. Este estudo teve por base os relatos dos depoentes, por meio dos quais foi feita a interpretação dos significados que eles atribuíram aos aspectos levantados pela pesquisa.

1. MEMÓRIAS EM CONSTRUÇÃO

1.1. A questão da memória

Estamos ameaçados de esquecimento, e um tal olvido – pondo inteiramente de parte os conteúdos que se poderiam perder – significaria que, humanamente falando, nos teríamos privado de uma dimensão, a dimensão de profundidade na existência humana. Pois memória e profundidade são o mesmo, ou antes, a profundidade não pode ser alcançada pelo homem a não ser através da recordação. (Hannah Arendt)².

Em sua abordagem sobre a ruptura “entre o passado e o futuro”, Hannah Arendt aponta para o empobrecimento da experiência e a debilidade da memória em uma sociedade herdeira de regimes de exceção. Aponta também para a necessidade de se evitar a falta de significações do passado na reconstrução das democracias nascentes. Para tal efeito, propõe o recurso ao pensamento e reflexão, o que permitiria a compreensão das experiências vividas. A compreensão, segundo ela, é uma “atividade interminável, a maneira especificamente humana de se estar vivo”.³

Assim, através da narrativa dos testemunhos históricos, selecionados para esta pesquisa, vislumbra-se uma possibilidade de compreensão e (re) interpretação do passado, mesmo sabendo que alguns traumatismos são, às vezes, insuperáveis. Aos nossos olhos, estes dramas individuais podem parecer pequenos ou irrisórios, mas é imprescindível recorrer a eles, já que fazem parte da memória coletiva e contribuem para melhor compreendermos o nosso passado.

Tzevedan Todorov⁴ dá o seguinte alerta: “toda sociedade tem um dever com relação a seu passado: ela deve impedir que ele seja irremediavelmente apagado [...] o passado é benéfico não quando alimenta o ressentimento ou o triunfalismo, mas quando seu gosto amargo nos leva a transformar-nos a nós mesmos”.

Partindo dessas concepções e nelas ancorados, é que se buscou reconstituir uma parte da história vivida por diversos homens e mulheres que foram punidos por denunciar

² ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 5ª ed., São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002, p.131.

³ Idem.

⁴ TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p.75.

ou combater a opressão do regime civil-militar, sofreram cortes e rupturas irreparáveis, ou até mesmo, perdas definitivas e ainda não completaram seu trabalho de luto, já que muitos estão em processo de luta por reparações morais, financeiras e até mesmo históricas. Portanto, é através do relato e registro dessas experiências, que se buscou apreender a história e a memória, de luta e de luto, desses sujeitos históricos.

Através do conteúdo de suas narrativas e de alguns “flashes” de memória, que as lembranças puderam alcançar, buscou-se compreender parte do repertório sócio-cultural de um período obscuro e repressivo de nossa história. Posto que, a memória social brasileira - no que se refere à história recente do país - especialmente sobre a história social e política brasileira do final dos anos 60 e meados dos 70, ainda está em processo de construção.

Atentamos para o fato de que o conceito e significados de memória são inúmeros. Poderíamos defini-la como sendo a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado, possibilitando a retransmissão dos mesmos às novas gerações através de diferentes suportes como: textos, narrativas, imagens, voz, música e outros artefatos. “A memória, no entanto, não se reduz ao ato de recordar. Ela nos permite a reconstrução da atmosfera de outros tempos, e ao relembrar hábitos, valores e práticas cotidianas, pode ser capaz de dar sentido e significado à existência humana”.⁵

A princípio, a memória apresentava-se como um fenômeno próprio do indivíduo, ligado ao íntimo, ao pessoal. Porém, a partir dos estudos de Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, ela passou a ser entendida como sendo um fenômeno coletivo e social, ou seja, um fenômeno construído coletivamente e, portanto, passível de mudanças e transformações. Desde então, a constituição da memória coletiva passou a ser um elemento fundamental para a vida social, com significativa influência na construção de identidades.

Embora a experiência seja um ato individual e heterogêneo, onde cada indivíduo a experimenta de forma diferenciada, consideramos que “toda memória é socialmente construída”. Maurice Halbwachs demonstra ser a memória o resultado de uma reconstituição do passado dentro de um quadro de recordações comuns a um dado grupo histórico, ao afirmar que: “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós”.⁶

⁵ A propósito conferir em: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

⁶ HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004, p.30.

Há, portanto, um tipo de memória que é aquela alicerçada numa bagagem cultural comum, que chamamos de memória compartilhada. Esse tipo de memória possibilita a construção de redes de relacionamentos, criadas a partir do ato de compartilhamento da memória, nos quais se torna possível focalizar aspectos do passado, envolvendo participantes de diferentes gerações de um mesmo grupo social. Uma das funções da memória compartilhada é manter a coesão e a coerência interna, bem como, delimitar e proteger as fronteiras daquilo que foi afetivamente construído e dividido pela experiência de um grupo social de passado comum. “Ela garante o sentimento de identidade do indivíduo calcado numa memória compartilhada não só no campo histórico, do real, mas, sobretudo no campo simbólico”.⁷

É, portanto, esse tipo de memória que foi tomada como referência para desenvolver esta pesquisa. Ao se constituírem em memória partilhada, os relatos dos depoentes se entrecruzam constantemente, servindo de apoio mútuo na reconstituição deste passado, demonstrando a importância da partilha de lembranças na construção da memória nacional.

A propósito, Jacy Alves de Seixas⁸ nos diz que: “atualizando o passado, reencontrando o vivido “ao mesmo tempo no passado e no presente”, a memória recria o real. Nesse sentido, é a própria realidade que se forma na (e pela) memória”.

A proposta desta pesquisa foi tentar retomar das sombras do esquecimento e do silêncio dos discursos oficiais, um conjunto de experiências, sentimentos, movimentos, idéias, sonhos e projetos de indivíduos que foram marcados por um longo período de ausência do seu universo referencial; na perspectiva de (re) situar estas experiências, num contexto de interesses contemporâneos de pesquisa. Isso nos levou a pensar que, uma vez re-significadas, elas poderiam vir a nos informar sobre certas possibilidades do presente. Possibilidades estas que podem ter passado sem que as tenhamos percebido.

Por isso, ao construir sua narrativa, o depoente pôde se deparar com a possibilidade de (re) significar esta experiência, reconstruindo-a através da memória e tornando-a comunicável. A narrativa tem por base a própria interpretação das situações vivenciadas. Daí ser necessário avaliar as narrativas nas perspectivas destes sujeitos,

⁷ A propósito conferir em: KESSEL, Zilda. Memória e memória coletiva. In: [http:// www.multirio.rj.gov.br](http://www.multirio.rj.gov.br). Acesso em julho de 2005.

⁸ SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos da memória em terras de história; problemáticas atuais* In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (orgs). *Memória e (Res) sentimento; indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2004, p.51.

considerando um mundo individual e subjetivo, que a História, por si só, não dá conta de explicar ou compreender. Talvez fosse necessário transitar por outros campos do conhecimento como, por exemplo, a Psicanálise. Entretanto, a base teórica desse texto não inclui a contribuição que o quadro teórico conceitual psicanalítico traz para a reflexão historiográfica.

Se levarmos em conta que a história é a reunião dos sentidos possíveis ou o confronto de todos os sentidos possíveis, perceberemos que ela é o conjunto de todas as vozes. É, portanto, esta polifonia que faz com que a história seja “verdadeira”.

Posto que:

A memória age “tecendo” fios entre os seres, os lugares, os acontecimentos (tornando alguns mais densos do que os outros), mais do que recuperando-os, resgatando-os ou descrevendo-os como “realmente” aconteceram. Atualizando os passados, reencontrando o vivido “ao mesmo tempo no passado e no presente”, a memória recria o real; nesse sentido, é a própria realidade que se forma na (e pela) memória.⁹

Não objetivou-se a construção do todo, pois a soma do que estes indivíduos narram não constrói o todo, ou seja, não constitui uma explicação global do período em questão, já que existe algo que transcende essa experiência individual e que está relacionado à memória coletiva. A memória é uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado. Os relatos e as experiências desses sujeitos são, portanto, fragmentos.

1.2 História e Memória

“Toda consciência do passado está fundada na memória”
(David Lowenthal)¹⁰

O conceito de memória está intimamente ligado à História, chegando mesmo a se confundir com ela. Este conceito vem sendo modificado ao longo do tempo e tem se adequando às funções e utilizações sociais e à sua importância nas diferentes sociedades humanas. Em cada época, procurou-se explicar a memória através da utilização de metáforas construídas em torno de conhecimentos que caracterizam o momento histórico.

A modernidade, por um lado, relegou à memória um papel secundário e irrelevante, sobre o qual pairava uma “terrível desconfiança”, perdendo a sua força e

⁹ Idem. SEIXAS. São Paulo, Unicamp, 2004, p. 51.

¹⁰ LOWENTHAL, David. “Como conhecemos o passado” In: Projeto História n.17. São Paulo: EDUC, 1998. p.75.

importância. No entanto, na cultura historiográfica atual, ela foi reabilitada como fonte. Ao emergir como fonte, a memória passou a assumir uma importância cada vez maior. O passado se apresenta com uma infinidade de leituras possíveis e, utilizando-se de recursos metodológicos inovadores, vários historiadores se propõem a interpretar o passado através do resgate de memórias coletivas e individuais em contraposição às explicações históricas elaboradas pelos modelos conceituais teóricos estruturais.

De acordo com Ecléa Bosi¹¹, a revalorização da crônica e da tradição oral se dá a partir da década de 70, no contexto da crise paradigmática das ciências sociais e do questionamento em torno das grandes teorias explicativas e globalizantes da história como: o estruturalismo e o historicismo. Neste contexto, ocorre a recuperação da memória, que passa a ser vista como uma forma de se estabelecer um vínculo com o passado, do qual se extrai a força para a formação de identidade. Para esta autora, a história recente, se amparada em testemunhos vivos, permite a reconstituição de comportamentos e sensibilidades de uma época.

Sobre a crise paradigmática da ciência histórica, Astor Antônio Diehl nos diz o seguinte:

Essa crise representa um desafio ao historiador, uma vez que ela está aí pela própria incapacidade de se manter a relação entre o espaço das experiências e o horizonte das expectativas, através do conhecimento histórico. Em outras palavras, os historiadores não conseguiram, historicamente, manter uma relação dialógica entre práxis e teoria. Percebe-se essa crise não como sinônimo de decadência, de falência, mas sim como uma possibilidade, uma oportunidade de redefinição de critérios. Enfim, vejo essa crise como uma chance para a própria ciência histórica num mundo em profunda transformação.¹²

Essa crise, portanto, possibilitou a liberação do sujeito das amarras das estruturas e, a partir daí, passou-se a valorizar as ações humanas e a memória dos sujeitos históricos, ocorrendo uma espécie de “guinada memorial”. A construção da memória individual e coletiva passou a ser efetuada através do relato das experiências vividas. Houve uma proliferação de publicações de narrativas de vida (biografias históricas) e o relato biográfico firmou-se como prática historiográfica. Diante disso, a história oral emergiu como ferramenta metodológica e analítica por possuir o mérito de revelar diversas

¹¹ BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê editorial, 2003, p.15.

¹² DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002, p.161-162.

experiências vivenciadas de forma diferenciada, mas comum a sujeitos que compartilharam um mesmo evento histórico e uma mesma época.

Desde a década de 90, diversos pesquisadores vêm se dedicando ao estudo de aspectos subjetivos na construção do conhecimento histórico: desde sentimentos e paixões dos homens, no âmbito social e político, ao das relações entre memória individual e /ou coletiva e história. Estas relações, mais o conjunto de atos individuais e coletivos, é que dão materialidade e expressão política ao acontecimento histórico, delimitando um amplo espectro de abordagens historiográficas que requerem um refinamento teórico e metodológico para que o historiador possa realizar seu trabalho. Devemos, portanto, considerar as noções de memória e história como eficientes ferramentas analíticas que se encontram articuladas para dar conta dos processos sociais relativos à interpretação do passado, à construção de fontes históricas, aos relatos biográficos e à construção de identidades.

A questão que se coloca para historiadores, sociólogos e antropólogos, nos dias de hoje, é que a fala de desconhecidos e anônimos constitui um discurso coletivo e que existe um produto social na confusão de vozes que falam do seu passado. Experiências vividas, fatos observados, ações realizadas, transformam-se em história no decorrer de diversas narrações. Por tudo isso, esta prática possibilitou a emergência de novos sujeitos históricos, além de dar visibilidade e espaço a outras narrativas, trazendo para o cenário histórico, vozes que até então se encontravam excluídas da história.

Por isso, para esta pesquisa, privilegiou-se a narrativa de indivíduos que refletem o contexto oposicionista, com uma intensa participação ou militância política no país. Neste universo, nem todos apareceram com frequência nas páginas da imprensa ou são conhecidos nacionalmente pela opinião pública.

O conhecimento histórico é, então, aquele capaz de apreender e incorporar as experiências humanas vividas, fazendo retomar homens e mulheres como sujeitos que vivem situações e relações sociais determinadas em seu próprio tempo, suas necessidades, interesses e antagonismos, levando em conta todas as dimensões do social, cultural, econômico e político.

Há, portanto, uma estreita relação entre história e memória. Como num jogo de espelhos, o passado é refletido e reconstituído no presente, através da rememoração - processo individual que se atrela a processos coletivos. É, portanto, a partir desta interação, entre passado e presente que se constitui a função social da história, pois cada época

fabrica mentalmente a sua representação do passado histórico, e sendo assim, é função do historiador interrogar o passado a partir do presente.

Sobre a questão da consciência histórica, no plano da experiência coletiva, Tzevedan Todorov aponta para o dever que toda sociedade deve ter com relação ao seu passado:

Ela deve impedir que ele seja irremediavelmente apagado. Não que seja preciso subjugar o presente ao passado, nem que todas as lições do passado sejam igualmente recomendáveis. A memória coletiva prefere habitualmente guardar, no passado da comunidade, dois tipos de situações: aquelas em que fomos ou heróis vitoriosos ou vítimas inocentes. As duas permitem legitimar nossas reivindicações presentes. Mas tais situações, que podem ter existido, contribuem para nos cegar com relação ao presente mais do que para nos deixar lúcidos. As páginas menos gloriosas de nosso passado seriam as mais instrutivas, se nós aceitássemos lê-las inteiramente.¹³

1.3 Reflexões sobre a questão identitária

*Somos estrangeiros
Onde quer que estejamos.*
(Ricardo Reis, heterônimo de Fernando Pessoa,
Obra Poética, 1986, p. 222)

O conceito de identidade é muito complexo e recente. Ele tem sido amplamente discutido pelas ciências sociais na contemporaneidade. Tentou-se traçar aqui um esboço da noção de identidade social, já que ela envolve outros conceitos, como os de genealogia social, geração social, história de vida, identidade individual, identidade social, manifestações coletivas e todas as suas relações com o momento histórico e sociopolítico em que ocorrem.

Por ser um conceito central que está profundamente ligado ao nosso objeto de pesquisa, vamos demarcar a forma como ele vem sendo abordado por alguns autores que desenvolvem esta discussão, especialmente: Kathryn Woodward, Michael Pollak, Manuel Castells e Stuart Hall.

¹³ Idem. TODOROV. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 75.

Kathryn Woodward¹⁴ afirma que a discussão central sobre a questão da identidade está em uma linha tênue entre uma perspectiva essencialista e outra não-essencialista. A definição essencialista de identidade sugere a existência de um conjunto cristalino e autêntico de características que todos os indivíduos de uma mesma nação ou grupo social possuem e que não se alteram ao longo do tempo. A identidade é vista como fixa e imutável. Esta concepção está fundamentada em “verdades” históricas construídas, ou representadas como imutáveis. É o caso da afirmação da identidade buscada por certos movimentos políticos, baseada em uma “verdade” fixa de um passado partilhado e em fundamentos e “verdades” biológicas, como a identidade sexual e a maternidade.

Na perspectiva não-essencialista ou construcionista, o foco se dirige para as diferenças, bem como para as características comuns ou partilhadas por um determinado grupo social. Ela atenta também para as formas pelas quais os grupos vão sofrendo transformações, assumindo características diferentes ao longo do tempo e na relação com outras identidades. Logo, nesta perspectiva, as identidades são fluidas, cambiantes e, portanto, construídas.

Ao examinar a forma como as identidades são formadas e os processos envolvidos nesta formação, bem como o lugar da identidade no “circuito da cultura”, a autora faz a seguinte observação:

[...] as identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas [...] A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos [...] A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar.¹⁵

Michael Pollak¹⁶ chama a atenção para a estreita ligação fenomenológica entre a memória e o sentimento de identidade, já que ambos são fenômenos construídos social e individualmente. Para ele a construção da identidade está relacionada à imagem que o

¹⁴ A propósito conferir em: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

¹⁵ Idem. p. 17.

¹⁶ POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos históricos. v. 5, nº 10. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992, p. 200-212.

indivíduo adquire ao longo da vida, ou seja, uma imagem que ele constrói de si mesmo e apresenta para si e para os outros. Isso o possibilita acreditar na sua própria representação, de sujeito, e na forma como ele é percebido pelos outros. A identidade é, portanto, relacional, já que depende de algo que está fora dela para existir, ou seja, do outro. Somente a existência de outras identidades é que tornam possível a sua existência. Logo, a identidade está relacionada à diferença, à alteridade.

Este autor chama de identidade coletiva a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo – quer se trate de família ou de nação - o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência. Portanto, a construção da identidade para Pollack depende de três elementos essenciais, que são: as fronteiras físicas, ou o sentimento de pertença a um determinado grupo social; o sentimento de continuidade temporal, no sentido físico, moral e psicológico; e o sentimento de coerência ou de unidade.

Para Michael Pollack, qualquer ruptura ocorrida em um desses três elementos constitutivos do sujeito poderia desenvolver nele fenômenos patológicos. Daí que, toda auto-imagem é passível de transformação, já que a construção da identidade é um fenômeno que se dá através da negociação direta de uns com outros, apoiando-se em critérios de aceitabilidade e credibilidade que são negociados ou tem como referenciais outros indivíduos.

A identidade coletiva surge, então, como o reflexo de um processo de identificação individual do Eu e seu grupo de contato, pois é tomando consciência de seus interesses, em contraposição aos interesses dos outros, que o indivíduo passa a compreender a noção de semelhança, diferença e alteridade, características básicas da idéia de identidade.

Percebe-se que este autor aborda a questão da memória e da identidade numa perspectiva não-essencialista, ao afirmar que: “memória e identidade podem ser negociadas e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo”.¹⁷

A posição de Castells também vai ao encontro daquela desenvolvida por Woodward e Pollack. Para ele, “do ponto de vista sociológico toda e qualquer identidade é construída”. Ele define identidade como sendo o “processo de construção de significado

¹⁷ Idem. POLLAK, Michael. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992, p. 200-212.

com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significação”¹⁸.

Para este autor “a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder”.¹⁹ Ele aponta para três distintas formas e origens de construção de identidades: legitimadora, de resistência e de projeto.

A identidade legitimadora é aquela que é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com a finalidade de expandir sua autoridade e dominação sobre os indivíduos, como por exemplo, as teorias do nacionalismo e os princípios do fundamentalismo religioso. Ela dá origem a uma sociedade civil, ou seja, a um conjunto de organizações e instituições sociais.

A identidade de resistência é aquela criada a partir de indivíduos ou grupos que se encontram em posições de desvalorização ou estigmatizados pelas instituições que se encontram no poder. Podemos citar como exemplo de identidades de resistência as minorias étnicas que, se sentindo marginalizadas, lutam por um espaço de representação política para defenderem seus ideais. São geralmente grupos ideológicos que se confrontam com os grupos dominantes, questionando seu poder e a tradição na qual estes últimos estão solidificados. Este é o tipo mais importante de identidade e leva à formação de *comunas* ou *comunidades*.

A identidade de projeto é aquela construída pelos atores sociais que utilizam os materiais culturais ao seu alcance para construir uma nova identidade e, assim, redefinir sua posição na sociedade com vistas a transformar a estrutura social vigente. Este tipo de identidade produz sujeitos conforme definição de Alain Touraine: “chamo de sujeito o desejo de ser um indivíduo, de criar uma hipótese pessoal, de atribuir significado a todo o conjunto de experiências da vida individual”.²⁰

Apesar de apresentar esta tipologia Castells aponta para o caráter dinâmico das identidades, ou seja, identidades que se iniciam de uma maneira podem resultar em outras. Identidades de resistência podem vir a se tornar identidades de projeto e estas, por sua vez,

¹⁸ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade* In: A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 2; tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001, p.22.

¹⁹ Idem. p.22.

²⁰ TOURAINE, Alain. apud CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade* In: A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 2; tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001, p. 26.

em identidades legitimadoras, caso se transformem em instituições dominantes da sociedade e necessitem racionalizar sua dominação.

Para este autor “do ponto de vista da teoria social, nenhuma identidade pode constituir uma essência, e nenhuma delas encerra *por se*, valor progressista ou retrógrado se estiver fora de seu contexto histórico”.²¹

O depoimento de Guido Rocha, um de nossos entrevistados, artista plástico, ex-integrante da POLOP (Política Operária), exemplifica a assertiva acima. Perguntado a forma como a militância política e a experiência do exílio alteraram sua identidade ele respondeu:

[...] Acho que melhorei muito enquanto pessoa. Aprendi a não guardar mágoas. Aprendi a duvidar. Aprendi a não ser fundamentalista, a ser mais flexível. A maturidade também contribuiu para isso. [...] Eu iniciei na vida política como marxista, me dizendo marxista, e hoje continuo a mesma coisa: marxista. Mas aprendi muita coisa com essa experiência. O que eu chamava de marxista tinha muito de Stálin, o stalinismo era muito arraigado, embora a POLOP fosse contra Stalin; em palavras, contra. [...] Hoje o marxismo mudou muito, no século XXI. O marxismo do século XXI é diferente desse marxismo do século passado. No século passado houve duas guerras mundiais, que transformou o mundo completamente. O Marx não viu isso. Marx não viu o movimento de mulheres, não tinha nenhuma importância isso, as minorias, de modo geral, dava-se importância às minorias, mas não com a ênfase que hoje a sociedade dá. [...] O Jacob Goreneder, ele fala sobre Marx, sobre a utopia, e é marxista também. Ele considera Marx utópico. Eu acho, estou com o Goreneder neste ponto. Marx tinha utopias, pensava fazer a revolução socialista em século XIX, é impossível isso! Hoje está provado, que é impossível. Isso e outras coisas.²²

Manuel Castells insere toda essa discussão sobre a construção da identidade no contexto específico do surgimento da “sociedade em rede”, fenômeno típico da modernidade tardia, que se caracteriza pela articulação do intercâmbio mundial da economia, da política, da informação e da comunicação, permitindo que a identidade individual e coletiva seja influenciada por processos culturais que estão além do espaço local e nacional.

Stuart Hall²³ também atenta para o fato de que, na pós-modernidade, a identidade passa a ser definida historicamente, ou seja, dentro do contexto sócio-histórico do sujeito e não mais biologicamente.

²¹ CASTELLS, op. cit., p. 24.

²² Entrevista de Guido Rocha concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 13/02/2006.

²³ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

A propósito Hall afirma o seguinte:

[...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente”.²⁴

A influência dos “estudos culturais” nestas discussões trouxe à cena diversas posições relativas ao conceito de identidade, especialmente na modernidade tardia. Os teóricos favoráveis à idéia de que as identidades modernas estão entrando em colapso têm como base de argumentação, a mudança estrutural provocada pela revolução tecnológico-científica resultante do chamado “mundo globalizado”, que transformou de forma radical as sociedades modernas no final do século XX. Em consequência deste processo “houve uma fragmentação das paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia e nacionalidade, o que por si estaria deslocando os indivíduos sociais e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social”.²⁵

As implicações de tal processo seriam: o abalo de nossas identidades pessoais e a perda das referências que temos de nós próprios enquanto sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é, então, denominada de deslocamento ou descentração do sujeito, constituindo uma “crise de identidade” para o indivíduo na pós-modernidade.

1.4 Memória e identidade dos exilados

*O mais importante de tudo, para mim,
Foi perceber que a aventura humana é universal.
Desde que me tornei adulta, e até a minha prisão
eu vivia exilada na minha própria terra.
Agora não serei nunca mais exilada
Em nenhum lugar do mundo.
(Maria do Carmo Brito)*

Se a memória é também “um objeto de luta pelo poder”, assim como a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder, conforme afirma Castells, seria relevante nos perguntarmos: por que devemos (re)

²⁴ Idem, HALL. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.13.

²⁵ Idem, ibidem, p.7.

constituir a memória e as experiências vividas dos sujeitos históricos selecionados para esta pesquisa?

Deixemos Marilena Chauí responder:

Porque são a fonte de onde jorra a essência de uma determinada cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara, pois, como escrevera Benjamin, só perde o sentido aquilo que no presente não é percebido como visado pelo passado. O que foi não é uma coisa revista por nosso olhar, nem é uma idéia inspecionada por nosso espírito, é alargamento das fronteiras do presente, lembranças de promessas não cumpridas (...) Eis por que, recuperando a figura do cronista contra a do cientista da história, Benjamin afirma que o segundo é uma voz despencando no vazio, enquanto o primeiro crê que tudo é importante, conta e merece ser contado, pois todo dia é o último dia. E o último dia é hoje.²⁶

Esta pesquisa, conforme já afirmado, teve como proposta, numa perspectiva dialógica, trazer para a cena histórica as experiências de sujeitos que, através de suas memórias, poderão evidenciar a existência de outras vozes e outros poderes, buscando romper com os silêncios e os esquecimentos do passado e do presente. Sob esta ótica, talvez seja possível encontrar novas pistas para se pensar a dinâmica histórico-social brasileira.

Numa perspectiva benjaminiana, que propõe a construção de uma “história a contrapelo”, conforme definição do próprio Benjamin em seu texto – *Teses sobre a filosofia da História*²⁷, observa-se que a estrutura social e os bens culturais de um país são também o “espólio” da classe dominante. A absorção dos grupos dominados é estratégia histórica no processo de luta pelo poder.

Por isso, a anistia dos exilados políticos brasileiros e sua posterior reintegração à sociedade é, neste sentido, uma exemplificação da estratégia acima apontada. Nesta pesquisa, sugere-se que o retorno dos exilados políticos na década de 1980 foi cercado de problemas das mais diversas ordens: sociais, culturais, econômicas e políticas. Isso indica uma reafirmação da dominação vigente no período acima estudado, já que as questões que os levaram ao exílio não se transformaram significativamente na realidade política, na ideologia e na mentalidade da sociedade brasileira.

²⁶Idem CHAUI, In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.18.

²⁷ BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”, in *Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política – Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985, 4 ed.

Nesse contexto, as “rememorações” em torno dos 20 anos da Anistia, sancionada pela Lei 6.683, em evento realizado pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, colocaram em pauta diversas questões relacionadas ao regime militar brasileiro (1964-1985), incorporando algumas questões relativas à reintegração dos exilados na sociedade brasileira. Acredita-se que várias dessas questões estão ainda pendentes no pensamento e no imaginário político brasileiro, atualmente. Em suma, ainda aguardam uma reflexão mais aprofundada, afim de que possamos (re) contextualizar este passado recente, tão pouco conhecido, quando muito “construído”, numa perspectiva de redefinição do presente. Não temos a pretensão de reconstrução do passado, mas sim de apontar para o fato de que muitas dessas experiências humanas são valiosas e contundentes e, a partir de algumas narrativas, talvez possamos re-situar um determinado contexto histórico para obtermos informações sobre algumas possibilidades do presente. Possibilidades estas para as quais ainda não nos atentamos.

Por tudo isso, pergunta-se: até que ponto a Lei 6.683 sancionada em 28 de agosto de 1979, concedendo anistia aos presos, exilados e perseguidos políticos, que lutaram ou resistiram à ditadura militar, foi realmente um ato reparatório? Pretendeu-se, pois, avaliar se a libertação ou a permissão do retorno ao Brasil permitiu que lhes fosse garantida a reparação de seus direitos políticos e de sua cidadania.

A aprovação da Lei da Anistia, de fato, representou para a maioria dos exilados a possibilidade de retornar ao Brasil e reintegrar-se à sociedade brasileira.

Segundo Denise Rollemberg,

A anistia significou para alguns, ao mesmo tempo, o fim do exílio e a possibilidade de iniciar uma nova vida. Vários exilados vislumbraram a chance de resgatar uma identidade, tida então, como perdida. Por isso, voltar ao país significava dar continuidade a uma trajetória interrompida. Numa palavra, correspondia à retomada dos projetos e dos sonhos abandonados em função do exílio e da exclusão social.²⁸

A autora constatou, no entanto, que “a volta do exílio não encerrou efetivamente o episódio do mesmo”. Vários depoimentos recolhidos ou mesmo informais, e ainda os prestados à imprensa, evidenciam que a readaptação dos exilados foi constituída de percalços e questões até hoje presentes para alguns exilados. Especialmente, aquelas relativas aos aspectos não apenas profissionais, mas, sobretudo financeiros, emocionais e identitários.

²⁸ CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: Entre Raízes e Radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 264-265.

Percebeu-se, assim, a existência de uma série diversificada de dificuldades enfrentadas pelos exilados a partir do retorno ao país, que buscava nesse momento sua redemocratização. Tais problemas, conforme apontamos acima, estão relacionados às possibilidades de trabalho, ao novo convívio social, à adaptação dos filhos retirados do Brasil ainda pequenos, à procura de vagas nas escolas, enfim, problemas relacionados à reinclusão social, como por exemplo - o reconhecimento dos diplomas obtidos no exterior e sua eventual regularização, a oficialização dos documentos, além do retorno aos antigos postos de trabalho, a inserção no mercado de trabalho, as indenizações por perda de patrimônio e por tortura, as pensões e aposentadorias - abrangendo até dificuldades triviais relativas ao exercício da cidadania, isto é, da posterior reintegração no próprio processo político nacional.

O depoimento de Ricardo Apgaua serve como suporte para tal afirmativa. Perguntado sobre como foi inserir-se no universo sócio-político brasileiro após retornar do exílio e se teve algum tipo de impedimento jurídico ao retornar, ele fez as seguintes declarações:

[...] O nosso universo sócio-político é hermético. É um microcosmo com cadeiras cativas e lugares marcados. Quando éramos jovens, vivíamos à custa das nossas famílias e nos dedicávamos aos estudos e à política. Adultos, temos, em primeiro lugar, que estruturar a sobrevivência dos nossos. Acho que foram poucos os que conseguiram inserir-se nesse universo, em geral aqueles que puderam dedicar-se integralmente à política. E deles, a grande maioria o fez à custa de concessões de princípios e renúncia de ideais.[...] Não creio que tenha havido impedimento. Eu classificaria de restrições jurídicas e corporativas. Um dos exemplos é a quase total impossibilidade de reconhecimento de diplomas obtidos no exterior, impedindo, até mesmo, que através de uma pós-graduação no Brasil possamos reciclar-nos adequando-nos às exigências profissionais locais. O curioso é que profissionais graduados no Brasil não têm qualquer dificuldade em ver os seus diplomas reconhecidos no exterior para, lá, fazerem a sua pós-graduação ou mesmo, para dar aulas em universidades estrangeiras. Isto vale, inclusive, para as universidades mais respeitadas do mundo e para os países mais desenvolvidos da Europa e da América do Norte. É bom lembrarmos que Fernando Henrique Cardoso, quando não passava de um simples professor brasileiro exilado, pôde dar aulas na Sorbone. Somos capazes de mobilizar o Itamaraty para protestarmos contra as restrições de dentistas brasileiros impedidos de exercer a sua profissão em Portugal, mas a nossa cegueira corporativista não nos permite ver o verso desta moeda. Diplomas estrangeiros não são reconhecidos, nem mesmo, se os seus portadores são brasileiros.²⁹

Verificamos também que após o processo de distensão política, proposta pelo Projeto Geisel/Golbery com vistas a reconstitucionalização do país, e da Anistia, muitas

²⁹ Entrevista concedida, por escrito, à Marcelina Silveira de Queiroz em 27/03/2006.

obras recentes têm privilegiado a abordagem dos aspectos ligados à repressão no período da ditadura militar: as freqüentes prisões, os métodos de tortura, a morte e o desaparecimento de militantes da esquerda, as humilhações constantemente sofridas, a saída do país, o espólio dos bens, o exílio, etc. O interesse pela nossa história recente, especialmente do período que compreende as décadas de 1960 e 1970, tem voltado à tona na produção historiográfica brasileira. É interessante que a mídia vem dando especial atenção às obras relativas a este período. No entanto, ainda existem grandes possibilidades de interpretação e análise no que se refere aos registros sobre o retorno e a readaptação dessas pessoas, outrora excluídas e estigmatizadas pela sociedade brasileira.

Sabemos que alguns exilados saíram daqui com o estigma de “terroristas”, elementos perigosos, “comunistas” ameaçadores da ordem estabelecida. Esta era a opinião de uma parcela significativa da sociedade brasileira sobre o processo de cassação dos direitos civis daqueles indivíduos identificados com a esquerda política brasileira, naquele momento, especialmente os que se identificaram com a luta armada.

Trabalhando com o conceito de estigma, é necessário destacar, sobretudo, o caráter pejorativo e depreciativo atribuído aos militantes de esquerda e aos exilados políticos pelo regime civil-militar, que estigmatizou por igual toda uma categoria de sujeitos políticos, independentemente do grau ou tipo de envolvimento que tiveram. Por outro lado, os militares ligados à repressão são também estigmatizados como “gorilas”³⁰ pela esquerda brasileira.

Estigma é um termo de origem grega, usado para se referir aos sinais que colocam em evidência fatores negativos e/ou extraordinários sobre o moral de quem os apresenta. Segundo Erving Goffman, “a sociedade estabelece os meios de caracterizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”.³¹

Refletindo sobre a questão identitária dos nossos sujeitos de pesquisa, pincelamos algumas discussões recentes, relacionadas à concepção de identidade, numa tentativa de vincular essas discussões aos processos e práticas desses sujeitos históricos e à construção identitária dos mesmos.

³⁰ SIMÕES, Inimá. *Roteiro da Intolerância*. São Paulo: Editora Senac, 1999.

³¹ GOFFMAN, Erving. *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p.11.

Se é verdade que “as identidades invocam uma origem que reside em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter certa correspondência”³², seria relevante nos perguntamos: será que ao buscarem suas identidades, no passado, os exilados não estariam produzindo novas identidades? Quais foram os recursos históricos, lingüísticos e culturais utilizados pelos exilados políticos mineiros para a produção de suas identidades? E se é também verdade, como vimos acima, que as identidades são mutáveis, fragmentadas ou deslocadas; como ocorreu esse processo de descentração da identidade dos exilados? Como essas identidades têm sido representadas e em que sentido essa representação social afetaria a forma como eles representam a si próprios?

É possível fazer um contraponto entre os conceitos de identidade e as teorias que trabalham com este conceito, e o processo vivenciado pelos exilados políticos brasileiros pelo regime militar. Ao se exilarem ou serem banidos do Brasil, passaram por um processo de desconstrução de identidade, já que uma parte desses sujeitos foi levada a abandonar, compulsoriamente, todos os seus projetos pessoais e os quadros de referência relativos à sua vida cotidiana, passando a viver em vários países, cujos valores, idiomas e culturas eram totalmente diversos dos seus, o que significou perdas relativas não só aos seus projetos, mas também aos aspectos profissionais, financeiros, emocionais e principalmente identitários.

Para tal feito, utiliza-se o conceito de Tradução de Robins³³, no esforço de compreender o processo vivenciado por estes sujeitos e suas prováveis implicações. Segundo Stuart Hall,

Este conceito descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas” (e não a uma “casa” particular). As pessoas pertencentes a essas *culturas híbridas* [...] estão irrevogavelmente *traduzidas*.³⁴

³² Idem HALL. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 108.

³³ HALL. op. cit. p. 87.

³⁴ Idem, ibidem. p. 88.

Daí se supor que muitos exilados sofreram um processo de “crise de identidade”, especialmente, se levarmos em conta a observação do crítico cultural Mercer sobre a questão da identidade. Para o referido autor “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”.³⁵

Partindo do que foi exposto acima, constatou-se que alguns destes atores sociais também tiveram, a partir do exílio, identidades mais plurais, menos fixas e unificadas. Por sua vez, também sofreram os efeitos contraditórios e perversos, típicos desta trajetória, ao tentar recuperar e redescobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas. Evidenciamos aqui a presença da chamada “dialética das identidades”, que gravitam entre a Tradição³⁶ e Tradução³⁷, oscilação cada vez mais evidente no quadro global da pós-modernidade, que tem como resultado o hibridismo entre culturas.

De acordo com o conceito de Tradição e Tradução de Robins, encontrado na obra de Stuart Hall³⁸, algumas identidades buscam, na tradição, seus costumes, sua história, suas certezas, assim como a unidade de seus conceitos. Outras se vêem em processo transitório, pelas misturas e possibilidades de interação, aceitando o movimento dos processos sociais, ancoradas na tradução, que consiste na formação das identidades de pessoas que, por algum motivo, precisam sair de suas terras originais, como os exilados brasileiros.

Ao tomarmos como base, o conceito de hibridismo de Stuart Hall, podemos caracterizá-lo como sendo paradoxal. Se por um lado representa uma poderosa fonte criativa, produzindo novas identidades e novas formas de cultura; por outro lado este hibridismo pode causar a indeterminação, a dupla vinculação, a coexistência de vozes e discursos, muitas vezes incompatíveis, ou até mesmo a “esquizofrenia social”, com seus custos e perigos.

Como, então, contrapor o conceito de identidade em Stuart Hall à questão da identidade dos exilados políticos brasileiros? Seria possível a identificação dos exilados políticos na tipologia proposta por Castells? Se levarmos em conta a dinâmica das

³⁵ MERCER, 1990, p. 4. Citado em: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p.19.

³⁶ Sobre o conceito de Tradição Cf. HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidade e mediações culturais/ Stuart Hall; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende [et al]. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, p. 29.

³⁷ ROBINS, 1991, p. 41. Citado em : HALL, Stuart. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 84.

³⁸ Idem. HALL, 2002, p. 84.

identidades, em qual tipologia eles se inserem? Identidades de resistência que acabaram resultando em identidades legitimadora? Além do mais, em que sentido a dispersão desses sujeitos por regiões diversificadas do mundo (Chile, Cuba, Argélia, Paris, Suécia, México, dentre outros) e a “experiência diaspórica” afetou a identidade cultural desses sujeitos? Essa configuração somente os relatos desses sujeitos serão capazes de revelar.

Alguns relatos, extraídos dos depoimentos do nosso universo de pesquisa, são bastante reveladores quanto a esta questão.

Ricardo Apgaua, mineiro, participante ativo do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e posteriormente da ALN (Aliança Libertadora Nacional), grupo liderado pelo guerrilheiro Carlos Marighella, ao falar sobre como a experiência do exílio afetou sua vida e sua identidade, nos diz o seguinte:

[...] Acho que o balanço é positivo. No plano político, deixei de lado o dogmatismo que caracterizava as minhas convicções. Conheci novos métodos e critérios de análise. Aprendi a respeitar diferenças culturais e políticas e ver o mundo sem as nocivas paixões do etnocentrismo nacionalista. Acho que aprendi a ver a sociedade dentro de um universo mais amplo e complexo e abandonei a visão intolerante e maniqueísta que, estou convencido, ainda hoje predomina na esquerda brasileira. [...] Eu disse antes que sou um produto do exílio, que o exílio mudou a minha maneira de ver o mundo, e isso afeta muito o meu relacionamento com as pessoas. No Brasil estamos acostumados a trabalhar com verdades absolutas. Há coisas em que se acredita, todos sabem. Há expectativas de comportamentos óbvios e a maneira com que nossa esquerda vê o mundo é uniformizada. Acho que o exílio me libertou um pouco das expectativas de grupo na tomada de posições e me fez mais tolerante e aberto a posturas e comportamentos destoantes.

Geraldo Cruz, ex-integrante da AP (Ação Popular), esteve exilado no Chile e na Nova Zelândia, por trinta e dois anos, só retornando ao Brasil recentemente. Formou-se em enfermagem na Nova Zelândia e passou a trabalhar na Cruz Vermelha Internacional. Suas considerações sobre a experiência do exílio e sobre como isso afetou sua visão de mundo e sua identidade, revelam dados interessantes. A propósito ele diz:

[...] *Well*, essa questão da Cruz Vermelha para mim foi um negócio assim... Foi um, como se diz em inglês, um “*blessed*”. Foi uma benção entende? Porque foi um troço... Como eu te falei, eu sofri muito na Nova Zelândia entende? Foi um país assim, um país em que... Mesmo meus amigos neozelandeses diziam: “aqui é muito bom mesmo é para imigrante inglês, porque outro imigrante aqui sofre”. Sofre mesmo entende? [...] E na Nova Zelândia foi um período muito difícil para mim. Até que eu me formei em enfermagem. Formei em enfermagem e apareceu a Cruz Vermelha entende? Aí eles me queriam. Queriam porque eu falo português, eu falo espanhol, entendia bastante francês, já não entendo mais. E aí comecei a viajar com a Cruz Vermelha, o que me deu aquilo que eu te falei... Foi aquela... me deu uma identidade na Nova Zelândia não é? Eu já não

era... Eu não era só um pé rapado, refugiado desses países subdesenvolvido que é Sul América, desse continente de subdesenvolvimento não é? Mas eu sou um cara que trabalha para a Cruz Vermelha na Nova Zelândia entende? E me deu assim, uma identidade não é? Deu um reconhecimento para mim não é? E também me deu assim um senso de propósito. Eu tinha uma coisa para fazer, que eu gostava. Porque eu não gostava de trabalhar na Nova Zelândia, entende? Não queria trabalhar lá entende? Não queria tratar... Sou enfermeiro, mas não queria tratar desse povo que me tratava mal entende? E eu fui trabalhar em países subdesenvolvidos, países com problemas enormes, piores que o Brasil. Felizmente não é? Porque Angola, Moçambique, esses países, são um caos não é? Isso é um caos e trabalhei só em países de muitos problemas não é? Países com pós-guerra, guerras, esse troço todo. E isso me deu assim uma, uma... Em inglês a gente fala “*exposed*”, te dá uma... Uma experiência assim, te dá uma coisa assim de você ver, como é que pessoa funciona, como é que pessoa reage, como é que o pessoal consegue viver nessas circunstâncias não é? O que te dá uma humildade muito grande na vida também, de que essa vida é... É muito frágil não é? O ser humano... Nós somos muito frágeis [...]

João Marques de Aguiar, mineiro, atualmente professor, ex-integrante e militante ativo da POLOP (Política Operária), afirma:

[...] Eu acho que o exílio transforma. Apesar do sofrimento, da perseguição, do medo etc. Mas ele te forma politicamente sabe? Para compreender o fato de ter estado em outro país, ter visto outra realidade o que te permite comparar, ter tido uma outra visão da América Latina. Isso aí informa e você se transforma. Eu acho que eu me transformei, passei a ter uma outra visão. Então, às vezes, a visão era mais sectária, menos sectária, mais dogmática ou menos dogmática, mas se você leva isso como um aprendizado, você vai crescendo. Quando a gente encontra com companheiros da época, há vários pontos de identificação mesmo que hoje, na realidade de hoje, você esteja com um partido ou outro partido. Você tem uma visão da realidade de hoje, sobre o que está acontecendo, tem outra visão diferente. Mas de qualquer forma, quem participou dessa época, você veja que não foi muito tempo, mas nós convivemos com uma espécie de identidade onde você pode discutir muita coisa. Eu, pelo menos, vejo dessa forma. Que apesar de todos os problemas, quer dizer, se eu não tivesse tido nenhuma participação política, não tivesse sido condenado, não tivesse sido exilado, eu teria terminado meu curso normalmente na UFMG, o que na época era tranqüilo. A ditadura privilegiando os setores de universitários, o emprego era mais fácil, você conseguiria, eu convivi com colegas meus que conseguiram um emprego dentro das estatais e tudo bem. Mas eu privilegio esta oportunidade que eu tive de crescer politicamente. De enxergar as coisas de outra forma. Talvez se eu tivesse ficado aqui eu não sei se eu teria esta visão. De ter visto, de ter sentido a prática da ditadura, visto aquela coisa horrorosa. Não só aqui mais no Chile também.³⁹

Vânia Bambirra, ao expressar-se sobre de que forma a experiência do exílio alterou sua identidade, afirma:

[...] É claro que a experiência do exílio altera a identidade! Eu hoje me sinto uma cidadã do mundo. Eu deixei de ser provinciana. Eu sou capaz de morar em qualquer país do mundo, me adaptar a cultura de qualquer país. Eu adoro a América Latina, eu não sou barrista, entende? Eu não sou assim brasileira

³⁹ Entrevista de João Marques de Aguiar concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 01/11/2005.

verde-amarelo, essas coisas que os “babacas” têm. Eu não! Então eu acho que o exílio para mim foi muito criador, o exílio me reeducou. Agora claro, eu fui muito bem tratada no exílio, com muito carinho. Carinho que eu não recebi ao voltar ao Brasil. Eu tenho essa mágoa, mas eu sou brasileira, ser brasileiro é assim mesmo. Brasileiro é esculacho. Eu nunca fui tão bem tratada como no Chile e no México. No Brasil eu não fui bem tratada.⁴⁰

José Maria Rabelo, escritor e jornalista, ao ser interrogado sobre de que forma a experiência do exílio afetou sua identidade, disse que “em nada”. No entanto, seu depoimento demonstra que foi influenciado pelo contato com outras realidades.

[...] Há certos valores que são inalteráveis, principalmente do ponto de vista ético, do ponto de vista da generosidade, do sentimento de justiça, do respeito às pessoas, isso você aprende e não desaprende e que é a essência de sua personalidade. É o que Freud chamava de memória recôndita, uma coisa assim como andar de bicicleta, que você aprende uma vez e não esquece nunca. Quanto a esses valores, eles não mudam quaisquer que sejam as circunstâncias. Pelo menos, é o que eu penso. Mas em outros aspectos você pode sentir a influência das novas realidades em que viveu e passa a ter uma visão diferente das coisas. Nós voltamos muito mais preparados do que saímos. Porque aqui ficávamos quase sempre na vida contingencial, no dia a dia, na luta pela sobrevivência [...] Nós não tínhamos muito tempo para ler, aliás, o jornalista de um modo geral não lê, não estuda. Depois de tudo que vivemos, tínhamos mudado, estudado muito, feito bons cursos. Voltamos, portanto, com uma base cultural muito mais ampla do que quando saímos daqui, inclusive falando mais duas línguas, tanto o espanhol quanto o francês. Aí você pode perguntar: “Então foi bom negócio o exílio?” Ah, foi bom e ruim. Foi uma contingência. Boa ou má, não tínhamos como evitar.⁴¹

1.5 Batalha de Memórias: Ditadura X Resistência

A essência de uma nação... é que todos sejam capazes de esquecer muitas coisas.
(Ernest Renan)⁴²

A memória é um objeto de luta pelo poder, travada entre grupos, classes e indivíduos. Isso nos permite compreender porque, nas palavras de Marilena Chauí: “o passado é construído como dimensão imaginária do presente, graças à abolição de tudo quanto no passado e no presente é dissimulado pelo exercício real da dominação: uma

⁴⁰ Entrevista de Vânia Bambirra concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 02/03/2006.

⁴¹ Entrevista de José Maria Rabelo concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 23/01/2006.

⁴² RENAN, Ernest. *Qu'est-ce qu'une nation? Paris: Presses Pocket, coll. Agora, lês classiques*, 1992, p.41. Cf. citação em: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In: SEMINÁRIO 40 Anos do Golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro). *1964 – 2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2004, p. 119.

representação legítima do passado, pela ‘legitimidade’ que o presente atribui a si mesmo”.⁴³

Podemos inferir daí que a decisão sobre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido faz parte de um jogo de poder e demonstra a existência de estratégias e mecanismos de dominação de um grupo sobre o outro.

Segundo Chauí: “a história é uma entidade de resgate”; por isso, é necessário resgatar e desvendar uma “outra história”, aquela que ficou esquecida ou que nos é desconhecida, seja pelos silêncios historicamente constituídos, pela negligência ou pelo desinteresse por parte da sociedade civil ou de suas instituições. Por isso, “desmontar o conhecido se exprime num contra-discurso, é vislumbrar uma outra interpretação da história, construindo uma ‘contra-história’ ou desvelando um passado que a história encobriu ou negligenciou”.⁴⁴

Essa perspectiva em relação à história vai ao encontro da concepção histórica de Pierre Nora⁴⁵ que pode ser expressa na seguinte afirmativa: “contra uma história que se transformou em prática da mentira em nome de uma pretensa cientificidade, o retorno à memória pode não ser o acesso imediato à verdade histórica, mas é certamente o símbolo da liberdade e da alternativa à tirania”.

Le Goff⁴⁶ também chama a atenção para a prática recorrente de apropriação histórica da memória e sua manipulação com vistas a atender aos interesses de determinados grupos sociais ou classes sociais:

a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Se o historiador não deve se propor à defesa de uma causa, seja ela qual for, é notório o conflito entre as diversas interpretações sobre o período do regime militar

⁴³ CHAUI, Marilena de Souza. “*História a contrapelo*”. In: DE DECCA, Edgar. 1930. *O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 11-28.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Cf. citação de Henry Rousso: “A memória não é mais a mesma”, In: FERREIRA, Marieta de Moraes et al. *Usos e Abusos da história Oral*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p.100.

⁴⁶ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4 ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1996, p.426.

brasileiro (1964-1985) presentes na maioria das obras biográficas ou bibliográficas, produções cinematográficas, artigos e publicações recentes que retratam o referido período.

Os testemunhos nos autorizaram a inferir que, ao retornarem, os exilados encontraram, num primeiro momento, um ambiente propício à escuta e puderam, gradativamente, relatar, seja através da imprensa ou da publicação de obras biográficas, as suas trajetórias, experiências e seus sofrimentos e alegrias no exílio. Havia uma enorme demanda por grande parte da sociedade brasileira, especialmente das gerações mais jovens, em conhecer e compreender o que se passara na história recente do país.

No entanto, consideramos que o regime militar, no momento do retorno dos exilados, já havia organizado um discurso destinado ao esquecimento das mazelas do período ditatorial. Os exilados chegam quando as versões oficiais já estavam elaboradas, quando a batalha pela memória já havia começado e o esquecimento havia sido proposto como forma de se evitar transtornos e *revanchismos* de ambas as partes: vítimas e algozes.

Surgem versões condescendentes e conciliatórias. Mas surgem, também, outras versões, menos complacentes. Afinal, não havia como esquecer as prisões, torturas, assassinatos, deportação, negação dos direitos humanos, cassação de direitos políticos e civis, etc. Para exasperação dos militares, estas versões acabam por predominar, tornando-se irrefutáveis, especialmente a partir dos anos 80.

O período ainda era o da “abertura: lenta, gradual e segura”. Ainda havia grande receio, por parte da oposição e de alguns setores civis, ou mesmo da esquerda brasileira, de haver interrupção ou reversão do processo. Afinal, forças de extrema-direita resistiam e pressionavam, seja ameaçando, assassinando ou praticando atos terroristas.

Apesar de tudo isso, a liberalização do regime acabou progredindo. A redemocratização seguiu o seu curso, entre avanços e recuos, negociações e transições, pacotes e estratégias do governo militar para controlar o processo. Não havia mais como retroceder. O governo militar perdera sua legitimidade e a liberalização era o desejo de amplos setores da burguesia nacional e da sociedade civil, que já não mais, apóia o regime e começa a exercer pressão para o retorno à democracia.

Porém, a construção da memória do período da ditadura militar brasileira, no processo da redemocratização, esbarra em dois problemas merecedores de nossas considerações: por um lado, durante o período da distensão e da abertura, a nação foi sofrendo uma espécie de *metamorfose*, que se traduziu pela negação da existência de partidários da ditadura - “como se a sociedade tivesse vivido a ditadura como um pesadelo,

que precisaria exorcizar, não tendo em nada contribuído para sua existência” - ⁴⁷ e do projeto ofensivo das esquerdas de combater o regime através da luta armada.⁴⁸

Por outro lado, o processo de Anistia foi visto como inevitável, mediante os movimentos sociais em torno da questão, embora o discurso oficial o apresente como uma concessão dos militares. De sorte que, no final dos anos 70, a universalização do discurso da redemocratização preenchia as lacunas do período ditatorial. No momento da luta pela Anistia, a condição exigida pelo regime militar para a “concessão” da Anistia era, precisamente, o apagamento das ideologias que estavam presentes junto aos movimentos sociais atuantes durante todo período de repressão política.

A luta pela redemocratização do Brasil tinha, pois, o seu ônus: o esquecimento. Este, por sua vez, era paulatinamente preenchido pelo discurso oficial do regime: a redemocratização, endossada pela Anistia. Nesta perspectiva, depois da Lei da Anistia em 1979, para os militares “trazer à lembrança a brutal repressão aos grupos de esquerda representaria uma violação ao próprio princípio da Anistia. Conforme essa ótica, anistiar era zerar as contas e, portanto, esquecer”.⁴⁹ Neste sentido, no processo de transição proposto pelos governos autoritários, “o país busca uma conciliação com seu passado autoritário como forma de construir a democracia” posto que um dos princípios norteadores da “abertura”, encaminhada pelos governos Geisel e Figueiredo, era “evitar qualquer cisão nas Forças Armadas”, preservando a instituição e colocando a imunidade militar como questão inegociável.⁵⁰

A partir da década de 80, começa a surgir uma ampla produção memorialística sobre o regime militar brasileiro, bem como sobre as organizações de esquerda. A dinâmica da publicação dessas memórias demonstra haver um tenso diálogo entre as memórias dos militantes de esquerda e dos militares, especialmente no que se refere à repressão e à tortura. Ao consultar este acervo, podemos perceber claramente uma

⁴⁷ Cf. em: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerda e sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000, p.9

⁴⁸ Idem. pp.70-1. A propósito, Daniel Aarão Reis aponta para as “(re)construções históricas” e os “deslocamentos de sentido” que se fixaram na memória nacional, sendo um deles, a apresentação das esquerdas armadas como “parte integrante da resistência democrática”. Cf. também em: REIS, Daniel Aarão, *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In: SEMINÁRIO 40 Anos do Golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro). *1964 – 2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2004, pp.119-135.

⁴⁹ A propósito conferir em: FILHO, João Roberto Martins. *A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares*. Revista VARIA HISTÓRIA, n. 28. Dezembro, 2002.

⁵⁰ A propósito conferir em: D’ARAUJO, Maria Celina. “Geisel e Figueiredo e o fim do regime militar”. In: Seminário 40 anos do Golpe de 1964. *1964-2000: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 93.

oposição entre os discursos dos militantes e dos militares sobre a ditadura brasileira no pós-64.

As “batalhas de memória” evidenciam-se pelo fato de que, enquanto diversos ex-militantes se empenham em manter viva a memória da resistência nos anos 60 e 70, os militares esforçam-se por baixar o manto do esquecimento sobre os aspectos mais sombrios do período, especialmente, os que dizem respeito à tortura dos presos políticos.⁵¹ Recentemente, em 2004, a Biblioteca do Exército lançou, em dez volumes, uma extensa coleção de depoimentos de militares sobre o golpe e a ditadura militar, o que demonstra uma tentativa de ganhar terreno nas intensas batalhas de memória que se travam atualmente na sociedade brasileira.⁵²

Em relação às narrativas de alguns dos ex-militantes de esquerda, Daniel Aarão Reis⁵³ aponta para a existência de três versões sobre as organizações de esquerda numa tentativa de encontrar o seu significado no contexto da apropriação da memória sobre o período: a conciliatória, expressa nas versões de Fernando Gabeira e Zuenir Ventura, dentre outras, marcadas pelo esforço, diante da demanda da sociedade em recuperar a “agitada” história dos anos 60, de reconstruir um passado de forma condescendente e conciliatória.

A propósito, ele diz o seguinte:

Com o recuo da ditadura militar e a abertura “lenta, segura e gradual”, vastos segmentos da sociedade queriam recuperar a história agitada dos anos 60, reconciliar-se com ela, mas na paz, na concórdia, sem revanchismos estéreis, como aconselhavam os militares e os homens de bom senso. No contexto da anistia recíproca, não seria possível avivar a memória sem despertar os demônios do ressentimento e das cobranças? Seria como recordar esquecendo, esquecendo a dor. Não é para isso que temos o recurso do humor?⁵⁴

Sob uma ótica diferenciada, tem-se a versão de Jacob Gorender e de Marcelo Ridenti, que tentam resgatar uma memória perdida numa espécie de recuperação do projeto dos vencidos. A partir de suas obras, *Combate nas Trevas*⁵⁵ e *O fantasma da Revolução*⁵⁶,

⁵¹ Idem p.179.

⁵² A propósito Cf. em REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In: SEMINÁRIO 40 Anos do Golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro). *1964 – 2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2004, p.138. Nota 16.

⁵³ Cf. em: VÁRIOS AUTORES. *Versões e Ficções. O seqüestro da história*. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 1997, Pp. 31-45.

⁵⁴ REIS, Daniel Aarão. *Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60*. In: *Versões e Ficções: o Seqüestro da História*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2ª ed., 1997. p. 35.

⁵⁵ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A esquerda brasileira: das ilusões à luta armada*. São Paulo, Ática, 1987.

estes historiadores, baseados em entrevistas com ex-militantes, consultas a jornais, textos das organizações revolucionárias e processos judiciais, buscam recuperar a memória dos militantes, que se configuram como vítimas do poder instituído para os quais, “acuados pelo regime existente, sem opções, apenas a resistência era possível”.⁵⁷ Os anos 60, portanto, “aparecem como anos de resistência democrática”.⁵⁸

A terceira versão, defendida por Daniel Aarão Reis, por sua vez, apresenta as organizações de esquerda como uma “contra-elite”, propositora de um projeto alternativo ao regime militar; não de resistência, mas de caráter ofensivo. Ou seja, os militantes que optaram pela luta armada tinham em vista um projeto revolucionário cujo objetivo era o assalto ao poder. Nesta perspectiva, “os revolucionários não resistem, atacam”.⁵⁹

A Revolução não veio, “faltou ao encontro”, mas isso necessariamente não significa que o projeto não tenha existido, nem nos autoriza a apagá-lo dos registros da memória coletiva.

A revisão crítica das tradições de esquerda, dos projetos “utópicos” irrealizáveis, na concepção de alguns, do messianismo e sectarismo de algumas organizações, podem e devem ser feitas. No entanto, isso não significa o triunfo da memória e das narrativas dos militares e dos setores conservadores. Apontam sim, para um amadurecimento e a busca de alternativas, tomando como base outras referências e dimensões do político e do social. Quem sabe mais uma versão historiográfica onde a questão da construção identitária apareça como marca distintiva dos projetos transformadores abortados? Essa é a proposição esboçada pelo historiador Daniel Aarão, que sabe de onde vem o seu discurso, pois foi militante de esquerda e participou ativamente do processo em questão.

Nas palavras de Daniel Aarão:

Para se compreender a conjuntura político-cultural seria preciso articulá-la com as trajetórias pessoais. Micro e macroestruturas condicionando um processo de elaboração ética coletiva e individual, combinada com uma prática política. Um programa revolucionário que emerge como manifestação de uma identidade construída para além da dimensão política.⁶⁰

O embate entre interpretações divergentes significa que nem sempre a unanimidade se faz presente na prática da construção historiográfica, mas nos leva,

⁵⁶ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução*. São Paulo, Unesp, 1993.

⁵⁷ REIS, Daniel Aarão. *Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60*. In: *Versões e Ficções: o Sequestro da História*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2ª ed., 1997. p. 39.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Idem, p.41.

⁶⁰ REIS. Op.cit. p.44.

também, a refletir sobre a interpretação que damos a cada uma dessas versões e a opção feita sobre uma delas. A forma de encararmos o passado e a maneira como lidamos com ele, é fundamental e influenciará na construção do futuro que desejamos construir.

Outras interpretações aparecerão. Afinal, este é um passado recente, pouco explorado e conhecido. Nesta perspectiva, é que procuraremos ouvir as vozes de outros narradores e novas versões, pois, a interpretação do narrador, detentor da memória, poderá configurar uma outra tela de visão do mundo.

2. DA DIÁSPORA: O SIGNIFICADO DO EXÍLIO E DO RETORNO

“Quando Dante atravessava Verona, o povo apontava-o com o dedo e segredava: ‘Ele está no inferno’. E como poderia ele, de fato, sem aí viver, descrever-lhe todos os tormentos? Ele não os tirara da sua imaginação, ele os vivera, experimentara, vira e sentira. Ele estava de verdade no inferno, na cidade dos condenados: ele estava no exílio”.
(Heinrich Heine, Über Ludwig Börne)⁶¹

2.1 Reflexões sobre o exílio

O exílio sempre foi um tema recorrente na história da humanidade. Por ser uma experiência primordial, sempre esteve presente, com suas representações e simbologias, na mitologia, na história, na literatura e no arquétipo da cultura Ocidental.

Diversos personagens mitológicos são estruturados a partir da temática do exílio: Io, Ulisses, Édipo, Loth, Adão e Eva e diversos outros exemplos emblemáticos. Na mitologia grega, o mito da migração sempre esteve associado à pena e castigo. Os exemplos são claros: Io, filha do Rei Inacho, belíssima e desejável, tornou-se alvo de Júpiter, marido de Hera, a deusa dos reinos. Enciumada, Hera a coloca sob os cuidados e vigilância de Argos, “o monstro de cem olhos” e ao se libertar, tem Hera em seu encalço que, furiosa, inicia uma perseguição implacável à sua rival. Io é então, obrigada a errar por muitas terras. Atravessa o mar a nado, dirige-se a Ilíria, passa pelo monte Hemo e por diversas regiões. Na sua corrida sem pouso e sem rumo, perseguida pela rainha dos deuses, Io encarna a angústia e a ansiedade do exílio. Acossada, ninguém lhe oferece abrigo e para onde quer que se dirija, é acompanhada pelo receio de ser descoberta. Sua trajetória é acompanhada do medo e do desassossego.

Assim também é a história de Ulisses que, perseguido por Posêidon, por ter desafiado aos deuses, é impedido de voltar a Ítaca. Numa busca contínua, de sua terra natal, Ulisses passa por diversos sofrimentos e agruras até conseguir retornar, o que só ocorre após vinte anos.

⁶¹ Cf. citação em: QUEIROZ, Maria José de. Os males da ausência, ou A literatura do exílio. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. p.7.

Édipo, na tentativa de fugir do seu trágico destino, vaga sem rumo, já que foi impedido de viver em seu reino. No entanto, encontra seu destino pelo caminho e cai no incesto e na desgraça. É inútil lutar contra a força do destino. Loth, ao partir para o exílio é castigado, quando vê sua mulher se transforma em estátua de sal, por desobedecer às orientações divinas. Adão e Eva são expulsos do paraíso ao fazerem uma escolha pessoal. Ao comerem o “fruto proibido”, desafiam uma ordem Divina, por isso, caem em desgraça já que não conseguiram adotar uma posição de submissão a Deus. O tema do exílio está também presente em outros exemplos: Maomé, Noé, Abraão, Moisés e Jesus.

A busca por referências mitológicas é feita por diversas disciplinas que procuram compreender o comportamento e os sentimentos humanos, inclusive a psicanálise, que trata do indivíduo. Em relação ao exílio, isso ocorre em decorrência dos exemplos que, geralmente, são recorrentes e paradigmáticos: perda, desenraizamento, dúvidas, incertezas, ostracismo, transitoriedade, medo, rejeição, dentre outros. Afinal, a ruptura provocada pelo exílio é não só geográfica, mas também, psicológica, social e temporal. Ele, geralmente, implica, no plano individual, o corte com os laços familiares e afetivos, a interrupção da trajetória pessoal e dos projetos financeiros e profissionais; a nostalgia e a saudade da terra natal, a ausência do sentimento de pertença e das referências ligadas à identidade.

A assertiva de Portillo é um exemplo do que afirmamos acima:

O exilado é um peregrino, um “sujeito errante”, [...] o desterro é sempre uma mutilação da parte do ser humano que mais dói; a mutilação no sentido da biografia individual e da história coletiva. O refugiado perde as referências com a realidade. Abandona os sinais dos antepassados, se desliga da realidade de significações que os próximos haviam tecido à sua volta, desde antes do nascimento e se colocam no mundo, sem a terra a seus pés e com recordações como únicas senhas de identidade.⁶²

O exílio, quase sempre, configura-se como um ato de violência. Ele é fruto da exclusão, da intolerância e da dominação, especialmente quando a partida para o estrangeiro não é voluntária, mas imposta como banimento. No entanto, convém ressaltar que, apesar de todos os aspectos negativos, a experiência do exílio é ambígua e nem sempre é uma fatalidade. Ela não se caracteriza apenas por aspectos negativos ou por uma experiência de rupturas, rejeições e renúncias. O exílio apresenta outra faceta: a capacidade imaginativa e criadora daquele que o experimenta, implicando, também, “sutura, reconstrução e recomeço”.

⁶² PORTILLO, In: CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: Entre Raízes e Radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 19.

A propósito Maria José Queiroz afirma :

Todos os exílios configuram uma ideologia _ religiosa, mítica, política, econômica ou social. E no caso de tribos, povos e comunidades inteiras, o exílio – voluntário ou compulsório -, se resolve num ato fundador. À tristeza e ao sofrimento, sucedem a determinação, a coragem, a fortaleza de ânimo. Ao desespero da perda de quanto se deixa para trás se sobrepõe a esperança do recomeço. A noção de pátria ganha novo sentido: é o “pátria est ubicumque est bene” (“Pátria é onde se está bem”), de Cícero. Ao abrigo dessa certeza é que se escreveram as epopéias da criação dos estados modernos. Povos inteiros resgataram no exílio o imaginário nacional, logrando recompor, sob novo céu, novas estrelas, a célula doméstico-familiar.⁶³

O mais remoto exílio da história do Ocidente, data de 2000 a.C - segundo relato em texto traduzido por François Joseph Chabas, egiptólogo francês conhecido por traduções de papiros - sofreu Sinuhe, um cidadão egípcio. Referindo-se à punição sofrida, ele declara: “Ir para o exílio não estava escrito na minha mente nem no meu coração. Eu me arranquei por força do solo onde estava”. Após longa peregrinação, pede clemência e é anistiado pelo Imperador.⁶⁴

Na Grécia, o ostracismo deve sua introdução na legislação grega a Sólon. O ostracismo era uma forma de punição política empregada inicialmente pelos atenienses. Significava a expulsão política e o exílio por um período de 10 anos, sendo que os bens ficavam à disposição do Estado. Foi decretado em Atenas no ano de 510 A.C. por Clístenes e foi posto em prática no ano 487 A.C. como luta contra a tirania. O político que houvesse proposto projeto e votações para auto beneficiar-se ou para retornar para a tirania era candidato certo ao ostracismo.

Logo, a proscricção podia atingir até mesmo aqueles que detinham o poder - artifício que representou, nos primeiros tempos, a salvação das democracias - pois o horror ao exílio passou a servir como uma espécie de freio à arbitrariedade. O ostracismo era um castigo ao abuso de poder e podia atingir a qualquer um, desde o cidadão comum a mais alta autoridade. Inspirado no ideal grego de equanimidade, sua aplicação nem sempre correspondeu aos ideais de justiça, pois interesses políticos e perseguições aos inimigos, acabaram por desvirtuar a prática. O propósito de sua adoção foi perdido com o tempo.

No hebraico *tefutzah*, "dispersado", ou *galut* "exílio", refere-se à dispersão dos judeus pelo mundo e a formação das comunidades judaicas fora da Palestina, por

⁶³ QUEIROZ, op. cit. p.30.

⁶⁴ Idem, ibidem, p.20

conseqüência disso. De acordo com a Bíblia , a Diáspora é fruto da idolatria e rebeldia do povo de Israel e Judá para com Deus , o que fez com que este os tirasse da terra que lhes prometera e os dispersasse pelo mundo até que o povo de Israel retornasse para a obediência a Deus, onde seriam restaurados como uma nação soberana e senhora do mundo.⁶⁵

2.2 O significado do exílio

O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heróicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre⁶⁶.

O exílio é o estado de estar longe da própria casa, seja cidade ou nação, e pode ser definido como: a expatriação voluntária ou forçada de um indivíduo. Muitas vezes, é caracterizado como banimento, desterro ou degredo. Algumas vezes se utiliza o termo exilado no sentido de refugiado. No entanto, a condição de exilado não se confunde, necessariamente, com a de asilado ou de refugiado. Embora haja um ponto comum entre essas condições - o fato de estarem afastados do seu país e na maioria das vezes, impedidos de voltar para casa - existem distinções entre exilados, expatriados, refugiados e emigrados.

Edward Said, no seu ensaio “*Reflexões sobre o exílio*” aponta para essas distinções:

O exílio tem origem na velha prática do banimento. Uma vez banido, o exilado leva uma vida anômala e infeliz, com o estigma de ser um forasteiro. Por outro lado, os refugiados são uma criação do Estado do século XX. A palavra “refugiado” tornou-se política: ela sugere grandes rebanhos de gente inocente e desnorreada que precisa de ajuda internacional urgente, ao passo que o termo “exilado”, creio eu, traz consigo um toque de solidão e espiritualidade. [...] Os expatriados moram voluntariamente em outro país, geralmente por motivos pessoais ou sociais. [...] Eles podem sentir a mesma solidão e alienação do exilado, mas não sofrem com suas rígidas interdições. Os emigrados gozam de uma situação ambígua. E do ponto de vista técnico, trata-se de alguém que

⁶⁵ A propósito conferir em <http://www.wikipedia.com.br/diaspora> acesso em julho de 2005

⁶⁶ SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e Outros Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

emigra para um outro país. Claro, há sempre uma possibilidade de escolha, quando se trata de emigrar .⁶⁷

Apesar das distinções, todas estas situações têm algo em comum: “a solidão vivida fora do grupo: a privação sentida por não estar com os outros na habitação comunal”.⁶⁸ Estes sentimentos de solidão e *estranhamento*, tão presentes nos depoimentos de vários exilados, podem ser percebidos nos versos de um dos nossos depoentes, escritos durante o exílio vivenciado em Paris:

Que paisagem é este que me confunde,
 que rio é este que nunca vi,
 que gente é esta que desconheço,
 que campo é este em que me perco,
 que noite é esta de que não saio,
 que lugar é este a que devo ir,
 ue bruma é esta que dura sempre,
 que canto é este que não distingo,
 que festa é esta sem propósito,
 que sol é este que não me aquece?

Lá fora a neve encobre
 as margens das estradas,
 e um álgido vento
 açoita os vidros do edifício.
 A rua está deserta,
 e os homens que passam,
 poucos, pela madrugada,
 conversam noutra língua,
 falam de longínquas mulheres,
 de sonhos ininteligíveis
 para meus sentidos de sonâmbulo.
 O agasalho que me deram
 é curto, incômodo,
 e me imobiliza os gestos, o pensamento,
 na solidão de meu quarto.
 Tento chamar pelo telefone
 a alguma parte em que me entendam:
 todas as linhas estão cortadas,
 todos os números estão mudos.
 Olho para o mar como último ponto de salvação,
 mas os navios já partiram,
 e apenas os bêbados, os retardatários
 ainda aguardam sobre o cais
 o embarque impossível.⁶⁹

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Trechos da poesia *Residência Provisória* In: RABELO, José Maria. *Residência Provisória. Os sentimentos do exílio*. Belo Horizonte: Europa, 2004, p. 22.

Outro depoimento bastante ilustrativo é o de Edmur José da Fonseca⁷⁰. Sobre o significado do exílio, ele diz o seguinte:

[...] todo exílio é necessariamente uma violência. E é uma violência difícil de caracterizar porque na verdade é difusa. Quando é uma violência física você sabe o porquê, mas o básico dessa violência do exílio é o desenraizamento e a perda de suas raízes básicas, o afastamento de seus valores. Quando você diz a palavra pátria ou diz a palavra amor, num determinado lugar, você sabe o que é. E o grande drama da ruptura é que você tem que explicar aquilo que é o seu pensamento ou a sua vontade. Porque se você falar aqui, no amor à pátria todo brasileiro sabe o que é. Pode até ser contra, mas sabe. Mas, quando você diz assim: não, a pátria só é pátria se for desse jeito, você está fazendo uma ruptura. Agora, o exilado sai da sua terra violentado no seu pensamento, seja político, social, até individual. Os gregos já tinham o sistema do ostracismo, quer dizer, o sujeito era obrigado a sair da sua cidade porque estava deturpando o pensamento dos jovens. Muitos deles serviram até para o desenvolvimento da humanidade, com o passar dos tempos. Porque eles eram avançados em relação ao seu próprio tempo. Em segundo lugar, o exilado, por definição está sendo injustiçado pelo grupo que chegou no poder. Porque o exilado não é exilado por haver cometido um crime segundo os valores dele. Ele está acusado por um crime de querer mudar um sistema. Então isso existe. Segundo lugar, não é um grupo uniforme. São de origens diferentes. [...] Depois, tem a incerteza quanto ao futuro. Porque ele não está lá por escolha própria. Então, é passagem. Mas ele sabe que ao voltar ao seu país seu país mudou e vai ter dificuldades que ele já tinha vivido aqui. Isso então dá uma sensação de insegurança.

Geraldo Cruz⁷¹, ao falar sobre sua trajetória nos países onde vivenciou o exílio evidencia alguns aspectos ligados ao sentimento de *pertencimento*. A propósito, ele afirmou:

[...] A ida para o Chile foi um “troço” assim... Como eu te disse: não muito traumático entende? Porque foi um outro ambiente, onde eu fui aceito, onde eu tinha uma função, em que era bem aceito, e que era mais ou menos a minha gente não é? Então foram trajetórias diferentes. Quando eu fui para Nova Zelândia... Opa! Aí foi um “troço” não é? Porque, primeiro: é um país frio, um povo muito frio. Nós fomos bem recebidos, mas porque tinham que receber a gente entende? Então foi muito... Foi um impacto muito grande. Aprender o idioma... Mesmo assim eu me envolvi com o pessoal da Anistia Internacional, do Partido Comunista, o pessoal da Igreja, da esquerda da Igreja não é? [...] Eu não me isolei. Eu comecei a participar da sociedade através de um grupo, já formado, de pessoas locais e que acharam um caminho, um meio de eu entrar na sociedade. [...] O que eu quero falar, e isso é muito importante, é que eu já trabalhei muito com psiquiatria, já trabalhei com droga, com o pessoal drogado. Na Nova Zelândia, tive muita experiência com psicodrama. [...] Isso me ajudou muito não é? Mas uma das coisas que nunca foi resolvida, na Nova Zelândia, é que eu nunca tive esse sentimento de *belong*, esse sentimento de *pertencer a* entende? Eu não sou de daqui entende? Quer dizer, isso aí eu nunca tive. Nunca, nunca, nunca. Mesmo que eu tenha vivido lá 32 anos. Mesmo toda vez que eu chegava, saía, aí trabalhava na Cruz Vermelha, chegava, saía num jornal e até eles me chamavam de *Country-bumpkin* como se eu tivesse, como se eu fosse

⁷⁰ Entrevista concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 13/11/2005.

⁷¹ Entrevista concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 28/03/2006.

um cara local, mas eu nunca tive esse sentimento. E outro sentimento que não existia era aquele sentimento de propósito, do tipo: eu estou aqui, quero fazer alguma coisa para esse povo, entende? E lá eu nunca me senti assim. Exceto, é claro, na profissão. Mas isso é importante, porque eu nunca tive isso na Nova Zelândia, esse sentimento de que eu pertencia àquele lugar. Eu nunca senti que eu sou de lá. Nunca, nunca, nunca. Sempre querendo voltar ao Brasil, sempre querendo voltar ao Brasil. [...] Este é um dado muito interessante, porque com a Cruz Vermelha, eu tive esse sentimento de *purpose* entende? Esse sentimento de propósito não é? Que é o de fazer uma coisa que eu gostava. E então, eu estava sempre disposto a trabalhar para eles. Então isso também me deu... me deu [silêncio] certa identidade. Porque eu já era o Geraldo, o neozelandês que trabalhava na Cruz Vermelha, dando muitas entrevistas no jornal, televisão não é? [...]

O exílio é, portanto, pleno de significados: ausência ou perda de referências; estranhamento em relação a outros padrões culturais; desenraizamento, a partir do afastamento do convívio com a língua materna, costumes e tradições do país de origem; o corte e o abandono de projetos pessoais; a ruptura física ou política, enfim; são inúmeros os significados do exílio. Pode ser caracterizado como “uma condição criada para negar a dignidade” conforme afirmou Edward Said, e implica na alteração da identidade política e social do indivíduo.

Alguns vivenciam esta experiência de forma dramática e jamais conseguem superar as seqüelas deixadas pelo exílio ou pelas circunstâncias que o levaram a ele. Outros, por sua vez, conseguem extrair dessa experiência um saldo positivo: a possibilidade de conviver com outras culturas, ampliar os horizontes, passando a ter uma visão mais cosmopolita do mundo, a partir da convivência com outros povos e referenciais, bem como da consciência da existência de trajetórias históricas diferenciadas; aprender outros idiomas ou até mesmo adotar outros costumes e padrões culturais. Uns chegam até mesmo a alcançar sucesso material e profissional ou conseguem certo reconhecimento pessoal, dependendo do país onde experienciou o exílio e das oportunidades que lhes foram apresentadas, conforme exemplo do depoente Geraldo Cruz.

A propósito, Maria do Carmo Brito afirma:

[...] A experiência da diversidade... Bom, tem primeiro, a experiência da adversidade. Acho que isso é... Tempera não é? As pessoas que se acham muito protegidas, elas tem pouco para crescer, para se afirmar, construir sua individualidade. A adversidade, eu acho que ela é positiva nesse sentido. Agora no caso do exílio, é a apreensão da diversidade, do não comum, do ter que conviver, do contrário... Isso é de uma riqueza sem tamanho.⁷²

⁷² Entrevista concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 01/03/2006.

Logo, o exílio é uma experiência ambígua e heterogênea, embora social e coletiva, que vai variar de acordo com as características centrais da personalidade do indivíduo, com suas trajetórias individuais e com aspectos circunstanciais da vida de cada um.

2.3. Contextualização: A Abertura Política e a redemocratização do país

*Você que inventou esse estado...
Ora, tenha a fineza
De desinventar
(Chico Buarque de Holanda)*

As ditaduras militares tornaram-se comuns e se multiplicaram por toda a América do Sul, ao longo das décadas de 60 e 70, com suas características típicas como: cassações de direitos políticos, prisões, torturas, mortes, exílio e violações dos direitos humanos contra àqueles considerados opositores ou “inimigos internos” dos regimes ditatoriais ou “subversivos” da ordem vigente.

No Brasil, o período correspondente ao final da década de 60 até meados de 70, caracterizou-se por ser o período mais sombrio da ditadura militar implantada pelo golpe de 64, e ficou conhecido como os “anos de chumbo”, devido ao endurecimento do regime pela linha política de determinada facção do exército que ficou conhecida como “linha dura”.

A repressão, a tortura e o terrorismo de Estado, justificados pela doutrina de Segurança Nacional⁷³ e pela ameaça do “perigo vermelho”, procuravam silenciar os movimentos sociais, reprimindo violentamente as organizações de esquerda - especialmente aquelas que haviam optado pelo combate ao regime via luta armada - e desagregando diversas entidades representativas dos setores populares.

O uso indiscriminado de instrumentos de repressão, como os Atos Institucionais decretados pelo governo, especialmente o AI-5, que completou o fechamento político iniciado pelo golpe de 64, deixaram um rastro de sangue em vista das violências praticadas

⁷³ Sobre a Doutrina de Segurança Nacional e sua implantação definitiva pelo regime militar instaurado em pelo golpe de Estado em 1964, Maria Helena Moreira Alves diz o seguinte: [...] *constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, [...] tendo sido utilizada para justificar a imposição de um sistema de controle e dominação. [...] a Doutrina de Segurança Nacional efetivamente prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos “inimigos interno [...]*. Conferir em: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil* (1964 - 1984). Petrópolis: Vozes, 1984, p. 26.

nas prisões pelos agentes da polícia política, criando um clima permanente de medo, terror⁷⁴ e censura.

Além disso, com a edição do AI-5 houve também uma intensificação da censura de imprensa, sistematizada durante os governos Costa e Silva, da Junta Militar e Médici (1969-74). Carlos Fico chama a atenção para o fato de que, embora a existência da censura esteja associada ao período do regime militar, ela sempre esteve presente e ativa no Brasil. No entanto, “a censura explícita de temas estritamente políticos marcou períodos francamente ditatoriais, como o Estado Novo, de Getúlio Vargas (1937-1945) e a ditadura militar (1964-1985)”.

Este autor aponta para a existência de uma dupla censura: uma legal, que há muito era praticada no Brasil e controlava as diversões públicas (DCDP) e outra dita “revolucionária”, implantada pelos militares radicais vitoriosos em 68, que era a censura propriamente política da imprensa, constituindo-se em mais um instrumento repressivo do regime autoritário. Esta, por sua vez, era negada pelo regime e constituía um de seus instrumentos repressivos. O silêncio foi a estratégia utilizada pela ditadura militar para ocultar a existência da censura da imprensa, numa tentativa “esquizofrênica” de praticá-la sem admiti-la.

Segundo Carlos Fico é possível fazer “a distinção entre a dimensão moral e a dimensão estritamente política, seja na censura da imprensa, seja na censura de diversões públicas”. A propósito ele afirma o seguinte

[...] Naturalmente, porém, prevalecia no caso da imprensa a censura de temas políticos, tanto quanto os temas mais censurados entre a diversões públicas eram de natureza comportamental ou moral. Isso explica o porquê de a expressão “censura política” estar associada principalmente à censura da imprensa. Porém, se o *Jornal do Brasil* ou *O Estado de S. Paulo* pretendessem publicar fotos de mulheres nuas, teriam sido censurados do ponto de vista moral pelos censores especializados na censura política da imprensa. Isso aconteceu bastante com *O Pasquim*. Mas é importante distinguir essas duas instâncias, porque a DCDP era legalizada e a censura da imprensa era “revolucionária”.⁷⁵

Paradoxalmente, estes também foram os anos de “glória” do regime militar, devido ao “milagre econômico”, ocorrido no período 1967-1974, quando a economia brasileira apresentou “altíssimas taxas médias de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e da indústria de transformação (12,5%) e forte elevação da taxa de investimento e do

⁷⁴ FICO, Carlos. *Além do Golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 87.

⁷⁵ Idem, *ibidem*, p.91.

emprego”⁷⁶, contrariando as tendências decrescentes do período 1963-1967, quando “o crescimento econômico brasileiro caiu à metade”⁷⁷. Logo, “a principal marca do “milagre” foi, o caráter inesperado das elevadas taxas de crescimento⁷⁸ e o *boom* da economia brasileira.”

A ditadura, portanto, se consolidara devido à sua ancoragem no sucesso do “milagre econômico”, fruto do modelo de desenvolvimento adotado pelos governos militares, consistindo no crescente condicionamento do desenvolvimento brasileiro às exigências dos capitais internacionais, tornando-se o grande trunfo do regime militar. Este modelo tinha como suporte o acelerado crescimento econômico, a criação contínua de novos empregos, permitindo a ascensão de setores da classe média e de alguns setores do operariado, o que dava um caráter de legitimidade ao regime. Além disso, havia o apoio da grande imprensa e a propaganda maciça fundamentada em dísticos ufanistas como: “ninguém segura este país”; “Brasil: ame-o ou deixe-o”; “este é um país que vai pra frente”, “ninguém segura a juventude do Brasil”, dentre outros, amplamente divulgados pelos meios de comunicação.⁷⁹

Porém, a partir de 1974 - exatamente quando o regime militar apresentava-se como estável e duradouro - disposto, inclusive, a eliminar seus traços antidemocráticos no processo de distensão, através da “abertura lenta, segura e gradual” e da proposta de inserção do Brasil num Estado de Direito, conforme o Projeto Geisel-Golbery, apoiados pela facção “castelista” - a ditadura militar, como as demais ditaduras da América Latina, entra em um processo de crise crescente. Isso é favorecido por diversos fatores, que abalam a estrutura do regime: a pressão externa, exercida pelo governo norte-americano e pela firme ação de Jimmy Carter, em favor dos direitos humanos, a vitória eleitoral do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), devido a votação esmagadora nos candidatos da oposição ao Senado nas eleições de 1974; a crise econômica internacional, com seus reflexos na diminuição interna das taxas de crescimento; as tensões internas na corporação

⁷⁶ A propósito conferir em: CANO, Wilson. *Milagre Brasileiro: antecedente e principais conseqüências econômica*. In: SEMINÁRIO 40 Anos do Golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro). 1964 – 2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2004. p. 226.

⁷⁷ Cf. em: PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2003, p 209..

⁷⁸ Idem, p. 222.

⁷⁹ Cf. em RODRIGUES, Marly. *O Brasil da abertura: de 1974 à Constituinte*. São Paulo: Atual, 1990.

militar; a decisão de liberalizar – que vinculava-se ao projeto de certas facções militares; a pressão empresarial, a partir do II PND; a posição da Igreja, dentre outros.⁸⁰

O projeto de liberalização de Geisel tinha como meta principal a distensão “lenta, gradual e segura” numa perspectiva de reconstitucionalização do país, o que não implicava necessariamente na redemocratização brasileira. Não estava, portanto, relacionada à questões humanitárias ou democráticas e sim ao fato de que, a longo prazo, o arbítrio e as práticas do regime eram insustentáveis.

Conforme Thomas Skidmore⁸¹, o projeto de distensão possuía quatro objetivos essenciais que eram: a manutenção do apoio majoritário dos militares, reduzindo o poder da linha dura e restabelecendo o caráter profissional da Forças Armadas; o controle dos subversivos e da oposição de centro-esquerda como um todo; retornar a um tipo de democracia, ainda que restrita e controlada; manter as taxas de crescimento econômico altas, o que era fundamental para manter a legitimação política do governo perante a sociedade e os empresários.

No entanto, a retração da economia mundial, iniciada pelo primeiro choque do petróleo em 1973 foi aprofundada pela mudança na política monetária nos Estados Unidos, em outubro de 1979 e pelo segundo choque do petróleo, que tiveram efeitos drásticos sobre a economia brasileira⁸², provocando recessão e queda do crescimento econômico e a retração do mercado interno, provocada pelos baixos salários e as altas taxas de inflação.

Segundo Alkimar Moura, a política econômica brasileira, durante a gestão do General Figueiredo:

[...] teve impacto líquido vigorosamente contracionista, acabando por provocar uma queda acentuada na atividade econômica e no emprego durante todo o transcorrer de 1981 [...] A partir daí, desenha-se um cenário econômico inédito, que poderia ser caracterizado como um jogo de soma negativa, estendendo-se para 1982 e 1983. Nestes três anos, observou-se a mais profunda, prolongada e abrangente queda no nível de atividade econômica dos últimos sessenta anos.⁸³

Tudo isso acabou por gerar severas críticas e discordâncias por parte de amplos setores da sociedade que haviam apoiado o regime, especialmente os empresários e grande

⁸⁰ Cf. em: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil. 1974-1985*. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2003, p 247.

⁸¹ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1988.

⁸² A propósito conferir em: MOURA, Alkimar R. *Rumo à entropia: a política econômica, de Geisel a Collor*. In: LAMOUNIER, Bolívar (org). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo, Sumaré, IDESP, 1990, pp.37-50.

parte da burguesia nacional. Esta mesma burguesia, que financiara o golpe militar de 64 e que apoiara incondicionalmente a ditadura começa a reivindicar maior participação nas decisões políticas. Além disso, o protesto maciço pelo voto acabou por provocar fendas na fachada “democrática” do regime, já que o Congresso tinha voltado a funcionar e havia eleições regulares, embora só existissem dois partidos políticos. Eliminam-se, assim, suas tentativas de legitimação política.

De acordo com Bolívar Lamounier⁸⁴, na década de 80 houve um aumento significativo do potencial de conflito social, simultâneo ao decréscimo da capacidade dos sistemas econômico e político para acomodar tais tensões. A retração econômica, com reduções elevadas das taxas anuais do PIB, e o descompasso entre os recursos e o potencial de conflito, se refletiram na aceleração inflacionária que alcançou índices elevadíssimos e em proporções de descontrole no final da década. Além disso, a urbanização crescente, num contexto de declínio da capacidade de absorção, intensificou ainda mais este quadro conflitivo.

As eleições de 1974, portanto, demarcam o início de uma trajetória que configura uma rejeição ao regime militar por parte da sociedade civil e refletem um “substancial aumento da participação política, visto que grupos sociais cada vez mais amplos, beneficiando-se da liberdade que se alargava, trataram de proteger-se contra a deterioração de sua posição relativa na sociedade”.⁸⁵

Segundo Ignacio Delgado,

Desencadeada por setores moderados do próprio regime, em acordo com grupos também moderados da oposição, não foi acompanhada de um *colapso* da velha ordem, nem da radical substituição da elite dirigente no topo do aparelho de Estado. No entanto, no curso da longa transição brasileira, foram significativamente alargados os limites institucionais admitidos pelos seus condutores e incorporados atores não previstos, num processo cujo desenlace formal foi a promulgação da Constituição de 1988, que ampliou de forma substancial as franquias democráticas e os direitos sociais na ordem política brasileira.⁸⁶

Bresser Pereira, porém, discorda da tese defendida por diversos cientistas políticos, de que a democratização brasileira ocorreu de “cima para baixo” e de que foi uma concessão dos militares a partir do governo Geisel:

⁸³ Idem, p.47.

⁸⁴ Cf. em: LAMOUNIER, Bolívar (org). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo, Sumaré, IDESP, 1990, p.15.

⁸⁵ Idem, p.15.

⁸⁶ DELGADO, Ignacio Godinho. *Empresariado e Direitos Sociais na Constituição de 1988*. Revista Locus. Departamento de História da UFJF. Juiz de Fora, Editora da UFJF, 2000, V. 6, N. 1, (10), p. 55.

O processo de democratização no Brasil tem duas datas-chave: as eleições de novembro de 1974, quando o partido do governo é fragorosamente derrotado nas eleições majoritárias para o Senado, e o pacote de Abril, de 1977, que provocam na sociedade civil brasileira uma imensa indignação contra Geisel e o regime autoritário. A partir do final de 1974 e principalmente a partir do Pacote de Abril, ocorre o que chamei “a ruptura de uma aliança de classes”. A burguesia, particularmente o empresariado industrial, rompe sua aliança com a burocracia civil e militar no poder, e começa, gradualmente, a se aliar com as forças democráticas. A partir daquele momento o destino do regime autoritário estava selado.⁸⁷

Começam, então, a partir dessas duas “datas-chaves”, a surgir ou a ganhar novo ímpeto, diversas organizações e movimentos sociais de caráter popular no país: as associações de moradores, as comunidades eclesiais de base, o Movimento Custo de Vida, o Movimento Feminino pela Anistia, os movimentos das creches, da saúde e dos loteamentos clandestinos, bem como movimentos sociais mais inovadores, que abordam questões de gênero e etnia, como os Movimentos Negros, sexualidade, dentre outros.

Paralelamente a essas novas formas de associacionismo, atuam o movimento sindical e o movimento estudantil, ambos renovados, dentre outras organizações historicamente relevantes como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) a Associação Brasileira de Imprensa, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que, em uníssono, denunciam o prolongado e exorbitante arbítrio da ditadura militar e começam a encabeçar protestos em favor da democratização do país. Afinal, este regime extrapolara, em muito, os seus limites.

Em 1978, Raymundo Faoro, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, lançaria, em nome de toda a categoria, a palavra de ordem de “volta ao Estado de Direito”.⁸⁸ Estas e outras palavras de ordem, emitidas pelos setores liberais e entidades representativas da sociedade civil tiveram pouco efeito a princípio, mas foram reforçadas pelo movimento da anistia; um movimento formalmente liberal que acabou se impondo, pelo caráter de autenticidade e seu potencial mobilizador, tornando-se protagonista de primeira ordem na luta pela ampliação do espaço público.

A origem deste movimento remonta a 1968, quando grupos de mães de presos políticos começam a percorrer os presídios do Rio de Janeiro chamando atenção para as arbitrariedades cometidas pelo regime militar e para a situação desses presos. Esta

⁸⁷ Cf. em: Prefácio de Luiz Carlos Bresser Pereira In: FORGET, Danielle. *Conquistas e Resistências do Poder (1964-1984): A Emergência de um Discurso Democrático no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1994.

⁸⁸ KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001, p.82.

trajetória acabou por resultar no Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), criado em fevereiro de 1974, em São Paulo, por Terezinha Zerbini, esposa do general Zerbini que foi afastado do Exército por se opor ao golpe de 64. Relevante destacar o papel de D. Helena Greco,⁸⁹ uma das grandes referências da luta pela anistia, tanto nacional como internacionalmente. Sua representatividade se dá pelo caráter firme, politizado e combativo que imprimiu à luta pela Anistia.

Neste mesmo ano, o Movimento Feminino pela Anistia é responsável pela coleta de 16 mil assinaturas num manifesto pela anistia política. Em 1977 articulou a primeira manifestação pública pela anistia, em Porto Alegre. O movimento se expande pelo Brasil e em fevereiro de 1978 é criado o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), com amplo apoio da OAB, da ABI e da Igreja. Por sintetizar o desejo conjunto de diversas correntes políticas de oposição por maiores liberdades políticas, muitas delas desfalcadas de seus quadros, com vários militantes presos ou exilados, o CBA contou com a militância de membros de diversos segmentos sociais, como veremos à frente.

É importante destacar a atuação da Igreja no combate à ditadura, bem como sua contribuição para o desvelamento ideológico do regime militar através das denúncias de violação dos direitos humanos. Embora amplos setores da Igreja tenham apoiado o golpe militar e “benzido” os seus canhões em 64, a Igreja Católica acabou por aproximar-se das camadas populares e dos grupos que lutavam por transformações sociais,⁹⁰ influenciada pelas doutrinas do Concílio Vaticano II, convocado por João XXIII em 1959 e pelas suas encíclicas *Mater et magistra* (1961) e *Pacem in terris* (1963), que acabaram por consagrar a nova hegemonia do clero progressista dentro da Igreja e instituindo as teses progressistas que serviriam de base à Teologia da Libertação.

Segundo Bernardo Kucinski :

A Igreja Católica emerge como a única organização aparelhada para capitalizar o descontentamento popular cotidianamente e em âmbito nacional. A única capaz de rivalizar com os organismos do Estado pela amplitude de sua presença geográfica e de seus recursos materiais e de infra-estrutura. [...] A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), órgão máximo da Igreja, tornou-se um Alto Comando da luta contra o regime nos últimos anos da década de 1970, os “anos da abertura.” [...] Na liturgia da igreja de Libertação, Cristo é identificado com os mártires das guerrilhas urbanas e da luta popular. Órgãos de repressão

⁸⁹ Sobre a atuação da Sra. Helena Greco conferir em: OLIVEIRA, Ana Maria Rodrigues. *Helena Greco, eu te batizo: ANISTIA*. Belo Horizonte: Jada, 1983. Ver também: Tese de Doutorado de Heloisa Amélia Greco: *Dimensões Fundamentais da luta pela Anistia*. FAFICH-UFMG. Belo Horizonte, 2003.

⁹⁰ A propósito conferir artigo de Lucília de Almeida Neves. *Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)* In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, pp.94-131.

do governo são comparados às câmaras de tortura dos primeiros cristãos, no Império Romano. Alguns dos principais sacerdotes da igreja de Libertação, como o dominicano Frei Beto, apoiaram efetivamente a guerrilha e cumpriram penas lado a lado com os ativistas de esquerda. Em fevereiro de 1977 a CNBB divulga o manifesto Exigências Cristãs para uma Nova Ordem, como a posição da Igreja sobre a crise institucional.⁹¹

A partir da década de 80, começa então, pelas razões já mencionadas, a haver uma maior pressão social em favor da redemocratização do país, reforçada pelas denúncias contra as arbitrariedades dos governos militares promovidas por entidades sociais representativas e pelas campanhas realizadas pelos Comitês Brasileiros pela Anistia. Paralelamente, diversos setores sociais começam a se rearticular.

Se o sentido geral da política de distensão, através da “abertura lenta, gradual e segura” era instituir uma “democracia forte”, expressão cunhada pelo governo, ou realizar o ideal autoritário da “democracia sem povo”, não foi o que ocorreu. O período que vai de 1974 a 1984 caracterizou-se por um conflito permanente entre o Estado autoritário e amplos setores da sociedade civil.

Apesar disso, não podemos deixar de reconhecer que os militares nunca perderam o controle do processo de abertura. O “Pacote de Abril”, a “Lei Falcão” e outros casuísmos, são estratégias que permitiram este controle, possibilitando a reafirmação da tradição política brasileira: a conciliação entre as elites. A transição foi realmente “lenta, gradual e segura” haja vista sua duração: levou quinze anos para que se transcorresse o processo.

2.4 A luta pela anistia: conquista ou perdão?

*Anistia (Conceito etimológico apresentado no dicionário Aurélio)
[Do gr. amnestía, 'esquecimento', pelo lat. tard. amnestia.]
Substantivo/feminino.
1. Perdão geral.
2. Jurídico: Ato pelo qual o poder público declara impuníveis, por motivo de utilidade social, todos quantos, até certo dia, perpetraram determinados delitos, em geral políticos, seja fazendo cessar as diligências persecutórias, seja tornando nulas e de nenhum efeito as condenações. [Cf. clemência (1), indulto (4) e graça (3). F. paral.: amnistia.]*

“Anistia é um ato pelo qual os governos resolvem perdoar generosamente as injustiças e os crimes que eles mesmos cometeram”.

(Aparício Torelliy, o Barão de Itararé)

⁹¹ KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001, p.77.

Anistia é um conceito de origem grega que foi instituído na democracia ateniense por Sólon em 594 a.C. Visava conceder ato de clemência e perdão, reintegrando os direitos aos cidadãos perseguidos pelos regimes tirânicos anteriores, exceto aos condenados por traição ou homicídio. Com a Revolução Francesa, esta característica será modificada. Na Constituição de 1791, distinguiu-se o ato de graça, com característica de indulto, como atribuição privativa do presidente da República, diferenciando-o da anistia, doravante atribuição do Poder Legislativo, representando, assim, prerrogativa da própria sociedade. Este tem sido o significado contemporâneo do instituto da anistia, sendo assim incorporado às constituições democráticas ocidentais. Trata-se, portanto de ato conciliatório, do desejo da sociedade, para reparação dos abusos cometidos contra os opositores do governo ou do regime.⁹²

As campanhas de denúncias das arbitrariedades cometidas pela ditadura militar brasileira (1964-1985) surgiram, na década de 70, em diversos países. Em alguns casos, a partir de associações criadas por estrangeiros, mas também de associações formadas por brasileiros. Dentre elas, os comitês em defesa da anistia foram os mais numerosos e atuantes. Um organismo que atuou ativamente nas campanhas de denúncias contra a ditadura foi a Anistia Internacional (AI) que divulgava, com frequência, relatórios que continham denúncias da prática de tortura, assassinatos políticos e a suspensão do estado de direito.⁹³

A partir do final da década de 70, conforme já se afirmou, começam a ser criados os Comitês pela Anistia, a princípio em diversas cidades europeias e, posteriormente no Brasil. Vale destacar a atuação do Comitê Brasil pela Anistia, criado em Paris em 1975, composto fundamentalmente por brasileiros e com apoio de várias personalidades e instituições francesas. Este Comitê atuou intensamente, através da promoção de debates, conferências, festas e diversos eventos, no intuito de divulgar a realidade brasileira, atraindo a atenção da opinião pública para a questão dos exilados, da repressão política e da tortura no Brasil. Outra atividade do Comitê foi o lançamento da “Campanha pela

⁹² Cf. em GABRECHT, Ana, PÉREIRA, Valter Pires, OLIVEIRA, Ueber José de. Organização: PEREIRA, Valter Pires, MARVILLA, Miguel. *Ditaduras não são eternas: memória da resistência ao golpe de 1964*. Vitória: Flor&Cultura: Assembléia legislativa do Estado do Espírito Santo, 2005, p.101.

⁹³ ROLLEMBERG, Denise, op. cit, p.230.

anistia geral e irrestrita para todos os presos e condenados políticos e para todos os banidos e exilados”, em setembro de 1975.⁹⁴

Outro organismo internacional que deu grande visibilidade às denúncias e à campanha pela anistia foi o Tribunal Bertrand Russel II, criado por iniciativa do jurista e senador italiano do Partido Socialista Independente Lelio Basso com o intuito de julgar as ditaduras latino-americanas e cuja referência era o tribunal formado em 1966, por Bertrand Russel, em Londres, para examinar e julgar os crimes de guerra cometidos pelos EUA na Guerra do Vietnã (Tribunal Russel I).

O Tribunal Bertrand Russel II se realiza em três sessões: Roma, março de 1974; Bruxelas, janeiro de 1975 e novamente em Roma, janeiro de 1976. A atuação deste tribunal para o Brasil tem um significado especial, posto que a idéia de sua reconstituição partiu de um grupo de exilados brasileiros, residentes no Chile, que, dirigindo-se diretamente a Lelio Basso, solicitou sua criação. Embora a idéia original fosse que o Tribunal se dedicasse à análise específica do caso brasileiro, com o golpe militar chileno em 1973, sua atuação se estende para diversos países do Cone Sul e também da América Central como: Chile, Uruguai, Bolívia, Argentina, Colômbia, Haiti, Nicarágua, entre outros.

Embora o Tribunal não se tratasse de um poder legalmente instituído, era um lugar de expressão de denúncias, tendo grande importância histórica, pois se transformou num espaço de atuação dos exilados, através de atos e discursos, e numa reapropriação da ação política.

Outro aspecto relevante a se considerar, é que embora o Tribunal procurasse enfatizar a violação dos direitos humanos, a tortura, mortes e prisões arbitrárias, sua atuação, não se limitou às denúncias, mas também à condenação das ditaduras latino-americanas e do modelo econômico que dava sustentação a elas, além de - no caso brasileiro - explicitar que “a tortura era uma política de Estado, sistemática e tecnicamente desenvolvida, feita em prédios públicos e com o apoio e financiamento da burguesia industrial”.⁹⁵

Segundo a historiadora Heloisa Greco, outro aspecto relevante deste Tribunal é que ele “constitui também importante iniciativa de construção da contramemória, ao

⁹⁴ Idem, p. 247.

divulgar para o mundo todo, os crimes praticados pelas ditaduras latino-americanas e um pouco da história da resistência contra elas”.⁹⁶

Internamente, a luta e o movimento social brasileiro pela anistia começam a ganhar amplitude a partir do Movimento Feminino pela Anistia, criado por Terezinha Zerbini, em São Paulo (fevereiro de 1974). Em 1977, o MFPA articulou a primeira manifestação pública pela anistia, em Porto Alegre. A partir daí, o movimento ganhou força, resultando no lançamento do primeiro Comitê Brasileiro de Anistia no Rio de Janeiro (em 14 de fevereiro de 1978), que teve por mérito potencializar a repercussão e dar visibilidade à luta pela anistia no território brasileiro. A realização do I Congresso Nacional pela Anistia, em São Paulo, no final de 1978 irá, por sua vez, demarcar a dinâmica e a trajetória do movimento de onde sai fortalecido e unificado, ganhando caráter de movimento nacional. Este evento tornou-se um marco político para o movimento, pois foi a partir dele que se lançou a palavra de ordem: “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”.

A propósito, Heloisa Greco afirma o seguinte:

Com o ascenso vertiginoso do movimento a partir do salto de qualidade promovido pela atuação dos Comitês Brasileiros de Anistia (CBAs) e pelo avanço político e organizativo trazido pela criação da Comissão Executiva Nacional (CEN), no I Congresso Nacional pela Anistia (São Paulo, novembro/1978), o movimento ganha definitivamente as ruas e fica incontornável a inclusão do tema na pauta da mídia e das discussões políticas e institucionais. Aí tem início o aprofundamento de processo que vai acabar revelando e colocando à prova, de forma exemplar, os limites e contradições do projeto de institucionalização do regime, então em andamento - a autodenominada *distensão/abertura lenta, gradual e segura* - e também as vicissitudes da luta pela anistia.⁹⁷

O governo militar procura negar de forma sistemática, a existência de exilados brasileiros, haja vista as declarações dadas pelo então ministro da Justiça da época, Armando Falcão, e várias outras que aparecem em artigos publicados na grande imprensa⁹⁸. Na medida em que o movimento se expande, utiliza-se de diversos

⁹⁵ Idem, *ibidem*, p.238.

⁹⁶ A propósito Cf. em: GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese de doutorado apresentada à FAFICH – UFMG. Belo Horizonte, 2003, p. 136.

⁹⁷ Idem, p. 81

⁹⁸ idem, *ibidem*, p.130. *O Estado de São Paulo*, 18 de fevereiro de 1978, “Falcão nega existência de exilados” (1ª página), “Governo diz que não há brasileiros exilados” (p. 10); *Folha de São Paulo*, 21 de fevereiro de 1978, “Governo esgotou o tema de exilados”, p.6; *Jornal do Brasil*, 18 de fevereiro de 1978, “Sem documentos”(Editorial); *Jornal do Brasil*, 19 de fevereiro de 1978, “Planalto decidiu questão que permite retorno de exilados”, p. 4; *Jornal do Brasil*, 21 de fevereiro de 1978, “Assessora de Falcão condena quem saiu em turismo e se diz apátrida”, p. 4; *Estado de Minas*, 18 de fevereiro de 1978, “FALCÃO: SÓ HÁ 128 BANIDOS BRASILEIROS EXILADOS”(manchete), “Governo desmente a existência de 10 mil exilados brasileiros”.

mecanismos para tentar abafar o impulso crescente da campanha em favor da anistia. No intuito de impedir a adoção de uma anistia ampla, geral e irrestrita, procura-se criar mecanismos que busquem aliviar a pressão exercida pela sociedade civil. Um exemplo desta estratégia consistiu no reparo das punições e injustiças mais chocantes cometidas pelo regime, seja através das cassações dos direitos políticos ou pelos crimes cometidos contra presos políticos, desde que essas reparações não apontassem para intenções revanchistas.

O receio pela conquista de uma anistia “ampla, geral e irrestrita”, conforme vinha sendo anunciada pela campanha, se expressa nas declarações do general João Batista Figueiredo e de seu futuro ministro Delfim Neto:

Anistia é esquecimento. E não é possível esquecer os crimes dos que assaltaram bancos, assassinaram e seqüestraram. Estes são crimes comuns. E não cabe a alegação de que a motivação foi política. Esses crimes, não são possíveis esquecer. O alegado motivo político não justifica nada. Muito ladrão rouba porque está passando fome - e no entanto paga por isto. (...) Não se deve confundir anistia com revisão. No processo de definição das reformas, é possível que se chegue à revisão das punições. Então, se poderia buscar fórmulas para verificar se realmente houve injustiça – e corrigir os casos em que a injustiça for constatada. Mas há um problema: na revisão também se pode cometer injustiça.⁹⁹

-Não. Em termos amplos, genéricos, absolutamente não. As punições devem ser estudadas caso a caso. É a única forma razoável e viável. Na minha opinião, a anistia ampla é impossível.¹⁰⁰

Tomando ainda como referência a historiadora Heloisa Greco, observa-se a incidência de certas palavras e expressões que apareceram em revistas e jornais da grande imprensa e na mídia em geral, com exceção da imprensa alternativa *ou nanica*, aliada e porta-voz do movimento pela anistia, constituem uma amostra representativa de um conjunto de formulações que demarcaram o discurso oficial. A autora cita como exemplos: “**inviabilidade** evidente de **uma medida inspirada na generosidade**”; “Anistia é **esquecimento**”; “Não podemos **conciliar** com o **terrorismo**”; “O processo não pode ser acompanhado de **pressões revanchistas**” “Não podemos **conciliar** com quem não quer **conciliar**”; “Não é fácil a **posição de equilíbrio**”; “Espero que haja **desarmamento geral**

⁹⁹ Revista *Veja*, 11 de janeiro, 1978.

¹⁰⁰ Revista *Veja*, 18 de janeiro de 1978, *Páginas amarelas; Folha de São Paulo*, 5/3/78, “Anistia em geral não; mas revisão caso a caso, sim”.

dos espíritos”; “mas, para ser **realista...**”; “O risco de **comprometer o processo de abertura**”; “**Avançar demais é um erro**”.

A propósito dos exemplos dados, ela diz o seguinte:

em negrito estão destacadas as palavras e expressões chaves que sintetizam o conteúdo político do discurso oficial e garantem a homogeneização do tom adotado pela retórica oficial. Elas podem ser consideradas as matrizes de um léxico próprio criado especificamente para o enfrentamento da questão da anistia; são termos dominantes na taxonomia instituída então pelo regime, no registro da idéia de controle - *concessão, conciliação, compromisso e consenso* - e, mais uma vez, do auto- enaltecimento – *bondade, generosidade, equilíbrio, sobriedade, boa vontade, desprendimento*.¹⁰¹

Segundo Heloisa Greco, a posição adotada pela chamada grande imprensa reflete uma introjeção do caráter de consenso proposto pelo regime militar, funcionando como uma espécie de “caixa de ressonância do discurso oficial”. Estas declarações, frases e expressões, exemplificam as construções do discurso oficial.

O projeto oficial foi encaminhado ao Congresso no dia 27 de junho de 1979, com grande cobertura dos meios de comunicação e muito alarde por parte do governo. O governo militar assumiu a posição de articulador do projeto de lei, negando a presença e a participação da oposição na elaboração do projeto, bem como suas críticas e pontos de discordância.

Danielle Forget¹⁰² - em sua obra “*Cultura e resistências do poder*” - aponta para esta ausência da dimensão dialógica entre oposição e governo, além de demonstrar a ineficácia da estratégia do regime em qualificar o processo da Anistia como conciliatório e concessivo:

Os discursos se distinguem no nível dialógico: se a oposição faz referências explícitas ao governo, o mesmo não ocorre com este último. Reconhecemos a ausência de dialogismo explícito em posição de desigualdade, do papel de dominação que assume o governo ao se mostrar o articulador do projeto, ao negar a presença da oposição e ainda todas as críticas emitidas por esta última

¹⁰¹ GRECO, Heloisa. op. cit., p. 87-88.

¹⁰² Danielle Forget é uma lingüista canadense que ensina na Universidade de Ottawa e que sempre esteve muito ligada à ciência política. Viveu no Brasil por volta de um ano, “nos idos de 76” Realizou uma intensa pesquisa sobre o discurso autoritário e sobre o discurso democrático no Brasil no período compreendido entre 1964 e 1984, o que resultou em sua obra: “*Culturas e Resistências do Poder*”, na qual utilizou como recurso metodológico a Análise de Discurso, com base nos pressupostos teóricos de MiKhail Bahtin. Esta autora faz, nesta obra, um minucioso estudo da transição política no Brasil, levando em conta as vozes da oposição, contrapondo-se à tendência e estratégia do discurso autoritário em qualificar o processo da luta e conquista da Anistia como concessivo e conciliatório.

em relação ao seu projeto. Tal configuração do discurso testemunha as contradições do governo, que se manifestarão durante o período de transição: o governo admite a participação de atores políticos, mas não lhes concede um espaço real, mesmo em termos discursivos. Não se pode confundir expressão com participação. A participação é recusada à oposição na elaboração do projeto de anistia. [...] Apesar de tudo, o governo, em seu discurso, não consegue manter ao longo do debate a distância pretendida com o discurso da oposição. Uma oposição unida a uma posição discursiva bem característica confronta o governo. [...] Ela rejeita o projeto do governo associando-o à negativa de seu ideal e, de maneira mais eficaz ainda, recusando-lhe a denominação ‘anistia’. Apesar da tentativa de o governo apresentar o aspecto positivo da anistia, o emprego de formas restritivas traem os limites impostos à formulação do projeto.¹⁰³

A lei da anistia, promulgada em agosto de 1979 esteve, portanto, longe de atender às expectativas e ao desejo das entidades e dos setores sociais que por ela lutaram. Parcial e restrita cometeu uma série de discriminações e injustiças. Além disso, tornou-se incompatível com a própria concepção de Anistia, tal qual é reconhecida universalmente. Acabou por representar uma estratégia de esquecimento, com vistas ao silenciamento histórico e a interdição da memória, posto que, incluiu cláusulas como a da reciprocidade, que anistiou irrestritamente os torturadores e parcialmente os opositores do regime, excluindo os guerrilheiros; dos “crimes conexos aos crimes políticos” e a “declaração de ausência”, para as famílias dos desaparecidos políticos. Anistiou os servidores públicos e militares punidos com atos institucionais e complementares, no entanto, o retorno aos cargos dependia de aprovação das autoridades de cada setor e de existência de vagas.

Apesar disso, não podem desconsiderar o papel das campanhas e sua importância histórica como um instrumento de denúncia e de luta contra a ditadura.

A propósito Denise Rollemberg diz o seguinte:

Assim como no caso da imprensa, das associações de exilados e da vida em colônia, as campanhas jogaram um papel importante na sobrevivência de uma determinada identidade, agregando as pessoas, mantendo-as participantes numa luta que começara antes do exílio, enfim, resistindo e afrontando, nos limites das circunstâncias, o regime. No entanto creio que a função de derrubar a ditadura, tantas vezes repetida, deve ser vista com reservas. As campanhas devem ser consideradas menos pelo ângulo de sua eficácia e do seu papel utilitário, e mais como expressão da capacidade de manter a indignação e a solidariedade, da negação da banalização do terror, da barbárie. Neste sentido, sua relevância transcende o tempo, a história, como um legado à humanidade. As campanhas são também a recuperação de uma memória, a não-aceitação da memória oficial, e, assim, a reinserção de seus agentes na história.¹⁰⁴

¹⁰³ FORGET, Danielle. *Conquistas e Resistências do Poder (1964-1984): A Emergência de um Discurso Democrático no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 158.

¹⁰⁴ A propósito, cf. em: CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: Entre Raízes e Radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 259.

A Anistia, portanto, não pode ser considerada como um ato destinado ao esquecimento, já que é fruto de ação e conquista política. Este é um processo que permanecerá vivo na memória social brasileira, especialmente se considerarmos que, historicamente, as anistias conquistadas no Brasil se deram em consequência da luta e pressão popular, envolvendo setores expressivos da sociedade civil perante o poder estabelecido.

A conquista pela Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979 não deve ser encarada como “bandeira de perdão” do regime militar, o que pressupõe o cometimento de crimes que poderiam ser “apagados” ou “esquecidos” por um ato de generosidade e de concessão do poder instituído. Essa conquista assume um caráter coletivo visto que mobilizou amplos setores e entidades sociais representativas. Por isso, ela deve ser encarada como uma conquista social, destinada a ser considerada um ato reparatório aplicado à situação de confronto político, decorrente de quebra de normalidade instituída pelo Estado Brasileiro.

2.5 A ambigüidade do retorno: recuperando raízes?

“Esta é a Marcha do Povo Doido seguindo o exemplo do Samba do ‘Crioulo Doido’ feito por Stanislau Ponte Preta. Lá o crioulo ficou doido por ter que fazer um samba enredo com todos os personagens da história do Brasil. Aqui quem está doido é o povo que parece ser o grande culpado pela crise de energia, pela carestia, pela polícia e pelo mistério de uma coisa chamada Anistia que, se você não sabe, não permitiu ao anistiado ser reintegrado ao seu trabalho a não ser que passasse de novo por um novo júri, uma nova censura, de modo a que não atrapalhasse uma coisa chamada abertura “.
(Gonzaguinha, A marcha do povo doido)¹⁰⁵

O exílio traz consigo a promessa de um retorno que, por si só, cura toda a ruptura, numa espécie de redenção. Na maioria dos depoimentos recolhidos, o exílio brasileiro foi visto, a princípio, como algo transitório, passageiro. Acreditava-se que a volta iria se dar em breve, e se encarregaria de fechar as feridas abertas, cicatrizando toda a dor causada pela ruptura e pela ausência, comprovando que todo o sofrimento tinha valido a pena, que a luta e a resistência ao regime, não haviam sido em vão. A retomada dos seus projetos e

¹⁰⁵ GONZAGA JUNIOR, Luís. *De volta ao começo Gonzaguinha da vida*. Direção de produção: Mariozinho Rocha. EMI-Odeon, 33 rotações, o64 422863D.

de suas atividades - sejam revolucionárias, intelectuais ou cotidianas - era aguardada com ansiedade e muitos viviam de “malas prontas” para o momento do retorno. Mas não foi o que ocorreu. O exílio se prolongou por um tempo muito maior do que o imaginado.

A constatação do exílio e a noção de que ele se estenderia por tempo indeterminado descortinaram uma outra realidade. Isso determinou a necessidade de se refazer a vida, mudar e incorporar valores, de se adaptar ao novo padrão cultural, alterar o quadro de referências, construir uma nova identidade. A esperança de fechar as fendas abertas pelo corte e ruptura, a partir do retorno, foram adiadas e, muitas vezes, nem mais sequer desejadas. Os desvios cursados por estes sujeitos provocaram a emergência de novos sujeitos, em função da contingência e da sobrevivência. Eles se transformaram em pessoas “*traduzidas*”.

Quando a possibilidade do retorno se concretizou, com a aprovação da Lei da Anistia, em agosto de 1979, para grande parte dos exilados havia uma infinidade de dúvidas quanto ao que os aguardava aqui. Afinal a volta se dava em um contexto muito diferente daquele imaginado. Já havia se passado muito tempo e alguns estavam totalmente integrados na sociedade onde vivenciavam o exílio. Possuíam trabalho, amigos, constituíram família, incorporaram novos valores; enfim refizeram suas vidas.

Para Maria do Carmo Brito, uma de nossas entrevistadas, havia um misto de alegria e medo:

A alegria da volta era misturada com medo. Muito medo! Medo dos “caras” ficarem no pé da gente, procurando algum restinho da VPR; medo da violência, que a gente sabia que tinha aumentado no Brasil; medo de ver a miséria; medo de encontrar lugares que me emocionassem demais; medo de não conseguir emprego. Tantos medos! Inúmeros medos! [...] Você não pode ficar tanto tempo fora de suas raízes sem que isso deixe alguma marca. Entre outras coisas, você perde o ponto de contato com você própria, com os amigos, com o ar que respirava, até com o ritmo de sua vida. Quando entrei na clandestinidade, ia fazer mestrado em Lógica Matemática, em São Paulo. Tem a ver com o que faço hoje? Absolutamente nada. Foi um corte brusco e violento, como uma guilhotina. Agora era chegada a hora de juntar este pedaço de vida, deixado no Brasil, com toda a vida vivida pelos quatro cantos do mundo.¹⁰⁶

Sobre a volta, José Maria Rabelo também demonstra um sentimento ambíguo, afinal após uma jornada de 16 (dezesesseis) anos, tendo passado por uma experiência tríplice de exílio, na Bolívia, Chile e França, sua incerteza é compreensível.

A propósito ele diz:

¹⁰⁶ Cf. em: VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória: a história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 174.

[...] Durante todo o exílio, tivemos uma vontade imensa de voltar. Mas, com o passar dos anos, fomos nos afastando de nossas coisas, das pessoas, de nosso mundo, numa dolorosa sensação de corte com o passado. Por isso, o temor que nos afligia quanto à volta, até mesmo quanto à possibilidade de não nos readaptarmos mais. Havíamos mudado muito, o Brasil também. Como se daria nosso reencontro? [...] Regressar depois de tantos anos, vivendo sob influências culturais tão diferentes, criava uma expectativa angustiante. Tínhamos inúmeras dúvidas sobre o Brasil que iríamos reencontrar. Temíamos os problemas que, por certo, enfrentaríamos para nos integrar de novo em nossa própria terra. E, sobretudo, víamos com preocupação a perda dos direitos sociais e da invejável qualidade de vida existentes na França. Também não imaginávamos como reagiriam os meninos em seu convívio com o país, que só de longe conheciam. No entanto jamais admitimos a hipótese de não voltar. Havíamos saído por razões políticas, e, politicamente, cessados os motivos do exílio, nada justificaria nossa permanência por mais tempo no exterior.¹⁰⁷

Na véspera de sua viagem de volta, ele escreve em Paris, dezembro de 1979, um verso que sintetiza bem este sentimento:

Mais do que a partida, o que dói é a volta,
quando não se sabe, ao certo,
após tão longa ausência,
se estamos voltando
ou outra vez partindo.¹⁰⁸

Outro depoimento que retrata certa apreensão ao deparar-se com a possibilidade da volta é o de Emília Viotti da Costa, de abril de 1979:

A volta implica um trauma afetivo equivalente àquele que ocorreu antes, quando fomos forçados a deixar o Brasil. A volta significa ruptura de laços que a muito custo foram constituídos. E se você já viveu essa experiência uma vez é difícil repeti-la. [...] Voltar não era apenas recomeçar, mas aprender de novo. Profissionalmente, os problemas são evidentes ... Depois de passar anos tentando encontrar uma forma de equilíbrio, ajustamento e serenidade para completar uma obra iniciada que já fora interrompida por todos esses acidentes, a perspectiva de recomeçar a desorganizar a vida para organizá-la novamente em novas bases, não é uma perspectiva muito atraente. A volta não é fácil, é uma decisão angustiada, penosa; por mais sedutora que seja há sempre uma hesitação.¹⁰⁹

O depoimento de Maricota da Silva ilustra bem este sentimento dúbio quanto ao retorno:

¹⁰⁷ RABELO, José Maria. *Diáspora. Os longos caminhos do exílio*. São Paulo: Geração Editorial, 2001, pp.219 e 209.

¹⁰⁸ RABELO, José Maria. *Residência Provisória. Os sentimentos do exílio*. Belo Horizonte: Europa, 2004, p.27

¹⁰⁹ COSTA, Albertina de Oliveira et alii. *Memórias das Mulheres do Exílio*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, pp. 408-410.

O que nós vamos ser quando chegarmos lá? O que vai sobrar de nós? Completamente despedaçados, procurando os nossos pedaços no meio das ruas esburacadas e irreconhecíveis e de lugares que a gente não encontra mais, família que não encontra mais, nada que você encontra e enfim, o que é aquilo? Aquilo é a nossa raiz, aquilo somos nós.¹¹⁰

Apesar das incertezas, a maioria dos exilados acabou voltando. Afinal era o retorno que dava sentido e significado ao exílio. Este era um desejo que havia se prorrogado por anos a fio e significava um reencontro com as origens, com o meio social, o universo familiar, os amigos, a cultura; enfim o restabelecimento do sentimento de pertencimento e de identidade nacional.

João Marques Aguiar, em seu depoimento, afirma que para ele a volta era uma questão moral: “Eu acho que voltar era uma questão moral, pois expulsaram a gente, nos puseram para fora, fomos condenados. Por isso eu optaria por voltar de todo jeito, sabe?”.

No entanto, as dificuldades quanto à inserção sócio-cultural se tornam evidentes no momento do retorno de alguns exilados. Muitos entrevistados apontaram para as dificuldades em se religar à sua sociedade de origem. Alguns sentiam falta dos ritmos de vida cosmopolita com os quais haviam se acostumado, especialmente aqueles que passaram por mais de uma experiência de deslocamento e viveram em diversos países.

O universo cultural brasileiro, que durante anos ficou à parte da realidade dos exilados, entra em conflito com o novo universo simbólico trazido por eles. Os contatos com outros povos e culturas, foram modificando seus padrões culturais. Possuíam agora uma visão muito mais ampla do mundo. À medida que se relacionam com universos culturais diferentes, estas mudanças vão se articulando de forma a manter ou transformar os traços dos sistemas culturais envolvidos. São necessárias constantes reorganizações dos grupos e re-interpretação de seus valores, ideais e costumes. Evidencia-se, portanto, um processo lento e complexo, onde se aprende a negociar significados e a resignificá-los, através das interações sociais.

Além do mais, havia a dificuldade de qualificação e /ou valorização profissional e do encontro de bons empregos. Por isso, muitos resolveram voltar para o país de exílio. Mas mesmo que a qualificação profissional tenha sido buscada com determinação por alguns, durante os períodos de exílio, nem sempre ela fora reconhecida. Vários títulos e diplomas, obtidos no exterior, não encontravam equivalência aqui no Brasil. Muitos, inclusive, precisaram complementar o seu *curriculum* ou mesmo fazer novos cursos.

¹¹⁰ Idem, p. 37.

Outros desistiram. E ainda que os títulos trazidos facilitassem a inserção em bons empregos, isso não descartava o retorno daqueles que se acostumaram com uma educação de qualidade para os filhos, a qualidade de vida, a oferta de trabalho, livros nas escolas, sistema sanitário eficaz e outras coisas básicas que deveriam lhes ser garantidas, mas não o eram.

Mesmo em casos em que houve aceitação e integração no universo sócio-político e cultural de outros países, ou mesmo troca de significados, a assimilação nem sempre foi um processo tranqüilo. A maior dificuldade apontada em alguns relatos, era a nova necessidade de adaptação social e cultural quando retornam ao Brasil. Afinal, encontraram um país que nada mais tinha a ver com seus ideais. Além do mais, alguns exilados tiveram dificuldades de reintegrar-se ao mundo do trabalho, ao cenário político, ao cotidiano, enfim, ao novo universo cultural brasileiro. Isto fez com que alguns quisessem retornar ao antigo local onde haviam vivido o exílio, o que se concretizou em alguns casos.

Em seu depoimento Ricardo Apgaua, ilustra bem a assertiva acima:

As lembranças que temos do Brasil no exterior são muito deformadas pelo isolamento em que, inicialmente, vivemos. Caímos, de repente, em um país onde tudo nos é estranho. Os fatores básicos para a sua compreensão como a língua, a cultura, a história e até o modo de vestir são diferentes. A gente sente saudades dos amigos, dos parentes, dos bares, das paisagens e até do clima, e aí começa a idealizar um país onde vivemos as alegrias da nossa infância e que só existe na nossa imaginação. No exterior a gente vive o sonho de referências irreais de nossas origens. Quando retornamos, temos um choque. As referências irreais se desvanecem. Neste país em que se tem que matar um leão por dia, não nos sobra espaço para reencontrar os projetos ou os velhos amigos, e nem para retomar as atividades culturais da nossa juventude [...] A volta, no entanto, não foi o que esperávamos. Reintegrar-se, como cidadão comum, no dia a dia dos brasileiros não foi nada fácil. Faltava-nos emprego, moradia, reconhecimento dos nossos diplomas, possibilidade de colocar nossos filhos em boas escolas, enfim; faltava-nos base material para ficarmos no Brasil e até para militarmos. Fiquei aqui por um ano e retornei para a Suécia onde voltei a morar até finais de 1986. Então, já com um projeto estruturado para trabalhar por conta própria no país, aqui me estabeleci definitivamente.¹¹¹

Outro depoimento que elucidava as questões apontadas acima é o de Francisco Julião, líder da Ligas Camponesas. Seu relato sobre o retorno ao Brasil é contundente. Para ele, o retorno acabou se tornando um novo exílio. Em entrevista ao Jornal Pasquim, ele afirmou:

Eu estava naquele doce sossego que Camões atribuiu a Inês, quando vejo que as portas do país começam a se abrir para os exilados. Você planeja uma coisa, quando chega num país começa a encontrar muitas dificuldades, a começar pelo

¹¹¹ Entrevista concedida, por escrito, à Marcelina Silveira de Queiroz em 27 de março de 2006.

idioma, depois pelos costumes. Um poeta disse que a Pátria são os sabores e odores, e você começa a se acostumar com aqueles odores e cores. [...] comecei a criar raízes no México. De repente, vocês chegam e me arrancam essas raízes. Estou aqui no Brasil como uma árvore que foi transplantada, com as flores um pouco murchas, recomeçando a buscar os sabores, odores. Estava esquecido de certas comidas, de certas caras, de certas paisagens. Considero até que a volta ao Brasil foi um ato de violência, assim como a saída foi um corte muito violento na luta que eu vinha desenvolvendo. É outro exílio.¹¹²

Numa palavra, o regresso significou a contingência de “resignificar todo um campo simbólico” e, de certa forma, de se descobrir um tempo e um lugar que, há muito, lhes parecia perdido, e que muitos sabiam só existir em seu imaginário. Significou, também, a necessidade de se inserirem na realidade de seu país, só que em um novo contexto. Voltar não implicava apenas um novo começo, mas aprender de novo e recomeçar, mais uma vez, uma trajetória interrompida.

Sobre o retorno, o *Comandante Miguel*¹¹³ afirmou que percebeu certa tristeza ao abandonar o país de exílio, pois se sentia totalmente integrado, além do medo quanto ao que o aguardava aqui, após um exílio de praticamente doze anos.

Há uma frase que define bem o que é o exílio: É a vontade de voltar e a necessidade de ficar. Porque a gente sempre tem vontade de voltar. Você sempre pensa, por pior que seja seu país, você pensa: se eu fosse de Zâmbia e estivesse exilado em Paris, eu queria voltar para Zâmbia. Fica na cabeça, esse negócio é muito sério, da territorialidade, da nacionalidade, da cultura do seu povo, isso é uma coisa difícil de você se libertar e ninguém quer também se libertar não é? Então quando começou a aparecer a certeza da volta, quando já se tinha certeza, todo mundo torcendo pela anistia, você percebia que você torcia e não torcia. De vez em quando eu tinha medo. Como é que eu vou voltar depois de dez anos, para mim praticamente doze, porque eu fiquei na clandestinidade doze anos. Doze anos, como é que eu vou fazer? [...] Mas foi chegando o dia da viagem e eu ia me despedindo não é? Indo à casa dos amigos, me despedindo das pessoas que eu conheci lá. E eu notei, muito, que havia uma tristeza por eu sair do Peru, porque eu já estava assim tão acostumado, eu torcia pelo time de futebol peruano, eu fazia isso, eu gostava de cinema, fiz dois filmes no Peru como produtor executivo. Então, eu estava deixando uma vida para trás. [...] Eu tive um sentimento gozado, que eu custei a me libertar dele, de que eu não tinha pátria. Fiquei uns três anos me sentindo assim. A pátria para mim era coisa que eu não merecia não é? Tanto fazia morar aqui como em Paris era a mesma coisa. A diferença era morar em Zâmbia, aí era diferença, mas o resto! O resto do mundo era a mesma coisa: carro difícil, trânsito difícil, aqui o preconceito era a mesma coisa. Então eu me vi assim, muito de fora, de fora do contexto não é?

¹¹² Jornal Pasquim, 10 (498), 12-18 jan. de 1971, pp.10-16).

¹¹³ O depoente não quis se identificar. Comandante Miguel é o seu pseudônimo, utilizado no período da luta armada no Brasil.

A dificuldade de se voltar ao país de origem após a experiência do exílio é expressa de forma eloqüente nas palavras de Iain Chambers:

Não podemos jamais ir para casa, voltar à cena primária enquanto momento esquecido de nossos começos e “autenticidade”, pois há sempre algo no meio [between]. Não podemos retornar a uma unidade passada, pois só podemos conhecer o passado, a memória, o inconsciente através de seus efeitos, isto é, quando este é trazido para dentro da linguagem e de lá embarcamos numa (interminável) viagem. Diante da “floresta de signos” (Baudelaire), nos encontramos sempre na encruzilhada, com nossas histórias e memórias (“reliquias secularizadas”, como Benjamim, o colecionador, as descreve) ao mesmo tempo em que esquadrihamos a constelação cheia de tensão que se estende diante de nós, buscando a linguagem, o estilo, que vai dominar o movimento e dar-lhe forma.¹¹⁴

Há de se considerar que voltar significava também fechar as feridas abertas no contexto da saída. As mágoas, os ressentimentos, a sensação de injustiça por ter saído - quando o desejo era permanecer e continuar a luta - as dificuldades decorrentes da condição de refugiado, os traumas advindos das torturas, enfim; todas as implicações de uma situação de exílio, difíceis de esquecer e superar.

Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, a psiquiatra Guanaíra Rodrigues do Amaral, diz que começou a atender diversos exilados e vítimas de torturas na década de 80. Segundo relatou, era muito procurada por ex-presos políticos e exilados, por compreender a experiência já que diversos familiares seus, haviam vivenciado o mesmo problema. Ao ser interrogada sobre como estes exilados retornavam, afirmou que “apresentavam problemas de sono, dificuldades de se relacionar, irritabilidade, depressão e falta de perspectiva”. Ao falar sobre o trauma da tortura, já confirmado em vários estudos sobre o tema, ela afirma que ele é incurável. “Não tem como tirar. É uma experiência que você não vai conseguir esquecer nunca. É muito dolorosa. Principalmente porque perturba o seu esquema corporal. O corpo humano é algo sagrado para nós. Qualquer coisa que viole isso jamais será esquecido”.¹¹⁵

Para o poder, afirma Marcelo Vinãr, “a tortura é um instrumento que serve para subjugar o oponente. Seu objetivo é provocar a explosão das estruturas arcaicas constitutivas do sujeito, isto é, destruir a articulação primária entre o corpo e a

¹¹⁴ CHAMBERS, Iain. Citado em: HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 27.

¹¹⁵ Entrevista de Guanaíra Rodrigues do Amaral à Folha de São Paulo em 08 de novembro de 2004. Por Gilmar Penteado.

linguagem”.¹¹⁶ Por ser uma experiência extrema, ela marca definitivamente o indivíduo e deixa seqüelas somáticas e psicológicas, transformando o seu destino. As seqüelas mais freqüentes, segundo parecer técnico elaborado por Alfredo Martin, são “os problemas identitários, os processos dissociativos graves, comportamentos regressivos, os lutos não elaborados, a angústia crônica, a ansiedade e a depressão, a insônia persistente, os pesadelos, a repetição, os transtornos neuróticos ou psicóticos, alterações de hábitos alimentares, sexuais, etc”.¹¹⁷

Dentre o universo de entrevistados, três deles alegaram ter sofrido torturas, sejam físicas e /ou psicológicas. No entanto, apenas um deles relatou o processo de tortura vivenciado e discorreu sobre o assunto.

[...] Aí nos entregaram na PE da Vila Militar, chamava-se Centro de Treinamento de Gericinom. Aí chegaram diversos militares, todos fardados, com nomes, nessa época ainda se usava nomes nas fardas. Aí os militares vieram, nos receberam, aí nos levaram. O “cara” assinou uma tabuleta, como se a gente fosse gado... A polícia civil não é? Aí nos levaram lá para cima. Chegou lá nos mandaram tirar a roupa e vieram espancando a gente, arrebentaram a gente todo. Dando soco de “karatê” entendeu? [tosse e falha da voz] Estávamos eu e o Fausto e aí eles perguntaram: “quem atirou?” Arrebentaram a gente, deram muito soco e depois jogaram água e começaram a dar choque de magnésio. Me queimou os dedos todos, os dedos do pé, você caía no chão e eles ficavam rindo. Aquele bando de militar! **É uma cena que eu nunca vou esquecer na minha vida.** Uns dezessete militares, todos fardados! Do glorioso exército brasileiro, torturando dois homens nus e rindo o tempo todo, sem nenhuma condição de você se defender. Aí nos arrebentaram todo e depois dessa sessão, nós chegamos, se não me engano era uma sexta-feira, era dia deles saírem do quartel e voltar na segunda não é? Mas aí nos jogaram, me jogaram na solitária. Quando foi a noite, abriu lá assim e apareceu um coronel e ele mandou tirar a gente e mandou para a tortura e começou, mandou o tenente, que se chamava tenente Ailton Guimarães, torturar a gente, junto com outros soldados, cabos. Aí começaram a me torturar, me arrebentaram todo, davam socos e... e eu mantive a mesma estória: que eu era estudante, tinha sido líder estudantil em Belo Horizonte, sofri um atentado e que mudei para o Rio, não tinha condições, estava em uma situação muito difícil, não tinha participado de nenhuma ação, não tinha participado de nenhum assalto. E eu mantive essa história por um longo período. Fui torturado continuamente, cerca de um mês, fiquei trinta e sete dias na solitária, pelado, não é? Fazia um frio danado!¹¹⁸

¹¹⁶ VINÃR, Maren e Marcelo. *Exílio e Tortura*. São Paulo: Escuta, 1992, p.73.

¹¹⁷ Conferir em: Alfredo Martin. Documento elaborado para a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia – 4ª Região. MG/ES – 2001, p. 3

¹¹⁸ Depoimento de Marco Antônio Meyer. Entrevista concedida à Marcelina S. de Queiroz em 20/06/2006.

3. METODOLOGIA

3.1 Procedimentos para realização da pesquisa

A reconstituição da trajetória coletiva de um grupo de entrevistados - exilados políticos mineiros - e de suas trajetórias individuais visa à emergência de outras interpretações desse período histórico ou, ao menos, contribuir para o surgimento de outras inferências. Essa reconstituição se dará a partir de dados recolhidos nas entrevistas.

A utilização da fonte oral como recurso metodológico foi escolhida por atender aos objetivos da pesquisa, além de ser uma ferramenta essencial e privilegiada para este tipo de trabalho. Embora se tenha recorrido a outras fontes como relatos biográficos, jornais, publicações, fotografias, teses acadêmicas, privilegiou-se, como fonte documental, a entrevista semi-estruturada, com os exilados selecionados para pesquisa,.

A metodologia da história oral se apresenta, hoje, como uma alternativa crítica e um meio de se enfrentar o pensamento dominante, tido como sendo o único legítimo. Possibilita o confronto com uma visão de mundo autorizada, dita oficial. Sua maior riqueza é a de ser capaz de evidenciar pontos de vista contraditórios, muitas vezes distintos, longe da unanimidade e da unilateralidade predominante nas versões institucionalizadas da história oficial. E o que vem a ser a história oficial? A história oficial lembra Paul Ricoeur (RICOEUR, 1996), “é uma memória coletiva oficializada, ou seja, uma memória ideologizada”. Essa, na maioria das vezes, contrasta com a memória e os testemunhos dos atores históricos e dos “homens comuns” e, constantemente, se contrapõe à chamada “história dos historiadores”.

Embora a história oral não se destine à defesa de uma causa, a despeito dos testemunhos, ela possibilita a emergência de novas versões ou de outras interpretações sobre o passado. Portanto, para a historiografia mais recente, a história oral permite oferecer interpretações qualitativas de processos históricos no intuito de levar o historiador à elaboração de sua teoria a partir da pesquisa, da construção de fontes, documentos e da reunião de todos os fragmentos possíveis. É, portanto, um caminho que se percorre para a

construção do conhecimento histórico, sendo este conhecimento elaborado a partir deste conjunto de documentos e fontes, produzidos e intermediados pelo historiador, quem registra uma multiplicidade de versões e interpretações dos sujeitos e sua memória histórica.

A seleção dos participantes desta pesquisa teve como ponto de referência critérios geracionais. Segundo Marly da Silva Motta: “a abordagem geracional tem-se revelado particularmente fecunda em estudos que tratam das elites políticas ou intelectuais”. Para ela, ao relativizarmos o fator etário, e enfatizarmos o grau de envolvimento dos indivíduos com determinados acontecimentos, “essa nova concepção de geração se define pela “comunidade de experiências”, na qual a memória comum tem um lugar fundamental, pois a ela cabe instaurar o papel fundador do acontecimento como marco geracional”¹¹⁹.

A partir dessa experiência comum é que surgem os chamados “efeitos da idade”, que desembocam em “verdadeiros fenômenos de geração”. A propósito, Jean François Sirinelli diz o seguinte:

[...] esses efeitos da idade são às vezes suficientemente poderosos para desembocar em verdadeiros fenômenos de geração, compreendida no sentido de estrato demográfico unido por um acontecimento fundador que por isso mesmo adquiriu uma existência autônoma. Por certo, as repercussões do acontecimento fundador não são eternas e referem-se, por definição à gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência. Mas uma geração dada extrai dessa gestação uma bagagem genética e desses primeiros anos uma memória coletiva, portanto ao mesmo tempo o inato e o adquirido, que a marcam por toda a vida¹²⁰.

A historiadora Denise Rollemberg Cruz - no seu texto “Vidas no exílio”- apresentado no contexto das lembranças dos 40 anos do Golpe, no Seminário realizado em Niterói, no período de 22 a 26 de março de 2004, aponta para a existência de duas gerações engajadas na militância política no contexto da implantação do regime militar brasileiro (1964-1985):

[...] o exílio dos anos 1960 e 1970 foi uma experiência vivida pelo que se pode considerar duas gerações, a de 1964 e a de 1968. Os marcos fundadores foram os movimentos reformistas e o golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart e as manifestações, sobretudo, de estudantes, iniciadas em 1965/1966, em curva ascendente até meados de 1968, finalizando com o Ato Institucional nº 5. [...] Entretanto, em geral, associa-se a primeira geração àqueles que se identificavam com o projeto das reformas de base, ligados a sindicatos e a

¹¹⁹ MOTTA, Marly da Silva. *O Relato Biográfico como Fonte para a História*. IN: Revista Vidya nº. 34, julho/dezembro 2000. p.117-118.

¹²⁰ SIRINELLI, Jean François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.255.

partidos políticos legais, como o PTB, ou ilegais, como o PCB. [...] já a geração de 1968, está identificada a militantes mais jovens, extremamente críticos às posições e práticas do PCB, muitos originários do movimento estudantil, de onde saíram para se integrarem à luta armada em organizações que supervalorizavam a ação revolucionária de massas ou de vanguarda (CRUZ, 2004, Pp. 194-195).

Tomando como referência as duas gerações, apontadas pela autora acima, a seleção dos depoentes, no universo estudado - exilados políticos mineiros - recaiu sobre um grupo de 10 (dez) entrevistados, de perfil paradigmático diferenciado: a geração de 64, abrangendo indivíduos que vão para o exílio logo após o golpe civil-militar de 1964, cujos marcos fundadores foram os movimentos reformistas e o golpe de estado o qual implantou o regime da ditadura; e a geração de 68 que, no contexto do “endurecimento” do regime, adotou uma postura revolucionária e ingressou no movimento de resistência e /ou combate armado ao regime, lançando-se, conseqüentemente, no mundo da guerrilha e por vezes da repressão e da tortura. Entretanto, o caráter multifacetado dos sujeitos entrevistados revelou a impossibilidade de se construir um único perfil para os dois grupos.

Procurou-se entrevistar um conjunto diversificado de exilados, porém, composto especificamente por “cidadãos comuns”, alguns até mesmo anônimos, ou seja, que não apareceram com frequência nas páginas da imprensa ou que não se tornaram “celebridades”, com vida pública reconhecida nacionalmente.

3.2 Mapeamento

Foi realizado um mapeamento do universo a ser estudado. Posteriormente foram selecionados alguns exilados políticos mineiros os quais se dispuseram a dar o seu depoimento, cuja atuação no cenário político brasileiro - seja pela resistência ou pelo combate à ditadura instaurada em 64 - nos pareceu relevante. Entrevistou-se o (os) grupo(s) de exilados selecionado(s), privilegiando a compreensão da narrativa a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação, adotando um tipo de entrevista “não-estruturada/não-diretiva”. As entrevistas foram transcritas e depois os dados obtidos foram analisados à luz do referencial teórico.

3.3 Análise de dados

A análise de dados se consistiu no exame dos depoimentos recolhidos, cujo objetivo foi o de capturar a interpretação que o sujeito faz de sua própria experiência, considerando que o depoente constrói sua narrativa de acordo com a interpretação dos fatos vivenciados e /ou imaginados, considerando-se que a representação da realidade depende da perspectiva posta pelo narrador.

3.4 Fontes da pesquisa

No intuito de garantir maior confiabilidade à pesquisa, além das entrevistas semi-estruturadas, fez-se o uso de fontes variadas, a partir de:

- Pesquisa bibliográfica - levantamento de materiais escritos ou gravados, mecânica ou eletronicamente, contendo informações já elaboradas/publicadas por outros autores, como: livros, relatos biográficos, periódicos (revistas, jornais), fitas de áudio e vídeo, documentários;
- Entrevistas informais com pessoas inseridas no universo dos depoentes (amigos, familiares, etc.) bem como nas discussões do processo vivenciado pelos mesmos; o que contribuiu para melhor compreender a trajetória e a experiência desses sujeitos.

3.5 Classificação da pesquisa

Para a realização da pesquisa, pretende-se utilizar recursos básicos metodológicos de abordagem qualitativa de cunho interpretativo. O instrumento utilizado para a coleta de dados - junto aos depoentes - foi a entrevista semi-estruturada, possibilitando maior espontaneidade ao entrevistado.

As entrevistas foram baseadas em um roteiro prévio, elaborado a partir de princípios teóricos norteadores que possibilitem alcançar os objetivos previstos. Porém, durante as entrevistas, este roteiro foi flexibilizado e/ou ignorado, conforme as circunstâncias e o transcorrer das mesmas.

Não obstante, por se tratar de um estudo de caso, que se insere na “História do Tempo Presente”, a ferramenta metodológica utilizada foi a entrevista oral, em que procurei colher depoimentos que revelassem aspectos úteis à informação temática central.

A metodologia qualitativa refere-se à investigação que produz dados descritivos: a realidade é observada através das palavras, oral ou escrita, dos entrevistados, além do conjunto situacional em que essas são expressas. Na investigação qualitativa “a abordagem à investigação não é feita com o objetivo de responder às questões prévias ou de testar hipóteses. Privilegiam, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação”¹²¹.

Há, portanto, uma interação com a pessoa de uma maneira natural e não intrusiva sendo que as entrevistas seguem um modelo de conversação natural onde há a compreensão da pessoa dentro de seu marco de referência, da realidade tal como ela a vivencia; “o investigador introduz-se no mundo das pessoas que pretender estudar, tenta conhecê-las, dar-se a conhecer e ganhar sua confiança, elaborando um registro escrito e sistemático de tudo aquilo que ouve e observa”.¹²² Este material recolhido é, por sua vez, complementado com outros tipos de dados como: registros pessoais, biografias, artigos de jornais, cartas, fotografias, dentre outros.

Para que se possa obter uma investigação qualitativa em sentido mais amplo, usei alguns métodos e procedimentos os quais auxiliaram na obtenção de maiores informações em relação aos sujeitos de pesquisa.

O método Análise de Conteúdo - alicerce desta pesquisa - consiste em um conjunto de técnicas de exploração de documentos que procura identificar os principais conceitos ou os principais temas abordados em um texto, que pode ser escrito por um autor, transcrito de fitas de vídeo ou áudio, de entrevistas escritas ou orais, etc. Estes temas são selecionados a partir da coerência e coesão temáticas, para depois serem analisados num contexto com um determinado objetivo, conectando-os, relacionando-os com um determinado tema central, com base em um referencial teórico. O objetivo desse método é assinalar e classificar objetivamente, todas as unidades de registro do texto.

Segundo Bardin (1994), para proceder à análise de conteúdo, são consideradas as seguintes etapas a serem realizadas:

¹²¹ BOGDAN, Robert, SARI Biklen. *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. 2ª edição, Coleção Ciências da Educação. Porto Editora, 1982, p.16.

¹²² Idem, p.16.

a) Organização do material do trabalho - Consiste na seleção e organização do material, que pode ser, como no caso da pesquisa realizada, a transcrição de entrevistas. Os textos dos conteúdos das fitas foram transcritos, digitados e organizados.

b) Definição das unidades de registro – Refere-se à seleção de inferências relacionadas ao tema proposto ou à investigação da pesquisa. Estas unidades podem ser classificadas como formais, que se relacionam às recorrências de palavras ou semânticas, relacionadas à atribuição de significado. Utilizei estes critérios mesclados entre si, na medida em que as recorrências sempre foram imbuídas de significado.

c) Definição e delimitação do tema - Esta etapa da pesquisa é realizada a partir da evocação do tema. Este

[...] pode ser evocado em uma única citação ou desenvolvido em uma passagem de texto inteira: ele pode aparecer sob forma de alusão em um detalhe (a escolha de uma palavra ou mesmo uma forma gramatical), ou estar presente, difuso, dentro de uma passagem (d'UNRUG, 1974: 26)

d) Definição de categorias ou categorização - É um processo estruturalista em duas etapas: o inventário, que se refere ao isolamento dos elementos pertinentes e a classificação, que consiste na repartição destes elementos, organizando as mensagens de acordo com a temática proposta, nesse sentido, a categorização.

[...] é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. (BARDIN, 1977: 117)

No caso desta pesquisa, as categorias escolhidas - de acordo com a problemática investigada - foram: a inserção no universo da política no período anterior ao exílio, o exílio e sua representação, a volta ao Brasil; no contexto do retorno - a recepção e a inserção social, o estranhamento e o choque com o universo cultural brasileiro, a inserção sócio-política, laboral e financeira, documentação e reconhecimento de diplomas, a questão da identidade, o universo familiar, as indenizações e aposentadorias.

4. UM ESTUDO DE CASO EM MINAS GERAIS

4.1 Perfil dos exilados

4.1.1 Edmur José Fonseca

Edmur José da Fonseca é jornalista e escritor. Natural de Matozinhos, Minas Gerais. Estudou no Colégio Santo Antônio em Belo Horizonte e foi da Congregação Mariana. Ao iniciarem suas preocupações literárias e políticas, aproximou-se do Partido Comunista. Foi diretor de suplementos literários: primeiro na Folha de Minas, mais tarde no Diário de Minas e na Tribuna de Minas. Foi chefe de redação da Revista Três Tempos.

No processo de militância e luta política no Brasil, participou da campanha do Petróleo, da campanha pela anistia e em defesa das empresas nacionais, estando no palco da luta política quando veio o golpe militar de 64. Foi condenado por sua atuação política e jornalística a nove anos de prisão, pela Justiça Militar, o que o levou juntamente com os companheiros José Maria Rabelo, Guy de Almeida, ambos jornalistas, e Antônio Romanelli, advogado muito atuante, a sair do país. Ficou clandestinamente no Rio de Janeiro até conseguir asilo político na Embaixada do Chile.

Participou da criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, BDMG, do qual foi secretário geral. Exilou-se no Chile, onde fez pós-graduação em Ciências Políticas e em Administração Pública, na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Trabalhou no Centro de Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina (DESAL), como pesquisador em Ciências Políticas. Foi professor na Escola de Engenharia no Chile e pesquisador do Centro de Estudos Humanísticos.

Com o Golpe de Estado que derrubou o governo de Salvador Allende no Chile, em 11 de setembro de 1973, exilou-se na Costa Rica, onde deu continuidade à pesquisa iniciada no Chile, e foi contratado pelas Nações Unidas para fazer o projeto da Região Metropolitana de São José, financiado pela ONU. Ao terminar este projeto, retornou ao Brasil, em 1978, antes da aprovação da Lei da Anistia, pois sua condenação pelo Tribunal

da Justiça Militar já tinha expirado. Ao voltar, reintegrou-se ao seu trabalho no Banco de Desenvolvimento, BDMG. Antes de se aposentar, foi convidado pelo ex-ministro Paulo de Tarso, para dirigir o Centro Brasileiro de Estudos da América Latina, no Memorial da América Latina, em São Paulo, onde viveu por quatro anos. Hoje é aposentado e vive em Belo Horizonte.

4.1.2 Guy de Almeida

Mineiro, nascido em Belo Horizonte, em 04 de agosto de 1932. Foi funcionário público antes de dedicar-se à carreira de jornalismo. Iniciou sua carreira jornalística no Diário Católico, jornal vinculado à Cúria Metropolitana e depois trabalhou em vários outros jornais em Belo Horizonte. Aproximou-se do Partido Comunista, freqüentando algumas reuniões de célula, mas não chegou a ser militante do partido. Foi membro do diretório municipal do PTB, mas afastou-se da atividade partidária para dedicar-se exclusivamente à atividade jornalística. Foi editor político do *Diário da Tarde*, chefe de redação do *Diário de Minas* e do semanário *Binômio*, organizador e chefe de Redação do *Correio de Minas* - hoje extinto - mas que teve grande repercussão em Belo Horizonte. Dirigiu também a sucursal do *Jornal do Brasil* em Belo Horizonte. Viveu em sua cidade natal até 1966, quando teve que sair do país em decorrência de sua condenação pela Justiça Militar por suas atividades jornalísticas e posições políticas.

Foi preso em 1964, ficando uma temporada de três a quatro meses na Penitenciária de Neves, junto com outros companheiros como, por exemplo, Antônio Romanelli, Edmur Fonseca, Vicente de Abreu, Sinval Bambirra, José Gomes Pimenta, Antônio Lins, Cássio Gonçalves etc. Quando saiu da prisão, não mais conseguiu trabalho na atividade jornalística. Com a implantação do AI-2 pelo regime militar brasileiro, seu processo judicial foi transferido para a Justiça Militar. Em vista da radical linha política punitiva da ditadura nesta instância, vai para o Rio de Janeiro, onde fica clandestino por alguns meses e depois, quando sai sua condenação, consegue asilo na Embaixada Chilena. Exilou-se no Chile em 1966, onde viveu até 1970, trabalhando na agência internacional de notícias *Inter Press Service*, tendo sido convidado então para ser o seu coordenador na área andina, que começava o seu processo de integração econômica. Sai do Chile e vai então exercer esta função no Peru, onde viveu até 1977.

Quando se inicia o processo de abertura no Brasil, lhe é sugerido por amigos – entre eles o poeta Ferreira Gullar e o ex-ministro Almino Afonso - o retorno ao Brasil, pois sua condenação pela Justiça Militar fora anulada. Voltou ao Brasil juntamente com esposa e cinco filhos, sem nenhuma documentação, pois desde a queda do governo de Salvador Allende, no Chile, o seu “*documento de viaje*” chileno, equivalente ao passaporte, havia sido anulado e, portanto, viveu no Peru sem nenhuma documentação. Retornou, portanto, ao Brasil apenas com um “*salvo conduto*”. Ao retornar, foi convidado por José Costa para ser supervisor editorial do *Diário do Comércio* e do *Jornal de Casa*. Em 1984 coordenou a implantação da *TV Minas Cultural e Educativa* em Belo Horizonte. Após o seu retorno foi também membro do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais no governo Tancredo Neves e coordenador da Comissão de Estudos da ordem Informativa Internacional da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais (Fenaj). Ao instalar-se o primeiro governo federal após a ditadura, em 1985, foi Secretário Geral do Ministério de Cultura, a convite de José Aparecido de Oliveira, escolhido ministro da Cultura por Tancredo Neves e mantido por José Sarney. Foi também, de 1985 a 1988, chefe do Gabinete Civil do Governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, atuando como Governador Substituto, quando o titular viajava para o exterior. Foi então Diretor Executivo do Sistema Piloto de Informação Tecnológica, formado por países do Terceiro Mundo. Ao retornar ao Brasil, foi novamente Supervisor Editorial do *Diário do Comércio* e do *Jornal de Casa* e depois professor na Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas), onde coordenou o Projeto Mercosul (Promer), por 8 (oito) anos. Atualmente está aposentado e presta serviços de Consultoria na área de Comunicação e Integração.

4.1.3 José Maria Rabelo

Mineiro, natural de Campos Gerais, residente em Belo Horizonte desde os dezessete anos de idade. José Maria Rabelo é jornalista e escritor. Foi fundador e diretor do jornal *Binômio*, com edições em Belo Horizonte e Juiz de Fora, considerado um dos precursores da moderna imprensa alternativa brasileira. O jornal *Binômio* foi “empastelado” e fechado pelos militares no contexto do golpe de 64. Perseguido e cassado, Rabelo teve de deixar o País logo após o golpe de estado. Passou por três exílios, na Bolívia, no Chile e na França. Na Bolívia, participou da criação do diário *Clarín*, que revolucionou a imprensa boliviana. Com o movimento golpista que derrotou o governo

constitucional de Paz Estenssoro e que teve o apoio dos militares brasileiros, exilou-se no Chile. Em Santiago, trabalhou em DESAL – Centro para o Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina, organizou uma rede de livrarias especializadas em Ciências Sociais e criou a Câmara Latino-Americana do Livro – CLAL. Em consequência do golpe de setembro de 1973, que derrubou o governo de Salvador Allende, teve de exilar-se novamente, passando a residir na França. Ali, dirigiu a Livraria Portuguesa e Brasileira e fundou a Livraria-Centro dos Países de Língua Espanhola e Portuguesa. Voltando ao Brasil, integrou a direção do *Pasquim* e colaborou em vários outros jornais. Foi diretor e vice-presidente do Banerj nas duas gestões de Leonel Brizola à frente do governo do Estado do Rio. Até recentemente, fez um programa jornalístico semanal - *A Notícia como ela é* - no Canal 13, TV Comunitária de Belo Horizonte. Exerce atualmente o cargo de diretor da editora Barlavento Grupo Editorial. É autor dos livros: *Binômio - O jornal que virou Minas de cabeça para baixo*, *Diáspora. Os longos caminhos do exílio*, *Residência Provisória (poemas)*, *Minas na História do Brasil e Brilhos e Vidrilhos de Belo Horizonte*, estes dois últimos no prelo. Prepara também uma autobiografia sob o título *O jornalismo na contracorrente*.

4.1.4 Guido de Souza Rocha

Mineiro, natural da cidade do Serro (22/09/1933). Escultor e sociólogo, trabalhou, antes do golpe de 64 para o governo de Goiás, na administração Mauro Borges, quando teve um contato profundo com a realidade camponesa. Ex-aluno de pintura da Guignard em Belo Horizonte. Esteve exilado no Chile e na Suíça, morou em Genebra depois de ser preso na Bolívia e torturado no Brasil. Viveu durante 41 dias a pão, água e terra no Estádio Nacional do Chile após o golpe que derrubou Allende. No Brasil, antes de haver a luta armada dirigiu - conjuntamente com Inês e Beto - a Organização Marxista Política Operária – POLOP. Não participou da luta armada, pois preferiu fazer parte de um grupo que lutava pela Constituinte.

Decidiu-se pelo exílio no Chile após a prisão e a morte da maioria dos companheiros. Passou por dolorosa experiência de dois anos de prisão, torturas e julgamento na auditoria militar de Juiz de Fora, como incurso na Lei de Segurança Nacional. Foi absolvido por não conseguir provar sua vinculação com nenhuma organização político-militar que atuava, na época, contra o regime. A prisão e a tortura

deixaram marcas profundas no artista. Antes de sua prisão, morou no Rio de Janeiro, fazendo artesanato para viver, quando se interessou pela figura do Cristo e começou a esculpir pequenas peças a partir de pesquisas com um novo material plástico. O que há de notável em sua experiência é que ele realizou um trabalho de concentração de memória, estabelecendo um traço esclarecedor entre sua tragédia pessoal e as várias tragédias nacionais de que foi testemunha. Em 1971, foi preso e torturado. Por ironia do destino um dos seus torturadores escondia-se sob o pseudônimo de “Jesus Cristo”. A partir de então, todos os cristos que fez apresentam caracteres faciais que são simultaneamente as expressões dos companheiros assassinados ou torturados, assim como dos rostos dos camponeses pobres que conheceu.

Voltou ao Brasil após a anistia. No momento da volta afirmou: *“Quero voltar para, em termos pessoais, lutar pelo exercício de minha liberdade, mesmo se tiver de correr riscos. Acho que isso é fundamental: não nos deixarmos envolver pela “ideologia da segurança”. A intimidação é uma arma fundamental nas mãos dos construtores do “robô alegre”, como sempre o foi nas mãos dos donos do poder”*.¹²³

4.1.5 Vânia Bambirra

Vânia Gelape Bambirra é natural de Belo Horizonte onde residiu até sua saída para o exílio no Chile, após o golpe militar de 64. Foi coordenadora das Ligas Camponesas em Minas Gerais. Exilou-se no Chile, em função de sua militância e atividades políticas e também em decorrência da condenação de seu ex-marido (no período atual) Teotônio dos Santos. Considera ter sido um exílio compulsório, já que foi obrigada a sair do país com sua filha, pela condenação de seu marido, embora tenha saído legalmente do Brasil.

Trabalhou no Centro de Estudos Sócio-econômicos, como professora, durante sete anos e meio. Foi professora de Economia da Universidade do Chile. Depois do exílio chileno, passou brevemente pelo Panamá, onde ficou por volta de três meses, até conseguir asilo político no México. Após ter a oportunidade de trabalhar em várias faculdades da UNAM (Universidade Nacional Autônoma do México), optou por ficar no Instituto de Estudos Sociais, em função de sua amizade com Pablo G. Casanova. Depois, trabalhou na

¹²³ Dados obtidos através das entrevistas e do site: <http://www.google.com.br/guidorochoa> acesso em janeiro 2006

Faculdade de Economia do México como professora titular, convidada por José Luis Coceña, onde ficou até seu retorno ao Brasil em 1979, no contexto da Anistia.

Ao retornar, foi convidada a trabalhar na Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG), por Dom Serafim. Segundo ela, a partir daí começaram uma série de dificuldades acadêmicas. Tentou concurso público para a Universidade Federal Fluminense e teve dificuldades com a redação na língua portuguesa, em decorrência dos quinze anos passados no exílio, pois só escrevia em espanhol. Encerrou sua carreira universitária e passou a trabalhar como servidora pública, primeiro no FUNDORIO, posteriormente trabalhou como superintendente da SARE – Secretaria de Administração do Estado do Rio de Janeiro e atualmente (março de 2006), trabalha na FESP – Fundação Escola de Serviço Público, elaborando projetos de cursos de graduação e pós-graduação para funcionários públicos do estado do Rio de Janeiro. Posteriormente, foi nomeada para ser Diretora de Recrutamento e Seleção.

4.1.6 Ricardo Apgaua

Mineiro, natural de Belo Horizonte, nascido em 10 de setembro de 1948. Estudou na Escola Técnica Federal de Minas Gerais, hoje CEFET, onde cursou o ginásio industrial e especializou-se em eletrônica no curso de Máquinas e Instalações Elétricas. Prosseguiu seus estudos no Colégio Técnico, onde iniciou um curso Técnico de Química Industrial, do qual foi expulso, em 1966, em função da sua inserção no Movimento Estudantil. Interrompeu seus estudos em função da militância política. Saiu do Brasil em 1968, retomando seus estudos alguns anos depois, no exterior. Cursou o supletivo no Chile e se formou em técnico em automação industrial na Suécia, terceiro país de exílio. É bacharel em Ciências de História Econômica e Teorias do Desenvolvimento, pela Universidade de Lund, na Suécia. Atualmente, trabalha como empresário no ramo de imóveis, no qual atua desde 1996, em Nova Lima, Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Sua inserção no universo da política se deu em 1962, quando estava na 2ª série ginásial. Aos 14 anos de idade começou sua militância no Movimento Estudantil. Integrou-se na luta pela regulamentação da profissão dos técnicos industriais. Atuou na UMETI - União Mineira dos Estudantes Técnicos e Industriais - assumindo a Secretaria de Imprensa e Publicidade. Aos poucos, aproximou-se da cédula do PCB - que controlava esta entidade - militando simultaneamente no PCB e na UMETI. Em 1966, dirigiu uma greve estudantil

na Escola Técnica Federal de Minas Gerais e acabou sendo expulso, pois a greve foi interpretada como uma ação subversiva contra a ditadura. A partir daí se afasta da militância no movimento estudantil e passa a se dedicar ao IV Congresso do PCB, buscando uma guinada na linha política do partido e visando conquistar apoio para a luta armada. Sua atuação no PCB se dava através de uma facção política denominada Corrente Revolucionária de Minas Gerais, que buscava criar bases para o enfrentamento da ditadura militar através da luta armada. Posteriormente, fez parte da ALN - Ação Libertadora Nacional - organização revolucionária dirigida por Carlos Marighela que surgiu em consequência da fusão de algumas organizações de esquerda, inclusive a CORRENTE.

No dia 13 de dezembro de 1968, data da implantação do AI-5, por determinação de sua organização - a CORRENTE - foi para Cuba para submeter-se à treinamento militar para o enfrentamento com o regime ditatorial brasileiro. Tentou retornar ao Brasil em 1970, quando foi identificado e passou a ser perseguido no Uruguai. Com a ajuda do partido Democrata Cristão do Uruguai, consegue retornar ao Chile. Voltou ao Brasil em 1972, passando pela Argentina, instalando-se em Santos, onde passou a atuar junto a um grupo de padres operários e outro grupo de professores, tentando rearticular na ALN, o que havia sobrado do PCB nesta cidade. Ficou clandestino no Brasil por quase um ano, convencido da inutilidade de sua presença no país, já que a repressão havia desmontado praticamente todo o esquema da luta armada e os quadros da guerrilha haviam “caído”. Resolveu, então, partir voluntariamente para o Chile. Após o golpe chileno, em 1973, que derrubou o governo de Allende, seguiu para o Panamá e ,logo depois, para a Suécia.

Retornou ao Brasil após a aprovação da Lei da Anistia mas não se reintegrou ao país em vista da falta de emprego, moradia, reconhecimento de diplomas, ou seja, de bases materiais para a sua sobrevivência. Em 1979, chegou a participar do processo de formação do PT. Ficou um ano no Brasil e retornou para a Suécia, onde viveu até 1986. Só voltou ao Brasil quando possuía um projeto estruturado para trabalhar por conta própria, estabelecendo-se definitivamente. Em 1986, filiou-se ao PSD, mas, com o tempo, abandonou a militância partidária e dedicou-se à batalha pela sobrevivência. Hoje é empresário no Ramo Imobiliário.

4.1.7 Marco Antônio Meyer

Marco Antônio Meyer é mineiro, natural de Belo Horizonte, nascido em 1944. Começou a trabalhar com 12 anos, por ter ficado órfão de pai, falecido de câncer aos 48 anos, deixando sua mãe com dez filhos para criar. Foi tesoureiro, bancário, gráfico e hoje possui uma editora de livros infantis.

Sua inserção no universo da política se deu a partir do contato com os Dominicanos e com a Juventude Estudantil Católica, no contexto da reforma pela qual passava a Igreja, a partir das encíclicas de João XXIII, *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, mais engajadas com as questões sociais e a questão da terra. A partir daí, ele começa a se interessar pela problemática social do país.

Integrou-se no movimento estudantil, por volta de 1966, participando do Diretório Estudantil do Colégio Estadual Central em Belo Horizonte. Posteriormente, foi convidado a participar, além da JEC, do grupo dissidente do Partido Comunista - a POLOP (Política Operária) - ligado a Terceira Internacional.

Após sofrer um atentado em sua residência e resistir à prisão foi para o Rio de Janeiro, onde ficou clandestino por algum tempo e intensificou seu contato com a Organização (POLOP), que já havia modificado sua linha política. Segundo o depoente, antes a linha política da “Organização” era com “comissão de fábrica, fazendo um trabalho junto à classe operária”, e que, naquele contexto, em meados de 68, resolvera fazer a resistência armada à ditadura civil-militar implantada em 64.

Participou de várias “ações” políticas, como expropriações à bancos e outras, no intuito de conseguir meios para se montar uma guerrilha no campo, já que esse era o propósito da Organização (POLOP). Foi preso após uma dessas “ações”, no Rio de Janeiro. Ficou no DOPs (Departamento de Operações Especiais) por um tempo e depois foi enviado para Ilha Grande, ficando ali cerca de dois meses. Foi transferido para a PE da Vila Militar do Rio de Janeiro, onde foi bastante torturado. Depois foi transferido para a penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, por ter um processo oriundo de Minas Gerais.

Em Juiz de Fora, foi condenado a seis meses de prisão, no primeiro processo (havia mais três), por ter sido líder estudantil no Colégio Estadual de Belo Horizonte e ter passado um filme chamado “*Os Companheiros*” - do diretor italiano chamado Mario Monicelli -

que retrata uma greve numa fábrica têxtil na Itália. Segundo o depoente, o filme era muito educativo do ponto de vista de formação política. Em junho de 69, foi trocado pelo embaixador alemão, seqüestrado pela Organização e banido do Brasil.

Sua trajetória pelo exílio se iniciou na Argélia, para onde foram enviados os 40 (quarenta) presos políticos trocados pelo embaixador. Posteriormente, foi para Cuba, onde participou de treinamento militar com o objetivo de se preparar militarmente e retornar ao Brasil para dar continuidade à luta contra a ditadura. Trabalhou na Radio Havana Cuba, onde fazia a parte do Noticiário Internacional e traduzia os discursos de Fidel Castro. Após o rompimento com um grupo da organização - devido à descoberta da infiltração do Cabo Anselmo - resolve sair de Cuba e ir para o Chile, onde permaneceu até o golpe militar chileno.

Após o golpe ficou na embaixada Argentina até conseguir asilo político. Na Argentina, ficou preso por dezoito dias em um hotel da Polícia Federal até que a OAB da Argentina entrou com um *habeas corpus*, conseguindo sua liberação. Daí, foi transferido para um Seminário da Igreja Católica.

Como a Argentina não se dispunha a receber os refugiados, negociou sua saída para a Suécia, onde viveu praticamente dez anos, de 1973 até 1980, quando resolveu retornar ao Brasil. Na Suécia, participou ativamente da campanha e do movimento pela Anistia, bem como das denúncias dos crimes praticados pela ditadura brasileira.

4.1.8 Maria do Carmo Brito

Natural de Belo Horizonte. Aos 15 anos de idade entrou para a JEC (Juventude Estudantil Católica). Sua inserção no universo da política deu-se em 1961, quando entrou para o Partido Comunista. Em 1962 rompeu com o Partido Comunista e ingressou na POLOP (Política Operária) e partiu para a luta armada contra o regime militar instaurado pelo golpe de 64. Em 1967, após a cisão da POLOP, ingressou no grupo COLINA (Comandos de Libertação Nacional), grupo que decidiu partir independente para a luta armada. Em 1968 vai para a clandestinidade. Em abril de 1969, o COLINA e a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) se uniram e formaram a VAR PALMARES. Maria do Carmo fazia parte da direção. Foi uma das dirigentes que aprovou a ação de expropriação do cofre do ex-governador Adhemar de Barros. Maria do Carmo foi da direção da VPR, junto com Carlos Lamarca e Ladislav Dowbor.

Foi presa em 1970, quando ela e seu marido Juarez de Brito, mentor do seqüestro do embaixador alemão, “caíram” ao tentarem contactar um companheiro que faltara ao último encontro. Ao serem apanhados pela polícia Juarez de Brito suicida-se com um tiro no ouvido com a arma que tomou das mãos de Maria do Carmo. Ela foi barbaramente torturada na prisão do Rio e na OBAN (Organização Bandeirantes), em São Paulo. Foi trocada pelo embaixador alemão Elfrid Von Holleben na lista dos 40 prisioneiros, exigida pela organização.

Esteve exilada primeiramente na Argélia, depois no Chile, Bélgica, Portugal e Angola (atuou no governo do MPLA). No exílio, atuou na área de Sociologia, sua profissão, dando aulas em faculdades - de serviço social ou de teoria das revoluções - especialmente no Chile.

Voltou para o Brasil logo após a Lei da Anistia, no dia 09 de setembro de 1979. Sobre os sentimentos ligados ao retorno ela afirmou sentir um misto de alegria e medo por ter de se defrontar com a nova realidade brasileira e com o quadro de miséria e violência do país.

Ao retornar, alguns de seus receios se confirmam. Teve dificuldades em se inserir no mercado de trabalho já que, ao ser banida do país, “estava sem nenhum vínculo profissional, não podendo, portanto, reivindicar retornar para o trabalho”.¹²⁴

Sobreviveu fazendo traduções de história oral para pesquisas acadêmicas durante algum tempo. Com a eleição de Leonel Brizola para o governo do Rio de Janeiro, conseguiu um emprego fixo. Trabalhou na Secretaria de Educação do Rio de Janeiro e, depois, na Fundação de Amparo a Pesquisa (FAPERJ), instituição responsável pela implantação do CIEPS. Atuou durante muitos anos na área social, onde, segundo afirmou, continua atuando até hoje, com carentes portadores de deficiência.

4.1.9 João Marques Aguiar

Natural de Belo Horizonte, nasceu em 1944. Atualmente é professor. Iniciou o curso de Química na UFMG, em 1964, que ficou inconcluso. Saiu do Brasil em 1969, motivado por perseguições políticas e pela clandestinidade a que foi obrigado a viver, em função de sua atuação política. Concluiu o curso de Química em Cuba. Hoje se mantém como professor - num colégio em Belo Horizonte - no Ensino Médio. Sua inserção no

¹²⁴ Entrevista concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 01/03/2006.

universo da política se deu pelo movimento estudantil, onde participou do diretório acadêmico da UFMG. Ingressou na POLOP (Política Operária) em 1966. Foi condenado pela Justiça Militar do Rio de Janeiro e pela Polícia militar de Juiz de Fora. Resolveu sair do país em Janeiro de 1970, após viver um ano e meio na clandestinidade em Belo Horizonte e no Rio. Saiu do Brasil, passou pelo Uruguai e foi para o Chile onde viveu até o golpe militar chileno que derrubou o governo Allende. Ficou na Embaixada do Panamá até conseguir ir para Cuba. Viveu durante nove anos no exílio e optou pela volta ao Brasil tão logo saiu a Lei da Anistia em 1979. Ao retornar, trabalhou como professor de Química, foi para o Iraque, onde ficou, por dois anos, ministrando aulas de Química. Retornou ao Brasil e atua na área de Educação. Atualmente trabalha na APPMG – Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais.

4.1.10 Geraldo Cruz Pires Ribeiro

Mineiro, natural de Juiz de Fora, nascido em 1944. Sua inserção no universo da política se deu pelo movimento estudantil. Atuou na JEC, Juventude Estudantil Católica e depois foi membro da AP, Ação Popular. Teve que sair do país em 1971, por ter sido condenado pela Justiça Militar, pela atuação e militância política na JEC, no jornal do DCE (Diretório Central dos Estudantes) da Universidade Federal de Minas Gerais e na organização revolucionária marxista, a AP, Ação Popular. Era funcionário da Caixa Econômica Federal. Abandonou o emprego e tornou-se refugiado. Ficou clandestino no Maranhão por alguns meses e depois resolve sair do Brasil. Exilou-se no Chile, onde se casou e continuou militando ativamente junto ao MAPU e a AP, pois vários de seus líderes estavam exilados no Chile. Com o golpe militar de 11 de setembro, que derrubou o governo de Salvador Allende, Geraldo ficou desaparecido por dez dias, preso em seu apartamento sem poder sair, pois corria risco de morte. Foi resgatado pela Cruz Vermelha que o encaminhou, como exilado político, para a Nova Zelândia, na Oceania, onde viveu os últimos 30 (trinta) anos.

Na Nova Zelândia retomou seus estudos, que havia interrompido por causa do exílio político. Formou-se em Enfermagem e passou a trabalhar para a Cruz Vermelha Internacional. Ganhou a cidadania neozelandesa desde 1977 e quando desejou visitar o Brasil, acabou por perder a cidadania brasileira, só conseguindo resgatá-la recentemente,

em 1995, quando foi criada uma lei no governo Fernando Henrique Cardoso, que permitia ao cidadão, em alguns casos específicos, possuir duas cidadanias.

Em 1988, foi enviado para a Angola - “que enfrentava guerras pesadas” - pela Cruz Vermelha Internacional. Ficou por lá por quase um ano. Voltou à Nova Zelândia por um período de três meses de férias e, depois, foi enviado para Moçambique. Retornando, fica mais um ano na Nova Zelândia, em seguida, é enviado para a Arábia Saudita. Trabalhou para a Cruz Vermelha Internacional, além dos lugares já citados, passou pelo Sudão, Tajiquistão, Afeganistão e pela Rússia, onde ficou por 9 meses e aprendeu a falar o idioma. Foi seqüestrado pelo grupo Al Qaeda, em 1999, no momento em que já havia se adaptado ao país. Segundo diz: “foram 60 dias de tortura”. Quando libertado, teve de passar uma temporada na Suíça, em tratamento com médicos, psicólogos e psiquiatras.

Retornou ao Brasil recentemente, após aposentar-se pela Cruz Vermelha Internacional, que não quis renovar seu contrato de trabalho, em função dos riscos e dos sofrimentos já vividos. Encerrou um processo contra o governo brasileiro, que aguardava há treze anos, baseado na lei da anistia. Ganhou sua causa e hoje recebe uma pensão por parte do Estado. Atualmente mora em Belo Horizonte, no Bairro Bandeirantes. Afirma que está muito bem aqui no Brasil, mas que só voltou nos seus termos, quando achou conveniente. Alega que não deseja, em hipótese alguma, retornar para a Nova Zelândia.

4.2 Análise de dados: análise sobre as narrativas dos sujeitos históricos.

4.2.1 A experiência e o significado do exílio

As indagações acerca do objeto de estudo acabaram por descortinar uma dura faceta do exílio: a nostalgia, as privações sofridas em terra alheia, as trajetórias interrompidas por vários caminhos e desvios, o estranhamento em relação às tradições culturais, às rupturas familiares, às incertezas, enfim; um múltiplo e complexo rol de sentimentos ligados à experiência do exílio, que Maria José Queiroz classificou tão bem em seu livro: “Os males da ausência”.

No entanto, percebeu-se que apesar de todos os “males” e as desgraças decorrentes de tal experiência, o exílio nem sempre os aniquilou. Uma outra realidade foi descortinada e a ambigüidade dessa experiência se tornou aparente: muitos depoentes representaram a experiência do exílio de forma positiva. Apesar das incertezas e das rupturas, o que

prevaleceu foi o espírito e a imaginação criadora. Afinal, era preciso sobreviver! A experiência do infortúnio acabou por revelar um lado menos trágico do humano: a solidariedade.

Vários depoentes alegam que foram bem recebidos e acolhidos com carinho nos países por onde passaram, especialmente no Chile. Isso, de certa forma, minimizou os efeitos trágicos do exílio.

Ricardo Apgaua demonstra isso com muita clareza em seu depoimento:

[...] Tanto no Chile, como no Panamá e na Suécia, tinha me deparado com uma imensa solidariedade. Para se ter uma idéia, no Panamá fomos recebidos pelo General Torrijos, então presidente do país. Na Suécia, a primeira manifestação do 1º de maio, após o golpe do Chile, se transformou em um ato público de solidariedade com o Chile e os países da América latina. Em Estocolmo, conduzindo a manifestação, ao lado dos exilados, ia Olof Palme, então Primeiro Ministro do país. Cidadãos sem quaisquer vínculos pessoais convidavam os refugiados para morar em suas casas, ou com eles passar o natal, tratando-nos como filhos ou irmãos. Eles se esforçavam por conseguir emprego e condições de vida para todos os exilados independente de partido ou identidade política. As pessoas se desdobravam para ver-nos integrados, usavam de sua influência para conseguir-nos um trabalho ou abri-nos os caminhos para retornar os estudos.¹²⁵

João Marques Aguiar afirma que as experiências da clandestinidade, da perseguição e do exílio - vivenciado primeiramente no Chile e depois em Cuba - foram traumáticas. No entanto, a forma como se integrou nestas sociedades minimizaram seus sofrimentos:

[...] É mais ou menos isso que eu estou falando com você: é traumática, e esse trauma, no meu caso, eu vou conseguindo superar com o tempo, sabe? Porque eu fui bem, na minha integração na sociedade chilena. A gente se entusiasmou com o clima político que havia no Chile nesta época e aquilo parecia ser era uma compensação. [...] Em ambos eu fui muito bem tratado, muito bem recebido. O período em que nós ficamos lá, você tem que entender que era um período em que o governo era um governo popular. Era um governo progressista, que recebia os exilados brasileiros, que recebia os banidos, um grupo de banidos brasileiros. É lógico que eram países subdesenvolvidos, então você não conseguia com facilidade emprego e coisa assim de uma hora para outra, mas fui muito bem tratado e principalmente pelo povo chileno, sabe! Eu admiro muito o povo chileno. Em Cuba, apesar das dificuldades que o povo cubano sempre atravessou por ser um país muito pequeno, uma ilha, que com o socialismo conseguiu acabar com a miséria. Mas os problemas existem, problemas de subdesenvolvimento, e mesmo assim nos prestavam solidariedade porque quando você, o período que você se sente, por exemplo, quando eu saí do golpe, saí do Chile, nós ficamos mais ou menos um mês, um mês e meio, no Panamá perto da fronteira com Costa Rica, numa cidade vizinha chamada Las Tablas, íamos para a cidade do Panamá, capital, voltávamos, tentávamos

¹²⁵ Entrevista concedida, por escrito, à Marcelina Silveira de Queiroz em 27/03/2006.

arrumar alguma coisa, um emprego, alguma coisa, não tinha. No Panamá a gente se sentia meio perdido. Principalmente eu, com família, minha esposa, sem ter condições, não podia contar com recursos da minha família aqui porque não era uma família rica. Eu tinha que conseguir trabalho e trabalho não tinha lá. Foi quando os cubanos me ofereceram, falaram que se eu quisesse o exílio lá em Cuba, que nós então já sabíamos que ficaríamos mais isolados, pelo fato do bloqueio e toda aquela situação da época em Cuba. Mas nós não vacilamos não. Pensamos: vai ser bom em Cuba, a experiência, como foi. Mas esse período, pequeno, no Panamá foi todo de incertezas: aonde que eu vou, o que é que vou fazer, onde vou trabalhar, como é que eu vou me sustentar? Esse período dá uma idéia de como foi lá. Agora, quando estava em Cuba, já trabalhando, com uma casa para morar, numa situação política, com trabalho, fazendo trabalhos voluntários, atividades políticas, isto também facilita não é?¹²⁶

Outros relatos confirmam esta impressão:

[...] Nós fomos recebidos na Argélia, até com uma brincadeira, porque o Ali Faisal estava lá, eu acho que isso tem a ver; então era o Ali Babá e os quarenta ladrões. Mas eles nos chamavam de *freres* porque eles falam o francês muito esquisito, então *freres* (irmãos), porque a gente também estava fazendo uma revolução que eles já tinham feito quando expulsaram a França. Eu acredito que ser tão bem acolhido por uma sociedade tão diferente foi o primeiro choque. A gente foi extremamente bem acolhido, com um carinho inacreditável, por parte de uma cultura que achava estranha a maneira com que a gente se vestia etc. Teve a facilidade de que eu sabia francês, que simplificou um bocado. É, é isto. (Maria do Carmo Brito)¹²⁷

[...] No Chile, logo quando eu cheguei lá, houve o golpe. Cinco meses depois houve o golpe. Houve o golpe e eu fui para o Estádio Nacional, Estádio Nacional. Fiquei mais de um mês no Estádio Nacional, quarenta e um dias, e fomos apoiados para sair do Chile e vir para... Sair do Chile afinal de contas. Os estrangeiros foram apoiados por: parte da Igreja Católica, o cardeal da Igreja Católica no Chile, a Cruz Vermelha Internacional, o centro social protestante e o alto Comissariado das Nações Unidas da ONU. Fomos apoiados por eles e tirados de lá. Cada pessoa escolheu uma cidade para onde iria. Eu escolhi... E eles também estudavam caso por caso e eu fui então para Suíça, fui e cheguei à Suíça, onde fiquei até setenta e nove (1979), até a anistia. [...] A inserção foi tranqüila. Chegando à Suíça, houve apoio de várias organizações, organizações de esquerda, que nos esperavam. Fomos apoiados pelo centro protestante, porque o centro protestante nos acolheu. E várias organizações da esquerda, basicamente maoístas, socialistas e trotskistas. (Guido Rocha)¹²⁸

Embora Denise Rollemberg¹²⁹ aponte para “o mito do país de acolha”, referindo-se à solidariedade presente na recepção e no processo de adaptação dos exilados, alegando que mesmo a solidariedade não esteve a salvo de contradições e ambigüidades, não se observou

¹²⁶ Entrevista concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 01/11/2005.

¹²⁷ Entrevista concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 01/03/2006.

¹²⁸ Entrevista concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 13/02/2006.

¹²⁹ CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: Entre Raízes e Radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 143-147.

no universo de exilados selecionados para esta pesquisa, a presença de aspectos restritivos à entrada, à permanência ou à adaptação no país de exílio. Apenas em um único caso se constatou dificuldades. Geraldo Cruz afirmou ter sido muito discriminado na Nova Zelândia. Apesar disso, não retornou após a Anistia. Viveu lá por 32 anos. A justificativa para uma permanência tão prolongada foi a sua inserção profissional, a identidade e o sentimento de propósito adquirido por seu trabalho na Cruz Vermelha, conforme relatou.

4.2.2 Inserção no universo da política

Do grupo de entrevistados, constatou-se que a inserção no campo da política, da geração de 68, se deu a partir do contato com setores progressistas da Igreja Católica, do movimento estudantil, e, posteriormente, pela participação em organizações de esquerda. Destes entrevistados, quatro eram integrantes da POLOP (Política Operária), que mais tarde se desmembrou em outras “organizações” como o COLINA e a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária); um da AP (Ação Popular) e um do grupo Corrente Revolucionária de Minas Gerais, uma facção do PCB que mais tarde se fundiu com a ALN (Aliança Libertadora Nacional), dirigida por Carlos Marighela.

Foi entrevistado, da geração de 64, um número de quatro pessoas: Guy de Almeida, José Maria Rabelo, Edmur Fonseca e Vânia Bambirra. Embora tenham tido uma participação partidária, seja no PTB, no PSB ou no PC - partido do qual a maioria afirmou ter se aproximado, mas não permanecido ou militado ativamente - a atuação e militância política se deram, principalmente, através da atividade jornalística e do envolvimento com as campanhas e as questões dos movimentos nacionalistas ou reformistas. A exceção do grupo é Vânia Gelape Bambirra que, conforme afirmou, estava envolvida com as questões ligadas ao setor fundiário e participava ativamente das Ligas Camponesas em Minas Gerais.

Apesar das diferenças de participação e atuação política e do grau de envolvimento no combate à ditadura, todos os entrevistados estavam envolvidos com questões de fundo político e tinham em comum o desejo de mudança e transformação do país. Além disso, todos, sem exceção, declararam ter saído para o exílio em decorrência de sua militância

política, seja pela pressão psicológica, pelo medo e pela insegurança da clandestinidade, da perseguição ou do fato de terem sido condenados pela Justiça Militar, além, é claro dos dois casos de banimento: Maria do Carmo Brito e Marco Antônio Meyer.

Não importa aqui, fazer a distinção entre exilado, banido ou foragido. Todos os depoentes consideram o exílio como compulsório e alegam que saíram devido às circunstâncias, que impuseram o exílio como única condição possível.

O depoimento de Guy de Almeida é um claro exemplo disso:

[...] Você perguntou se o exílio foi compulsório ou voluntário. Não foi voluntário. Eu inclusive estive preso em 1964. Saí da prisão e em lugar de procurar sair do Brasil, eu fiquei. Assim como outros ficaram também. Na expectativa de que as coisas pudessem mudar, de que a gente pudesse ajudar de alguma forma para isso. Finalmente, ao contrário do que esperávamos, as coisas foram se radicalizando, os processos passaram para a Justiça Militar e nós começamos a ser novamente pressionados; com data marcada para julgamento. Uma radicalização que ao atingir-nos dessa forma levou-nos, a mim e a outros, a uma vida clandestina no Rio de Janeiro, inclusive porque estavam ocorrendo condenações a penas altas na Justiça Militar, auditoria de Juiz de Fora. Posteriormente, quando se deu a nossa condenação, já com a embaixada do Chile concordando em nos receber, ali nos asilamos e ficamos até que pudéssemos sair para o exílio.¹³⁰

Por tudo isso, tomando de empréstimo a assertiva de Denise Rollemberg¹³¹: “cairíamos em um vazio inútil se pretendêssemos estabelecer quem foi e quem não foi, estrito senso, exilado”.

4.2.3 Inserção no universo sócio-cultural e no mercado de trabalho durante o exílio

Percebeu-se, através dos depoimentos, que os exilados que saíram do Brasil no período seguinte ao golpe militar - que classificamos para esta pesquisa como sendo a “geração de 64” e que alguns depoentes chamam de “primeira leva” - eram pessoas que já possuíam uma formação e experiência profissional. Era composta por indivíduos ligados à atividade política, como ministros e deputados, como também por profissionais liberais: médicos, advogados, professores, economistas, jornalistas, intelectuais, dentre outros. Por isso, encontram certa facilidade para se inserirem no mercado de trabalho nos países em

¹³⁰ Entrevista concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 22/01/2006.

¹³¹ Cf. em CRUZ, Denise Rollemberg. *Vidas no exílio*. In: Seminário 40 Anos do Golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro). 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2004, p. 196.

que estiveram exilados. A integração ao universo sócio-cultural foi de certa forma um pouco mais tranqüila, embora haja relatos de adaptações difíceis, gerando profundos desajustamentos pessoais e familiares. Segundo um depoente, muitos precisaram de assistência médica e psiquiátrica.

O relato de Edmur Fonseca a respeito desses desajustamentos e do sentimento de *estranhamento* é de uma beleza quase poética:

[...] Um dos nossos colegas, um dos mais procurados por todo mundo, era um médico, psiquiatra, de Goiás. Uma grande figura e era quem era mais visitado. Mas, visitado por quem? Por clientes que batiam o pino. Hugo Alexandre era o nome dele. Ele virou uma espécie de sacerdote católico. O sujeito ia lá para chorar as mágoas com ele. Mas não ia lá só para chorar as mágoas, mas porque ele estava neurotizado com todo esse processo. E não é fácil, porque por muito parecido que sejam os países, são culturas muito diferentes. [...] Eu tive uma experiência pessoal muito interessante: um dia eu acordei numa felicidade que você não pode imaginar. Por quê? Tomei meu banho, meu café e fui para o trabalho. Na hora de voltar estava chovendo; eu voltando, de repente eu percebi que, sabe por que eu estava alegre? Porque estava chovendo. Lá chove pouco. Chove 500ml por ano. E estava chovendo. Você não pode imaginar a minha felicidade!¹³²

A “geração de 68” era constituída por pessoas mais jovens, geralmente oriundas do movimento estudantil que, posteriormente, se integraram em organizações de esquerda e, em sua maioria, tiveram alguma participação na luta armada. Essa “segunda leva”, enfrentou muito mais obstáculos para encontrar trabalho. Isto porque muitos deles não possuíam ainda uma profissão definida, haviam abandonado o curso universitário em função da clandestinidade, da militância ou até mesmo da prisão. Viviam, portanto, com pequenos salários, remessas familiares ou com a ajuda da “*caixinha*”.

Aqui é interessante frisar o aspecto já citado anteriormente: a criação de uma espécie de rede de assistência e de solidariedade que buscou criar empregos, bolsas de estudo e apoio material para assistir a vários refugiados, especialmente, os que chegaram após 68. Isso foi possível graças ao apoio de organismos internacionais e instituições de caráter técnico, filiadas à ONU (Organização das Nações Unidas), como a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), a CELADE (Centro Latino-Americano de Demografia e Estatística), a OIT (Organização Internacional do Trabalho), dentre outras.

Esta diferença entre as duas gerações quanto à inserção no mercado de trabalho não se deu apenas no exílio, mas também no contexto do retorno.

Isto se confirma no relato de três depoentes. A propósito eles dizem:

¹³² Entrevista concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 13/11/2005.

[...] Quando eu fui presa, eu estava na clandestinidade, portanto estava sem vínculo profissional nenhum, não podia reivindicar voltar para o trabalho. Para muitas pessoas deve ter sido muito mais fácil, eu tive que batalhar para conseguir trabalho, porque eu não tinha vínculo nenhum. Já tinha acabado o “Milagre”, então quem não aproveitou, aproveitasse, não tinha mais o milagre. Então, e depois o que é que eu sabia fazer? Eu sou uma socióloga e dei aula em faculdade de serviço social, ou de teoria das revoluções no Chile, nos outros lugares foi de serviço social. Eu saí procurando, não sei o que, pois os institutos de pesquisa aqui no Rio estavam todos dominados por argentinos. Foi muito difícil, na verdade eu só consegui trabalhar quando o Brizola foi eleito governador. Eu fiquei fazendo traduções. É até interessante, uma das primeiras pessoas que me deu trabalho foi Ana Amorim, mulher do nosso ministro de relações exteriores, que estava fazendo uma pesquisa de história oral de Petrópolis, então ela trazia fitas, o serviço mais chato do mundo. (Maria do Carmo Brito)¹³³

[...] Tive muitas dificuldades. Tive que fazer-me empresário criando negócios próprios para ter a possibilidade de trabalhar e sobreviver. (Ricardo Apgaua)¹³⁴

[...] Fiquei um ano sem trabalhar. Depois, comecei a trabalhar no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico e na Escola Guignard. Eu trabalhava nestes dois lugares. (Guido Rocha)¹³⁵

4.2.4 A convivência entre as duas gerações: reflexos de uma experiência diferenciada

Constatou-se que, no exílio, a convivência entre as duas gerações foi permeada de divergências e se deu num ambiente, às vezes conflitivo, em função das diferentes procedências e posições dos grupos de esquerda, embora alguns depoentes a classifiquem como relativamente “tranqüila”.

A propósito José Maria Rabelo diz o seguinte:

[...] Em algumas ocasiões, as diferenças provocaram reações daqueles que se sentiam discriminados, que lembravam em certos limites as lutas de classe de outras sociedades. Mas, a despeito disso, houve sempre uma boa convivência entre nós, contrastando com o ambiente, às vezes conflitivo, observado junto a grupos de procedências diferentes. [...] Uma discussão em torno de nosso comportamento político teve lugar a partir da chegada dos novos companheiros, especialmente os que vieram depois de 1968. Os mais antigos achavam que deveríamos manter uma atuação discreta, por nos encontrar em um país estrangeiro, além do mais, numa fase de extrema radicalização. Os outros, mais afoitos em consequência da juventude, e, em grande parte, saídos da luta armada ou simpáticos a ela, defendiam uma participação aberta no processo

¹³³ Entrevista concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 01/03/2006.

¹³⁴ Entrevista concedida, por escrito, à Marcelina Silveira de Queiroz em 27/03/2006.

¹³⁵ Entrevista concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 13/02/2006.

chileno, encarado como simples prolongamento de suas ações no Brasil. “O verdadeiro revolucionário”, diziam, “combate onde está”. [...] No julgamento deles, feito com claro sentido pejorativo, a colônia se compunha dos *residentes*, que éramos nós, já radicados no país, e dos *verdaderos exilados*, os que chegaram depois. Ressurgia, assim, numa situação altamente grotesca, a velha retórica sectária que carimba os companheiros como revolucionários ou reformistas, sendo os primeiros, os bons, os puros; os segundos, os menos puros, cujo papel é quase sempre discutível.¹³⁶

O depoimento de Edmur Fonseca também demonstra as diferenças e oposições entre as duas gerações. Em seu depoimento fica clara a distinção entre as posições políticas dessas gerações e também as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e no universo sócio-cultural do Chile pela geração de 68.

[...] Havia muitos artifícios para se arranjar emprego. Então arranjamos emprego nas Universidades, não só nas Universidades do Chile, como em *Concepcion* e outras partes. Na verdade isto funcionou bem, até um determinado momento, porque era pouca gente. [...] Depois do rapto do embaixador americano foi uma primeira turma, cerca de quarenta, a maioria estudante, e com uma característica bem específica: a maior parcela desses rapazes e moças que eram de família relativamente bem, em termos financeiros. Então eles nunca tinham trabalhado. Não tinham experiência de trabalho e não tinham ainda uma profissão. Claro que isto dificultava e, na verdade eles estavam num processo de radicalização, natural na época, de acusar o governo chileno de “burocratismo” e não sei mais o que. Porque eles tinham que cumprir a lei chilena, entre as quais, quando se permitia ficar lá, você não participar da política local. Eram estrangeiros, não é? Ao serem recebidos lá, muitos deles sonhavam em ir para Cuba e na verdade, Cuba não aceitava. Era muito seletiva, o que era natural que fosse [...] porque Cuba também tinha que se proteger, não podia estar recebendo qualquer pessoa. Não era só o indivíduo falar: “eu sou revolucionário”, que dava a ele credenciais. E, além do mais, eles tinham uma visão de que poderiam voltar ao poder numa guerrilha e essas coisas, sendo que na verdade os movimentos não tinham nenhuma vinculação com a massa do povo brasileiro. Eram generosos, muito simpáticos, outros paranóicos, e tudo, mas não tinham base de apoio popular. Então não tendo base de apoio popular, não tinham futuro.[...] Bom, aí é que vem o negócio: eu sendo o responsável pela caixinha, eu conhecia de perto todos os trâmites de tentar absorver este grupo. Eles chegavam naturalmente com idéias... Com as suas próprias idéias. Então eu propus que se entregasse a eles o comando da caixinha. Nós continuaríamos financiando, mas eu entregava a eles. Foi feito. [...] Foram várias as dificuldades. Quando começaram a chegar os mais jovens, com aquele perfil, a coisa ficou difícil. [...] A maioria nunca tinha trabalhado e ainda tinham a cabeça feita nas ruas de Copacabana, na Rua Augusto em São Paulo e essa coisa toda. Começaram a fazer críticas da maneira de vestir do chileno: “pôxa, aqui não tem roupa que se pode vestir”. O que é natural, jovem é assim mesmo. Mas aí começou a haver problemas, e os chilenos, nesta época eram tão solidários que na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, num lugar chamado Mapu, era praticamente um bairro de jovens brasileiros. Claro, eles alugavam lá para morar e eles chegaram a fazer, a abrir aulas para os brasileiros. Pensa bem!

¹³⁶ RABELO, José Maria e Therezinha. *Diáspora: os longos caminhos do exílio*. Belo Horizonte. Editora Barlavento, 2002, p. 84.

Curso de Sociologia! Fazer mais uma classe só para atender aos brasileiros. E, de repente, desses jovens, alguns deles que não estavam dispostos a estudar coisa nenhuma, não iam lá. A gente resgatando dinheiro e eles não iam. Mas isso é natural, pois a juventude é inquieta e muitos deles convencidos de que iam voltar, com a guerrilha. Um grupo lá, que eu não sei se é MR alguma coisa: Ah! (lembrou-se). Foram os que tomaram o dinheiro da amante do Adhemar de Barros. Eles tinham dinheiro para a coisa, só que não tinha gente para lutar. Então dinheiro é um negócio perigoso, você sabe como é isso. Mas como é um processo que você chamaria de esquerda, para ser chamado de esquerda teria que haver um rompimento com a sociedade existente. Pode ser rompimento com a igreja, rompimento com os pais, percepção das injustiças, não importa o que. Mas ao romper, cada um rompe com a sua individualidade. Então, não havia dado tempo de consolidar um pensamento. Vamos dizer, o Partido Comunista, com uma orientação marxista, esforço de preparação dos quadros, escola para melhorar suas qualidades, isso vai integrando as pessoas a um pensamento comum. Agora, quando um é protestante, o outro católico, o outro espírita, origens sociais diferentes e tudo, então, a grande coisa que aconteceu com os jovens foi o “racha”. Você tinha inicialmente, um grupo de dez. De repente ficava um grupo de cinco. Depois desse grupo de cinco, um grupo de dois, outro de três, até chegar um grupo que era de um só. E nos dá orgulho porque nós temos que entender os seus pontos de vista. Então, complicou muito o negócio.¹³⁷

Para Maria do Carmo Brito, a integração no Chile e em outros países em que vivenciou o exílio, foi tida como necessária e como forma de sobrevivência psicológica e afetiva. Ela alega não ter tido dificuldades quanto ao idioma e ter se integrado muito bem nos lugares por onde passou. Segundo seu depoimento, ela esteve sempre estudando, trabalhando ou militando; o que facilitou esta integração.

[...] Aprendi a gostar da comida argelina, da comida chilena; porque a primeira leva, a de sessenta e quatro (1964), os brasileiros, por exemplo, vários que foram para o Chile, o programa de brasileiro era ir ao aeroporto, dez horas da manhã, ver o avião da Varig com a bandeirinha e pegar feijão. E a gente já foi com uma outra visão, talvez pelo choque de ter sido banido e tal. Não, nós não vamos poder voltar, então vamos ser os últimos, pelo o que a gente imaginava, então vamos aprender a conviver com essa realidade, com essa comida, com essa música, senão a vida fica impossível, não é? A vida só é possível de se levar, com sobrevivência psicológica, afetiva. Se você realmente aceitar os costumes de onde você está. Mas isso não fui só eu não, foi a maioria, dessa segunda leva, que tomou essa atitude, e caiu de boca. Vamos aprender, embora tivesse vez que não era fácil não é?¹³⁸

Denise Rollemberg, por sua vez diz que: “no exílio, as gerações de 1964 e 1968 são como duas margens, duas paralelas que não se tocam. As pontes foram raras e frágeis. Os contatos sempre difíceis, não resultando em atividades mais consistentes. Na verdade, a

¹³⁷ Entrevista concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 13/11/2005.

¹³⁸ Entrevista concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 01/03/2006.

relação entre as duas gerações nem estava colocada”.¹³⁹ Apesar da colocação da autora, percebeu-se que havia certo trânsito entre estas duas gerações e que as relações, embora conflitivas eram, no mínimo, polidas.

4.2.5 O retorno ao Brasil, a chegada e a recepção.

Observou-se que, no contexto do retorno, houve hesitação, receios e até mesmo desconfiança em relação ao processo de abertura brasileiro.

Embora a maior parte dos entrevistados tenha retornado tão logo saiu a aprovação da Lei da Anistia, alguns até mesmo antes, como é o caso de Guy de Almeida, que retornou em 1977 e Edmur Fonseca, em 1978, outros tiveram a prudência de esperar um pouco mais, para ver o desenrolar dos acontecimentos ou concretizar projetos de trabalho e organizar a partida.

João Marques Aguiar optou pelo retorno imediato. Não houve dúvidas quanto a isso. “Sempre pensei em voltar logo que pudesse, e voltei”. No entanto, afirmou que tinha receios quanto à abertura.

[...] A abertura era realmente uma coisa bem recente. Claro que eu sentia! Mas já tinha certa segurança, porque já tinham outros casos, eu já sabia de outros casos em que pessoas tinham regressado também neste período. Pessoas que também tinham sido condenadas. Então eu tive receios, mas sabia que já tinham casos de muitos voltando, todo dia chegava gente, não é?

Perguntado sobre se percebeu certo silenciamento por parte de algumas pessoas ao retornarem, ele afirmou:

[...] Na época sim, houve. É claro que houve! Existia um pouco disso, você não ia ficar falando como hoje, não é? Então eu acho que houve sim, um pouco de receio porque era um período estranho. Um período que existia já, a imprensa já estava falando, não estava mais tão amordaçada quanto antes, pelo menos nesse período do Figueiredo, mas era um governo militar! Então as pessoas, acredito que algumas pessoas, tomavam mais cuidados, outras falavam mais, não é? Porque é evidente que as grandes lideranças tipo Brizola, Luís Carlos Prestes, enfim; de todos esses que chegavam, eles tinham mais, analisavam melhor a política, e na militância contra a ditadura uns falavam mais, outros menos, não é?

¹³⁹ CRUZ, Denise Rollemberg. *Vidas no exílio*. In: Seminário 40 Anos do Golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro). 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2004, p. 196.

Apesar das incertezas, do medo e dos receios quanto ao que iriam encontrar aqui, o desejo de voltar era latente e todos o manifestaram em seus depoimentos. Com exceção de dois casos, o de Ricardo Apgaua - que não se adaptou à realidade brasileira e não conseguiu se inserir no mercado de trabalho, retornando à Suécia - e o de Geraldo Cruz, que só se decidiu pelo retorno definitivo recentemente, após várias viagens de férias ao Brasil - a opção pelo retorno foi imediata e a permanência no Brasil não chegou a ser questionada.

José Maria Rabelo alega que, após a Anistia, nada justificava mais sua presença no exílio, apesar de estar integrado e possuir várias livrarias em Paris e das incertezas que o afligiam no momento do retorno.

[...] Além desse receio da readaptação, havia também a preocupação com a nossa própria vida pessoal, em termos de segurança, de previdência, de trabalho, porque já não éramos mais crianças e ter de recomeçar mais uma vez. Deixar a tranqüilidade da Europa e lançar-nos aqui na selva brasileira, que é um dos países mais atrasados em matéria de direitos sociais. Embora existissem todos esses receios, nunca tivemos dúvida quanto à volta, porque não saímos para fazer livrarias lá fora, não saímos para fazer jornalismo lá fora, para ganhar a vida; saímos por razões políticas, e cessadas essas razões, nada justificava mais nossa presença fora do Brasil, custasse o que custasse. Tanto que voltamos tão logo se deu a abertura, mesmo sem saber ao certo como seria nossa vida aqui do ponto de vista profissional.

Maria do Carmo Brito, em seu depoimento, manifestou certa frustração por não ter conseguido chegar no dia da promulgação da Lei da Anistia e disse que queria ser, junto aos seus familiares, “dos primeiros” a chegar.

[...] E nós arranjamos o papelório todo. Figueiredo tinha ficado de assinar no sete de setembro, então a gente já tinha reserva para o dia oito, só que ele antecipou. Então teve gente que conseguiu chegar uns dias antes de nós. [...] E estava tudo arrumadinho, com reserva e tudo. Mas aí não deu jeito, a gente tinha que vir nesta data, porque foram passagens que as Nações Unidas deram, e você não podia sair de outro jeito, porque ninguém tinha dinheiro para comprar passagens, nem nada parecido.

A volta foi descrita como algo emocionante, por todos os entrevistados. Recepcionados pela família, pela imprensa, pelos amigos, pelos simpatizantes ou pelos membros dos movimentos de luta pela Anistia, alguns chegaram a ficar surpresos com a receptividade.

Sobre a chegada Ricardo Apgaua diz o seguinte:

[...] quando ia desembarcar, fui contatado pela tripulação, que pediu que aguardasse para sair da aeronave. Havia uma multidão que me esperava e superlotava o aeroporto. Queriam facilitar o desembarque dos demais passageiros e pediram-me que eu esperasse um pouco para não congestionar o desembarque dos demais passageiros. Não sei quantos eram os que me aguardavam. Era muita gente e ninguém contou. A impressão que me ficou é a de que eram centenas, talvez mais do que isso. Muitas faixas e cartazes. Lá, além de praticamente todos os parentes e amigos, havia centenas de militantes simpatizantes da luta pela anistia. Havia também deputados e jornalistas. Foi, sem dúvida, uma grande surpresa e a maior emoção da minha vida.

4.2.6 Estranhamento com o universo cultural brasileiro no contexto do retorno.

Passada a euforia da volta, celebrada pela imprensa e comemorada entre festas regadas a “caipirinha e feijoadas” e encontros em bares ou eventos onde a figura do exilado é destacada e, geralmente, associada à figura de “herói” - a realidade cotidiana se revela complicada e frustrante, em alguns casos.

Os exilados haviam mudado muito a sua maneira de ver e interpretar o mundo. O Brasil também havia se transformado. A maior parte deles se depara com um país totalmente diferente do que era antes de saírem e se assustam com o que vêem: a miséria aumentara muito e a concentração de renda também.

Os valores e a cultura brasileira se destoam daquelas referências trazidas na bagagem, feita e refeita várias vezes durante suas trajetórias. Afinal, a experiência do exílio possibilitou a conexão com vários povos e outros universos culturais.

Foi recorrente nos relatos o sentimento de estranhamento quanto ao universo sócio-cultural brasileiro, especialmente por parte daqueles que viveram em países europeus, com um grau de desenvolvimento elevado, já que os direitos sociais e civis são questões há muito resolvidas.

Os receios expressos por José Maria Rabelo quanto à segurança, à previdência e à inserção no mercado de trabalho, são comuns nos depoimentos e se confirmam em alguns relatos.

Marco Antônio Meyer afirmou ter ficado chocado com o que viu ao retornar da Suécia.

Aí fiquei aqui três meses no Brasil e visitei algumas favelas aqui, com os jornalistas, que queriam conhecer, inclusive tivemos uma experiência trágica porque nós fomos ao Bairro Gorduras, aqui em Belo Horizonte, que tinha um acampamento, uma coisa trágica, eu fiquei chocado! No dia que nós chegamos tinham duas crianças mortas, inclusive os jornalistas suecos fotografaram, eu tenho até foto aqui, se você quiser. Fiquei chocado com aquilo e vi que aquele tal “milagre brasileiro” não tinha substancialmente mudado a qualidade de vida

do povo entendeu? Claro que houve mudanças no país. O aeroporto, por exemplo, da Pampulha, e os aeroportos que fizeram eram uma coisa chocante, que eu vim a conhecer em 80 não é? Depois que eu voltei. O aeroporto da Pampulha, Confins. Então eu vi que fizeram obras é... monstruosas, mas também obras sem nenhuma atenção social para o povo brasileiro.[...] Eu... [silêncio] o único contraponto que eu tiro da minha volta aqui entendeu, foi de ver a realidade do povo. Isso aqui é... talvez tenha criado até um... sei lá, um ... sintoma na minha personalidade, porque eu fico chocado de ver as coisas como são no Brasil sabe? [...] Então eu acho que nós temos que mudar isso! E só existe uma maneira, eu não vejo outra, uma outra coisa que eu aprendi no exílio: é distribuindo a renda sabe? (Marco Antônio Meyer)

Outro depoimento em que se percebeu o choque ao se reencontrar a miséria e, também, os valores culturais brasileiros, especialmente, o grau de consumismo existente aqui, é o de Maria do Carmo Brito. A propósito ela diz:

[...] Mas Portugal tinha me deixado meio mal acostumada. Reencontrar a miséria! Porque a pobreza lá tinha, mas não a diferença. Porque eu ganhava menos do que a contínua porque ela tinha trinta anos de casa. E nós aqui estamos habituados a considerar o trabalho manual como sem valor nenhum não é? Como se o estômago das pessoas e suas aspirações fossem diferentes, pelo fato de terem nível isso, nível aquilo. Aliás, a Europa inteira é assim. O Gabeira foi ser motoneiro de metrô porque ganhava mais do que se ele fosse tentar alguma outra coisa, emprego tipo classe média, não manual, não é? Isso é muito bom, isso é o choque positivo que você tem lá fora. Então quando você chega aqui e a diferença salarial é de mil para um, e você vê aquela miséria brava, que eu tinha visto na África, mas a África é outro assunto não é? A situação deles é muito diferente.[...] A concentração é muito chocante. Um outro choque: o consumismo. A gente tinha um guarda-roupa com duas portas, que guardava as minhas coisas, do Japa e do Juarezinho. Quando eu cheguei aqui, as pessoas tinham closet de seis portas até o teto. E as pessoas diziam então, por exemplo: vai usar muito amarelo no próximo verão ou, no próximo verão o colar vai ser de bola. É um espanto! O consumismo nosso não tem paralelo em lugar nenhum, em todos os sentidos. A pessoa tem dez pares de sapato, eu tinha dois. Isso é um horror, um horror! Você fica, toma um susto. Eu tomei.[...] É, e aí você descobre que na sua própria família está tendo essa concentração, ainda que ninguém tivesse nem casa própria, mas é aquele consumo assim, inacreditável! Isso foi um susto. (Maria do Carmo)

A idealização do país - efeito da distância e da saudade - onde as lembranças se confundem com o desejo, revelam que as referências são irreais e, por isso, se desvanecem no contexto do retorno.

[...] Quando retornamos, temos um choque. As referências irreais se desvanecem. Neste país em que se tem que matar um leão por dia, não nos sobra espaço para reencontrar os projetos ou os velhos amigos e nem para retomar as atividades culturais de nossa juventude. (Ricardo)

Vânia Bambilra alega que se chocou com os valores brasileiros, sociedade originalmente patriarcal, onde o machismo, segundo ela é um dos maiores da América Latina.

[...] Mas, no Brasil, o que mais me chocou quando eu voltei para cá foi isso, o machismo, que eu não encontrei nunca no México, que tem fama de ser um país machista. [...] Você sabe que quando eu me divorciei do meu marido, fiz questão de tirar o “dos Santos”, porque eu era Vânia Gelape Bambilra dos Santos. Eu falei: vou chamar só Vânia Gelape Bambilra. Porque no México eu era Vânia Bambilra, eu assinava meus livros como Vânia Bambilra e, no Brasil, eu passei a ser chamada senhora dos Santos. Eu falava: “viche Maria”, o machismo brasileiro é o maior que eu conheci na América Latina.

Geraldo Cruz, perguntado sobre se estranhou muito o universo cultural brasileiro ao retornar, apontou para várias questões que confirmam este estranhamento: a burocracia brasileira, o trânsito e a falta de educação no mesmo, os valores elevados dos planos de saúde e a falta de assistência prestada pelo Estado, dentre outros.

[...] Claro! Por exemplo, uma das coisas que eu ainda estou me acostumando, agora, já estou me ajeitando, é a burocracia brasileira, que é estúpida. As filas, o serviço bancário, o atendimento é horrível, tenebroso. É terceiro mundo mesmo. Eu fico “*buzina*” com isso. O trânsito daqui: o motorista aqui é mal educado. É grosso. Sobretudo em Belo Horizonte, você me desculpa, mas é. Isso aqui é uma selvageria. Dirigir aqui entende? Eu ficava muito “puto”, “xingava”, ainda xingo, entende? Não agüento não é? Eu acho isso muito chato. [...] O que me preocupa, minha grande preocupação, é o seguro de saúde aqui, que é um absurdo não é? O plano de saúde que eu vou ter que pagar vai ser R\$ 850,00 por mês. É pesado. Tem gente aposentada pagando R\$1.300,00 por mês de plano de saúde. E eu venho de um país que é nível de primeiro mundo, onde você tem uma medicina socializada não é? Qualquer tratamento de emergência é de graça. Coração, tudo de graça, entende? Para um país de terceiro mundo não é? Porque nossa saúde é precária. Não estou dizendo que nós não temos bons médicos não. Porque nós temos. Mas o preço, o preço é exorbitante! E há muito eu tenho escutado sobre essas seguradoras de planos de saúde, tipo Unimed, que cada vez aumentam mais. Isso é uma questão grave não é? O socialismo acredita em uma medicina socializada, o capitalismo não. Então nós estamos num mundo capitalista não é? E o capitalismo do Brasil é um capitalismo selvagem. Porque esses países todos são capitalistas: a Inglaterra e, outros países da Europa; ainda tem um serviço de saúde muito, muito, muito acima que o nosso. Por exemplo, na Nova Zelândia, qualquer tratamento de emergência, é pago pelo governo. Aborto é de graça, legalizado. Você vai ao médico, o médico te manda para um psicólogo. Você vai e faz, a pedido, num hospital público, todo do primeiro mundo, não tem uma clínica especial, ninguém interfere e ninguém julga. Existe o pessoal contra o aborto, mas todo mundo acha que eles ficaram tão histéricos, que ninguém dá valor para eles mais. O feto não é um ser humano, pelo menos pra mim. O ser humano é quando o sujeito nasce e está com dois anos. É uma vida é um negócio que está crescendo, mas não é um ser humano. Eu não acredito nisso. Eu acho que a mulher tem o direito de decidir se ela vai ter ou não, a ter controle do corpo

dela. Mas a Igreja Católica não vai aceitar isso nunca, entende? Por causa do conservadorismo do Brasil. Não poder usar camisinha, esse troço todo.

4.2.7 Documentação, reconhecimento de diplomas e impedimento jurídico

Com relação à documentação, percebeu-se que praticamente todos os entrevistados tiveram problemas, especialmente na trajetória do exílio. A maioria viveu no exílio, tanto da geração de 64 quanto da geração de 68, sem documentos ou passaportes, especialmente após o golpe chileno, quando os documentos que portavam foram anulados. Isso lhes trouxe uma série de dificuldades e constrangimentos, especialmente no tocante à inserção no mercado de trabalho, no deslocamento e até nos direitos de assistência social nos países por onde passaram. Vale a pena ressaltar que todos os entrevistados passaram pelo Chile e só posteriormente se dispersaram por outros países.

Os relatos abaixo comprovam esta constatação e permitem uma visão mais ampliada da questão:

[...] Então iniciei o processo [refere-se à gestão para obtenção de documentos para retornar ao Brasil]. Eu tinha encaminhado à Embaixada do Brasil anteriormente, sem obter resposta de qualquer natureza, requerimento naquele sentido, pois estava com sérios problemas de documentação para viver no exterior, desde que o Allende foi deposto pelos militares no Chile. Eu tinha documento chileno. Com esse documento eu vivia normalmente. Equivalia a um passaporte, era um *documento de viaje* como se diz em espanhol. E com a queda do Allende, esses documentos foram anulados e acabou. Eu não tinha documento nenhum. Estava vivendo com minha esposa e cinco filhos, no Peru, sem que tivesse documentos. Felizmente, eu trabalhava numa organização internacional, o Acordo de Cartagena, mais conhecido como Grupo Andino, como eu te contei, e isso me dava certa... uma boa cobertura. Não apenas pelo fato de eu ser funcionário internacional do Grupo Andino, mas também pela solidariedade dos amigos e companheiros de trabalho no Grupo Andino, que tinham uma força muito grande, principalmente a Junta do Acordo de Cartagena, que era formada por três embaixadores de países da região. Naquela época eram: um chileno, um equatoriano e um colombiano, que tinham uma atitude muito positiva, no sentido de evitar que fôssemos afetados por alguma coisa. Até que, finalmente, saiu a autorização para o retorno ao Brasil, como estava saindo, naquela época, para vários exilados políticos. A condição era embarcar em Lima num vôo que não fizesse pouso em outro país que não fosse o Brasil, no Rio de Janeiro. E assim fizemos, resolvemos. Estávamos convencidos, realmente, de que abrindo-se alguma possibilidade já era hora de estarmos aqui, como muitos outros que estavam voltando. Isso foi em 1977 [...] Então chegamos ao Rio, do Rio para Belo Horizonte, para onde viemos por via terrestre, porque eu não tinha documentação para viajar de avião. Eu não tinha documento adequado. Eu não tinha sequer carteira de identidade, desaparecida no Chile, não tinha passaporte. E naquela época, ainda predominavam as regras do processo que tinha se estabelecido, controlavam muito esse tipo de viagem. [...] Voltamos, portanto, sem documento normal que seria principalmente o passaporte. Voltamos com um salvo conduto de entrada, algo assim. Em 1966

tínhamos saído para o exílio com um salvo conduto que o governo militar brasileiro emitiu para o nosso percurso do prédio da embaixada chilena até o aeroporto do Galeão e daí para Santiago. E no retorno, nós tivemos apenas um documento provisório, de curta duração, emitido pelo governo brasileiro, que nos autorizava o ingresso no país, naquelas condições. [...] Eu cheguei e fui cientificado, já no aeroporto, de que deveria apresentar-me às autoridades em Belo Horizonte onde fui submetido a dois interrogatórios. Limitaram-se naqueles momentos a perguntas sobre aspectos de minha vida no exterior e a insinuações sobre os riscos de participação em atividades políticas no país. A não ser nesse aspecto, não houve referências da parte deles, então, que me dessem a impressão de outras dificuldades para viver com a família no Brasil. (Guy de Almeida)

[...] eu não tinha passaporte, o governo brasileiro sempre me negou passaporte. Eu fui tirar passaporte só na hora de voltar para o Brasil. Eu tinha um passaporte de refugiado das Nações Unidas. Eu fui preso duas vezes, viajando: uma na Áustria, eu fui preso pela polícia alemã, eu achei que, inclusive, eu ia ser seqüestrado para Alemanha, porque eu tinha sido trocado pelo embaixador alemão, e a outra vez eu fui preso na Holanda, quando eu estava com um irmão, que ia viajar, ia pegar o avião na Holanda, então eu resolvi viajar de trem com ele, da Suécia até a Holanda, de trem. Mas todas as duas vezes eu fui liberado, apesar de ter me dado uma série de... de amolações, fui liberado, e... Fui bem tratado, entendeu? Não foi de forma agressiva, mas foi uma coisa chata para quem já foi preso e torturado, eu até “estruturei” na Áustria, porque se eu fosse preso, eu ia me jogar da janela, me arrebentar todo, para não ser enviado para a Alemanha preso. (Marco Antônio Meyer)

As complicações, quanto à documentação, estiveram presentes também no momento do retorno. João Marques decidiu-se pela volta imediatamente após a aprovação da Lei da Anistia, chegando ao Brasil em setembro de 1979. No entanto, alegou ter problemas em conseguir os documentos para retornar.

[...] O regresso era meio complicado porque a gente não tinha documentação. Cuba dava documento para nós viajarmos até o Panamá. Minha filha sim, ela nasceu em Cuba e tinha o passaporte cubano. Nós vamos até o Panamá e eu consigo imediatamente a documentação porque acho que a ditadura já tinha dado ordens às embaixadas brasileiras. Porque antes, elas negavam vistos e essa coisa toda. Até 1971 eu não tinha passaporte. Então eu consigo o passaporte na embaixada brasileira em 79, no Panamá, mas minha esposa não consegue o passaporte na embaixada do Chile. O Chile estava numa ditadura feroz em 1979, mas eu consigo. E decido lá em Cuba mesmo que quero regressar. Já tinha escrito para minha família, alguns dizem por telefone: vêm e tal e, então voltei em setembro de 79. Fiquei algum tempo esperando a minha esposa conseguir o passaporte, mas ela não conseguiu e teve que viajar com documento provisório, com a passagem de volta. Mas conseguimos chegar ao Rio no dia 07 de setembro de 1979.

O relato de Geraldo Cruz é muito interessante quanto a este aspecto. Viveu sem documentos no exílio chileno, só conseguindo passaporte ao ser refugiado na Nova Zelândia. Ganhou a cidadania neozelandesa em 1977 e ao ganhar a cidadania neozelandesa, perdeu a cidadania brasileira, tendo que renunciar a ela. Só recuperou a cidadania brasileira recentemente, em 1995.

[...] Cidadania eu tive depois de três anos lá entende? Porque eu não tinha passaporte entende, não tinha passaporte. Então eu fui para lá justamente porque eu sabia, a ditadura vai ser por muitos anos, então preciso de passaporte. Por exemplo, muitos brasileiros que não tinham passaporte tiveram de sair do Chile através das Nações Unidas, não precisaram de passaporte, e a Nova Zelândia me ofereceu um passaporte. Em três anos eu tinha passaporte, já fui lá como residente, eu já entrei como residente na Nova Zelândia, residente permanente, refugiado residente entende? E quando eu completei três anos fui lá e fiz aplicação. A aplicação saiu em uma semana e eu fui declarado neozelandês. Aí fui lá e jurei honra à rainha inglesa, não sei mais o que. Pensei: “eh!, eh!, eh! Estou pouco ligando para ela. Acho ela uma “bocó”, a chefe dos “bocós”, mas consegui aquele passaporte que eu tanto queria, entende?

[...] Ah! Foi meio complicado, porque primeiro, a complicação começou com o seguinte: em 78, acho que em 78, 77, eu me tornei neozelandês. E eu não tinha passaporte entende? Saí do Brasil só com a carteira de identidade. Não tinha passaporte. Então, a embaixada do Brasil no Chile não dava a gente nada, não oferecia nada. Quer dizer, não tinha passaporte. Aí a minha mãe mandou dinheiro para comprar uma passagem para mim e para o meu filho, porque naquela época, eu estava vivendo de benefício do governo, porque eu estava trabalhando e cuidando do meu filho não é? Ele estava com sete anos. Então a minha mãe mandou passagem para mim. Eu fui lá pegar a passagem. Aí o cara falou assim no início: “você como neozelandês, você tem que pegar o visto para ir para o Brasil”. Aí mandei meu passaporte para embaixada do Brasil na Austrália, e eles se recusaram a me dar o visto dizendo que eu ainda era brasileiro e não podia viajar com o passaporte neozelandês. Que eu não tinha sido banido e que eu não tinha tido meus direitos políticos cortados. Então eu era brasileiro e não podia ter passaporte neozelandês. Aí deu o maior rolo, a imprensa neozelandesa entrou no meio, desde deputado até o primeiro ministro entrou no meio, entende? E, na embaixada, disseram: “Não, você não viaja com passaporte neozelandês porque você não é neozelandês”. Entende? E não lançaram mão disso. Aí o meu advogado falou assim: “não, você não é louco”! Porque eles queriam que eu voltasse ao Brasil, com meu filho, só com um documento simples, me dando só o direito de entrada no Brasil. Aí eu recusei. Aí fizeram o seguinte, o meu advogado entrou no meio e eles disseram para ele: “olha, ele não pode ter duas cidadanias. Ele tem que escolher. Ou ele é brasileiro ou neozelandês.” E eu escolhi ser um neozelandês naquela época! Claro! Por quê? Meu filho é neozelandês, foi o país que me deu refúgio, eu tinha uma casa e tudo; e eu ia voltar para um país em que a ditadura estava ainda, estava e não estava, e não sei o que não é? Aí eu fui até a embaixada do Brasil na Austrália assinar um documento renunciando a minha cidadania brasileira, mas mesmo assim eles me deram um passaporte brasileiro, temporário, com o qual eu viajei ao Brasil. E eles fizeram um erro assim, que era para dar um galho, uma confusão danada porque eles colocaram o Tomaz no meu passaporte brasileiro como brasileiro. Tomaz não é brasileiro. Não era brasileiro [risos] entende? E eu entrei no Brasil, com meu passaporte brasileiro,

e Tomaz com passaporte brasileiro. Então, o Tomaz entrou no Brasil ilegalmente, ele não era brasileiro. Um rolo, mas um rolo daqueles! [...] Aí eu voltei para a Nova Zelândia. Aí passou alguns meses eles me mandaram uma carta dizendo que eu não era brasileiro mais. Toda vez que eu vinha ao Brasil, tinha que pedir o *visto*. [...] E aí em 95, 94 por aí, o FHC tinha mudado a lei do governo, o governo mudou a lei. Tinha brasileiro que podia ser brasileiro e ter outra nacionalidade. Essa lei ainda existe, em circunstâncias especiais. Aí eu fiz um pedido, falei: “olha, eu estou na Nova Zelândia, por causa disso, mas eu quero ser brasileiro”. Aí, me deram a nacionalidade, eu tenho duas: eu sou brasileiro e sou neozelandês. Agora meu filho é só neozelandês e agora está querendo ser brasileiro.

Um fato comum observado nos depoimentos foi que, ao retornarem, praticamente todos, passaram por constrangimentos no Aeroporto, onde foram interrogados pela Polícia Federal, chegando a ficar retidos por algumas horas, ou sendo intimados a prestar depoimentos, conforme afirmou acima o jornalista Guy de Almeida e o confirmam os relatos a seguir.

[...] Então eu vim para o Brasil, senti a situação da Anistia e... tive uma recepção maravilhosa aqui em Belo Horizonte. Fui recebido no Rio também, apesar de ter sido detido no aeroporto, eu vim com dois jornalistas da Rádio sueca, da rádio e televisão sueca, e ...eles me... a polícia federal me deteve, para chatear, entendeu? Para mostrar que eles tinham o poder ainda, e fizeram uma porção de perguntas, eu tinha passaporte, estava todo legalizado, já tinha entrado dezenas de brasileiros antes de mim, com situações tão complicadas como a minha, aí me liberaram depois de três horas. Só para chatear que eles fizeram isso, não é? (Marco Antônio)

[...] o único problema foi quando desci no aeroporto, no Rio, e mostrei o documento de viagem para exilado fornecido pelas Nações Unidas. Aí me disseram na Polícia Federal: “Olha, o senhor vai ter que esperar um pouco, nós vamos consultar Brasília, porque há um impedimento aqui com relação a seu nome”. Eu lhes disse: “Existe ou não existe anistia?”. Aí ligaram para Brasília, e, por coincidência, quem atendeu foi a mulher de um ex-funcionário do *Binômio*. Quando ela viu meu nome, teve a gentileza de providenciar imediatamente a liberação e assim pude entrar sem problema no País. Alguns companheiros, entretanto, foram obrigados a esperar horas no aeroporto para serem liberados. (José Maria Rabelo)

[...] Não, porque meu advogado, nosso advogado, ele foi para o aeroporto com um documento que é uma obra prima, que foi o contra mandado de prisão. Você já tinha ouvido falar que isso existe? Chama-se contra mandado, certo? Eu tenho aqui. Em todas as jurisdições em que a gente tinha processos, era o contra mandado, de impunibilidade. Então a gente nem passou na alfândega, entrou com o documento lá dentro e a gente já saiu direto. Mas teria havido, se não está o advogado com os contra mandatos, teria havido. Porque quanto a mamãe veio, em setenta e oito (1978), ela saiu direto para a polícia federal, presa. (Maria do Carmo)

Outro aspecto observado diz respeito à questão do reconhecimento de diplomas e títulos obtidos no exterior. Além do trabalho e da questão de natureza burocrática, como a

tradução necessária para o reconhecimento, dentre outros, houve casos em que não havia possibilidade de reconhecimento, devido à inexistência de convênios bilaterais entre as universidades. Isso dificultou a inserção no mercado de trabalho e trouxe sérias implicações para seus portadores. Dentre o universo de entrevistados, pelo menos um caso é bastante ilustrativo.

Perguntado sobre se, ao retornar, teve algum impedimento ético ou jurídico, Ricardo Apgaua respondeu:

Não creio que tenha havido impedimento. Eu classificaria de restrições jurídicas e corporativas. Um dos exemplos é a quase total impossibilidade de reconhecimento de diplomas obtidos no exterior, impedindo, até mesmo, que através de uma pós-graduação no Brasil possamos reciclar-nos adequando-nos às exigências profissionais locais. O curioso é que profissionais graduados no Brasil, não têm qualquer dificuldade de ver os seus diplomas reconhecidos no exterior para lá, fazerem a sua pós-graduação ou mesmo, para dar aulas em universidades estrangeiras. Isto vale, inclusive, para as universidades mais respeitadas do mundo e para os países mais desenvolvidos da Europa e da América do Norte. É bom lembrar que Fernando Henrique Cardoso, quando não passava de um simples professor brasileiro exilado, pôde dar aulas na *Sorbone*. [...] No exílio, nunca tivemos qualquer dificuldade em vermos os nossos diplomas reconhecidos. Nem mesmo aqueles que tinham os seus papéis retidos pela repressão tiveram problemas e foram aceitos na universidade. Imaginei que, no Brasil, contaríamos com o bom senso e a boa vontade das instituições. Na verdade eu sonhava com um Brasil que jamais existiu. O único apoio que tivemos ao chegar foi um esforço dos membros do Comitê da Anistia para conseguir-nos documentos. [...] Até hoje, mais de um quarto de século depois da Anistia, a maioria dos que nos graduamos no exterior, não temos os nossos diplomas reconhecidos. Só como exemplo, gostaria de citar o que me ocorreu quando, buscando um novo caminho profissional, passei nos exames para Técnico em Transações Imobiliárias. Deram-me um certificado. O direito a um diploma, que era fundamental para o exercício da profissão, me foi recusado. A alegação foi que eu não havia concluído o segundo grau no Brasil e que os cursos feitos no exterior não têm validade aqui. Eu tinha curso superior, concluído em uma das instituições universitárias mais respeitadas do mundo, com diploma autenticado pela Embaixada Brasileira na Suécia, mas só consegui resolver o problema quando cumpri o ritual de fazer novamente o supletivo no Brasil. O requerimento que, em 1980, fiz no CEFET para revalidar o meu diploma de técnico, jamais foi examinado. Em 1987 fiz uma consulta ao Ministério da Educação sobre o meu diploma da Universidade de *Lund*. A resposta foi que não havia a menor possibilidade de reconhecimento, já que não existem convênios bilaterais entre universidades suecas e brasileiras. Se formalizado, o assunto sequer seria examinado.

Houve, no entanto, exceções. João Marques Aguiar retomou seus estudos interrompidos no Brasil - na Universidade do Chile. Acabou por concluí-los em Cuba. Para sua surpresa, obteve o reconhecimento de seu diploma ao retornar. “Eu tive o reconhecimento. Por incrível que pareça eu consegui”, comenta. “Pensei que teria a maior dificuldade em revalidá-lo”; o que demonstra a consciência destas dificuldades. “Quando

eu chego aqui, fico sabendo que Cuba era um dos poucos países, que tinha um acordo de reconhecimento mútuo de títulos. Então, eu entreguei o meu título na UFMG e ele foi revalidado. Um título de Cuba!”.

Além disso, no caso de um dos jornalistas entrevistados, José Maria Rabelo, houve a necessidade de lutar para reconquistar o direito de trabalhar legalmente como jornalista, já que não possuía o diploma, pois não havia o curso de jornalismo quando ele saiu do Brasil. O que nos pareceu ter sido um fato comum para a maioria dos jornalistas brasileiros exilados. Maria do Carmo Brito¹⁴⁰ comentou a respeito, ao falar das dificuldades enfrentadas por seu atual marido, Mário Japa: “O Japa teve muitos problemas, porque ele era jornalista e eles estavam querendo o diploma. A não ser que o cara pudesse comprovar que tinha feito jornalismo antes da promulgação dessa lei, e ele tinha feito para um jornal do Paraná. Mas, a maior dificuldade foi conseguir esta revalidação”.

O depoimento de Marco Antônio Meyer, sobre o aspecto jurídico é muito interessante. Após 10 anos de exílio, ele retornou da Suécia trazendo, em sua bagagem, uma máquina gráfica *offset*, com a qual trabalhou durante seis anos e meio, como recompensa pelos serviços prestados à empresa sueca *All Foto*. No entanto, a máquina ficou presa na alfândega e ele jamais conseguiu recuperá-la. Foi leiloada pelo Ministério da Fazenda, em 23/08/1983 e vendida no lote de número 23 da licitação realizada por este Ministério, sendo arrematada pela firma HB Comércio e Máquinas Ltda.¹⁴¹ Isso, segundo afirmou, acabou com o seu projeto de montar uma gráfica aqui no Brasil.

Perguntado se teve algum impedimento jurídico ao retornar ao Brasil, ele disse:

[...] Não, eu não tive impedimento [...] porque também eu não tive, eu não fiz nenhum concurso. Mas não tive nenhum impedimento, por exemplo, para abrir conta em banco, abrir firma, nada disso me impediu. Eu pude fazer, hoje eu sou sócio da editora, não é? O maior problema que eu tive, com o Estado aqui foi que eu trouxe uma máquina gráfica da Suécia, doada pela firma em que eu trabalhei. Máquina essa, autorizada pela embaixada do Brasil, em Estocolmo, capital da Suécia, estampado no meu passaporte que eu poderia entrar, com carimbo, com símbolo do governo e que nada foi honrado. A máquina foi apreendida, eu gastei mil dólares, mil e duzentos dólares para trazê-la. Ela foi leiloada e o governo disse que eu não tinha autorização do Ministério da Fazenda, que a embaixada não tinha autonomia.¹⁴²

¹⁴⁰ Entrevista concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 01/03/2006.

¹⁴¹ Dados extraídos da matéria do Jornal do Brasil, de 24/08/2006, primeiro caderno, p. 7.

¹⁴² Entrevista concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 20/06/2006.

4.2.8 A inserção no campo sócio-político no contexto do retorno e a avaliação do processo da redemocratização brasileira

A retomada ao papel político também se tornou complicada, especialmente para os militantes da geração de 68. Mesmo quando traziam ambiciosos planos, era difícil inserir-se na nova conjuntura nacional. A descoberta de outros valores, culturas, sistemas e estruturas políticas, ampliou os horizontes, mas também dificultou a compreensão da relação social do povo brasileiro com a ditadura. A necessidade de desmascarar a ditadura e salvar um povo vitimado por um regime opressor impedia a aceitação do fato de que aquele mesmo regime pudesse ter atendido, em dado momento, aos anseios de considerável parte da sociedade.

A mudança de paradigmas se revelava nas novas alianças políticas experimentadas por alguns exilados. A nova retórica da esquerda foi rejeitada até mesmo pelos mais entusiasmados com a esquerda da época do AI-5. A ingenuidade e/ou certeza daqueles que acreditavam já possuírem o poder, e daqueles que pensavam que teriam um breve regresso foi substituída por outro discurso, com base em uma “maturidade”, revisão ou autocrítica, onde se concluiu que é preciso muito mais para, ao menos, arranhar a estrutura do poder.

Porém, o projeto revolucionário havia representado para muitos a essência da vida. Sendo assim, ao perdê-lo, não mais haviam projetos a serem construídos. Muitos abandonaram a vida política, seja por não conseguirem se inserir nos novos quadros, seja por desacreditarem na forma como o processo político vinha sendo conduzido no país.

Sobre sua inserção no universo sócio-político brasileiro, no contexto do retorno, Ricardo Apgaua diz o seguinte:

O nosso universo sócio-político é hermético. É um microcosmos com cadeiras cativas e lugares marcados. Quando éramos jovens, vivíamos às custas das nossas famílias e nos dedicávamos aos estudos e a política. Adultos, temos, em primeiro lugar, que estruturar a sobrevivência dos nossos. Acho que foram poucos os que conseguiram inserir-se nesse universo, em geral aqueles que puderam dedicar-se integralmente à política. E deles, a grande maioria o fez às custas de concessões de princípios e renúncia de ideais.¹⁴³

Mesmo aqueles que tiveram uma intensa atuação política ao retornarem, com o tempo acabam se desencantando com o rumo que o processo político brasileiro foi tomando e optaram por abandonar a atuação na política partidária, atuando em outras áreas como a assistência social. Este é o caso de Maria do Carmo Brito,

¹⁴³ Entrevista concedida, por escrito, à Marcelina Silveira de Queiroz em 27/03/2006.

[...] Havia um grande grupo que tinha se unido em torno do Brizola, do que ele representava. Porque para a gente era como, até vou repetir o nome do jornalzinho: “O fio da história”, a continuidade do que foi interrompido em sessenta e quatro (1964) e do qual só ele e o Arraes podiam dizer alguma coisa. E aqui, esse princípio, foi um negócio maravilhoso, porque o Brizola começou com dois por cento nas pesquisas e venceu. Venceu o Moreira Franco que era apoiado pelo Andreazza, aquele ladrão, o Miro, que era o herdeiro do Chagas Freitas, todo mundo, a Sandra Cavalcante, que representava o Lacerdismo, quer dizer, ele derrubou esse povo todo. E a alegria do povo, com essa eleição, foi um negócio maravilhoso! [...] O Rio viveu uma época gloriosa nessa época. E veio a vitória que ninguém esperava. A tentativa de roubo do Pro-Consult, quem descobriu morava aqui, era um cara de informática do FUNDÃO, que ajudou, arreventou aquele negócio a pontapé, a porta, para descobrir. E ele não era brizolista, ele era do Miro, ele era PMDB. Mas era um cidadão de bem e que tinha competência técnica para isso. Então esse princípio foi uma coisa maravilhosa, muito bom, muito bom! Agora, chegar ao poder e descobrir que não dá pra fazer “pôrra” nenhuma! Aí eu parei pelo menos com...[...] É que é muito difícil! Você vê, agora, que a gente conseguiu ganhar a nível federal e não consegue fazer praticamente nada! Não, eu sei que muita coisa está sendo feita. Mas não é o sonho que alguém, que a gente tinha, não é? [...] Porque depois, eu fiquei tempos trabalhando na área social, que é enxugar gelo. Até hoje estou, só que agora com portador de deficiência carente, que é o pior dos mundos, e onde também você fica enxugando gelo. Mas alguma coisa você tem que fazer, mesmo que não seja... Eu tive um chefe, um psiquiatra muito inteligente, que tinha uma frase que para mim define isso: “O ótimo é inimigo do bom”. Não dá pra fazer o ótimo, então vamos fazer o possível. Porque na área social, uma pessoa que você salvou já é cem por cento. Então se a gente conseguiu colocar um menino do “Morro dos Macacos”, da Vila Isabel, num Vasco e eles ali, não deu pra ser jogador, foi ser roupeiro, mas escapou do tráfico, é cem por cento. A estatística na área social tem que ser assim, cada vitória é cem por cento. É o bom. Inimigo do ótimo. Se não dá pra resgatar todos... Na verdade eu continuo fazendo política desta maneira.¹⁴⁴

Em seu depoimento, Guido Rocha teve muita dificuldade em falar do retorno. Fez silêncios demorados quando perguntado sobre suas expectativas em relação ao Brasil no contexto da volta. No decorrer de sua entrevista, ficou evidente a sua decepção e frustração com a realidade brasileira. Quando abordado sobre o estranhamento em relação ao Brasil ou se teve algum choque cultural com o universo sócio-político brasileiro, respondeu:

Eu lutava por uma Constituinte e nós viemos para cá para fazer uma Constituinte. Nós teríamos conseguido realizar o sonho de lutar pela Constituinte. Mas, no fundo eu creio que... [silêncio] Teria que mudar tudo. Fazer todas as reformas. Como estão tentando fazer até hoje, em 2006. [...] Porque todo mundo, todas as pessoas que queriam a luta armada, ou morreram ou viraram deputados, se transformaram num partido em que a esquerda virou uma direita. Essa é que foi a decepção, foi pouco a pouco, não foi choque não. Embora eu continue lutando, discutindo. [...] Quando eu saí daqui, quando eu saí, a família era de direita, depois quando voltei, a família era de esquerda não

¹⁴⁴ Entrevista concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 01/03/2006.

é? Mas, então por quê? Porque a esquerda tinha virado direita [risos]. A família aceitou a esquerda porque a esquerda mudou. Agora, em 2006, quase toda a família está voltando, aos poucos, para a direita.

Por outro lado, a inserção no universo sócio-político foi mais tranqüila para a geração de 64. Seja porque passaram a fazer parte dos novos quadros políticos, em função dos contatos e das relações de amizades que possuíam, seja porque ao retomarem suas atividades profissionais, o acesso a este universo foi mais fácil. A propósito Guy de Almeida afirma:

[...] Eu continuei, quer dizer, mantive meus pontos de vista, minhas posições. Eu tinha naturalmente que, ao chegar, reorganizar a minha vida profissional, a minha vida familiar. Os filhos já estavam em idade de curso superior e outros terminando já o curso secundário. [...] Eu participei, naquela época, como jornalista, estava na militância jornalística. A minha participação de cidadania no caso, ela vai ser em vários sentidos. [...] Quando nós estávamos nas vésperas da formalização da retomada do processo democrático-representativo tradicional, por exemplo, com a eleição e posse de um presidente civil, um momento crucial do processo, eu já dirigia aqui em Belo Horizonte, a implantação da *TV Minas Cultural e Educativa*. O secretário de cultura era José Aparecido de Oliveira, que fora presidente do *Diário de Minas* quando eu, em 1963/1964, fui chefe de redação daquele jornal pela segunda vez. Ele, que voltara a ser deputado federal, após ter sido cassado em 1964 e ficar 20 (vinte) anos, praticamente, fora da militância política, retornara então à posição de destaque como secretário de Cultura do governo estadual de Tancredo Neves, no início da década de 80. Depois, Tancredo viria a ser eleito presidente da República e o José Aparecido foi por ele chamado para ser ministro de Cultura, e me convidou para ser o seu segundo no ministério, como secretário geral. Tive muitas dúvidas em ir para Brasília, aceitar o cargo, porque a realidade do país, naquele momento de abertura, mostrava uma espécie de conciliação entre forças que tinham estado em lados diferentes durante todos aqueles anos de ditadura, em vários momentos de forma radical. Mas os amigos me convenceram dizendo: “Você passa onze anos no exílio, teve os problemas todos que você teve, para enfrentar esse período todo, chega ao Brasil, tem as posições que tem, em relação ao processo de democratização, a necessidade de profundas transformações do país, e na hora que você tem oportunidade de colocar seu grãozinho de areia para fazer com que a coisa ande você vai recusar o convite para ir?” E realmente foi um argumento que me sensibilizou, e eu fui para Brasília, numa época de grande atividade política, ficando vinculado ao esquema plural que visava fundamentalmente a implantação e consolidação da reabertura democrática, mas não era um esquema de grandes transformações sociais no país. E depois fui ser chefe do Gabinete Civil do governador do Distrito Federal, quando o José Aparecido foi nomeado para esse cargo pelo presidente Sarney e me convidou para ocupar aquela função, no exercício da qual fui também governador substituto da capital federal nas oportunidades em que o titular viajava para o exterior. Então foi esse tipo de atividade, digamos. [...] Era uma coisa notável aquele período em Brasília, pois você via como a população mais pobre estava acreditando na abertura, acreditava na possibilidade de mudanças, vinha e exigia a solução de seus problemas. Uma convivência extremamente enriquecedora para a compreensão da realidade do país, porque era uma convivência prática, direta, autêntica.

4.2.9 A questão identitária

Se a experiência do exílio implicou na necessidade de reconstrução de identidades, pelas rupturas que provocou ou pela perda dos referenciais nos quais estavam alicerçadas anteriormente; no contexto do retorno essas identidades já se configuram alteradas. Esta nova configuração identitária adveio da necessidade de redefinição de projetos políticos, pessoais ou profissionais, bem como das construções realizadas nos caminhos percorridos e nas alterações das concepções de vida e/ou de valores adquiridos nesta trajetória.

A maior parte dos entrevistados apontou para o fato de que o exílio foi criador e os transformou enquanto pessoas. Apesar do medo, do sentimento de provisoriedade, da instabilidade e das incertezas quanto ao futuro; o contato com outros universos culturais, a apreensão de outras realidades, a convivência com o diferente e o contato com “o outro”, dentre outras razões, possibilitaram uma ampliação de suas visões de mundo. Muitos alegaram terem se tornado pessoas mais tolerantes, abertas e flexíveis, em função da experiência da diversidade e da maturidade que tal experiência proporcionou.

Frases como a de Ricardo Apgaua -“sou um produto do exílio”, “o exílio mudou a minha maneira de ver o mundo”- ou de Maria do Carmo Brito: “é a tolerância que se aprende quando se convive com a adversidade e com a diversidade”, “é a apreensão da diversidade, do não comum, do ter que conviver, do contrário” - são a síntese do que afirmaram vários depoentes.

Assim, ao retornarem, estão inseridos num novo tempo-lugar, que de alguma forma já haviam estado antes. A historicidade desse processo só pode ser compartilhada através da memória e da (re) construção da identidade, transfigurada pelo processo vivido e (re) construída fragmentariamente, a partir de algumas passagens cruciais de suas vidas, que aparecem nas narrativas, o que não significa desenterrar o passado para apenas descobrir nele uma identidade perdida.

4.2.10 O universo familiar

O exílio deixou marcas profundas, atingindo não só aos exilados, mas, extensivamente, todo o seu universo familiar. Há diversos relatos que evidenciam a desagregação da família como consequência do exílio.

Dentre os entrevistados para esta pesquisa, o relato de Edmur Fonseca exemplifica o que foi afirmado acima:

[...] no meu caso específico, o maior problema era a distância da família, dos amigos. A família foi junto, mas aí é que está: eu tinha uma filha que estava com dezesseis anos, tinha seu namorado, gostando e tudo, e nós concordamos em que ela ficasse aqui a partir da idéia seguinte: de que ela indo para lá, estava se separando do namorado e, de repente poderia inclusive casar-se lá. Então a minha idéia era voltar, porque eu não era emigrante. Com isso eu pensei: bom eu volto para o Brasil e já fica minha filha lá. Depois, o dia em que a vida não desse certo, eu seria culpado de ela ter se separado, de quem ela até se separou mais tarde, mas por vontade própria. Diante disso, o segundo filho, que tem um ano de diferença, reivindicou ficar também porque ele tinha toda a estrutura dele, é esportista, esse negócio todo. Ficou. Acabaram vindo os dois menores. Agora a menorzinha começou a sofrer muito, num país estrangeiro com todas as dificuldades e nisso os meninos do José Maria também tiveram problemas. Acabou a tia resolvendo que ela poderia ficar. Então veio. Acabou que o terceiro também veio. Até que depois a minha mulher veio aqui e não queria voltar, por razões óbvias: longe dos filhos e tudo. Ela também devia ter liberdade de escolha. Esse foi o fim de um casamento, muito bonito, mas aí eu estava lá e ela aqui. Então o sofrimento básico, que é esse é que é; quando você fala em violência, você tem a violência física, mas você tem também a violência psicológica. Você não sabe quando volta. (Edmur Fonseca)

Outro exemplo é o caso de Magdalena Arraes, que nos primeiros anos de exílio na Argélia, junto ao marido, o ex-governador cassado Miguel Arraes, viu sua família desagregada. Ela seguiu para o exterior grávida de Pedro, o filho caçula, que nasceu em Argel em 1966. No entanto, foi obrigada a deixar no Brasil a outra filha, Mariana, que na época tinha apenas um ano e meio de idade. Ela só veio a reencontrá-la após quatro anos. “Foi uma separação longa. Isso tem conseqüências grandes sobre uma criança”, afirmou. “Era como se as pessoas conhecidas tivessem morrido. Não há mais contato”.¹⁴⁵

Inúmeras crianças foram condenadas a viver uma infância apátrida e itinerante, além de serem, por muito tempo, afastadas de seu círculo familiar, nas décadas de 60 e 70. Foram, portanto, vitimadas por uma crueldade adicionada ao castigo imposto aos pais, que se opunham ou combatiam o regime militar. Muitos nasceram durante o desterro dos pais, ou ainda eram muito pequenos quando saíram do Brasil. Sem falar nos que viviam em meio ao perigo em função da clandestinidade e passaram a infância trocando de endereços ou identidade e desfazendo, constantemente, os laços afetivos que iam construindo nesta trajetória.

A visão que tinham do Brasil era deformada ou forjada através das lembranças dos pais. Somente após a anistia é que puderam conhecer o Brasil real e a maior parte se chocou com o que viu, especialmente no quis diz respeito à miséria e aos direitos sociais. Frustraram-se com o confronto entre o que haviam idealizado e a realidade constatada.

¹⁴⁵ Matéria do Jornal do Comércio. 29 de setembro de 1999. *Um corte forçado e doloroso nas raízes*. Por Paulo Sérgio Scarpa.

Em entrevista à Revista *Época*¹⁴⁶, Daniel, filho dos militantes da Ação Popular, Herbert de Souza e Irlés Carvalho, afirmou que não possui amigos de infância. Segundo afirmou, colegas latino-americanos, filhos de exilados com quem conviveu na Suécia, enlouqueceram ou sucumbiram às drogas. Diz também que as seqüelas do exílio vêm em doses “homeopáticas” e vão aparecendo a cada perda sofrida. “Sempre tive de deixar amigos para trás. Isso talvez explique por que as pessoas me fazem tanta falta”.

Há que se considerar outra implicação da constante mudança de países: a interrupção dos estudos. Em muitos casos, significou a dificuldade de sistematização ou até mesmo o abandono dos estudos, fato confirmado pelo depoimento de José Maria Rabelo em relação a seus filhos. Além disso, as diferenças culturais e os novos padrões lingüísticos implicaram em dificuldades no aprendizado. É comum o relato de que houve uma “mistura” e confusão de idiomas, como se observa, a seguir, nos depoimentos convergentes.

4.2.11 Questões relativas à indenização e aposentadorias

Restabelecido o Estado de Direito, começaram a surgir comissões de ex-presos políticos e ex-exilados em diversos estados brasileiros no intuito de obter reparações pelos danos, físicos, morais e/ou financeiros, decorrentes da prisão, tortura, morte de familiares ou do exílio. Isso se deu a partir do reconhecimento de que o Estado agiu de modo criminoso contra alguns de seus cidadãos no período da ditadura militar, privando-os do conjunto de direitos consagrados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.

A Lei da Anistia, conforme já se afirmou, foi parcial e restrita e só foi ampliada a partir do entendimento liberal da Justiça e pela Constituição de 1988. No entanto, ainda não está completa, se tomarmos a democracia como um processo em permanente construção.

Por ser a anistia um processo inacabado, há no seu rastro diversas pendências e injustiças. Além da questão dos mortos e “desaparecidos políticos”, eufemismo amplamente utilizado para encobrir as práticas e crimes praticados pelo Estado Brasileiro - que até hoje não se dignou ao reconhecimento pleno e total de sua responsabilidade - há também as questões das aposentadorias não obtidas e das indenizações não efetivadas ou não recebidas. A idéia da reparação, a partir da Lei da Anistia, foi construída num caminho

¹⁴⁶ Revista *Época*. 14 de junho de 1999. *Filhos do exílio*. Por Maria Cristina Fernandes.

por vezes tortuoso, onde o ônus da prova e a comprovação de direitos ficou, quase sempre, a cargo do reclamante.

Nos relatos dos depoentes entrevistados foi constatado que a maioria, com exceção de Edmur Fonseca - que alegou não ter pedido nenhuma indenização ao Estado e nem ter verificado a questão da aposentadoria por ser “muito disperso para essas coisas” - entrou com alguma ação contra o Estado, recebeu, ou está por receber alguma indenização, além de considerar justo o direito de receber reparações pelos danos sofridos.

Perguntados sobre se receberam alguma indenização por parte do Estado em função de prejuízos advindos do exílio e de que forma avaliam esse processo de indenizações, os depoentes responderam:

Ainda não. Apesar de ter, no Ministério da Justiça, um processo deferido desde outubro do ano passado. A indenização concedida a estudantes é pequena e limitada a R\$ 100.000,00. Este é o valor que receberei pelo período que vai do dia que fui expulso da Escola Técnica até a anistia. Esse tempo, no entanto, não será contado para fins de aposentadoria, nem os meus diplomas serão reconhecidos, apesar do problema ter sido mencionado no processo. [...] Acho a indenização justa. Sinto que o moralismo para a platéia tenha prevalecido na análise da aposentadoria. Não considero que os anistiados deveriam ser aposentados automaticamente. Acho que o Estado deveria depositar a quantia referente à aposentadoria durante o período que nos impediu de trabalhar no país. Se diplomas não foram reconhecidos, caberá ao Estado responder pelos prejuízos. A responsabilidade por todo e qualquer impedimento causado como consequência do golpe de estado de 1964, deverá ser reconhecido e ser passível de indenização pelo período que durou. Afinal, cada um dos oficiais do exército que, ilegalmente participou no assalto à estrutura de Estado deste país, recebeu mensalmente o seu salário e recebem, hoje, religiosamente, a sua aposentadoria que, por uma generosidade incompreensível, se estende às suas filhas solteiras. Quem sabe a grande solução seria equiparar, aos dos oficiais militares, os direitos daqueles que defenderam a normalidade democrática? Na França, após a II guerra mundial, os *partisans* foram promovidos a oficiais e integrados ao exército. (Ricardo Apgaua)

[...] Só recebi recentemente, pela Lei de Anistia. A decisão da Comissão de Anistia a meu favor, baseada nos prejuízos que tive com a destruição do *Binômio*, foi posteriormente confirmada pela justiça comum. [...] Eu achei e acho justíssimo, porque perdi tudo com o golpe: os dois jornais, casa, terreno, trabalho. Além dos sofrimentos do exílio, do que passamos aqui e lá fora. O que recebi foi muito menos do que me tiraram. (José Maria Rabelo)

[...] Não. Bom, a gente recorreu à federal. Eu e o Japa ganhamos a de São Paulo, mas entre ganhar e levar vai um quilômetro. Na realidade eu recebi uma aqui, no final do ano passado, mas quando eles estenderam a lei dos mortos e desaparecidos aos suicidas, pelo Juarez. Foi isso, só isso! O resto a gente está esperando, mas aquilo está lá tudo parado, encalhado. Mas eu não entrei com nenhuma ação que pague indenização por aposentadoria nem nada, pois eu

estava sem vínculo, então não pedi nada ao governo. [...] Tem uma coisa que se chama indenização por tortura não é? A minha mãe recebeu de Belo Horizonte, o Juarez também, como filho do Ângelo (Pezutti). Outra coisa: as pessoas que requerem, por exemplo: o cara era boy do jornal e ele quer ganhar como se ele tivesse virado diretor. E acho que há alguma confusão por aí, porque muita gente recebeu essa indenização, o que eu acho que serve para desmoralizar o processo. Não dá para as pessoas pedirem isso! E ainda querem os atrasados de trinta anos, quer dizer, realmente eu acho que há um pouco de... A indenização deveria ser simbólica e garantir a sobrevivência, mas não tão alta. Gente que de repente começa a ganhar vinte mil pratas! Não sei se você entende o que eu estou querendo dizer, mas eu acho que falta bom senso, de quem pede e de quem concede indenizações milionárias. Eu acho que isso desmoraliza a gente. (Maria do Carmo Brito)

[...] Tive. O governo Itamar Franco me indenizou em trinta mil reais. Quanto à indenização do governo de São Paulo, eu perdi o prazo de requerimento. Já o Governo Federal fez cálculos errados e pagou um valor muito abaixo do que eu requeri. Eu recorri e ganhei a causa, mas só recebi as mensalidades. Os atrasados eu ganhei na Justiça, que encaminhou para o Planejamento. Está lá. Ainda não recebi.[...] Aos trabalhos que eu perdi. Perdi dois trabalhos. Um na Comissão Interestadual dos Vales do Araguaia e Tocantins - CIVAT, durante o governo do Mauro Borges; e outro, no Jornal Última Hora. Lutei pela indenização desses empregos e ganhei, mas eu ganhei só do Jornal Última Hora.[...] Não, não foram justas, não foram justas. Porque o grosso eu não recebi. (Guido Rocha)

[...] Ah, eu entrei na justiça. Eu entrei argumentando que realmente eu saí do Brasil legalmente, mas que eu fui obrigada a sair porque meu marido foi condenado, e que eu exigia uma indenização para meus filhos. Eu tenho um filho que nasceu no Chile. Ele não é brasileiro, ele obteve a cidadania brasileira e optou pela cidadania brasileira quando ele fez vinte e um anos, mas eu tive que viver quinze anos fora do meu país, o que é um absurdo e, portanto, exijo uma ação reparatória, coisa que eu nunca recebi. E esse governo Lula está protelando isso mais ainda. [...] Ué! Eu ganhei a causa, mas não ganhei dinheiro, então eu não ganhei causa nenhuma [risos]. (Vânia Bambilra)

[...] Não. Eu tenho uma pensão do Brasil. Eu ganhei uma pensão do Brasil, entende? Por causa da Lei da Anistia. Eu ganhei uma pensão do Brasil. Mas meus bens todos eu comprei com a venda da minha casa na Nova Zelândia. E não ganhei nada de indenização do governo, mas isso aí para mim não é importante. O importante é que eu estou no Brasil. (Geraldo Cruz)

Sobre a questão da aposentadoria dos anistiados, vale a pena conferir o depoimento de Marco Antônio Meyer que, segundo afirma, há doze anos vem tentando, em vão, se aposentar. Segundo depoimento dado ao Jornal O Tempo em 31/08/1997, “aprovada a lei de aposentadoria especial para os anistiados, imaginei que, se contasse o tempo em que trabalhei no exílio, poderia me aposentar. Entrei na luta”. Ao que parece, esta luta permanece até hoje, já que a Comissão Especial de Anistia, criada em 1995, negou-lhe o

direito de se aposentar, sob o argumento de que “era empresário” na época e não líder de classe. É o que ele afirma em seu depoimento atual.

[...] faz doze anos que eu não consigo me aposentar. Foi negado, mesmo eu tendo sido banido, preso, torturado, ter fotos, ter foto algemado, ter foto nu, do governo, tudo! Ter saído num avião, ter saído um decreto em que eu fui banido do país, ter sido procurado. Meu nome estava nas listas de todas as embaixadas do mundo inteiro, como terrorista, mesmo assim, o governo não me aposenta porque eu não consigo provar que eu fui um militante político. Eu fui expulso pelo 477 da Universidade, fui condenado a seis meses de prisão pela 4ª Região Militar, tenho três processos, na Aeronáutica, no Exército, e não consigo me aposentar! Enquanto tem gente que foi detida e conseguiu se aposentar com dois milhões, tem gente que fez greve, nem foi preso, na Petrobrás, recebeu lucro retroativo desde 1988, dezoito anos de lucro retroativo e mais uma aposentadoria é... geralmente na faixa de, entre trinta e quarenta salários mínimos. Então eu acho que é uma coisa complicada entendeu? [...] Tanto que eu estou tentando tirar a cidadania alemã porque eu estou vivendo um drama. Bom, como eu não estou conseguindo me aposentar aqui, eu vou ver se eu consigo me aposentar pelo tempo que eu trabalhei na Suécia. Não é nada, não é nada, eles vão me pagar proporcional aos sete anos em que eu trabalhei, eles vão me pagar uns setecentos dólares. Aqui no Brasil, até hoje eu não tenho nada! Eu vivo da força do meu trabalho, se eu ficar doente, eu estou perdido! Eu vivo da força do meu trabalho. O Lênin diz: “quem não trabalha não come”. Eu sei que eu vou trabalhar até morrer, mas existem situações em que você fica doente e não pode trabalhar! Eu tenho que pagar o meu plano de saúde, que está em trezentas “pratas”, trezentos e vinte, tenho que pagar uma porção de coisas, então é complicado. [...] Depender do SUS, eu nem carteira do SUS tenho, como é que eu vou fazer para receber o SUS? Só se eu for como indigente! Quer dizer, a que situação que eu cheguei, quer dizer, assim, jurídica entendeu? Eu confio na minha força, agora o dia que ela “baquear” também, eu estou numa situação complicada! Eu vou ter que pedir ajuda dos outros. O Estado aqui, aí que está a grande diferença, lá ele me atende, aqui o Estado só leva o meu! Só leva!¹⁴⁷

Os problemas com o Estado Brasileiro parecem ser uma constante em sua trajetória de vida. Em seu segundo depoimento, tornou a falar da máquina confiscada quando retornou ao Brasil e discorreu sobre uma espécie de “perseguição”, que acredita sofrer. Falou também sobre as injustiças sociais e a opressão do Estado.

[...] Eu fiz um curso na Suécia. Estudei e me formei numa escola de arte industrial no campo gráfico, entendeu? Eu tentei montar uma gráfica e o governo a apreendeu a máquina aqui. Talvez quando eu chegasse, eu teria muito mais entusiasmo, porque eu conhecia a máquina toda, eu trouxe peça, trouxe tudo, eu tenho até alguma coisa aí ainda. Mas o governo me castrou novamente, entendeu? Eu me sinto assim num choque, o meu maior drama hoje é o meu choque com o Estado, sabe? Porque... eu estive pensando nisso estes dias. O meu avô, que veio de Portugal, com uma mão na frente e outra atrás, foi

¹⁴⁷ Entrevista concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 18/04/2006.

trabalhar em São João Del Rei, e o padrinho dele que chamou ele, e o padrinho dele gostou tanto dele que deixou a casa de Comércio para ele, entendeu? E não deixou para o filho! Para você ver como eram as coisas. Ele achava que o filho era um vagabundo, que quem trabalhava era o afilhado dele. Doou para ele. E este meu avô era um cara muito dinâmico sabe? Ele trouxe uns reatores da Inglaterra e montou a primeira usina de Coronel Xavier, Prados, Rezende Costa, São João Del Rei, e a CEMIG encampou isso e não indenizou minha família entendeu? [...] O Estado tomou um patrimônio que era privado. Agora você imagina! Antes eles falavam que os comunistas é que tomavam! Mas aqui foi o Estado mesmo, na época da ditadura é que tomou do meu avô, a usina que ele fez. E ele não pôde recorrer. Cassaram a concessão dele, porque ele tinha uma concessão para distribuir energia. Não o indenizaram e ele teve que assumir todos os pagamentos e perdeu tudo! Perdeu as casas que ele tinha, inclusive, áreas nesta cidade, Tiradentes, Coronel Xavier, Prados, Rezende Costa. Perdeu as casas dos funcionários, vendeu os fios todos, porque ele tinha fios de cobre, e meu tio vendeu tudo. Depois meu pai, era comerciante em Belo Horizonte e pagava sobre quinze salários mínimos para ser aposentado. Aí ele foi, ele faliu, foi trabalhar numa firma na cidade industrial, e depois de dois anos ele morreu. Morreu com quarenta e oito anos. Aí minha mãe recebeu uma aposentadoria de um salário mínimo, com dez filhos! Apesar de o meu pai ter pagado sobre quinze! Mas como ele morreu antes de completar os vinte e cinco ou trinta anos, não sei qual é que era o coeficiente de contribuição, eles resolveram pagar a minha mãe um salário mínimo. Ela viveu até os oitenta e sete anos recebendo um salário mínimo. E o meu pai morreu com quarenta e oito, com dez filhos. Aí, é, eu vejo agora, que eu trouxe uma máquina para usar aqui, que foi apreendida pelo Estado. E o Estado hoje, eu estou a doze anos tentando me aposentar e não consigo aposentar. Enquanto que pessoas que tem a mesma situação minha, e a lei diz que todo mundo é igual perante a lei. Isso é uma grande mentira! [...] Então, eu já vou para, agora eu vou fazer sessenta e cinco, vou ter que aposentar por idade. Eles devem me aposentar com dois salários mínimos e meio, três, também porque eu trabalhei, fui tesoureiro de banco, trabalhei numa porção de firma, trabalhei, mas meu coeficiente não dá trinta anos de trabalho. Então não tem jeito de eu me aposentar. Eu recolhi treze anos sobre um salário e eles vão me aposentar com uma “mixaria”. Então eu vejo isso. Eu sofro uma certa opressão do Estado aqui, entendeu? Porque o Estado aqui é opressor, então eu me sinto como o povo, que é oprimido pelo Estado aqui. Só quem está perto do Estado, que são: a elite política, a elite judiciária, as grandes famílias... Então isso aí me choca! Eu acho que o Brasil não mudou muito não sabe?¹⁴⁸

4.3 Depoimentos convergentes

Constatou-se que para a maioria dos depoentes, apesar de considerarem-no uma violência, uma ruptura com as origens ou um corte em suas vidas e projetos, o exílio é representado de forma positiva, como uma experiência muito enriquecedora.

Os relatos abaixo confirmam esta representação:

¹⁴⁸ Entrevista concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 20/06/2006.

[...] acho que o exílio foi um dos principais componentes da minha formação. Ele se deu no período da minha vida em que amadureci, estudei, vivi dois casamentos, constitui família, formatei as minhas atuais concepções políticas e a maneira de ver a vida que hoje me norteia. Acho que posso dizer que, no exílio, deixei os grandes mestres que tive, a maior parte dos meus melhores amigos e aqueles que mais marcaram a minha vida. (Ricardo Apgaua)

[...] Muito enriquecedora, eu acho que o contato com a América Hispânica, nesta época o Brasil, eu acho que, não sei se hoje também, claro que hoje já mudou muito, mas nesta época nós vivíamos voltados para o Atlântico: Europa, Estados Unidos, aquela coisa. O nosso desconhecimento dos países latino-americanos, de língua espanhola, eu acho que era muito grande sabe? Eu aprendi muito, tanto no Chile quanto em Cuba e não só sobre o Chile ou sobre Cuba, mas sobre toda a América Latina, sobre a história da América Latina. A convivência, por exemplo, lá em Cuba, com pessoas de vários países da América Latina, desde o Uruguai, desde a América do Sul, até o Caribe. Então, este contato com latino-americanos te ensina muito, pelo menos eu aprendi muito. Antes de sair do Brasil éramos muito voltados para a nossa problemática e estando lá fora isto te dá a oportunidade de você ver a América Latina, enxergar esta América Latina, ver os pontos comuns, as diferenças, os problemas, as soluções, de vários países. Era muito comum a gente encontrar, conversar e discutir com vários companheiros de vários países da América Latina, e de aprender. Então eu acho que isto daí foi muito valioso. (João Marques)

[...] Então o primeiro benefício do exílio é o sossego; para refletir, para repensar a sua vida, as coisas que você fez. Nesse sentido o exílio é muito importante. Primeira coisa: permite uma parada para pensar, a segunda coisa é a apreensão de outras realidades, porque quando você vive outras realidades, você começa a entender melhor a sua própria noção de sentido. (Maria do Carmo Brito)

[...] Olha, tem um dramaturgo alemão que chama Bertold Brecht, ele tem uma citação que eu gosto muito, que é o seguinte: “eu mudei mais de país do que eu mudei de sapato”, e no exílio, eu também mudei muito de país. Talvez eu tenha mudado mais de país do que de sapatos, porque... Eu tive uma situação mais complicada no exílio do que o Bertold Brecht, que era um dramaturgo, conhecido, tinha nome, peças, enredos e escritos etc. e eu tinha uma situação mais complicada porque nem documento eu tinha. Então, em termos de exílio, para mim foi uma grande vivência sabe? Primeiro, em cada país foi uma vivência diferente. [...] eu acho que no exílio eu aprendi muitas coisas. Fora isso, a bagagem cultural, porque eu nunca imaginei que eu ia sair de Belo Horizonte e ia conhecer metade do mundo entendeu? Porque eu consegui, na Europa, viajar praticamente por quase toda a Europa. É porque, trabalhando lá, eu tenho condições de viajar e conhecer, não é? [...] Então, eu acho que o exílio tem pontos positivos é, nesse sentido, da vivência que a gente teve, no aprendizado, um aprendizado marcante, principalmente cultural. Eu consegui visitar dezenas de museus no mundo inteiro, desde São Petersburgo até na Itália, Florença, todos os lugares, na França, não é? Então isso dilatou toda minha retina para conhecer o mundo, entendeu? Eu conheci o mundo, coisa que eu nunca imaginei no Brasil, que eu conseguiria trabalhar. Agora, se você me pergunta se é triste sobreviver no inverno gelado da Suécia, é difícil, porque ... Mas eu acho que faz parte. (Marco Antônio Meyer)

[...] Achei muito positivo, sabe! É, politicamente, politicamente positivo. Porque havia uma velha ilusão, ilusão de fazer a luta armada e de fazer o

socialismo de uma hora para outra. Nós nos demos conta da dificuldade disso. De fora nós víamos. [...] Na Suíça nós tivemos todo apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas, do Centro Protestante, todo apoio. Eu fiquei na escola de Artes, consegui lugar, fiquei trabalhando, trabalhando e fazendo arte. Foi muito expressivo desse ponto de vista, pessoalmente. (Guido Rocha)

[...] Ah! Foi uma experiência enorme. Muito positiva. Muito positiva! Apesar de uma série de dificuldades que você passa, no exílio, não é? Por exemplo: na Nova Zelândia, eu sofri muito racismo, muito preconceito quanto a Sul América, essas coisas todas entende? [...] E depois tem a minha experiência de mundo também não é? De lidar com a pobreza, com miséria humana, com corrupção, eu já vi muita coisa ruim. Nada me assusta na verdade, sabe? E a experiência da Cruz Vermelha é um troço assim, é imensurável, porque o viajar, o conhecer, te dá um conhecimento que nenhum livro te dá, entende? É difícil explicar, ela te coloca o presencial ali. A vida é assim? É. O que é que faz essa gente ser muçulmana, o que é que faz você ser hindu? A crença deles não é? Os valores deles, esses troços todos. E você começa a ver que o ser humano, na verdade, não interessa a língua, o país, são os mesmos mecanismos psicológicos, os mesmos conflitos. E te dá muita maturidade, não é? (Geraldo Cruz Ribeiro)

[...] Nessa experiência, houve aspectos negativos, mas também positivos. Tivemos, por exemplo, a oportunidade de ampliar nossa visão do mundo. [...] Negativamente, porque foram interrompidas realizações importantes, como a do *Binômio*, que seria hoje uma grande publicação nacional, pois era a maior tiragem da imprensa mineira e em fase de grande expansão, um jornal progressista, como não existe atualmente. Era a minha vida e ter de interrompê-la de maneira abrupta, sem possibilidade de reagir. Porque quando você fracassa num empreendimento a culpa é geralmente sua, mas quando resulta de um fato assim anormal, como um golpe de estado, o que é que você pode fazer? Então isso me abalou muito e saí do Brasil sem nenhum plano. Há uma diferença muito grande, por exemplo, entre o exilado e o emigrante. O emigrante já sai com um projeto de vida, sabe mais ou menos o que vai fazer lá fora, escolheu o novo país, tem relações lá, geralmente amigos, parentes, conterrâneos, que lhe asseguram certo ambiente favorável na chegada. O exilado não, ele vai para onde pode, sem escolha, entra na primeira embaixada que concorda em recebê-lo. Para o emigrante há a perspectiva de ascensão social, de melhorar de vida lá fora. Para o exilado é o contrário: ele deixa uma situação estabelecida em seu país e vai para o exterior, compulsoriamente, perdendo emprego, representação social, bens, etc. [...] Positivamente pois, como disse, ocorreu para todos nós uma abertura para outras realidades, outras culturas, outros povos. (José Maria Rabelo)

As dificuldades ou questões relacionadas ao idioma é um outro ponto convergente em vários depoimentos colhidos. Alguns exilados relatam ter se acostumado ao idioma do país em que vivenciaram o exílio. Aprenderam a falar, escrever e a pensar de acordo com os padrões deste idioma e, ao retornarem, demonstram dificuldades em escrever ou falar no idioma de origem.

Vânia Bambirra - economista e professora universitária no México - durante o período em que ficou exilada, afirma que ao retornar participou de um concurso público

na Universidade Federal Fluminense e alega que provavelmente sua reprovação se deu pelo fato de ter problemas com a redação, já que durante quinze anos escreveu em espanhol e, portanto, seria natural que tivesse escrito algumas expressões em “portunhol”.

[...] Bom, no Rio de Janeiro teve um problema, porque “pintou” um concurso em Niterói, na Universidade Federal Fluminense. Aí, me aconselharam muito a fazer. Eu ainda era nova, daí eu me inscrevi e fui fazer o concurso. Eu era a única que era doutorando, para início de conversa. O único que concorreu comigo e que acabou ganhando, eu não sei se tinha mestrado ou se ainda era candidato a mestre, mas o cargo mais alto que tinha concorrendo comigo era mestre. Eu não quis nem pedir revisão de prova, eu não me lembro, são detalhes que eu não me lembro. Coisas que eu não gosto, episódios que eu não gosto eu esqueço, eu “deleto”, entende? Sai do meu computador. O fato é que eu tinha problemas com redação, o que é muito normal. Depois que você fica quinze anos no exílio, escrevendo em espanhol (já no final eu escrevia espanhol muito bem) é natural que você se confunda, quando você volta ao seu país de origem. A mistura do português com espanhol faz com que você escreva algumas palavras, ou algumas expressões, em “portunhol”. Isso deve ter acontecido sim. Não sei se foi isso que os levaram a me desqualificar. Mas o fato é que eu acho que deve ter pesado.

Outro depoimento ilustrativo é o do *Comandante Miguel**. O depoente é escritor e viveu exilado no Peru por um período de 12 anos. Ganhou um prêmio no Concurso Casa das Américas, em Cuba, por um romance que escreveu. Após retornar ao Brasil, atesta ter tido dificuldades para sua publicação e atribui a qualidade ruim da tradução ao fato de escrever melhor em espanhol e de ter rejeição pelo português.

[...] Eu escrevi um romance que hoje mesmo, eu estava, esses dias eu imprimi e estou consertando. Então, porque eu escrevi isso em espanhol, disputei o concurso Casa das Américas com ele, tirei vigésimo lugar. Em seiscentos candidatos, eu tirei o vigésimo lugar. Só que ele foi sabotado pelo partidão, porque fala mal do partidão. Em determinado momento o pessoal indo para luta armada, reunido então fala que o partido tinha se aburguesado, então eles me sabotaram, inclusive na impressão, na publicação. Eu fui traduzir o romance para o português, passar para o português e fiz uma obra desgraçada de ruim, de tradução. Você veja que coisa, em espanhol ele vinha, mas em português ficou uma droga. Aí eu comecei a consertar e não ia ficando bom, consertava e não ia ficando bom. Agora que eu consegui colocar direito, para poder corrigir. Inclusive eu estou corrigindo sabe o que? O tempo, porque eu escrevi uma vez na terceira pessoa e outra vez na segunda pessoa. Então resolvi passar para a terceira. Então estou corrigindo isso, passando para a terceira pessoa [...] Queria no espanhol, se alguém pudesse fazer a tradução eu daria, porque eu não consegui fazer isso direito. Agora melhorou, porque agora tem tanto tempo não é? O português já está mais assentado e tudo não é? Agora que está melhorando, que eu estou escrevendo mais ou menos assim, sem erros. Não é que eu cometa erro da palavra, da grafia, mas é mais da maneira de se escrever. Várias vezes eu escrevi umas coisas e o pessoal falava comigo: você escreve muito como latino-americano, não como escritor brasileiro, mas como escritor latino-americano. Porque realmente eu colocava termos espanhóis, frases que

em português não eram muito corretas, mas é correto em espanhol. Então, usava a forma gramatical do outro idioma. Aliás, nosso cérebro é pequeno, você vai ocupando espaço com muito idioma e começa a embolar.

A confusão e a mistura de idiomas é um fato muito comum aos filhos de exilados. Em seu livro “*Memórias do exílio*”, José Maria Rabelo afirma que seu filho caçula Ricardo Rabelo, que saíra do Brasil com apenas dois anos e sem falar ainda o português, chegava a misturar os três idiomas aprendidos na trajetória do exílio: português, a língua falada no âmbito doméstico, espanhol, devido ao exílio na Bolívia e no Chile e o francês. Ao comentar o resultado de uma eleição no Chile, em que o governo sofrera uma derrota considerável, Ricardo elaborou uma frase construída com o caco das três línguas: “*Mira, papi, que grande defaite sofreu o governmento*”.

Hélio Rabelo, outro filho de José Maria Rabelo, que saiu do Brasil com apenas quatro anos de idade, sendo alfabetizado no Chile e, posteriormente na França, atesta o estranhamento em relação ao português ao retornar, e os problemas gerados pelo fato de possuir três idiomas como referência.

[...] Quando me deparava com pessoas que contavam histórias do país, e me perguntavam se eu me lembrava disso ou daquilo, eu ficava chateado, pois não havia vivido nada daquilo, e eu não entendia o que as pessoas falavam. Tive problemas também com a língua, pois havia aprendido apenas o português clássico com meu pai, nunca havia estudado português, somente espanhol e francês, nem freqüentado escolas brasileiras. Considero-me um autodidata em relação ao idioma. Até hoje tropeço em algumas palavras. No entanto, com o passar dos tempos, fui me adaptando e procurei conhecer o meu país e principalmente o meu estado com afinco, na busca de uma identidade e de uma nacionalidade nunca tidas. Hoje conheço a cultura, a história, as cidades e as tradições de Minas Gerais e também do restante do Brasil, até melhor do que a maioria daqueles que sempre viveu aqui.

O próprio José Maria Rabelo alegou que, no exílio, estava perdendo o domínio da língua portuguesa, o que seria comprometedor para seu trabalho como jornalista e escritor:

[...] depois de muitos anos, em nosso caso cerca de dezesseis, você se afasta de suas origens, passa a ter outra visão do mundo. Queira ou não, você é influenciado por ela. Tanto que escrevi um livro de poemas, chamado *Residência Provisória*, porque percebi em certo momento que estava perdendo o domínio da própria língua, a naturalidade de sua expressão. Falando o tempo todo em outro idioma, escrevendo o tempo todo nesse idioma, e até pensando assim, você vai pouco a pouco tornando-se um estrangeiro, na forma de exprimir-se. Para mim, como jornalista, era crucial, porque estava perdendo meu principal instrumento de trabalho. O livro *Residência Provisória* nasceu dessa constatação. Eu o escrevi inteiramente no exílio, pela preocupação de preservar a língua, sua pureza, que percebi que estava perdendo.

Geraldo Cruz, cujo depoimento é repleto de expressões em inglês, língua falada na Nova Zelândia, país onde viveu durante 32 anos, também alega que seu filho Tomaz, na primeira vez em que veio ao Brasil, fazia muita confusão ao falar:

[...] Mas eu cheguei e o Tomaz era pequenininho, o Tomaz estava com oito para nove anos. E assim, foi um negócio impressionante porque eu sempre falava em português com a Carmem, ela falava comigo em espanhol e nós falávamos a nossa língua o inglês. Então ele aprendeu as três línguas [risos] [...] De vez em quando misturava tudo. Tudo! Precisava ver: “*Hey Dad! I want remédio!*”! Um troço assim não é?

Outro ponto convergente, ligado ao universo familiar, foi o fato de que o retorno dos pais significou o exílio dos filhos. Ao contrário dos pais, que sonhavam com a decretação da Anistia, e estavam de “malas prontas” para o retorno, muitos filhos não desejavam vir para o Brasil.

Flávia Castro, filha de Celso Castro, militante comunista gaúcho, exilado no Chile, na Argentina, na Bélgica, na França, e que morreria cinco anos após voltar ao Brasil, em outubro de 1984, diz que temia o momento de deixar a França: “Ninguém se preocupou em saber se nós, que tínhamos no exílio nossa primeira pátria, também queríamos voltar”. Para ela, diferentemente do que ocorrera no Chile, onde o exílio foi compulsório, a família não era obrigada a partir. “Eu não compreendia a anistia. Anistiados de que? Eles não eram bandidos”. Flávia não se adaptou ao Brasil e, aos vinte e cinco anos, regressou a Paris. Para ela a volta “foi um impacto”. “Era difícil se integrar à vida brasileira. Ninguém sabia o que tinha sido o exílio. Só se conhecia o Fernando Gabeira de tanguinha”. “Sempre estive bifurcada”. “Acho que nunca vou estar definitivamente num lugar”.¹⁴⁹

Em seu depoimento, Vânia Bambirra afirmou que os filhos não desejavam o retorno e vieram praticamente forçados.

[...] Meu filho tinha uma frase que era muito significativa, eles não queriam vir. Eles diziam: “Meus pais, vocês estão voltando e nós, estamos indo”, sobretudo minha filha, a Nádia, que era uma adolescente na época e que teve que deixar o namoradinho. Ela voltou a força, quer dizer, não voltou! Ela veio! Porque tem uma diferença substantiva aí. Ela veio à força, ela veio obrigada. Eu me lembro que o pai dela pegou as coisas dela todas, na véspera da vinda, e jogou na mala, porque ela se recusou a arrumar a mala. [...] Felizmente se adaptaram, sobretudo quando chegaram em Belo Horizonte. Eles se acostumaram com Belo Horizonte, descobriram que tinham uma família, porque eles não tinham família, foram crianças criadas sem família, não conheceram avós, não conheceram tios, não conheceram primos, não conheceram sobrinhos, não

¹⁴⁹ Depoimento extraído da Revista Época. Edição de 14 de junho de 1999. *Filhos do Exílio*. Por Maria Cristina Fernandes.

conheceram ninguém! Aí eles descobriram tudo isso em Belo Horizonte. Então, quando nós mudamos para o Rio, eles falaram: nós vamos ficar em Belo Horizonte. Aí a gente usou uma tática psicológica muito correta e falamos: fiquem e vão nos ver nas primeiras férias, aí nas primeiras férias eles vieram para o Rio e se apaixonaram pelo Rio e aqui estão.¹⁵⁰

Guy de Almeida também assinala, em seu depoimento, que os filhos não receberam tranqüilamente a volta ao Brasil e precisaram de tempo para se adaptar:

[...] Foi muito difícil para eles. Mas eles foram muito compreensivos. Eles sofreram muito com a volta, no sentido de que, ao contrário de nós, que tínhamos vivido toda nossa infância, juventude, adolescência, e os primeiros anos profissionais, todos no Brasil e tínhamos tudo aqui: os amigos, a cultura, tudo que era típico do país; a comida, a música, tudo, o deles tinha sido no Peru. No Chile, depois no Peru. [...] Quando eles voltaram para o Brasil, eles então tiveram que fazer esse processo de adaptação. Adaptaram-se bem, felizmente. Estão todos aí, com vida organizada. [...] O reconhecimento de diplomas, no caso deles, foi feito. Deu trabalho. Porque é burocrático, foi mais problema de natureza burocrática, que dificultava. Você tinha que providenciar tradução de documentos, do tradutor juramentado, tinha que reconhecer o documento na Embaixada do Brasil, tinha uma série de coisas. Também do Peru, porque eram documentos peruanos. Mas, fora isso, a reintegração deles na atividade escolar foi normal. Não tiveram maiores problemas.¹⁵¹

Um aspecto comum observado nos depoimentos da geração de 68, foi a difícil e angustiante resolução de abandonar a luta e sair do país. Percebeu-se que isto provocou um forte sentimento de culpa e remorso por parte dos que saíram.

Em sua obra “*A Ditadura Escancarada*”, Elio Gaspari atenta para este fato.

Amarrando-os às armas, havia a perseguição, a lembrança dos sofrimentos dos presos e o “compromisso com os mortos”.¹⁵² [...] Circulava um duplo sentimento de culpa, pois a deserção significaria o abandono não só do amigo morto (quase sempre um jovem colega de bar ou de escola, frequentemente um amor juvenil), mas também dos amigos vivos, a cujos momentos de doloroso silêncio muitos deviam a liberdade. Ficar “parecia uma opção pela morte e pela tortura”.¹⁵³

Nos depoimentos a seguir é evidente a predominância deste sentimento, embora alguns tenham preferido sair por não suportarem a pressão psicológica da vida na clandestinidade, traduzida na constante sensação de insegurança e medo. “É uma paranóia

¹⁵⁰ Depoimento concedido à Marcelina Silveira de Queiroz em 02/03/2006.

¹⁵¹ Depoimento concedido à Marcelina Silveira de Queiroz em 22/01/2006.

¹⁵² Francisco Carlos de Andrade, agosto de 1988. In: GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada: as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹⁵³ DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho: Um possível romance autocrítico* p.59.

terrível, porque qualquer coisa que acontece você pensa: fui apanhado. Isso acontece 24 horas por dia”, comenta José Maria Rabelo.

Maria do Carmo Brito, banida do país, deixando aqui vários amigos presos ou clandestinos e o marido, Juarez de Brito, morto, diz: “Faz mais de trinta anos e ainda dói. Então eu achava um horror, depois de viúva e deixando os companheiros, que estavam escondidos, acuados, que não podiam sair”.

Para Ricardo Apgaua “a decisão foi angustiante”. A propósito ele afirma:

Eu estava no país praticamente sem contatos. [...] Todos os encontros marcados com a direção da organização tinham sido furados. O dinheiro estava se acabando e, no grupo a que eu estava ligado, havíamos decidido não recorrer a ações armadas para obtê-lo. Apesar disto, o processo de decisão era difícil e gerava um tremendo conflito de consciência. Apregoávamos, ouvíamos e repetíamos, de forma insistente, a idéia de que abandonar o país equivalia ao abandono da luta. Sair do Brasil significava desertar. Pejorativamente, usávamos o termo “desbunde”. A incerteza durou semanas. Depois da decisão tomada, partir foi fácil.

O conflito vivido na hora da saída é expresso no comovente depoimento de *Pedro**.¹⁵⁴

[...] Eu acho que é um misto sabe? De dúvidas; se eu estaria realmente agindo certo saindo. Ao mesmo tempo, eu tinha certeza que continuando ali, na clandestinidade, eu seria ou preso ou morto, provavelmente morto, porque com as experiências que a gente tinha, visto companheiros que tinham sido presos, mortos e tal. O clima era: você sendo preso, era torturado ou se você conseguia escapar da tortura, podia ser morto na ação, ser morto na prisão, ou seja, o clima era de enfrentamento entendeu? Então, ainda se por um lado eu queria aliviar minha cabeça, claro que naquele tempo não se conseguia pensar direito, ao mesmo tempo, lógico, você ficava com aquela interrogação: será que eu estou traindo os meus companheiros? Que eu estou fugindo, deixando os meus companheiros aqui para trás? Deixando não é? Porque às vezes com pouco tempo de relacionamento na clandestinidade, esse pouco tempo equivale a anos de envolvimento, de relacionamento. Porque a amizade e o companheirismo que você tem ali, em pouco tempo de relacionamento, porque quando você vive com os companheiros, você depende, às vezes, a sua vida depende deles, a vida deles depende de você. [...] Bom, realmente não era mais possível sabe? Na época foi muito difícil, muito difícil! Com o tempo, só com o tempo, posteriormente, depois da saída, você vai conseguindo organizar a sua cabeça e vê que, realmente o caminho devia ser este. Mas depois! Porque na época isso era complicado. Você passava por uma interrogação: o que é que eu vou fazer? Será que eu estou fazendo isso, deixando os companheiros? Alguns já tinham saído, outros já tinham sido presos e outros mortos, não é?

¹⁵⁴ O depoente solicitou-me que não revelasse o seu nome. Pedro é, portanto, um pseudônimo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões acerca desse objeto de estudo, acrescida de vasta bibliografia sobre o mesmo e dos depoimentos prestados, nos permitiram chegar a alguns indicativos promissores que encaminham proposições sugestivas, na medida em que darão continuidade a esta pesquisa. Os dados recolhidos e analisados nos autorizam a inferir que:

1. A experiência do exílio apresenta certa ambigüidade - se por um lado o exílio revelou ser uma experiência construtiva, uma vez ter contribuído para a formação de um sujeito informado, conectado com outras culturas e com formas de pensamento que caracterizaram a vanguarda dos anos 80; por outro, também representou a perda de identidades, o corte de um movimento político que deveria eclodir num projeto político alternativo, senão revolucionário, para o sistema capitalista transnacional.

Sobre a ambigüidade dessa experiência, Denise Rollemberg nos diz o seguinte:

ele provocou sentimentos de estranhamento, desenraizamento, perda e crise de identidade e luto, típicos do exílio. Ao mesmo tempo, se o desenraizamento pode trazer – e freqüentemente traz – conflitos identitários, por outro lado também pode criar um campo onde o exilado circula em liberdade, conecta-se com outras culturas, possibilitando novas descobertas, vivências e experiências diversificadas, aprendizado em termos de idiomas, costumes; representando um enriquecimento desses sujeitos.¹⁵⁵

2. Observou-se que no processo de reintegração dos exilados, os relatos de sua experiência no exílio funcionam como um artifício de construção de uma identidade. A narrativa do exílio, mais do que a apreensão da experiência individual e sua transmissão, funciona como uma ancoragem em um novo contexto. Buscando obliterar lacunas, cria-se uma nova identidade: a de “exilado político”. Porém, tal artifício não se faz sem perdas, afinal a própria experiência da volta se constitui em novas lacunas no presente, já que as questões relativas a esta reintegração não são abordadas. Os elos construídos anteriormente já não mais existem, e uma outra realidade se coloca. As tentativas de inserção apresentam

fraturas, esse é o mais grave efeito do exílio. Assim, os relatos dos exilados apresentam-se como monumentos de cultura ante a barbárie da experiência, conforme Walter Benjamin.

3. O processo de redemocratização do país representou uma forma de esvaziamento dos movimentos de resistência e da luta armada dos anos 60, uma vez que eliminou o sentido fundante que orientava os movimentos de esquerda no Brasil, posto que as razões que os levaram ao exílio não foram modificadas. A partir de 1979, iniciado o processo político da Abertura, verifica-se o fenômeno da “volta”, e com ela a inserção social dos exilados. O processo de inserção foi ambíguo: por um lado, utilizou largamente da imprensa para transformar a “volta” num festival de heróis, criando então uma constelação simbólica onde os astros eram os antigos exilados trazidos e reconciliados de novo com a nação, restando apenas celebrar a dita “volta da democracia” no Brasil. Entretanto, o sentido de ter partido estava doravante esvaziado. Desenraizados, os exilados políticos surgem num primeiro momento como a lembrança necessária para a nação, que afinal necessitava de uma versão oficial sobre os anos de cassação. Dessa forma, a volta do exílio se prestou à apropriação da memória. Para vários historiadores que trabalham este tema, ocorreu uma espécie de “seqüestro da história”.¹⁵⁵ Por outro lado, a percepção, por parte de alguns dos repatriados, sobre a situação sócio-econômica real do país organizou certo olhar, onde se percebia, claramente, que a retomada dos direitos civis, por si, nada contribuía para uma efetiva reintegração.

4. Os exilados políticos brasileiros, no contexto do retorno, se viram novamente vitimados por outro duro golpe: encontraram um país que havia sido transformado pela ditadura e nada mais tinha a ver com seus ideais. Além do mais, alguns exilados tiveram dificuldades de reintegrar-se ao mundo do trabalho, ao cenário político, ao cotidiano, enfim, ao novo universo cultural brasileiro, conforme já afirmado. Uns acabam retornando para o país de exílio. Outros, percebendo-se alijados da sociedade, na medida em que não eram nem brasileiros nem estrangeiros em seu próprio país, além de terem sua memória apropriada pela inteligência brasileira do período da abertura, entregaram-se a um tipo de anomia social.

¹⁵⁵ CRUZ, Denise Rollemberg. 1999, op. cit. P.33.

¹⁵⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *Versões e Ficções: O Seqüestro da História*. 2ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

O depoimento de Flávia Castro, já citada anteriormente, é contundente:

As inseguranças não têm mais onde se esconder. A expectativa da volta frustrada está nos cabelos grisalhos. Falta dinheiro. Faltam projetos. Falta um pai. Falta uma força. Meu pai sofre e bebe. Eu sofro e escrevo cartas apaixonadas para Paris ¹⁵⁷

Sobre a morte do pai, Flávia Castro nos diz:

Acho que a morte dele tem muito a ver com a volta, com a dificuldade que ele teve de transar a volta, de lidar com a sensação de fracasso, não ver caminhos políticos que fizessem uma mediação entre o sonho e a realidade. Sensação de ter voltado à margem e não de onde havia saído. No caso dele, morreu, é muito radical, mas acho que tem muita gente que voltou e não conseguiu se integrar, e que ou virou alcoólatra ou arranjou outras formas de se excluir. ¹⁵⁸

5. A intensa atuação dos exilados brasileiros nas campanhas e nos Comitês pela Anistia acabou, também, por lhes proporcionar novos referenciais críticos e teóricos, resultando numa redefinição de suas posições políticas. Os exilados, especialmente aqueles que se engajaram na luta armada, passaram então, a defender posições em favor dos direitos humanos e dos valores democráticos, numa espécie de autocrítica e reavaliação quanto à questão do confronto armado contra a ditadura. Muitos já possuíam um discurso mais moderado antes mesmo de retornarem. A própria concepção do retorno foi então redefinida, pois lutavam agora, em prol de uma lei que lhes possibilitasse a volta e a reintegração à sociedade brasileira e não mais, para um enfrentamento direto com regime, o fim da ditadura e a implantação do socialismo. Houve, portanto, um redirecionamento do discurso da esquerda e das concepções sobre a luta política contra a ditadura. A luta armada aparece agora, como uma forma de reação ao regime militar. “A gente, desde 64, pior depois de 68, a gente já não raciocinava, a gente reagia aos golpes mais duros da ditadura”, diz Maria do Carmo Brito ¹⁵⁹. O depoimento de Marco Antônio Meyer é bastante ilustrativo quanto a esta questão. O depoente apontou para o fato de que não havia alternativas para os militantes de esquerda, a não ser se engajar na luta armada, pois a ditadura não lhes dava outra opção. Caso fossem presos, seriam provavelmente torturados ou mortos. Estar na organização era além da questão política e ideológica, uma questão de sobrevivência física. Afastados de todas as suas referências sociais: familiares, afetivas e

¹⁵⁷ Trecho do diário de Flávia Castro, em 1979, com o título “ Volta ao Brasil ”, IN: CRUZ, Denise Rollemberg. Exílio: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999, p.283.

¹⁵⁸ Idem, p. 284

¹⁵⁹ Entrevista concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 01/03/2006.

profissionais; os militantes apegavam-se ao único referencial social que lhes restavam: a Organização.

A propósito ele diz o seguinte:

[...] E devido à repressão começar a procurar um tanto de gente, mais gente vai caindo na clandestinidade. E automaticamente a gente vai se engajando na luta armada, porque não há alternativa. Você não pode freqüentar a Universidade, você não pode ir para casa, você não pode visitar parentes, então você é mais ou menos levado, como se fosse água numa correnteza. Você tem que correr para onde ela está indo. E foi isso que aconteceu com diversas pessoas. Porque se você não tem espaço de democracia, você é obrigado a marchar dentro de uma luta, porque é a luta que está te dando apoio. Quer dizer, é a única coisa que você tem ali pela frente, você está clandestino, sem meios, você não pode trabalhar, não pode fazer nada, você vai para onde? Você vai à busca dessa luta, porque é a única que existe para você se defender. É uma luta pela sobrevivência, política e física. Então é um negócio muito difícil. Eu acho que foi isso que nós passamos.¹⁶⁰

6. As noções relativas à distinção entre os tipos de identidades desenvolvidas por Castells - citadas no primeiro capítulo, quando se abordou o conceito de identidade - servem à descrição de mudanças identitárias sofridas por vários exilados - especialmente os da geração de 68 - no contexto do retorno. Observou-se a existência de alguns casos onde houve renúncia à identidade de projeto para adoção de uma identidade legitimadora.

Marcelo Ridenti, em seu artigo “*Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores*” chama atenção para dois aspectos ligados à luta armada: a mistificação da resistência armada e a ideologia da resistência democrática.

A propósito ele afirma:

O aspecto mistificador consiste na omissão de que as esquerdas armadas nunca propuseram um mero retorno à democracia nos moldes do pré-1964, tampouco algo que prefigurasse a institucionalidade que viria a se constituir no Brasil depois do final da ditadura. Essa ideologia tende tacitamente a reduzir a luta pela revolução nos anos 60/70 a uma fase preparatória para a democracia brasileira tal qual está hoje estabelecida, legitimando, assim, o passado de muitos ex-guerrilheiros. Trata-se de uma versão da história conveniente para os que lutaram contra a ditadura e mais tarde chegaram a diferentes governos ou conseguiram uma inserção institucional, sem que houvesse mudanças de fundo na ordem social e econômica estabelecida.¹⁶¹

Neste sentido, o discurso de muitos ex-guerrilheiros exilados é o de que a opção pela luta armada se deu pelo “fechamento dos canais de expressão política institucional”.

¹⁶⁰ Entrevista concedida à Marcelina Silveira de Queiroz em 20/06/2006.

¹⁶¹ RIDENTI, Marcelo IN: SEMINÁRIO 40 Anos do Golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro). 1964 – 2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2004, p.143.

Ou seja, teriam optado pela inserção na luta armada por se verem “privados de seus canais institucionais de atuação social e política depois do golpe de 64 ou do ‘golpe dentro do golpe’ de 1968, destituídos da própria atividade com que se expressavam ou ganhavam a vida, impedidos de se expressar e até de existir como oposição”.¹⁶²

Percebe-se, assim, um efeito de obscurecimento na memória do caráter ofensivo das opções pela luta armada – não como forma de enfrentamento e resistência ao regime, mas como parte integrante da implantação de um projeto sócio-político e econômico alternativo ao existente no período pré-1964. Essa mudança do discurso significaria, portanto, uma estratégia de legitimação de uma ação que agora renunciam, convertendo-a em “resistência democrática”.

¹⁶² Idem, p. 144.

6. REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ARENDT, Hanna. *Entre o passado e o futuro*. 5ª ed., São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.
- BENJAMIN, Walter. *O Narrador*. In: *Textos Escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- BOGDAN, Robert, SARI Biklen. *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. 2ª edição, Coleção Ciências da Educação. Porto Editora, 1982
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade* In: *A era da informação: economia, sociedade e cultura*; v. 2; tradução Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 3ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1982.
- _____. “História a contrapelo”. In: DE DECCA, Edgar. *1930. O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CHAUVEAU, Agnès, TÉTART, Philippe. Tradução Ilka Stern Cohen. *Questões para a história do presente*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.
- CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: Entre Raízes e Radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. *Vidas no exílio*. In: *Seminário 40 Anos do Golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro)*. 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2004.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2003..
- _____. “*Memória, história e sujeito: substratos da identidade*”. *História Oral*. São Paulo, Revista da Associação Brasileira de História Oral, n. 3, junho de 2000, p.109-123.
- _____. *Ensaio metodológico – Memória e História: Potencialidades da História Oral*. Teresina, UFPI, 2001.

_____. História Oral: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DELGADO, Ignacio Godinho. *Empresariado e Direitos Sociais na Constituição de 1988*. Revista Lócus. Departamento de História da UFJF. Juiz de Fora, Editora da UFJF, 2000, V. 6, N. 1, (10).

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

FICO, Carlos. *Além do Golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FORGET, Danielle. *Conquistas e Resistências do Poder (1964-1984): A Emergência de um Discurso Democrático no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1994.

GABRECHT, Ana, PÉREIRA, Valter Pires, OLIVEIRA, Ueber José de. Organização: PEREIRA, Valter Pires, MARVILLA, Miguel. *Ditaduras não são eternas: memória da resistência ao golpe de 1964*. Vitória: Flor&Cultura: Assembléia legislativa do Estado do Espírito Santo, 2005.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada: as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOFFMAN, Erving. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese de doutorado apresentada à FAFICH – UFMG. Belo Horizonte, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. “*Quem precisa de identidade?*” In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001.

LAMOUNIER, B. (org.) *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo, Sumaré/IDESP, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4 ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1996.

LOWENTHAL, David. “*Como conhecemos o Passado*”. In: *Projeto História*, n. 17. São Paulo: EDUC, 1998.

POLLAK, Michael. “*Memória, Esquecimento, Silêncio*”. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, Pp. 3-15.

_____. *Memória e identidade social*. Estudos históricos. V. 5, nº 10. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

QUEIROZ, Maria José de. *Os males da ausência ou A literatura do exílio*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

RABÊLO, José Maria e Therezinha. *Diáspora: os longos caminhos do exílio*. Belo Horizonte. Editora Barlavento, 2002.

_____. *Residência Provisória. Os sentimentos do exílio*. Belo Horizonte: Europa, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *Versões e Ficções: O Sequestro da História*. 2ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

RICOEUR, Paul. “*Entre mémoire et histoire*”, In: *Projet*. Paris: número 248, p.11, 1996.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução*. São Paulo: Unesp, 1993.

SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e Outros Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos da memória em terras de história; problemáticas atuais* In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (orgs). *Memória e (Res) sentimento; indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2004.

SEMINÁRIO 40 Anos do Golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro). *1964 – 2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1988.

TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória: a história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VIDA. Disponível em: <<http://www.softek.com.br/guido/Vida.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2007.

7. BIBLIOGRAFIA

ALBERT, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

_____. *Manual de História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ANSART, Pierre. História e memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (orgs). *Memória e (Res) sentimento; indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2004.

AQUINO, Maria Aparecida. "Mortos sem sepultura". In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, *Minorias silenciadas*. São Paulo: Fapesp, 2002, p.513-532.

ARAÚJO, M. Paula Nascimento Araújo. *A utopia fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Hannah Arendt; tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BASTOS, Paulo de Mello. *Nos bastidores da anistia*. Rio de Janeiro: Editora Ferreira Botelho, 1999.

BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito da história", In: *Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política – Ensaios sobre literatura e história da cultura*. 4 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BETO, Frei. *Batismo de Sangue: A luta clandestina contra a ditadura militar*. Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito. 12ª ed., São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BICUDO, Hélio. *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. São Paulo, Comissão de Justiça e Paz, 1976.

_____. "Lei da anistia e crimes conexos". In: ELES, Janaína (org). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas, 2001, p. 85-88.

BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa. *Impressões de Viagens: CPC, Vanguardas e Desbunde (1960-1970)*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CARDEAL ARNS, D. Paulo Evaristo et al. *Brasil: Nunca Mais*. 12ª ed. Petrópolis / RJ: Vozes, 1986.

CASTRO, Celso e D'ARAÚJO, M. Celina (orgs). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa, RAMOS, Jovelino et al. *Memórias do Exílio. 1. de muitos caminhos*. 1ª edição. São Paulo: Editora Livramento, 1978.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA. Secção São Paulo. *A Tortura no Brasil*. Revista de Cultura. Vozes. Rio de Janeiro: Editora Record, 1988.

COSTA, Albertina de Oliveira et alii. *Memórias das Mulheres do Exílio*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CRUZ, Denise Rollemberg. "Exílio: refazendo identidades". *História oral*, n. 2, Revista da Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, junho de 1999.

DECCA, Edgar Salvatori de. 1930 *O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Editora Brasiliense, 7 ed. 1997.

DEMO, Pedro. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. 3. ed. São Paulo Atlas, 1995.

DREIFUSS, René A. *1964: A Conquista do Estado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

FALCON, Francisco José Calazans. "Fascismo: autoritarismo e totalitarismo". In: SILVA, José Luis Werneck da Silva (org.). *O feixe: O autoritarismo como questão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1991.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

FERREIRA, Marieta de Moraes et al. *Usos e Abusos da história Oral*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 6. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

GARCIA, Marco Aurélio, VIEIRA, Maria Alice (Org.). *Vários autores. Rebeldes e contestadores – 1968: Brasil/França/Alemanha*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: companhia das Letras, 2003.

_____. *A ditadura encurralada: o sacerdote e o feiticeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GROSSMAM, Jonathan. “Violência e silêncio: reescrevendo o futuro”. *História Oral*. Revista da Associação Brasileira de História Oral. São Paulo, n. 3. Jun.2000, p. 7-24.

HISTÓRIA ORAL: *Revista Brasileira de história Oral*, n. 4, junho de 2001. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral. V.4

HISTÓRIA ORAL: *Revista Brasileira de história Oral*, n. 5, junho de 2002. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral. V. 5.

HOBSBAWN, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-199*. São Paulo: Companhia das letras. 1995.

_____. *Sobre a história*. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Editora Schwarcz, 1998.

HUYSSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KERLINGER, Fred N. *Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: Um tratamento conceitual*. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1979.

KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil Debates, 1982.

_____. “A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar”. In: CARNEIRO, M. Luisa Tucci. *Minorias silenciadas*. São Paulo: EDUSP, 2001.

LANNA, Anna Flávia Arruda. *O movimento Feminino pela Anistia: a esperança do retorno à democracia*. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MACHADO, Cristina Pinheiro. *Os exilados*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1978.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História oral*. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o ‘perigo vermelho’: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese de Doutorado em História Econômica na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1964-1985*. São Paulo: Atual, 1998.
- O'DONNELL, Guillermo. *Transições do regime autoritário*. São Paulo: Vértice, 1988.
- _____. *A democracia no Brasil: dilemas e perspectiva*. São Paulo: Vértice, 1988.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia*. Campinas: Papirus Editora, 1994.
- PAIVA, Maurício. *Companheira Carmela*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- PAIVA, Maurício. *O sonho exilado*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- PRADO, Caio Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 182.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo, Paz e Terra, 1991.
- SADER, Emir. *O poder, cadê o poder? Ensaio para uma nova esquerda*. São Paulo, Boitempo, 1997.
- _____. *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.
- SHARE, Donald e MAINWARING, Scott. *Transição pela Transação: democratização no Brasil e na Espanha*. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, IUPERJ, vol. 29, nº 2, 1986, pp. 207-236.
- SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 3.ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.
- SIMÕES, Inimá. *Roteiro da Intolerância*. São Paulo: Editora Senac, 1999.
- SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. 10 ed., São Paulo: Global, 1988.
- STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral*. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- YIN, Robert K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*/ Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi, 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

8. ANEXOS

SOCIEDADE

ANISTIA

Filhos do exílio

Uma geração apresentada ao Brasil depois da abertura política conta como vê a pátria que na infância se resumia às lembranças dos pais

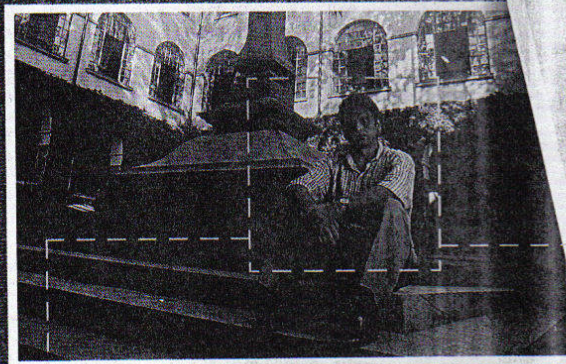
Dezenas de meninos do Brasil foram condenados a viver longe da pátria nos anos 60 e 70, vítimas de uma crueldade adicionada ao castigo sofrido pelos pais, todos adversários do regime militar. São os filhos do exílio, nascidos durante o desterro dos pais ou que ainda usavam calças curtas quando se precipitou a viagem indesejada. Só depois da anistia de 1979 eles puderam conhecer o Brasil real – e compará-lo ao forjado, na infância e na adolescência, por lembranças paternas, cartas de parentes, fotografias e cartões postais.

Vinte anos depois da anistia, *ÉPOCA* resume em dez casos exemplares a saga das crianças expatriadas. Elas atravessaram o exílio agarradas à esperança do retorno. Frustraram-se com o confronto entre o que haviam idealizado e o que viram. E descobriram que, em vez de filhos de heróis, eram brasileiros comuns, além de desatentos aos usos e costumes do lugar.

“Ter um filho era uma maneira de dizer: sobrevivemos”, recorda Vera Silvia Magalhães, 51 anos, única mulher a participar do seqüestro do embaixador americano Charles Elbrick, em 1968. Vera sobreviveu ao inverno parisiense de 1978 numa sala de parto. Um relaxante na veia a transportou para outra sala, a do DOI-Codi, no Rio. Ali estava o mesmo pentotal que, oito anos antes, conseguira induzi-la a confissões. Vera debateu-se três horas com alucinações até dar à luz Felipe, 3,6 quilos, 51 centímetros, um dos últimos brasileiros nascidos no exílio.

POR MARIA CRISTINA FERNANDES

LUTGARDES FREIRE
41 anos,
sociólogo da PUC, onde o pai também ensinou na volta ao país



Edu Lopes/ÉPOCA

A PANÇA DE CHACRINHA

Lutgardes Freire tinha 10 anos e subia a rua de sua casa em Cambridge, no Estado americano de Massachusetts, ao lado do irmão Joaquim, quando três garotos negros barraram seu caminho. “All the money you’ve got, now”, disse um deles. Lutgardes tentou explicar-lhes que o pai escrevia em defesa dos oprimidos e todos estavam, portanto, do mesmo lado. Os assaltantes não se comoveram e os filhos do pedagogo Paulo Freire ficaram sem a mesada recebida naquela manhã. Lutgardes ganhou mais um motivo para antipatizar com o país que toda manhã o obrigava a cantar o hi-

no nacional com a mão no peito. Luti, como o chamava o pai morto em 1996, deixara o Brasil depois do golpe militar de 1964. Tinha 5 anos. Só voltaria 16 anos e três países depois.

Os cinco irmãos se separaram nas curvas do caminho. A primogênita Madalena casou-se no Chile com Francisco Weffort, hoje ministro da Cultura. Fátima, nove anos mais velha que Lutgardes, casou-se na Polónia com o economista Ladislau Dowbor, militante exilado do VPR. Joaquim e Maria Cristina nunca voltaram.

No Chile, a casa do autor de *Pedagogia do Oprimido* tornou-se um vi-



TORONTO
Paulo Freire leva Lutgardes para visitar
Betinho e Daniel no Canadá em 1975

veiro de exilados. "A casa tinha tanta gente que, certa vez, um psiquiatra amigo do meu pai o advertiu de que ele poderia estar perdendo a família."

Do Chile, os Freire se deslocaram para os Estados Unidos. "Era um país de gigantes", recorda. "Vi-me cercado por aquelas crianças enormes, de olhos azuis, cujas famílias jogavam a TV na rua e compravam outra." Um ano depois, embarcou com os pais e irmãos para a Suíça. Ali, multiplicaram-se os problemas escolares desencadeados na etapa chilena. Em Genebra, o filho do pedagogo mais famoso que o Brasil já produziu abandonou os estudos e o pai teve de dar explicações à polícia.

Lutgardes lembra que a notícia da anistia provocou uma sensação de "alívio e liberdade". Sem direito ao uso de passaportes brasileiros, a família de Paulo Freire enfrentava restrições para deslocar-se. Nesse período, só a representação diplomática brasileira em Moçambique, chefiada pelo embaixador Ítalo Zappa, forneceu esse documento a exilados em apuros.

Poliglota, mas analfabeto em Português, Lutgardes estranhou na volta a disseminação de termos estrangeiros. Começou a reencontrar o Brasil ao topar na TV com o Programa do Chacrinha, que balançava a pança na canção de Gilberto Gil.

DANIEL DE SOUZA
Aos 35 anos,
com Kika, neta
do cachorro que
trouxé do exílio



PASSISTA COM CODINOME

Mariano tinha 7 anos e já cruzara a fronteira quando soube que seu verdadeiro nome era **Daniel**, filho dos militantes da Ação Popular Herbert de Souza e Irlés Carvalho. Ele nasceu em meio ao perigo – os pais viviam clandestinamente em São Paulo –, passou a infância trocando de endereço e deixou o Brasil em segredo. Com o golpe que derrubou Salvador Allende, a mãe, já separada de Betinho, levou-o do Chile para a Suécia e, de lá, para a Inglaterra. Passou a ver o pai esporadicamente até que se juntaram no México, às vésperas da anistia.

De volta ao Brasil aos 16 anos, aclimatou-se rapidamente e virou militante da Mocidade Independente de Padre Miguel. "A moçada aqui estava noutra", lembra. "Só queria saber de rock." Estudou desenho industrial, foi bailarino e hoje trabalha com programas sociais no Rio. "Não consigo me fixar numa atividade por muito tempo", informa.

Daniel não tem amigos de infância. Colegas latino-americanos, filhos de exilados com quem conviveu na Suécia, enlouqueceram ou sucumbiram às drogas. Daniel diz que as seqüelas do exílio, "homeopáticas", aparecem a cada perda. "Sempre tive de deixar amigos para trás. Isso talvez explique por que as pessoas me fazem tanta falta", diz, folheando cadernos que trouxe do exílio e as fotos do pai, sua derradeira perda.



Geraldo, em visita ao Nosso Jornal, trazido pelo tio Professor Modesto

Filho de Geraldo Magela Pires Ribeiro (um dos três abateenses a lutarem na Itália, na 2ª Guerra Mundial, ao lado de Frei Orlando e Inácio Campos Cordeiro), Geraldo Cruz Pires Ribeiro teve que deixar o Brasil em 1971, condenado pelo regime militar, por sua atuação na JUC (Juventude Universitária Católica), no jornal do DCE (Diretório Central dos Estudantes) e no partido marxista Ação Popular. Exilou-se no Chile, onde se casou e continuou sua militância política. Com o golpe militar que depôs o presidente Salvador Allende, Geraldo foi sequestrado e ficou dez dias desaparecido, até ser resgatado pela Cruz Vermelha, que o encaminhou como exilado político à Nova Zelândia, na Oceania, onde viveu nos últimos 30 anos. Em visita ao Nosso Jornal, trazido pelo tio Professor Modesto, ele conta um pouco de sua vida no outro lado do mundo e fala de seu trabalho na Cruz Vermelha Internacional.

Fale um pouco sobre a Nova Zelândia.

O país é lindo demais! Coisa de outro mundo! Nova Zelândia é maior que o Reino Unido, maior que o Japão e tem apenas 4 milhões de habitantes, enquanto o Japão tem 126 milhões e o Reino Unido, 60 milhões. Lá, tem de tudo: montanhas, vulcões, geleiras, lagos de água azul, cachoeiras com água cristalina, praias. Minha cidade, Christchurch, é muito linda! Tem 300 mil habitantes e pouquíssimos prédios, todos pequenos. Na frente de minha casa, vejo cisnes, gansos canadenses, gaivotas, pássaros di-

MILITÂNCIA POLÍTICA, EXÍLIOS, SEG

Mil e uma aventuras de um quase

versos. Temos pingüins no mar. Ficam soltos, ninguém mexe com eles. O clima é frio o ano inteiro. Nosso verão chega a, no máximo, 30° C. Em 30 anos em Nova Zelândia, entrei no mar umas 30 vezes. A água é sempre gelada. Às vezes, o dia está até ensolarado, mas a temperatura lá fora está a 9°. O forte da economia hoje é o turismo, que gera 57% da renda do país. Nova Zelândia é famosa pelo turismo ecológico e dos esportes radicais. E tem a vantagem de estar longe de todo mundo. Estamos a três horas e meia de voo da Austrália. É longe para burro. Isso faz com que a Nova Zelândia seja um país diferente e especial.

Você já se considera neozelandês?

Tenho cidadania neozelandesa desde 1977. Foi quando eu me separei de Carmem e passei a tomar conta do nosso filho, Tomás, que tinha, na época, dois anos de idade. Quando ganhei a cidadania neozelandesa, perdi a brasileira. Só recentemente consegui ser considerado cidadão brasileiro novamente, ganhei a anistia, comprei um apartamento em Belo Horizonte. Isso foi muito importante, porque sempre me senti meio chutado daqui, não queria ter deixado o Brasil.

Por ser um país voltado para o turismo, os neozelandeses são mais gentis, mais calorosos que os colonizadores britânicos?

Não. O turismo dá um dinheiro danado para o país, mas os neozelandeses são fechadões, mal se cumprimentam, não se abraçam. São mais ingleses que os próprios ingleses. Muitos ainda estão na época da rainha Vitória, são muito conservadores. Quando cheguei lá, a Nova Zelândia ainda era uma colônia inglesa. Se você não era inglês, as pessoas o olhavam como bicho de outro

mundo. E eu era uma peça: tinha 30 anos, usava barba preta, uma boina vermelha, fumava cachimbo... Para você ter uma idéia, morei 10 anos em uma rua e meus vizinhos não me diziam sequer "hi" (olô), por eu ser estrangeiro. Mesmo entre eles, há uma frieza muito grande. O vínculo familiar é muito pequeno. Isso vai mudando, na medida em que a Nova Zelândia se torna um país mais cosmopolita, principalmente com a chegada dos chineses, coreanos e asiáticos de maneira geral.

Mesmo os jovens são conservadores?

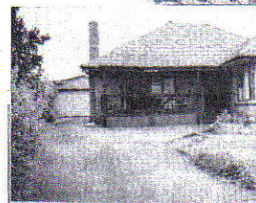
Os jovens são muito voltados para a Europa, têm uma mentalidade bem progressista, não são moralistas. Normalmente, ficam em casa até 18 anos. Depois, vão morar sozinhos.

E conseguem ficar independentes financeiramente aos 18 anos?

Sim, porque, depois de 16 anos, seus parentes perdem o vínculo financeiro com você. Se você está desempregado ou quer ficar só estudando, recebe um auxílio do governo. Mas tem um grupo que não quer saber de nada e fica como desempregado, vivendo desse auxílio governamental. De qualquer forma, o país não é uma maravilha. A Nova Zelândia é o país com o maior índice de suicídios adolescentes do mundo, a criminalidade é alta, o índice de alcoolismo é muito grande, assim como a depressão mental, as doenças psiquiátricas...

E qual a faixa etária média da população?

A maioria da população é idosa. A expectativa de vida é muito alta: 82 anos para as mulheres e 79 para os homens. As pessoas têm, no máximo, dois filhos. Cheguei lá em 1974 e até 2001 a população era a mesma: 3 milhões e 400 mil



Como enfermeiro da Cruz Vermelha Afeganistão, Sudão, Tajiquistão e Rússia



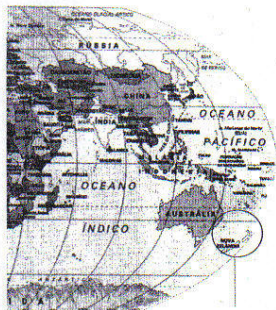
"A hora mais escura da noite é justamente aquela que nos permite ver melhor as estrelas" (Charles A. Beard)

Anexo B: Militância Política, exílios, seqüestros, missões humanitárias. *Nosso jornal*. Abaeté. p. 14 mar. 2005 (continua)

ndo

TROS, MISSÕES HUMANITÁRIAS.

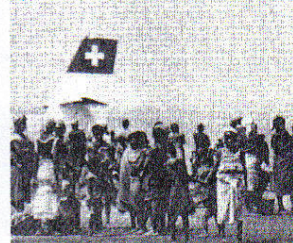
ense no outrolado do planeta



Do outro lado do planeta, na Nova Zelândia, Geraldo mora em frente a um rio, numa cidade de 300 mil habitantes, onde praticamente não existem prédios.



ou em Angola, Moçambique, Arábia Saudita, sequestrado por terroristas da Al Qaeda, em 99.



peças. Depois do atentado terrorista de 11 de setembro, nossa população aumentou 600 mil habitantes. Chegamos a 4 milhões. No Brasil, cada vez que venho aqui, encontro uma população maior. Mas, em compensação, existe uma grande deterioração. Na Nova Zelândia, o pessoal é muito orgulhoso em preservar, em não jogar nada na rua... Nos locais de piquenique, nem tem lata de lixo. A própria pessoa leva o seu lixo embora. Ninguém pensa em matar passarinho. Meu filho Tomás, quando veio ao Brasil, achou um barbarismo encontrar passarinhos presos. E muito estranho encontrar cachorros vira-latas na rua. Lá, todo cachorro é de raça e registrado. A não ser que você tenha um registro de criador, só consegue comprar animais castrados. As pessoas só podem passear com os cachorros presos na coleira, onde consta o número de registro, e, se o animal faz cocô, o dono tem que limpar. Se o cachorro morde alguém, é sacrificado pela polícia. Estou apenas comparando, não quero dizer que lá seja melhor do que aqui, porque a nossa amizade, nosso calor humano, a facilidade para conversar com as pessoas, nada disso se encontra por lá.

- E a economia?

A moeda é o dólar neozelandês, que por sinal está em alta. Vale duas vezes mais que o real. Todos se aposentam com o mesmo salário, que corresponderia a R\$ 2 mil por mês. Lá, com R\$ 500 por semana, dá para viver muito bem. Na Nova Zelândia, tem muito mais coisa bem mais barata do que aqui. Telefone no Brasil é um absurdo. Eletricidade também é muito cara. Nos 30 anos em que vivi lá, a inflação nunca foi superior a 2% ao ano. Seu dinheiro vale. Dá para economizar. Nós pagamos muitos impostos, mas todo esse dinheiro é realmente apli-

cado no país. A corrupção é praticamente zero e o governo tem muito controle. Mas não é centralizado. O imposto que eu pago em determinada cidade fica naquela cidade, os impostos recolhidos no meu bairro são investidos ali. Não temos vereadores, nem senadores, apenas membros do parlamento. Eu também elejo um conselheiro para a prefeitura, e a imprensa acompanha todo o trabalho do parlamento. Inclusive, você pode acompanhar todas as sessões, ao vivo, pela TV. O Governador Geral da Nova Zelândia e o presidente do Banco Central não são cargos políticos, são cargos profissionais. E, embora o país tenha sido emancipado, a rainha da Inglaterra é nossa rainha também. Até hoje, no seu aniversário, é feriado em Nova Zelândia.

É difícil entrar na Nova Zelândia?

Até que não. Tem brasileiro demais lá dentro, quase todos são ilegais. O país precisa de gente para trabalhar. Você entra no país com o visto de turista, fica três meses e, se arruma trabalho, consegue um visto de emprego.

O governo ainda incentiva muito a pecuária?

Agora nem tanto. Antigamente, ser fazendeiro era o máximo. A Nova Zelândia foi criada para ser uma fazenda da Inglaterra. Por mais de 150 anos, eles nunca tiveram que preocupar com quem compraria o seu queijo, sua carne, o seu leite, pois a Inglaterra comprava tudo. Eles faziam comércio apenas com a Inglaterra. Quando a Inglaterra se uniu ao Mercado Comum Europeu e a Nova Zelândia deixou de ser colônia, os nossos governos se preocuparam e começamos a diversificar. A investir no turismo.

pelo mundo | NJ | MAR | 2005 | 15



Por sua atuação na Cruz Vermelha Internacional, Geraldo recebeu, na Suíça, a Medalha Florence Nightgale, equivalente a um Prêmio Nobel da Enfermagem.

Fale um pouquinho sobre o seu trabalho da Cruz Vermelha.

Sempre fui muito grato à Cruz Vermelha, que me salvou no Chile, onde eu tinha sido sequestrado pelo regime militar e ficado 10 dias desaparecido. Após sete anos no trabalho do parlamento. Inclusive, você pode acompanhar todas as sessões, ao vivo, pela TV. O Governador Geral da Nova Zelândia e o presidente do Banco Central não são cargos políticos, são cargos profissionais. E, embora o país tenha sido emancipado, a rainha da Inglaterra é nossa rainha também. Até hoje, no seu aniversário, é feriado em Nova Zelândia. Depois, fiquei mais um ano na Nova Zelândia e fui para a Arábia Saudita. Também trabalhei para a Cruz Vermelha no Sudão, Tajiquistão, Afeganistão e Rússia. Fiquei na Rússia nove meses, aprendi a falar russo, estava gostando muito do país... até que fui sequestrado, em 1999, pelo grupo Al Qaeda. Foram 66 dias de tortura, puro pavor, uma experiência horrível, melhor nem falar. Quando fui libertado, tive que passar uma temporada na Suíça em tratamento com médicos, psicólogos, psiquiatras... Ainda não pude voltar a trabalhar na Cruz Vermelha, mas recebi a medalha Florence Nightgale, que é equivalente a um prêmio Nobel. A escolha dos agraciados é feita pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, na Suíça, e eu sou o único enfermeiro que tem essa medalha, que é mais concedida às mulheres, já que são maioria na enfermagem.

Continua na pág. 16

"A paciência é uma árvore de raiz amarga, mas de frutos muito doces". (Aforismo persa)

Militância Política, exílios, seqüestros, missões humanitárias. *Nosso jornal*. Abaeté. p. 15, mar. 2005

(fim)



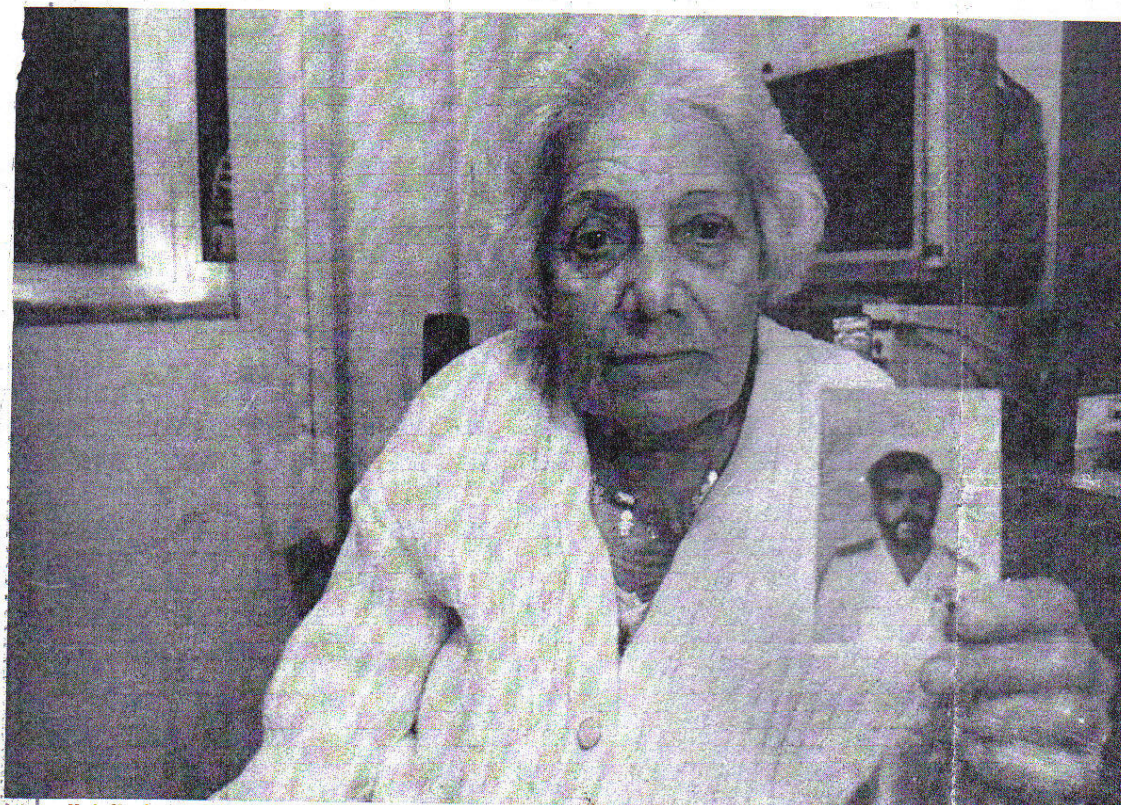
O juizforano Geraldo Cruz Pires Ribeiro, 55 anos, seqüestrado há mais de dois meses por separatistas chechenos em território russo, foi libertado ontem de seu cativeiro, numa operação de forças de Moscou. Além dele, dois outros seqüestrados também

foram soltos. O filho de Geraldo, Tomás, viajou ontem mesmo para Genebra, na Suíça, onde fica a sede da Cruz Vermelha Internacional, para se encontrar com o pai. O estado físico do seqüestrado é bom, segundo médicos russos, mas estava com os pulsos feridos, já que passou quase todo o

tempo algemado. Olga Cruz Pires Ribeiro (foto), 81 anos, mãe de Geraldo, não escondeu sua emoção ao ser informada da libertação do filho, pois há 65 dias não tinha notícias dele.

MISTÉRIO

Mãe de sequestrado mante



Maria Olga Cruz Pires Ribeiro, 81, segura foto do filho desaparecido na Rússia Geraldo Cruz Pires Ribeiro; família do enfermeiro faz apelo a governantes para inv

Próximo destino poderia ser Kosovo

REGIANE MARQUES
REPÓRTER

Geraldo Ribeiro estava sendo cogitado pela Cruz Vermelha para trabalhar em Kosovo. Segundo sua irmã que mora em Belo Horizonte, Cristina Cruz, há cerca de um mês, Geraldo conversou com ela por telefone e disse que estavam querendo mandá-lo para lá, palco de bombardeios por parte da Otan. "A gente com medo dele ir para Kosovo, e ele acaba sendo sequestrado na Rússia", disse Cristina.

O irmão também manifestou seu desejo de deixar a Cruz Vermelha. "Segundo ele, esse seria seu último trabalho", disse Cristina. Para ela, o irmão já estava acostumado a conviver com situações de conflito e não tinha medo. Cristina contou que foram várias guerras em que ele se meteu,

principalmente na África. Ele também esteve trabalhando na guerra do Golfo e em diversos conflitos na Arábia Saudita.

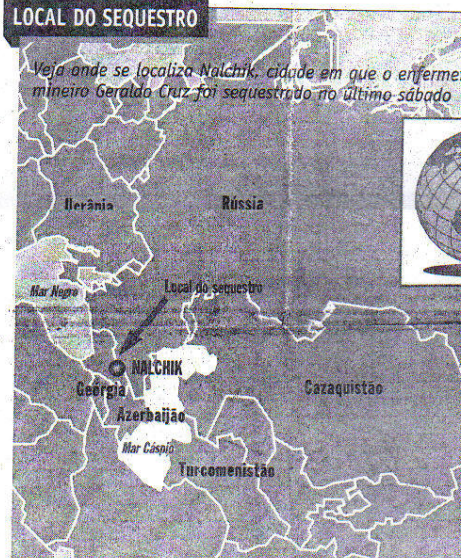
Sobre as notícias do sequestro, Cristina contou que membros da Cruz Vermelha teriam dito à família que a principal suspeita é de que o enfermeiro tenha sido vítima de bandidos russos. "Segundo eles, nesses casos, leva de três a quatro dias para que os sequestradores façam contato", afirmou.

A advogada Elizabeth Maria Paletta, amiga de Geraldo, está entre as poucas pessoas de Juiz de Fora que ainda mantinham contato com o enfermeiro, mas nada conhece sobre as condições em que ocorreu o seu desaparecimento na Rússia.

Com Wilson Cid

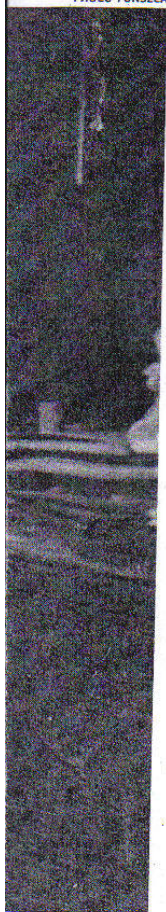
LOCAL DO SEQUESTRO

Veja onde se localiza Nalchik, cidade em que o enfermeiro mineiro Geraldo Cruz foi sequestrado no último sábado



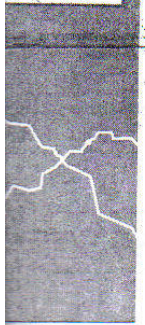
em a esperança

PAULO FONSECA



estigar o caso

EDITORIA DE ARTE



Irmã caçula acredita na hipótese de que Geraldo Ribeiro tenha sido levado para ajudar algum grupo de guerra na região

ADMILSON RESENDE
ENVIADO ESPECIAL A JUIZ DE FORA

É acreditando em Deus, com um discreto sorriso de confiança e muita esperança, que a mãe de Geraldo Cruz Pires Ribeiro, Maria Olga Cruz Pires Ribeiro, 81, acredita que tudo se resolverá bem. Para ela, desesperar será pior. "Nessa hora, a gente tem de ter calma. Se eu pudesse fazer alguma coisa, meu filho não estaria na Rússia. Mas eu tenho muita fé em Deus porque é somente nele que podemos confiar", afirmou.



Todas as vezes que um novo jornal começa na TV, a apreensão e muita ansiedade dominam dona Olga e sua neta, Gláucia, com quem mora no 14º andar de um prédio do centro de Juiz de Fora. A expectativa é que a reportagem apresente alguma novidade sobre o caso. Mas a angústia continua. A família completou ontem 48 horas sem notícias de Geraldo Ribeiro. Dona Olga disse que o filho participa das missões porque precisa de emprego para sua sobrevivência, pois ainda não conseguiu se reintegrar à CEF (Caixa Econômica Federal) no Brasil.

Segundo Adriana Verdeiros, 31, irmã caçula do enfermeiro, os contatos com a família estão sendo feitos com sua outra irmã em Brasília, onde o filho de Geraldo Ribeiro, Tomás Emanuel Ribeiro Cruz, 21, está passando férias. Tomás viu o pai pela última vez em agosto do ano passado na Nova Zelândia. Nessa mesma época, Geraldo Ribeiro enviou uma carta à mãe, em Juiz de Fora, contando que passou três semanas de suas férias na Nova Zelândia e que depois seguiria para a Rússia, onde participaria de uma nova missão humanitária como enfermeiro pela Cruz Vermelha.

Apesar da falta de informações e da suposição de que Geraldo tenha sido sequestrado simplesmente para ser trocado por dinheiro, dona Olga e Adriana tentam ser otimistas. A esperança da família de Juiz de Fora está na hipótese de que ele tenha sido sequestrado por um grupo da guerra na região para cuidar de líderes que poderiam estar doentes ou foram vítimas dos conflitos. Para Adriana Verdeiros, esse sequestro pode ter somente a finalidade de usar a experiência dele na área de saúde para ajudar alguém dos grupos da guerra. Essa expectativa enche a família de esperança de que o caso possa ser solucionado nos próximos dias.

A notícia do sequestro chegou a Juiz de Fora no início da tarde do último sábado e deixou dona Maria Olga e os cinco irmãos de Geraldo, que moram na cidade —Adriana, Marta, Dilza, Reginaldo e Terezinha— tristes e apreensivos. Dos outros cinco filhos, dois —Ângela e Gabriel— moram em Brasília, uma —Cristina—, em Belo Horizonte, e o outro —Adilson—, em Caldas Novas. Eles viram Geraldo Ribeiro pessoalmente no primeiro semestre de 1997 quando ele deixou de renovar o contrato com a Cruz Vermelha para passar seis meses com a família no Brasil.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PLANILHA DE REGISTRO

S.S.P. - Identificação N.º CR.
 D.F. - S.H. - T.M.
 Profissão n.º
 Documento n.º

Nome: **MARIA DO CARMO BRITO**

Nacionalidade: **Brasileira**

Naturalidade: **Minas Gerais**

Filho de: **Jefferson de Oliveira e Souza**
e de: **Angelina Dutra de Oliveira**

Idade: **28** anos. Nascido em: **3** de **Setembro** de **1942**

Estado Civil: **viuva** Instrução: _____

Profissão: **tradutora**

Residência: _____

Motivo: _____

Notas Cromáticas

Cutis: **branca** Cabelos: **castanhos**

Olhos: **verdes** Bigode: **.....**

Barba: _____ Como usa: **.....**

Filiação morfológica e exame descritivo

Altura: **1,51m** Peso: **50**

Fronte: Altura: _____ Inclinação: _____

Largura: _____ Sobrancoelhas: _____

Pálpebras: _____

Nariz: dorso: _____

Base: _____

Boca: _____ Lábios: _____ Queixo: _____ Orelhas: _____

B. n.º **312/ST**

Assinatura do Identificado
Maria do Carmo Brito

Identificado em **12** de **6** de **1970**
Identificador: *Barras*

SÉRIE	Mão direita					
		POLEGARES	INDICADORES	MEDIOS	ANULARES	MINIMOS
SEÇÃO	Mão esquerda					

Série: _____
Seção: _____

Anexo E: Identificação da prisioneira, Rio de Janeiro, dois meses após a prisão.

Fonte: VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória: a história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Belo Horizonte, 27 de abril de 1970

EXMO. SR.
GENERAL EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI
DD. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Vimos à presença de Vossa Excelência, com todo o respeito, pedir para que se digne intervir no sentido de que a Sra. Maria do Carmo Brito receba tratamento humanitário e possa ser assistida pela família.

Nós, avós, pais e tios da Maria do Carmo, sabendo que ela foi ferida e presa, além de presenciar a morte de seu marido, conforme os noticiários dos jornais de 21 e 22 do corrente, vimos rogar a intervenção de Vossa Excelência para que seja assegurada à mesma o tratamento correspondente aos pronunciamentos que Vossa Excelência, serenamente, tem feito à Nação.

Assim sendo, consternados pelos acontecimentos, mas confiantes na elevada formação de Vossa Excelência, subscrevemo-nos

Respeitosamente

Avô - D. Ferreira Dutra (avô)
Rua Fluminense 210 - Belo Horizonte
Sílvia Figueira Dutra (avó)
R. Fluminense 210 - Belo Horizonte
Maria Bastolina de Oliveira - avó
Diogo de Vasconcelos - M.G.

Jefferson de Oliveira - Souza - pai
Pernambuco - Rua Rufina Celiz Monteiro 296 - apt. 203 - C.B.
Residência - Faz. Coração Rua - São João Evangelista - M.G.
Angelina - Oliveira - mãe
Rua Prof. Celiz Monteiro, 296/203 - C.B.

Felício - Rufina Dutra - - 1.º
Rua Maria Pereira 52 - B.H.
Cícero de Oliveira e Souza - Tio
Avenida Mannesmann 324 - B. dos Ind. B.H.

Anexo F: Carta da família de Maria do Carmo ao General Emílio Garrastazu Médici. Belo Horizonte, 27/04/1970.

Fonte: VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória: a história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

A CAMINHO DA ARGÉLIA. MARIA DO CARMO
E DULCE MAIA, ALGEMADAS.

OS QUARENTA PRESOS BANIDOS PARA
A ARGÉLIA ANTES DO EMBARQUE, 1970.



Anexo G: Fonte: VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória: a história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ESTADO DE MINAS

FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS: ASSIS CHATEAUBRIAND

Número 14704

Belo Horizonte, terça-feira, 21 de abril de 1970

Polícia mata Juarez Brito com 2 tiros

A morte

O corpo de Juarez Guimarães Brito, morto mata-ripas, está a ser levado para o cemitério de São João Batista, na cidade de Belo Horizonte, por volta das 19h, o será sepultado logo, às 20h, ainda o ferrete do veículo número 1 de Santa Casa para o cemitério de São João. Juarez foi um dos líderes do movimento subversivo brasileiro, tendo sido um dos fundadores da Colina. Depois da morte de Carlos Machado, levantou para a realização de movimento terrorista.



Juarez Guimarães Brito e sua mulher, Maria do Carmo, eram dos mais ativos dirigentes da subversão. Ele foi morto e ela está presa incontestável, na Guanabara.

Juarez e sua mulher, Maria do Carmo, estavam juntos há poucos dias quando foram surpreendidos pela polícia, na Guanabara. Segundo as fontes conhecidas, o casal foi surpreendido por quatro homens armados com revólveres e pistolas. Juarez e Maria do Carmo estavam em um carro Volkswagen, quando os policiais chegaram. Juarez levou dois tiros — um na cabeça e outro no torso. Maria do Carmo também foi baleada. Logo após, Juarez foi levado para o Hospital Souza Araújo, onde veio a falecer, devido às feridas. O carro do casal seguiu ao endereço da rua General Tasso Pragaço, nº 14, onde Juarez e Maria do Carmo, quando foi descoberto pelo Velho grêmio, para o nº 23-64-14. Depois do tiroteio — Juarez recebeu dois tiros e Maria do Carmo, um no braço — os corpos foram levados ao Velho da taxa e reunidos para a Laqueação, Rodrigo de Freitas. Juarez tinha documentos com o nome de Antônio Ferreira Dias.

Juarez Brito, depois da morte de Carlos Machado, passou a figurar como um dos elementos mais ativos da guerrilha urbana no Brasil. Ele e sua mulher, Maria do Carmo — que se relaciona com o grupo da Guanabara — idealizaram o roubo do carro no nome de Ana Cláudia Bordini, no qual havia um de dois alibis, de colar, além de fotos de alta tensão.

Juarez morreu em Belo Horizonte e tinha 27 anos. Pertencera em algumas ocasiões pelo Conselho de Defesa da UPMO.

ESTADO DE MINAS

FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS: ASSIS CHATEAUBRIAND

Ano XLIII — Número 14747

Belo Horizonte, quarta-feira, 22 de abril de 1970

Hoje: 28 páginas — Nº 04,48

Juarez, o terrorista do grupo "Colina", enterrado no Bonfim

Juarez Guimarães Brito, um dos líderes do movimento subversivo brasileiro, morto no ataque ao cemitério de São João Batista, no centro de Belo Horizonte, foi sepultado no Bonfim, no domingo, 20 de abril. O sepultamento foi realizado às 19h, no cemitério de São João Batista, no bairro de São João. Juarez foi morto por dois tiros, um na cabeça e outro no torso. Maria do Carmo também foi baleada. O corpo de Juarez foi levado para o Hospital Souza Araújo, onde veio a falecer, devido às feridas. O carro do casal seguiu ao endereço da rua General Tasso Pragaço, nº 14, onde Juarez e Maria do Carmo, quando foi descoberto pelo Velho grêmio, para o nº 23-64-14. Depois do tiroteio — Juarez recebeu dois tiros e Maria do Carmo, um no braço — os corpos foram levados ao Velho da taxa e reunidos para a Laqueação, Rodrigo de Freitas. Juarez tinha documentos com o nome de Antônio Ferreira Dias.

Polícia descobriu o endereço de Juarez e sua mulher, Maria do Carmo, quando foi descoberto pelo Velho grêmio, para o nº 23-64-14. Depois do tiroteio — Juarez recebeu dois tiros e Maria do Carmo, um no braço — os corpos foram levados ao Velho da taxa e reunidos para a Laqueação, Rodrigo de Freitas. Juarez tinha documentos com o nome de Antônio Ferreira Dias.

Velório

O corpo de Juarez chegou ao Velório de São João Batista, na cidade de Belo Horizonte, de manhã cedo, às 10h, e foi sepultado às 19h, no cemitério de São João Batista, no bairro de São João. Juarez foi morto por dois tiros, um na cabeça e outro no torso. Maria do Carmo também foi baleada. O corpo de Juarez foi levado para o Hospital Souza Araújo, onde veio a falecer, devido às feridas. O carro do casal seguiu ao endereço da rua General Tasso Pragaço, nº 14, onde Juarez e Maria do Carmo, quando foi descoberto pelo Velho grêmio, para o nº 23-64-14. Depois do tiroteio — Juarez recebeu dois tiros e Maria do Carmo, um no braço — os corpos foram levados ao Velho da taxa e reunidos para a Laqueação, Rodrigo de Freitas. Juarez tinha documentos com o nome de Antônio Ferreira Dias.

Versão

Juarez não era surpreendido pelo Velho grêmio, mas disparado um tiro contra seu próprio corpo, evitando a prisão, segundo uma das versões conhecidas. Foi a sua mulher, Maria do Carmo, quem procurou pela subversão de Juarez em um ato. A prisão aconteceu quando foi descoberto a participação de Ana Cláudia Bordini, onde havia mais de dois alibis de colar, além de fotos de alta tensão. Juarez foi um dos fundadores do grupo "Colina".

Anexo H: Enterro de Juarez. Estado de Minas, 21/04/1970.

Fonte: VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória: a história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro: Record, 2003.



DEIXANDO O BRASIL – Perseguido, o jornalista José Maria é obrigado a deixar o País. Em 3 de julho de 64, despede-se da mulher e dos sete filhos, no Aeroporto Santos Dumont, no Rio, inteiramente cercado por tropas do Exército e da Aeronáutica. Era o início de um exílio que duraria quase 16 anos.



LONGE DOS PAIS – No primeiro “Dia dos Pais” depois do golpe, a revista *O Cruzeiro* publicou uma reportagem sob o título *Nossa Vida sem Papai*, mostrando as famílias cujos chefes estavam exilados. Na foto, os sete filhos de José Maria e Thereza: Alvaro, Pedro, Mônica, Patrícia, Hélio, Fernando e Ricardo. Eles só viajariam para o Chile um ano depois.



LANÇAMENTOS – A Livraria de Língua Espanhola e Portuguesa, em Paris, era um centro de divulgação da cultura de nossos países na Europa. Na foto, ao alto, o escritor Osman Lins no lançamento da tradução francesa de sua obra *Avalovara*. Ao lado, José Saramago numa tarde de autógrafos.



GREVE DE FOME – Em março de 79, os exilados realizaram uma greve de fome em Paris, em favor da anistia no Brasil. Doze companheiros permaneceram cinco dias sem se alimentar, numa das naves da Igreja de Saint Meri, em acontecimento que teve a maior repercussão na imprensa internacional. Aparecem na foto, ao alto, populares diante da faixa anunciando a greve no interior do igreja; embaixo, parte dos grevistas, vendo-se ao centro José Maria e o advogado gaúcho João Carlos Bona Garcia, atualmente vice-presidente e corregedor do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul.



NOTRE DAME – José Maria, Thereza e Patrícia, uma das filhas do casal, num momento descontraído no exílio, diante da Igreja de Notre Dame.



A 5.000 METROS – José Maria e Thereza no alto do Monte Illimani, ao lado do Lago Titicaca. A temperatura lá é sempre abaixo de zero grau, com a atmosfera tão rarefeita que torna quase impossível a respiração.



RUMO AO CHILE – Iniciando uma viagem de 40 horas através dos Andes e o deserto de Atacama, o maior das Américas, José Maria toma o trem na estação ferroviária de La Paz. O golpe na Bolívia deixou mais de dois mil mortos e milhares de feridos.

EU, LEITORA

Thereza com os filhos em 1964, pouco antes de partir para o exílio



A vida da carioca Thereza Rabêlo, 70 anos, é marcada por um grande amor, sete filhos e três golpes militares. Casada com um jornalista, ela saiu do país durante a ditadura, levando muita coragem e sete crianças. Passou pelos golpes na Bolívia e no Chile. Viveu 16 anos longe do Brasil. Hoje Thereza mora com o marido em Belo Horizonte e relembra a sua saga no exílio

“Os golpes de Estado me perseguem. Por causa deles fui ficando raízes pelo mundo junto com meu marido e sete filhos. Passamos pelos golpes no Brasil, na Bolívia e no Chile. Vivemos 16 anos no exílio. Em cada mudança a gente deixava tudo para trás. Vestíamos roupas doadas em refúgios de exilados e tínhamos que refazer a vida num mundo desconhecido, com outra cultura. Se alguma coisa aprendemos no exílio foi aproveitar o que a vida oferece de bom e deixar o resto pelo caminho. Mas é claro que, esquecer o que aconteceu, a gente nunca esquece.”

Venho de uma família de militares, tive uma educação quase reacionária. Nasci e fui criada no Rio de Janeiro. Tenho duas irmãs, a gente freqüentava as festas do Clube Militar. Um dia minha mãe leu no jornal a notícia sobre um curso de preparação para o concurso dos Correios, que eu ia fazer. O curso funcionava na sede do antigo Partido Socialista Brasileiro, o professor de geografia era bonito e falante. Depois de uma aula entrei no elevador ao lado dele e limpei o pó de giz no seu ombro. Dias depois começamos a namorar. A notícia correu: ‘Thereza está namorando um comunista’. Meu namorado, José Maria Rabêlo, era membro do Partido Socialista. Mas, com jeitinho, convencemos a família de que

“Fui para o exílio com sete filhos”

isso não seria um problema.

Namoramos quase dois anos e nos casamos em março de 1952. A igreja ficou dividida: de um lado, os militares com fardas de gala; do outro, os amigos do Zé Maria. Mas na festa, na casa dos meus pais, teve até clima de confraternização. Uma de minhas amigas saiu dizendo: ‘Esses comunistas amigos da Thereza são até simpáticos’.

Já tínhamos dois filhos, Álvaro e Pedro, quando deixamos o Rio para morar em Belo Horizonte. Zé Maria é mineiro, tinha trabalhado em alguns jornais de lá. Brinco que a cidade foi meu primeiro exílio. Estranhei o conservadorismo, o jeito fechado das pessoas, tão diferente do Rio. Um dia olhei as montanhas e senti um aperto no coração. Tive essa sensação outras vezes no exílio, parecia uma premonição. Era o início de uma vida intensa ao lado do Zé Maria. Ele dirigia o jornal ‘Binômio’, considerado um dos precursores da imprensa alternativa no Brasil. Com humor e coragem o jornal agitava Belo Horizonte com reportagens que enfrentavam os poderosos.

Nesses anos em Belo Horizonte, tivemos mais cinco filhos: Mônica, Patrícia, Hélio, Fernando e Ricardo. Eu e Zé Maria adoramos crianças. Não era um plano ter tantas, mas elas foram bem-vindas. Eu trabalhava na tesouraria dos Correios, cuidava da meninada e vivia a tensão que cercava o ‘Binômio’. Às vésperas do golpe de 64, o jornal

vivia recebendo ameaças. Em meados de fevereiro, um mês antes do golpe (em 31 de março), ouvi pelo rádio a notícia de uma manifestação nas ruas. O locutor anunciou a presença de vários líderes da esquerda, entre eles ‘o diretor do ‘Binômio’, José Maria Rabêlo’. Em seguida ouvi uma explosão, a transmissão foi interrompida. Cerca de 200 ficaram feridos. Meu marido não sofreu nada, mas fiquei desesperada. Eu me imaginava sozinha com os meninos. Na época, o mais velho tinha 10 anos e o caçula engatinhava.

A sede do ‘Binômio’ foi depredada, Zé Maria teve de se esconder. Peguei meus filhos e fui para o Rio num carro dirigido por um motorista do jornal. Sem notícias do meu marido, espalhei as crianças em casas de parentes. Um dia recebi um aviso de que Zé Maria estava na embaixada da Bolívia esperando o salvo-conduto para poder viajar para lá. Eu ia diariamente à embaixada e levava alguns de nossos filhos. No dia 3 de julho de 1964, ele partiu para o exílio no mesmo grupo do José Serra *lex-ministro da Saúde, no governo Fernando Henrique*, que era presidente da União Nacional dos Estudantes. O aeroporto Santos Dumont estava cercado por militares. Eu e os meninos tivemos pouco tempo para nos despedir. A imagem que ficou foi a de uma foto belíssima dos filhos abraçando os pais, publicada no ‘Jornal do Brasil’.

Com medo de perder meu emprego, voltei para Belo Horizonte com a meninada. Meu salário não dava para sustentar a família. Fui vendendo tudo na bacia das almas: as máquinas do jornal, as coisas da casa, um terreno. A sorte é que tive inúmeras manifestações de solidariedade. Minha mãe deixou o Rio para morar comigo, a família do Zé Maria me apoiava. Quando as crianças perguntavam pelo pai, eu dizia que ele voltaria logo, não deixava a peteca cair. Um dia um amigo do Hélio disse a ele: 'Seu pai está exilado porque roubou a carteira de um general'. Hélio respondeu: 'Meu pai está exilado porque é comunista'. Eles sempre tiveram muito orgulho do Zé Maria. No primeiro Dia dos Pais depois do golpe, a revista 'O Cruzeiro' publicou uma reportagem com o título 'Nossa vida sem papai', mostrando as famílias dos exilados. Lá estava a minha foto cercada pelos filhos.

Zé Maria começou a trabalhar em um jornal em La Paz. Ele me pediu para ir encontrá-lo, para a gente alugar uma casa e só depois levar as crianças. Comemorei com elas em um parque, com sanduíches e Coca-Cola. Deixei os sete com minha mãe e viajei. A Bolívia vivia um momento complicado, com greves e ameaça de golpe militar. Foi só a gente começar a procurar a casa que começaram os disparos nas ruas. Um golpe derrubou o presidente Victor Paz Estenssoro e uma junta militar assumiu o poder. O sonho de reunir a família teve de ser adiado. Zé Maria tinha que ir embora porque o jornal em que trabalhava apoiava o presidente deposto. Fugiu para o Chile, país que acolheu muitos brasileiros. Voltei para Belo Horizonte e passei quase um ano sem saber o que seria de nós, até que recebi um recado do Zé Maria pedindo para eu prepa-

rar a mudança para Santiago.

Era dezembro de 1965. Senti um aperto no coração, o meu exílio iria começar. No avião que me levou a Santiago, meus filhos, lourinhos, chamavam a atenção. Os três mais novos ainda tomavam mamadeira, os mais velhos me ajudavam com os pequenos. O reencontro com o Zé Maria foi emocionante. Ele trabalhava numa instituição internacional voltada para questões sociais e recebia um salário que dava para manter a família. Alugou uma casa branca com jardim e quintal. Ali estavam plantados pés de avelãs, pêras, damascos, maçãs e tinha um riacho com águas que desciam da Cordilheira dos Andes. É impossível esquecer a emoção que senti ao entrar na nossa casa. Zé Maria espalhou flores em todos os cômodos e num quarto grande colocou as sete camas dos filhos. Sob o meu travesseiro encontrei um poema que ele fez: 'Nada nos separará/Nem o céu, nem a terra/Ou a fúria dos vendavais/... Nem as armadilhas do caminho/Ou o ódio dos generais'.

Foi um tempo feliz. Os meninos brincavam na rua, eu tinha mais tempo para eles e adorava passar horas olhando as mudanças de cor da cordilheira, que ia do branco ao rosa. Ali, tivemos um Natal inesquecível quando meu filho Pedro, o Didi, encontrou um tesouro escondido no sótão da casa. Eram caixas de brinquedos fantásticos, usados e cobertos de pó. Lá do alto, com uma corda nas mãos, ele descia os brinquedos para os irmãos, que olhavam maravilhados. Depois disso passamos a acreditar que Papai Noel existe.

No Chile tivemos também nosso batismo de fogo com os terremotos. Foi numa noite em que o Zé Maria e eu voltávamos de uma reunião de exilados em uma das casas do poeta Pablo Neruda, ouvi

No Chile, meu marido alugou uma casa branca com jardim e quintal. Para nos receber, espalhou flores em todos os cômodos e num quarto grande colocou as sete camas dos filhos. Sob o meu travesseiro, encontrei um poema

um barulho ensurdecedor, que vinha do fundo da terra. Zé Maria estacionou o carro para não perder o controle da direção, as luzes se apagaram, eu ouvia gritos. Dezenas de pessoas morreram, milhares ficaram feridas. Felizmente nada aconteceu com meus meninos e com minha mãe, que estava passando uma temporada em Santiago.

O Brasil foi ficando distante. Durante a ditadura, amigos e parentes tinham medo de manter contato com exilados. Isso fez com que a gente se apegasse muito ao Chile. Zé Maria organizou uma rede de livrarias especializadas em ciências sociais. Eu trabalhava na parte administrativa. Acompanhamos a campanha do presidente Salvador Allende, eleito em 1970. Vimos também como foi armada a conspiração contra o governo. A direita sumia com remédios e alimentos para provocar uma crise de abastecimento. Em três anos, Allende foi deposto pelo general Augusto Pinochet. Foi uma das coisas mais violentas que vivi. Caminhões passavam levando corpos mutilados. Só havia o medo e o horror das perseguições.

Nessa época envelheci muitos anos. O Zé Maria estava na lista dos perseguidos e, como não conseguiram pegá-lo, prenderam meu segundo filho, o Didi, que estava com 20 anos e estudava Belas Artes. Eu acordava de madrugada, ouvia rajadas de metralhadoras e pensava que meu filho poderia estar sendo fuzilado. Um dia recebi um bilhete dele com um auto-retrato que ele desenhou e até hoje me faz chorar: 'Mãe, te mando esta caricatura minha para que você possa ficar perto de mim, mas não chore, porque você é a mãe mais valente que vi em minha vida'.

Eu falo nisso e me emociono. Meu filho mais velho, o Dudu, era integrante do Parti-

EU, LEITORA

do Socialista e ficou com o Zé Maria na embaixada do Panamá, que recebeu mais de 200 pessoas. Fiquei sozinha com as cinco crianças que restaram e sentia muito medo. Uma de minhas irmãs mandou passagens para a gente voltar para o Brasil, mas nosso visto estava vencido. Eu ficava com as crianças na embaixada do Brasil à espera do visto. Era o único lugar em que me sentia um pouco segura. Pensava que teria ajuda ali, mas eles só me enrolavam.

Fiquei seis dias nessa agonia e, desesperada, disse ao embaixador: 'Eu fico no Chile e peço que o senhor deixe meus filhos voltarem'. Não adiantou. Saí da minha casa com a roupa do corpo e fui com as crianças para um refúgio das Nações Unidas. Foi o pior momento. A gente tinha comida e agasalhos, mas as noites eram terríveis. Eu não conseguia dormir, minha cabeça não parava de pensar: 'O que será de nós?'

Zé Maria e Dudu conseguiram o salvo-conduto. Didi saiu da prisão depois de quase três meses de violência. Não tinha o dente da frente, passou por pancadarias, ameaças de morte. Chegou a ser levado para o paredão de fuzilamento, ordenaram a um pelotão para tomar a posição de tiro. Gritaram: 'Apuntar! Fuego!'. Era uma simulação para abalá-lo psicologicamente. E ele tinha só 20 anos.

No dia 26 de janeiro de 1974, o pesadelo terminou. O Chile que eu tanto amei e amo tinha se tornado um inferno. Depois de oito anos naquele país, fomos com outros exilados para Paris. Da janela do avião, achei Paris linda e um desafio para a minha força, que andava exaurida. Fomos para um abrigo no sul da cidade, num lugar chamado Choisy-le-Roi. Pouco tempo depois nos transferiram para Clichy, um reduto eleitoral dos partidos de esquerda, onde moravam imigrantes portugueses e africanos.

Eu e Zé Maria tínhamos muito o que fazer. Era preciso procurar trabalho e colocar as crianças na escola. As meninas já eram adolescentes, com 17 e 15 anos, e Ricardo, o caçula, tinha 11 anos. Eles estranharam as escolas francesas, rígidas, mas aprenderam francês rapidinho e até corrigiam a pronúncia do pai. Nos fins de semana, a gente ia a igrejas, museus e exposições.

O Zé Maria começou a trabalhar na Livraria Portuguesa, fundada por Mário Soares, o ex-presidente de Portugal, que na época estava exilado em Paris. Depois passou a procurar sócios para uma livraria que divulgasse a cultura latino-americana na Europa. Foi um sucesso. A Livraria Centro dos Países de Língua Espanhola e Portuguesa ficava na Rue des Ecoles, no bairro Quartier Latin, e era considerada uma das melhores livrarias estrangeiras de Paris. Isto numa cidade cheia de livrarias. Eu trabalhava na administração e o Zé Maria dizia que eu era a 'loura do caixa'.

Passavam pela livraria muitos brasileiros, exilados ou não. Gente como Fernando Gabeira, Ziraldo, Henfil, Brizola e muitos outros. Nosso apartamento em Massy, no sudoeste de Paris, era um ponto de encontro e uma Torre de Babel. Tínhamos amigos franceses, chilenos, portugueses. A feijoada lá de casa era famosa. Um dia, escutando um disco do carnaval brasileiro, me dei conta de que não conhecia nenhuma das músicas. Percebi, então, que eu estava há muito tempo fora do Brasil.

Nossos amigos já falavam em voltar por causa da abertura política. Eu e Zé Maria não sabíamos se era a hora ou não, nossos filhos tinham criado raízes na França. Também ficávamos preocupados em perder os direitos sociais que se têm na França. Tenho uma foto em que estou com a cabeça encostada no ombro do Zé Maria, é uma imagem bonita e

E Em Paris, nosso apartamento era um ponto de encontro de exilados. Um dia, ouvindo um disco de carnaval, me dei conta de que não conhecia nenhuma das músicas. Percebi, então, que estava há muito tempo fora do Brasil

muito importante para mim. Nesse dia estávamos confusos sem saber o que fazer. Pouco depois decidimos voltar, com os três filhos mais novos. Os outros preferiram ficar em Paris. Eles tinham amigos, Patrícia estava terminando o curso de Letras na Sorbonne. Álvaro acabou se casando com uma francesa, Pedro com uma colombiana e Mônica com um exilado brasileiro.

Estamos em Belo Horizonte desde 1979. O tempo passa rápido. Tenho 11 netos lindos, que são a minha alegria. Meus três filhos mais velhos agora moram em BH. Dudu trabalha com cinema e Didi, o que passou pela tortura, é artista plástico. Ele não ficou com seqüelas, mas é claro que nunca esqueceu. Hélio trabalha com turismo. Mônica mora em Florianópolis, tem um empório de vinhos. Patrícia e os dois mais novos vivem no Rio. Ela trabalha com meio ambiente, Fernando é fotógrafo, e Ricardo, o caçula, de 41 anos, edita um jornal alternativo, o 'Bafafá'.

Zé Maria e eu estamos às voltas com a edição de livros de ciências sociais. O nome da nossa editora é Barlavento, uma palavra bonita e leve, um termo náutico que quer dizer 'o lado em que toca o vento'. Pensando agora, vejo que isso tem alguma coisa a ver comigo. Fui tocando a minha vida de um país ao outro sem carregar ressentimentos. Não me considero corajosa. Mas, pela minha família, sou capaz de tudo." ■

Depoimento a Rosângela Guerra

VOCÊ TAMBÉM TEM UMA LATA EM CASA?
EMOCIONANTE PARA CONTAR? ESCREVA
PARA A REVISTA MARIE CLAIRE, "EU,
LEITORA", AVENIDA JAGUARÉ, 1.485/
1.487, JAGUARÉ, SÃO PAULO, SP, CEP
05346-902. OU ENVIE UM E-MAIL
PARA euileitora@edglobo.com.br. MAN-
DE ENDEREÇO E TELEFONE. SÓ PUBLI-
CAMOS HISTÓRIAS VERÍDICAS, DE-
POIS DE CONFIRMADAS. SE POR NE-
CESSÁRIO, OMITIREMOS SEU NOME.



**Excetuando as crianças, as 40
pessoas desse grupo foram banidas do
Brasil e jamais poderão retornar**

Além de Edmauro Guerra, só identificado à última hora através do nome de guerra *Jairo*, foram os seguintes os outros 39 que seguiram para a Argélia: Osvaldo Soares, José Lavecchia, Flávio de Sousa, Jeová Assis Gomes, Melquíades Ponciano da Costa, Ronaldo Dutra Machado, Marco Antônio Azevedo Méier, Carlos Eduardo Faial de Lira.

Anexo O: Fonte: Excetuando as crianças, as 40 pessoas desse grupo foram banidas do Brasil e jamais poderão retornar. *Jornal do Brasil*. 11 jun. 1995.

No país do futebol, o seqüestro do embaixador alemão

Troca de presos por diplomata faz 25 anos

As 19h40 do dia 11 de junho de 1970, na exatamente 25 anos, pouco depois de o Mercedes-Benz do embaixador da Alemanha, Ehrenfried Von Holleben, entrar na rua Cândido Mendes, no bairro da Glória, um tiro apagou a lâmpada do poste em frente ao prédio de número 383. A rua estava praticamente deserta, pois era hora de Ingresso x Tchecoslováquia, times da chave do Brasil na Copa do Mundo. Todos assistiam ao jogo pela TV, pois pela primeira

vez o país acompanhava uma copa ao vivo e a cores. O carro do embaixador foi interceptado e um segurança baleado.

— Meu carro foi fechado por uma picape e começou o tiro. Tiram o embaixador e quando olhei para o lado vi o Irlando (o agente federal Irlandês de Souza Réis, morto na ocasião), sangrando — disse, depois, Marinho Hütel, motorista de Von Holleben. Vivase o Governo do general Médici, o mais duro entre todos do regime militar. Porém o futebol — mais do que os atos do Governo ou as ações dos grupos armados de oposição — era o assunto do momento. O Brasil vivia em clima de Copa, tal como foi depois re-

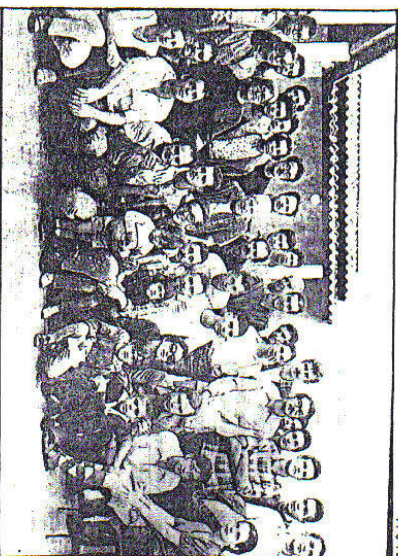
tratado no filme "Pra frente Brasil", de Roberto Farias. O time brasileiro, em busca do tricampeonato, era apontado como um dos favoritos. Até o general-presidente fazia questão de se deixar fotografar acompanhando a seleção.

Alguns presos políticos na época lembram que, não só pelo interesse na Copa, esperavam ansiosamente os jogos do Brasil. E que aí, igual ao que se fazia em todo o país, os torturadores também se postavam diante dos aparelhos de TV.

O seqüestro do embaixador alemão foi realizada pelo grupo denominado Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e comandado pelo ex-capitão Car-

los Lamarcia. Pelo embaixador foram trocados 40 presos políticos, enviados para a Argélia. Entre eles, o velho dirigente comunista e herói da resistência francesa Apolônio de Carvalho e os atuais deputados Fernando Gabeira e Carlos Minc.

O seqüestro de Von Holleben foi o terceiro do gênero no país. Antes, foram sido seqüestrados o embaixador americano — em setembro de 1969, trocado por 15 presos — e o conselheiro japonês em São Paulo — em fevereiro de 1970, quando foram libertados cinco prisioneiros. Haveria um quarto seqüestro, o do embaixador suíço, em novembro do mesmo ano, trocado por 70 presos.



Os quarenta presos trocados pelo embaixador, reunidos no Galeão

14-8-70

Ficaria imensamente gratos se pudessem publicar em "

A OPINIÃO DOS LEITORES

Com respeito ao artigo "Mais uma vítima do novo "capo", publicado pelo JB em 26/abril/1994, no qual o "Capitão" Guimarães, é denunciado de novo por torturar presos, gostaria de esclarecer o seguinte:

Existem curvas na vida da gente que marcam para sempre. Acredito que a geração de hoje será marcada pela curva ~~em~~ Tamburello. Daqui a uns 25 anos será lembrada.... Ela sempre voltará a tona....

Mas, em 1969 eu estava preso no quartel da PE da Vila Militar em Deodoro.

Sonhávamos com uma sociedade mais justa, humana, igualitária. Esta era a reta de nossa vida. A prisão foi a "curva".~~xxxxxxxxxxxx~~

Fui levado para o DOPS da Rua da Relação. Depois para a Ilha Grande, e, em fins de junho-início julho/1969 para a Pe da Vila Militar.

Lá chegando junto com Fausto Machado Freire, fomos levados a uma sala, por um pelotão de soldados comandado pelo Tenente "Ailton".

Tiraram nossas roupas (como no filme "A Lista de Schindler"), e, fomos barbaramente torturados. Eram mais de 15 militares que nos moeram de torturas.

Fomos atirados numa cela, onde ainda jogaram água. (Lembre-se que estávamos no inverno).

Minhas denúncias de torturas constam do chamado "Manifesto de Linhares", e, foram prestadas ainda na 3ª Auditoria da 1ª Região Militar; na 1ª Auditoria da Aeronáutica e no Conselho Permanente de Justiça da IV Região Militar.

Nos batiam gritando "que eramos comunistas", "Ladrões", "Corruptos", "que queríamos destruir o Brasil", "Ateus", etc...etc...

No artigo voces escreveram "Marco Antônio Meyer conta que o tenente "levava um garoto, de cerca de 10 anos, que apresentava como seu sobrinho, de nome

A verdade não é bem a que vocês relataram. É muito mais trágica:

O Tenente Ailton, levou o sobrinho, de nome Amílcar, fardado (isto mesmo fardado de quepe e tudo), e, deu-lhe lições de torturas e como torturar. Aulas teóricas e práticas.

Vejo como se fôsse hoje. Estava preso no X-1 (Xadrez UM), havia um cobertor cobrindo a porta gradeada. Abaixei-me e vi por uma fresta:

O Tenente Ailton, o Sargento Maggessi, o Capitão João Luiz, torturavam um rapaz negro, forte de uns 22 anos. Vim a saber, posteriormente, que ele tinha sido preso após golpear um recruta do Exército, numa Estação de Trens.

O Tenente Ailton apanha a máquina de choques (telefone de campanha), e, chama o menino fardado de soldadinho do exército brasileiro. Manda ele rodar a manivela.

-"Mais rápido" (gritava o tenente Ailton).

O negro caía. Gritava. A criança ria. Os militares riam...

Depois golpearam o negro com placas de sinalização, quase rompendo a cabeça do pobre rapaz.

Recordo-me mais: O Tenente Ailton gritava, ao golpear com as placas:

-"Preto FDP, fala...." "Vou te matar de porrada", "Preto nojento"....

-"Porque voce agrediu o rapaz..." "Jura que nunca mais vai fazer isto..."

Fiquei mais de 6 meses naquele inferno da PE da Vila Militar. Vi mais de 200 brasileiros serem torturados. Tres foram assassinados (entre eles Severino de Viana Colon). Presenciei duas tentativas de suicídio: Angelo Pezzutti e Carlos Minc Baumfeld.

Os militares, desde o comandante do inquerito Cel. Ari Pereira de Carvalho até aos cabos, em sua maioria foram expulsos do Exército. Sabe porque?

Por serem ladrões. Isto mesmo ladrões. Fazim igualzinho como em Chicago nos anos 30. Assaltavam contrabandistas. Foram denunciados pelo promotor Manes Leitão, de "mediante emprego de armamentos do Exército e outros matérias bélicas(...) roubavam mercadorias contrabandeadas a fim de auferir vantagens indevidas....

São eles: Capitães: Ailton Guimarães Jorge (condecorado com a medalha do Pacificador); Luiz Fernandes de Brito e Ailton Joaquim. E mais: Sub-Tenente Wallace Andriatta Maggessi; Segundo sargento Euler Moreira Moraes, Segundo sargento Walter da Silva Rangel; segundo-sargento José Carlos Oliveira dos Santos, e, e o terceiro-sargento : Paulo

Roberto de Andrade e o cabo Antônio José Soares.

Como comerciante e receptador aparece Marco Antônio Povoreli, que na verdade era também (em 1969) cabo e vice campeão de judô do Exército. Costumava torturador. Ganhava propinas cobrando duplicatas e cheques sem fundos. Gabava ao afirmar "quando eu mostrava a carteirinha de S-2 (Serviço Secreto Exército) o devedor se mijava todo".

O Cel. Ari Pereira de Carvalho, o comandante do inquerito, ~~que~~ seguramente foi o intelectual das "aulas de torturas" para os "meninos do Burnier" (então o comandante da Aeronáutica).

Ari Pereira de Carvalho, junto com o Nilton Cruz, estão envolvidos na morte do jornalista Baumgarten, que reeditou a revista "O Cruzeiro", como porta-voz da direita. Totalmente financiado pelo dinheiro das estatais e das empreiteiras que mamaram durante a ditadura militar (entre elas a Mendes Junier).

Como o mundo é cheio de curvas.

Hoje, eu sou um micro-empresário que paga impostos. Os militares (a sua maioria) que me torturaram acusando-me de "Ladrão", "Comunista", etc...etc... foram expulsos do Exército como "ladrões". E, hoje, estão envolvidos com o jogo ilegal, o contrabando de armas, o narcotráfico, etc...etc....

Caso patente é o "Capitão" Guimarães e seu bando.

Marco Antônio Povoreli

CARTA ABERTA

Aposentado se Deus quiser

Foi assim. Meu avô paterno, Wilhem Meyer, emigrou da Alemanha sonhando construir sua vida no Brasil. Tinha como destino o porto de Florianópolis, em Santa Catarina. No meio do caminho, foi convencido por um amigo a mudar de rota. Ficou em Vitória, no Espírito Santo. Fundou, ali, uma fábrica de balas – a Garoto – e semeou escolas onde os filhos de alemães aprendiam o idioma dos pais.

Do lado materno, meu avô veio de Trás-os-Montes – Braga, no Norte de Portugal – para São João del-Rei. Comerciante, fez nome. Fundou a Academia de Comércio e abriu uma das melhores lojas de ferragens da região, a Casa Crystal. Teve a visão antecipada do avanço da eletricidade: importou geradores e montou uma Usina de Força e Luz nas quedas do Rio Carandá, que abastecia as cidades de Prados, Rezende Costa, Tiradentes, Coronel Xavier e outras.

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, as colônias alemã e italiana sofreram barbaridades. Meu avô Wilhem tinha uma chácara em Santa Teresa, Vila Velha (ES). Multidões postavam-se ali e gritavam: "Morte ao alemão". As poucas vacas que tinha foram carneadas. As criações, a horta, tudo foi destruído. Não resistiu: um infarto levou-o à morte. Hoje Wilhem é nome de rua em Vila Velha.

Já o avô Manuel viu a sua Usina de Força e Luz ser encampada pela Cemig. Os herdeiros foram indenizados com as moedas podres da época, a preço de ferro velho.

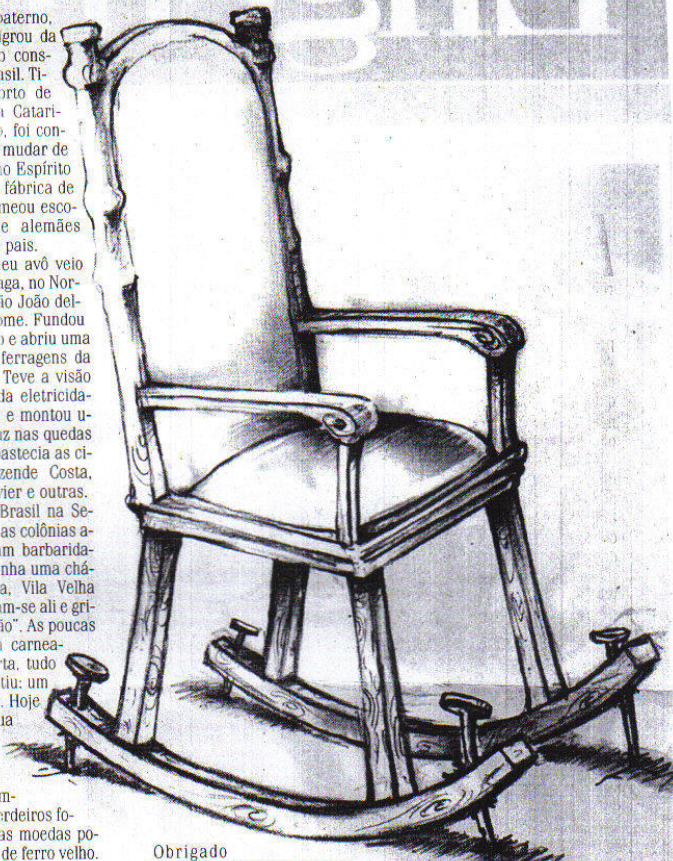
No final da guerra, meu pai, Guilherme, teve de sair de São João del-Rei às pressas. Conta-se, à boca miúda, que fazia propaganda da Alemanha nazista, onde tinha estado em 1936, durante as Olimpíadas. Minha família, então, enfrentou a maratona e mudou-se para Belo Horizonte. Minha mãe estava grávida de seu quarto filho. Entre trancos e solavancos, nasci na capital, em 1944.

O avô Manuel financiou a abertura de uma loja de ferragens para meu pai, a Casa Capixaba. A loja expandiu-se, abrindo filiais na Rua Curitiba e na esquina de São Paulo com Carijós.

Início de 1950. A conjuntura econômica já se mostrava como o vento: mudava a todo instante. Com a interrupção das importações, as lojas de meu pai entraram em concordata. Tudo foi leiloado para pagar dívidas.

Tal estado de coisas teve impacto muito grande na família: meu pai adoeceu. Apareceu-lhe um tumor nos pulmões. Para se tratar, viajou a São Paulo e, depois, à Alemanha.

Voltou recuperado. Conseguiu empregar-se como Diretor Comercial da RCA, uma fábrica de válvulas e televisores. Recolhia o INSS sobre o teto máximo (se não me engano, 15 salários, na época). A doença recidivou. De volta à Alemanha, morreu e foi enterrado lá. Não se aposentou.



Obrigado a trabalhar, abandonei os estudos. Feirante, vendedor de chocolate, ambulante, faturista, datilógrafo, chefe de pessoal, tesoureiro, caixa de Banco e, finalmente, microempresário. Abri com um irmão uma fábrica de chocolates.

1964-1968: semente da ditadura – ditadura completa. Por detestar ditaduras, empolguei-me com as lutas estudantis. Depois de sofrer um atentado à bala, transfiri-me para o Rio de Janeiro, onde fui preso. Cadeia de 1 ano e 3 meses.

Banido em troca do embaixador alemão, fui para a Argélia. No exílio fiquei 10 anos, lutando. Trabalhei como radialista, faxineiro, padeiro, auxiliar de restaurante, gráfico, professor de português... Ufa! Enfim, trabalhos. Em 1980, retornei ao Brasil.

Trabalhei com os irmãos até 1987, quando adquiri uma pequena editora de livros para crianças. Com a chegada de Fernando Henrique Cardoso, aposentado pela ditadura e também encapuzado e sob ameaça de tortura, imaginei que as coisas iriam andar.

Meus companheiros de militância política, que tinham trabalhado em empresas governamentais de âmbito federal, estadual e/ou municipal já tinham se aposentado. Alguns com os salários retroativos.

Aprovada a lei de aposentadoria

especial para os anistiados, imaginei que, se contasse o tempo em que trabalhei no exílio, poderia me aposentar. Entrei na luta.

Escrevi ao ministro Reinhold Stephanes. Sujeito de sorte: aposentou-se aos 48 anos, com um salário e tanto. Ministro da Previdência, sai na revista Caras. Férias com vara de pescar, tarrafas e um peixeão para a foto: clique!

Há mais de 700 dias meus papéis estavam numa Comissão Especial de Anistia criada por um decreto de maio de 1995, sucedânea de outra comissão criada em agosto de 1993. A Comissão negou-me o direito de me aposentar sob o argumento de que "era empresário" na época, não líder de classe.

Outro dia, vi na televisão um expacinho recebendo uma bolada de R\$ 154 mil num único mês; um jornalista levou R\$ 45 mil. Os juizes, desembargadores, vogais, deputados, vereadores, funcionários... todos se aposentam com salário integral.

Faz sol em Belo Horizonte. Trabalho. Ironia é que fui acusado de atentar contra a família e a propriedade privada.

Marco Antônio Meyer,
Belo Horizonte

Entrevista: Marco Antônio Meyer

Jornal "O GLOBO"
23/Fevereiro "2003

(59 anos, editor, Ex-militante do Colina, preso em 1969, testemunhou a famosa aula de tortura do tenente Altton na Vila Militar, no Rio de Janeiro. Foi banido em 1970 e regressou ao Brasil em 1979. Signatário do processo 46.010.001769/95, no qual requer uma pensão pelos males que a ditadura lhe fez.)

— O senhor viveu como refugiado na Suécia e daqui a seis anos terá direito a requerer uma aposentadoria ao governo sueco. Em compensação, o seu direito ainda não foi reconhecido no Brasil. O que há de errado com as aposentadorias das vítimas da ditadura?

— Desor dem ganância e privilégios. Acho que essas aposentadorias deveriam ter um limite. É inconcebível que num país com tantos pobres uma pessoa receba uma aposentadoria de R\$ 10 mil mensais. Ou que outra seja aposentada pela universidade onde lecionou, pela Câmara e pela Justiça. Acho errado o presidente acumular seu salário com os R\$ 2.900 de sua aposentadoria como amistiado. Minha mãe, viúva de comerciante, recebia R\$ 112 mensais. Essas pensões deveriam ter um teto. Digamos R\$ 2.500. As indenizações já têm. Teve gente que deu o dinheiro para a Pastoral da Criança. Propunho o teto e

o desestimei à cumulatividade. O governo deve atender primeiro a quem precisa mais, quem reivindica quantias pequenas, coisa de meios de mil reais mensais. Teve gente que passou à frente na fila e gente, como eu, que foi punido bobamente. Era microempresário quando fui preso. Tinha sido bancário. Fui tesoureiro de banco e participei de três assaltos a agências, coisas da milhãncia.

— Negaram-me a aposentadoria porque, como microempresário, não teria direito. Sou uma pessoa que a ditadura prendeu e baniu, como ao ministro José Dirceu, cujo processo já tramitou.



— O que o Planalto poderia fazer para resolver esses casos?

— Antes vamos deixar uma coisa clara: Fernando Henrique Cardoso deixou uma bomba de efeito

retardado. Entre 2001 e 2002 os tribunais julgaram 453 processos. Nos últimos dois meses de governo, aprovaram 2.285 casos. Fizeram barretada com o chapéu pedindo indenização de R\$ 1,5 milhão.

Tem gente pedindo aposentadoria de acordo com uma projeção do que seria sua carreira. Eu era tesoureiro do Bamerindus. Faz sentido querer me aposentar como diretor do HSBC? Fiz papéis radicais na vida, mas nunca fiz papéis radicais. Há centenas de pobres trabalhadores que foram perseguidos e ainda não conseguiram receber seus direitos porque não conseguem advogados. Não têm um bom lobby. É essa gente que deve ser atendida.

— Como é a sua pensão sueca?

— Quando fui banido deixaram-me na Argélia. De lá fui para a Suécia. Foram para lá, como refugiados, uns 200 brasileiros, inclusive Fernando Gabeira, que nas férias era motorista de metrô em Estocolmo. Alguns já eram idosos. A esses, uns dez ou 20, o governo deu uma pensão. Na época era de US\$ 850 dólares. Casei com uma sueca e meu filho nasceu na Suécia. Quando completar 65 anos, poderéi requerer uma pensão. Ela deve estar em torno dos US\$ 200. Poderia ter a cidadania sueca e, com isso, uma pensão cinco vezes maior. Parece generosidade do Estado, mas não é. Lá ninguém se aposenta com 40 anos, nem com US\$ 10 mil por mês. Essas coisas só acontecem no Brasil.

Coluna jornalista Elio Gaspari

Carlos Hungria



Marco Antônio diz que recorrerá à Justiça para reaver a máquina

Ex-exilado tenta reaver máquina que foi a leilão

Depois de 10 anos no exílio, Marco Antônio Azevedo Meyer, mineiro, 38 anos, arruma sua bagagem e volta ao Brasil em 1980, trazendo lembranças, uma câmera e uma máquina gráfica offset com a qual trabalhou seis anos e meio na Suécia, uma "medalha por serviços prestados" da empresa All Foto. Mas a offset ficou presa na Alfândega.

Ontem, três anos após tentar recuperar a máquina que segundo ele, foi isenta de qualquer taxa de importação, Marco Antônio entrou no Ministério da Fazenda, sala 718, e entregou ao fiscal da Receita Federal, Fernando Matoso Forte, sua proposta simbólica na concorrência, uma espécie de leilão. Um envelope contendo Cr\$ 1 e a seguinte explicação: "Como a entrada no país da máquina gráfica em questão foi permitida pelas autoridades brasileiras na Suécia, venho solicitar justiça uma vez que a mesma me pertence."

"Gostaria que o senhor aceitasse a minha proposta simbólica, uma vez que o Governo está leiloando minha propriedade", disse o ex-exilado. Mas o presidente da Comissão de Licitação, Maia Forte, respondeu: "O senhor não está inscrito. Essa concorrência é para pessoas jurídicas e não físicas."

História

Marco Antônio de Azevedo Meyer, estudante, mineiro, foi preso em janeiro de 69. Pertencia ao grupo Comando de Libertação Nacional (Colina), dissidente do POLOP Política Operária Independente. Foi um dos 40 presos políticos libertados em troca do Embaixador da Alemanha Ocidental, Von Holleben, seqüestrado em julho de 1970. Banido do país, se exilou no Chile, seguindo para a Suécia no mesmo ano, onde residiu durante 10 anos.

Na Suécia, fez um curso e trabalhou como gráfico numa firma durante seis anos e meio. Quando pensou em voltar ao Brasil, foi à Embaixada brasileira e em seu passaporte, o vice-cônsul, Adalardo Nunciato Santiago, autorizou a entrada no país, com isenção de impostos de importação, sua lista de bens e a bagagem acompanhada e desacompanhada.

— Só pode ser por questões políticas que eles apreenderam minha máquina. Primeiro disseram que havia sido extraviada, depois que ela não poderia ser liberada sem o pagamento da taxa de importação. São quase três anos que a procuro e nada consigo — disse Marco Antônio.

Vendida no lote de número 23 da licitação realizada ontem, no Ministério da Fazenda, junto com mais de duzentos quilos de um pó branco químico, a máquina foi arrematada pela firma HB Comércio de Máquinas Ltda., por Cr\$ 2 milhões 685 mil. Quando ouviu o valor, o mineiro riu e comentou: "Esse pó deve valer muito dinheiro."

Em seguida o chefe da Divisão de Atividades Especiais da Superintendência da Receita Federal, Expedito Neme, consultou o processo e afirmou que ele poderá impetrar um mandado de segurança e impedir a entrega. Marco Antônio tem oito dias para isso, mas o comprador pode também recorrer à Justiça.

Meyer não pretende desistir e a firma "já vim 17 vezes ao Rio em busca dessa máquina e vou recorrer porque acredito na Justiça." A impressora vale aproximadamente, segundo ele, Cr\$ 600 mil. Caso ganhe a questão, Marco poderá ter que pagar uma taxa de depósito por tempo de estocagem da mercadoria, mais de Cr\$ 2 milhões.

JORNAL DO BRASIL

AOS AMIGOS DO PODER, ANISTIA

O processo nº 2003.01.22782, do companheiro Jair Meneguelli (ex-presidente da CUT e atual presidente do conselho de administração do Senai), foi protocolado na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça no dia 14 de agosto passado e deferido a jato, apenas dois meses e meio depois, a 3 de novembro. Idosos, doentes e desempregados anônimos, que registraram seus processos em 2001 e 2002, temem ser amistiados no além.

CARLOS HEITOR CONY

Indenizações

RIO DE JANEIRO - O deputado José Genoíno declarou ter desistido da indenização que havia postulado à Comissão de Anistia. Ficou sabendo que receberia R\$ 60 mil, o que é pouco para quem lutou na guerrilha do Araguaia.

É se a indenização fosse maior? Daria tudo para o Fome Zero, o Bolsa-Família? Acredito que sim. Por essas e outras, sempre admirei Zé Genoíno.

A viúva de um deputado, dos melhores de nossa história parlamentar, assassinado pela repressão, declarou na mesma ocasião que aceitará a indenização financeira, não mais para ela, mas para os filhos, como "reparação moral" pelo criminoso desaparecimento de seu marido.

Tanto a declaração de Zé Genoíno como a da viúva do deputado foram publicadas no "Estadão" da última terça-feira, em extensa matéria sobre o assunto. Onde também se lê que um outro postulante sofreu o diabo, sendo obrigado a apresentar um "rosário" de documentos à Comissão de Anistia: o RG, o CPF, o título de elei-

tor, o atestado de residência, a certidão de óbito do parente assassinado.

A reparação moral que a viúva pediu não será feita com uma comenda, um nome de rua, escola ou fundação. Ela nada postulou para si, mas para a prole, a qual deverá receber, diz ela, o equivalente a 350 salários mínimos para cada um de seus cinco filhos. Uma reparação moral superior à reparação, também moral e financeira, do Zé Genoíno, que, em boa hora, ele mandou "engavetar".

Donde se conclui: quem examina os processos e estabelece o valor das indenizações não é o postulante, mas a lei que a Comissão da Anistia cumpre e o ministro da Justiça executa. E, para qualquer solicitação, seja de indenização moral ou não, seja para pedir um passaporte ou um cadastro bancário, o postulante tem de provar, inicialmente, que existe. E informar onde pode ser encontrado.

E depois juntar uma porrada de documentos, sentenças e fotos que a Comissão investigará para conceder ou negar a indenização.



“Uma Biografia na História

Escultor, sociólogo, ex-aluno de pintura de Guignard em Belo Horizonte, Guido Rocha morou em Genebra, depois de passar por experiências alucinantes, como ser preso na Bolívia, torturado no Brasil ou “viver” 41 dias a pão, água e terror no Estádio Nacional do Chile, junto com outros milhares de prisioneiros, logo depois do golpe que derrubou Allende.

O que há de notável em sua experiência, no entanto, é que esse artista conseguiu nesses anos realizar um trabalho de impressionante vitalidade, “concentrando a memória”, estabeleceu um traço esclarecedor entre sua tragédia pessoal e as várias tragédias nacionais de que foi testemunha”.



Subversivo, provocador!

GUIDO ROCHA

A família e os amigos de Guido Rocha convidam para a missa pela passagem do sétimo dia de seu falecimento, que será celebrada nesta sexta-feira, 13 de julho, às 19 horas, na Igreja de N. S. do Carmo.

Esperamos você.

Anexo X 1: A universalidade da obra de Guido.

VIDA. Disponível em: <<http://www.softek.com.br/guido/Vida.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2007.

Anexo X 2: Convite da família de Guido Rocha para missa de 7º dia. Arquivo pessoal. 13 jul. 2007

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)